UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA COMPARADA
LINHA DE PESQUISA: TEORIA LITERARIA

A ESCRITURA DO INTERVALO:
A POÉTICA EPISTOLAR DE ANTÔNIO VIEIRA

MARIA REGINA BARCELOS BETTIOL

PORTO ALEGRE

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

MARIA REGINA BARCELOS BETTIOL

A ESCRITURA DO INTERVALO:
A POÉTICA EPISTOLAR DE ANTÔNIO VIEIRA

Tese apresentada em regime de co-tutela como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura Comparada, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e para obtenção do título de Doutor em Littérature Générale et Comparée, à l'Université Sorbonne Nouvelle Paris III.
Orientação: Profa. Dra. Maria Luiza Berwanger da Silva.
Co-Orientação:Prof.Dr.Jean Bessière.

PORTO ALEGRE

2007

Saber só o que os Antigos souberam, não é saber, é lembrar-se. Os eruditos, como certos alemães (que têm a cabeça virada para as costas, no dizer sarcástico dos italianos), só se ocupam com o passado sem descobrir nem inventar cousa alguma. E neste século dezessete e ibérico de tesourizados, de adoradores ou aduladores da Antiguidade, não deixa de ser prova de inconformismo dizer que muitos doutores se restringem a "estudar" o já estudado, escrever o já escrito, tomando a água no regato por não se cansarem de a ir buscar à fonte. E estes mais são copiadores de livros que autores, acrescentando às opiniões número, mas não peso, mas querer forçosamente que nos atemos em tudo ao passado, é querer atar os vivos aos mortos.

Antônio Vieira

A Ramiro Frota Barcelos (*in memoriam*),
médico, escritor, meu avô materno, de quem
herdei a paixão pela Literatura.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que, através de seu programa de Estágio de Doutorado no Exterior, contemplou-me com uma bolsa de estudos no período de março a setembro de 2006, o que permitiu a realização dessa pesquisa;

À Fundação Calouste Gulbenkian, divulgadora da cultura portuguesa no mundo, que através da biblioteca do seu centro cultural, em Paris, permitiu-me consultar o acervo de Antônio Vieira, e gostaria de agradecer, especialmente, à senhora Maria Teresa Salgado, diretora da biblioteca, e aos incansáveis bibliotecários Isabel Jaber, Arlete Darbord e Pinheiro Agostinho, que me receberam com a tradicional amabilidade portuguesa;

À Senhora Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof. Dra. Lucia de Sá Rebello;

À Prof. Dra. Maria Luiza Berwanger da Silva, orientadora da presente tese, professora, amiga de todas as horas, com quem sempre partilhei o amor pela Literatura e com quem mantive um agradável convívio;

À Université Sorbonne Nouvelle Paris III, que me concedeu a co-tutela internacional de tese e ao meu co-orientador de tese estrangeiro. Prof. Dr. Jean Bessière, sempre incansável na dedicação aos seus alunos, e aos professores Inés Oséki Depré e Stéphane Michaud;

Aos Professores Doutores João Adolfo Hansen, da Universidade de São Paulo, Luis Felipe Alencastro, da Universidade de Campinas, e Homero Viseu Araújo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me inseriram na trilha bibliográfica de Antônio Vieira, e à Prof. Dra. Regina Zilberman, cujo apoio foi decisivo na execução desse trabalho;

Ao grupo de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Amanda Francisco, André Rollo, Andrea do Roccio Souto, Marcia Ivana de Lima e Silva, Maria Clara Duet Chagas, Maria Luiza Bonorino Machado,Tatiana Selva Pereira e aos amigos Alessandro Salvatori de Menezes, Cristina Bressan e Elisabeth Berlan, amigos inseparáveis nesses tempos parisienses;

À professora Tania Maria Franco Carvalhal (*in memoriam*), cujo fulgurante brilho intelectual engrandeceu o comparatismo brasileiro e mundial.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo resgatar a correspondência do jesuíta português Antônio Ravasco Vieira, conhecido nos anais das Literaturas Brasileira e Portuguesa como Padre Antônio Vieira. Figura emblemática da lusofonia, Vieira viveu na América Portuguesa, atual território do Brasil, durante o século XVII. É justamente nessa imprevisível América Portuguesa, nesse Brasil-colônia, que o "exilado" Vieira escreveu grande parte da sua correspondência e da sua obra praticando não uma literatura portuguesa ou brasileira propriamente dita, mas uma literatura portuguesa desterritorializada, uma literatura luso-brasileira escrita no intervalo de dois mundos. A epistolografia vieiriana é uma cartografia da paisagem geográfica e textual do autor, de uma cultura em gestação, cuja unidade nasce, paradoxalmente, sob o signo da diversidade. As cartas configuram-se como textos fundadores da nossa cultura, conquanto tenham contribuído para a formação do imaginário nacional.

Palavras-Chave: Epistolografia. Entre-lugar. Desterritorialização. Exílio.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but de racheter la correspondance du jésuite portugais Antônio Ravasco Vieira, connu dans les annales de la Littérature Brésilienne et Portugaise comme le Père Antônio Vieira. Figure emblématique de la lusophonie, Vieira vécut en Amérique Portugaise, actuellemente territoire du Brésil, au cours du dix-septième siècle. C'est justement dans cette imprévisible Amérique, le Brésil-colonie, que l'exilé Vieira écrivit la majorité de sa correspondance et de son oeuvre, pratiquant non pas une littérature portugaise ou brésilienne à proprement parler, mais plutôt une littérature déterritorialisée, une littérature luso-brésilienne écrite dans un entre-deux-mondes. L'épistolographie vieirienne est une cartographie du paysage géographique et textuel de l'auteur, d'un Brésil en formation, d'une culture en gestation dont l'unité naît paradoxalemente sous le signe de la diversité. Les lettres se configurent comme textes fondateurs de notre culture quoique elles contribuèrent pour la formation de l'imaginaire national.

Les Mots Clés: Épistolographie. Entre-Deux. Déterritorialisation. Exil.

ABSTRACT

This study aims at recovering correspondence written by the Portuguese Jesuit Antônio Ravasco Vieira, known in Brazilian and Portuguese annals as Father Antônio Vieira. An emblematic symbol of the Portuguese language, the priest lived in the Portuguese America, where nowadays lies the territory of Brazil during the seventeenth century .It is precisely in this unpredictable Portuguese America, in this Colonial Brazil where, as an “exile”, Vieira wrote most of his letters and works, producing a literature that was neither Portuguese nor Brazilian, but a deterritorialized Portuguese Literature – a Portuguese-Brazilian literature, written between two worlds. Vieirian epistolography comprises a cartography depicting the author’s geographic and textual scenery, as well as a culture that was still in bloom and whose unity rose paradoxically under the sign of diversity. These letters are the founding texts of the Brazilian culture, once they have contributed to the development of a national imaginary.

Key Words: Epistolography. Between Worlds. Deterritorialized. Exile.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 10

I O PACTO EPISTOLOGRÁFICO..... 19
1. 1 A Epistolografia Renasce das Cinzas..... 24
1. 2 As Convenções Epistolares..... 33
1. 3 Um Gênero Literário 53
1. 4 A Carta Viva..... 64

II NO INTERVALO DE DOIS MUNDOS: O ESPAÇO DA LITERATURA EXÍLICA..... 79
2. 1 A Geografia do Conflito, O Conflito da Geografia..... 85
2. 2 Yo No Escribo En la Pátria, Ni Para Ella..... 99
2. 3 O Mediador Cultural: A Lusotopia Vieiriana..... 123

III ANTÔNIO VIEIRA: O ESCRITOR DEBAIXO DA BATINA..... 153
3. 1 A Poética Epistolar Vieiriana: A Gênese de Uma Obra..... 162
3. 2 Mão Própria, Mão Alheia: O Trabalho da Intertextualidade..... 189
3. 3 A Obra Inacabada ou “A Carta Aberta”..... 214

CONCLUSÃO..... 240

BIBLIOGRAFIA..... 248

ANEXOS..... 262
ANEXO I – Carta Negocial..... 263
ANEXO II – Carta Familiar..... 266
ANEXO III – A Caligrafia de Antônio Vieira..... 267
ANEXO IV – Relação – Carta Ânua de 1624..... 268

INTRODUÇÃO

Desde a fundação, em 1540, por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus – *Societas Jesus* – lançou seus "soldados de Cristo" por todos os continentes. Desembarcavam de suas naus, impulsionados por uma fé e uma energia invencíveis. Hábeis reformadores, tiveram um papel de destaque na Contra-Reforma: onde se instalaram, disseminaram suas idéias – um Cristianismo adaptado ao mundo, à cultura local de cada país e audaciosamente engajado no debate político. Foram os maiores "conquistadores"[1], pois, antes de conquistarem territórios, conquistavam seus habitantes, através de uma "infiltração cultural" – ou, melhor dizendo, de uma política de "transferência cultural", afirmando-se como agentes de transição entre a(s) cultura(s) do Velho Mundo e a(s) do Novo Mundo. Atuaram como mediadores culturais entre diferentes mundos, descontextualizando teorias da Europa e recontextualizando-as nas Américas:

> Les transferts des théories, des critiques et les chocs des cultures à l'occasion de ces transferts, les chocs des culturels et les altérations des théories, des critiques n'excluent pas, dès lors que l'on dit transfers, dès lors que l'ont dit, dans ces chocs et ces transferts, la multiplicité des héritages, l'examen des transitions qui se font dans l'appropriation et l'altération des théories, des critiques. Cet examen suppose que les transferts mêmes des théories, les jeux contextuels soient considérés sous le signe de l'acte, des actes, de cette transition et sous celui de l'agent, des agents, de cette transition. (BESSIÈRE, 1999, p. 14)

As reflexões acerca das práticas de transferência cultural sempre estiveram na ordem do dia da Companhia de Jesus: "O que transferir?", "De que modo transferir?", "Para quem transferir?", "Como aclimatar essas transferências em sociedades distintas?" eram questões recorrentes. Os jesuítas refletiram, sobre a aplicabilidade dos saberes europeus em terras

[1] Ver o excelente estudo de LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas**: os conquistadores. Trad. Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.

americanas, sobre a necessidade de a Ordem “fazer-se entender” para conquistar, através de sua retórica, novos povos. Enfim, todo o processo de regulação das falas, das instâncias discursivas, foi matéria de estudo e discussão dentro da Companhia de Jesus.

Os jesuítas foram, em certo sentido, precursores da globalização, pois encurtaram distâncias através das suas famosas cartas. Das grafias de suas cartas nascem novas geografias, países distantes são postos em comunicação. A verdade é que sem seus registros, muito pouco ou quase nada saberíamos sobre nosso passado. Falando especificamente do Brasil, um estudo que vise a entender a mentalidade do povo brasileiro passa obrigatoriamente pelas cartas dos jesuítas. Mesmo com todas as ressalvas que podemos fazer ao *modus operandi* jesuíta, seria impossível reconstituir nossa história, o nosso passado colonial:

> O papel dos jesuítas no Brasil Colônia permanece imerso em controvérsias, mas ninguém pode negar que se revelaram uma das forças mais ativas na conquista e colonização do Brasil: Despojados ou argentários? Escravocratas ou liberais? Libertinos ou libertários? Santos ou Santarrões? […] Sem eles, a empresa colonial teria outros rumos e outros destinos – quais, é difícil supor. Julgar o conjunto da obra jesuíta à luz de conceitos atuais, porém, é incorrer num erro tão gritante quanto o dos próprios padres quinhentistas em sua pretensão de avaliar a mentalidade e os costumes indígenas de acordo com as crenças e os dogmas da Europa de fins do século XVI – uma época marcada pela intolerância religiosa, pelo etnocentrismo e, acima de tudo, pela Contra-Reforma […] No entanto, se não fossem as cartas e relatórios minuciosos daqueles padres – os jesuítas praticamente não davam um passo sem registrá-lo, seria praticamente impossível reconstituir a história do Brasil Colônia. (BUENO, 1996, p. 48)

É justamente nestes tristes trópicos que Antônio Ravasco Vieira escreve quase toda a sua *opus magnum*, sendo um dos precursores da Literatura Brasileira, da Literatura nos Trópicos. Quase toda a produção vieiriana foi escrita fora das fronteiras de seu respectivo território – Portugal –, praticando o que hoje chamamos de escritura desterritorializada ou extraterritorial. É em solo americano, a partir do lócus de enunciação da América Portuguesa, ou seja, do Brasil, que ele escreveu seus textos.

Referência canônica há mais de quatrocentos anos, escritor aclamado *Imperador da Língua Portuguesa* pela posteridade, Antônio Ravasco Vieira tornou-se conhecido nos anais da Literatura e da História como Padre Antônio Vieira, figura emblemática do período colonial brasileiro. Padre, soldado, diplomata, sermonista, pensador, polemista, homem de

letras, de múltiplas faces, cuja contemporaneidade e consciência antecipatória das idéias fertilizam o terreno da teoria e mobilizam as grandes discussões críticas.

Autor de uma obra significativa, foi presença marcante no Brasil do século XVII. Sua produção, no entanto, é ainda estudada de forma bastante redutora. Tem sido retratado por boa parte da crítica apenas como protótipo do colonizador europeu, como defensor dos índios que sacrificou sua vida pela causa missionária no Novo Mundo, como a grande voz da eloqüência, como o grande sermonista que extasiava o público em cima dos púlpitos das igrejas baianas e das cortes européias, ficando de lado o restante de sua produção – em especial a sua correspondência é bastante negligenciada pela crítica. E há ainda quem simplesmente cole em sua obra apenas a etiqueta de obra religiosa ou de devoção.

Com razão, discordam alguns críticos da forma como Vieira é estudado no Brasil. A exegese canonizante, no entender desses críticos, consegue manter a postura impositiva do cânone, inibe e impede, de antemão, que se reconheça e divulgue aquilo cuja grandeza se dá fora do seu horizonte. Em outras palavras, da obra de Vieira se resgata apenas o que se tem interesse que venha a público: o lado glamouroso da administração portuguesa, o pioneirismo dos missionários, deixando de lado toda a crítica de Vieira ao projeto da Metrópole em relação à Colônia – críticas que passam geralmente ao largo, aspecto este que procuramos corrigir em nossa análise:

> Do Padre Vieira, impõe-se, na escola, a leitura de trechos do “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal”, como se a salvação nacional fosse todos combaterem os holandeses conforme os interesses da Coroa Portuguesa, como se a administração de Nassau não tivesse feito, em termos de ciência e arte, mais pelo Brasil do que o colonialismo português, como se não tivesse representado um nível de organização econômica e cultural superior ao português. Não se propõe, de sua obra, a leitura de uma carta de abril de 1657 ou de um sermão de 1653, em que ele relatava o genocídio dos indígenas pelos portugueses. (KOTHE, 1997, p. 130)

O presente trabalho, sob o enfoque comparatista, tem como objeto de estudo a correspondência de Antônio Vieira, as setecentas e dez cartas compiladas por João Lúcio de Azevedo, e dezenove cartas encontradas posteriormente a essa edição – ao todo, <u>setecentas e vinte nove cartas foram examinadas</u>. Podemos dizer que as cartas giram em torno de três eixos temáticos: os primeiros anos de Vieira como missionário no Brasil, as suas incursões pela corte e pela Europa, enquanto diplomata de D. João IV, período em que passa por um longo processo inquisitorial, e por fim, seu retorno ao Brasil, fase final da sua existência, em

que pretende se dedicar ao seu “testamento intelectual”, ou seja, dedicar-se aos seus escritos, deixá-los para a posteridade.

As cartas deram nascimento ao Brasil, serviram como elemento de mediação entre dois mundos: Brasil e Portugal cruzaram culturas, espaços e temporalidades distintos, cruzaram textos, produziram literatura. As cartas disseminaram uma certa mentalidade que herdamos em nosso imaginário, que se faz visível em nosso espaço de representação. A história das mentalidades fundada pelas cartas, história que retrata um conjunto de crenças, hábitos, disposições psicológicas e morais de um espírito coletivo, de uma determinada época, é resgatada pela memória de nossos escritores, se refrata, renasce nos textos que escrevemos. Desse modo, as cartas serão aqui estudadas dentro de uma perspectiva transdisciplinar, translingüística e transnacional, não serão tratadas como “relíquias”, escritura petrificada, definitiva.

A leitura do *corpus* epistolar vieiriano aponta como eixos teóricos nucleares: a questão do gênero epistolar e sua definição; a questão do exílio que visa à reconfiguração do lugar e Vieira como mediador entre o Novo e o Velho Mundo; e, por fim, em que consiste ser escritor para o autor, todo o seu trabalho com a linguagem, a literariedade evidenciada em suas cartas. Ao reabilitar a fisionomia do escritor Vieira, emergem do *corpus* eixos complementares que poderão recartografar a identidade literária brasileira, no entanto, a incidência do recorte recai no gênero e atravessa a questão da identidade. São, pois, eixos complementares: a reivindicação da carta como um dos textos fundadores da Literatura Brasileira, o debate sobre autonomia da Literatura Brasileira tentando pensá-la ora sobre o viés da cidadania do autor, ora do texto, o exílio (voluntário ou involuntário) como fenômeno recorrente na biografia dos escritores brasileiros, a discussão em torno de uma teoria da tradução, as preocupações de ordem estilística de Vieira, todas essas questões evidenciadas, mas não aprofundadas.

Contudo, falemos, agora, das etapas constitutivas deste trabalho. Em nosso primeiro capítulo, intitulado **O pacto epistolográfico**[2], trilharemos o caminho do gênero epistolar, percorrendo sua história desde as suas origens até o século XX. Desvelaremos as apropriações, os usos que as diferentes Escolas Epistolares e seus epistológrafos – ou carteadores, como são chamados em Portugal – fizeram das cartas , textos móveis, em permanente processo de ressimbolização e ressignificação do gênero, para que produzisse certos efeitos sobre os leitores atendendo a determinadas funções. No item convenções

[2] A esse contrato enunciativo da carta podemos chamar de *pacto epistolográfico*. Para que exista esse pacto é necessária a relação emissor/destinatário, condição *sine qua non* do gênero.

letradas, explicitaremos as regras de composição, ou, melhor dizendo, os índices de identificação do gênero, tais como: destinatário, lugar, data, assinatura, os diferentes tipos de carta. Trabalharemos, em seguida, com os diversos conceitos de gênero epistolar desenvolvidos ao longo da história e a sua "especificidade" em relação a outros gêneros e, finalmente, reivindicamos as cartas como arquivos literários, "cartas vivas", apontando sua dimensão subjetiva. Analisaremos, pois, as cartas enquanto textos.

No segundo capítulo, **No intervalo de dois mundos: o espaço da literatura exílica**, extrairemos da cartografia literária de Vieira a cartografia brasileira. Geógrafo literário por excelência, Vieira escreveu em pleno processo de ocupação conflitiva, de confrontos étnicos, de demandas cronotópicas diferentes, de subjetividades outras. Vieira lançou sobre a paisagem tropical recartografada um olhar europeu, renomeou a paisagem, pintou com as cores do etnocentrismo os habitantes da América Portuguesa: o índio, o negro, o colono português, o missionário mártir – construídos pela imaginação do escritor.

Aprofundaremo-nos, igualmente, na questão do exílio, vital para a compreensão da obra vieiriana. Vieira desembarcou em situação exílica, num país – o Brasil – que abrigou em seu seio uma verdadeira nau de exilados, de desenraizados de seus respectivos territórios, de *out of places*. A escritura de Vieira deve ser entendida como uma escritura desterritorializada, como uma escritura do deslocamento, deslocamento este no duplo sentido: territorial e subjetivo. Do início ao fim de sua vida, Vieira expressa em suas cartas a sensação de sentir-se fora do lugar. Seguiremos os rastros de seus múltiplos exílios, procurando compreender as suas causas, a repercussão desses exílios tanto na produção quanto na recepção de sua obra. E por fim, enfocamos o papel de Vieira como mediador cultural, agente do imperialismo português. Dito de outra forma, Vieira transfere elementos da cultura portuguesa e católica para o Novo Mundo, é responsável em sua prática religiosa e intelectual por esses agenciamentos. Disseminador da doutrina religiosa e da Língua Portuguesa no "pensamento selvagem", impôs aos autóctones, aos colonizados, um único Deus, um único rei e uma só língua dentro de um espaço dialético e fragmentado, apagando o direito de significar desses povos, imprimindo, pela violência do discurso, uma fisionomia européia à América.

Em nosso último capítulo, **O escritor debaixo da batina**, trataremos da reflexão de Vieira acerca da linguagem, o que o caracteriza enquanto escritor. A poética epistolar vieiriana é descortinada, todo o seu processo criativo é evidenciado. Adentraremos, desse modo, na oficina de criação do autor. Vieira participa de todas as etapas de produção da sua obra: exerceu inúmeras funções, tais como as de escritor, revisor, tradutor, crítico, censor, editor, demonstrando a sua experiência com a palavra escrita. Suas cartas nos permitem

retraçar o seu percurso intelectual, seguir os rastros de seu nomadismo intelectual, de seu trânsito através dos diferentes campos do saber.

Poliglota, portador de uma saber enciclopédico, Vieira pertence a uma categoria extinta no mundo moderno: a dos *scholars*. O escritor foi um erudito na acepção do termo, um pensador cuja obra ultrapassa limites disciplinares. Leitor voraz, sua biblioteca imaginária é composta de autores portugueses e estrangeiros, autores da tradição greco-romana e autores de sua época. A intertextualidade dos textos vieirianos, intertextualidade que seduz e desestabiliza o leitor, vem desse cruzamento de leituras que se materializa na página em branco. A vontade de tradição em Vieira é acompanhada pelo desejo de reescritura, de renovação, vem acompanhada do desejo de transgressão da mesma tradição. A ousadia hermenêutica caracteriza o escritor Antônio Vieira, é a bandeira que levanta em favor de sua arte. Vieira reflete sobre o papel do homem de letras, sobre o inacabamento da sua obra. Suas cartas serão, portanto, estudadas como obra aberta, isto é, reivindicando sua autonomia enquanto texto literário.

Assim, são objetivos desta tese, no processo de discussão, análise e exame do *corpus*, os seguintes pontos:

– Resgatar a correspondência de Antônio Vieira e, através da leitura de suas cartas, evidenciá-lo como escritor;

– Investigar a atuação de Antônio Vieira enquanto escritor e a sua participação nos vários processos de produção da sua obra, ocasiões em que deixa transparecer sua própria teoria literária, seu processo de escritura, o que faz da obra vieiriana, em especial de suas cartas, uma obra de qualidade estética;

– Apontar Antônio Vieira como um dos precursores da Literatura Brasileira, e sua produção como uma obra canônica pela multiplicidade de discursos que ainda provoca;

– Estabelecer um estudo comparativo, percorrendo a história do gênero epistolográfico, cujas convenções são ainda pouco estudadas no Brasil, demonstrando ser a carta um gênero *mutatis mutantis*, ou seja, um gênero que se aclimata à cultura, à época de cada país e que desempenhou funções diferentes ao longo da história;

– Fundamentar, a partir de uma base teórica em Literatura Comparada, a carta como espaço de criação, como obra aberta pela indeterminação da linguagem que permite lê-la pelo duplo signo da convenção e da transgressão, como documento e monumento, em seu duplo estatuto;

– Examinar e problematizar a literatura praticada por Vieira, não como uma Literatura Portuguesa ou Brasileira, mas como uma literatura desterritorializada,

produzida no intervalo de dois mundos, uma "Literatura Portuguesa desterritorializada" ou uma "Literatura Brasileira em situação colonial", uma literatura cujo "lugar" é o entre-lugar, fruto do nomadismo geográfico e cultural e dos múltiplos exílios do autor;

– Mostrar a carta como elemento de intermediação, de transferência de modelos culturais europeus, em face da aplicabilidade e da transformação desses modelos na América Portuguesa, e a teoria vieiriana como resultado da sua práxis na América Portuguesa, uma práxis que observava as mudanças ocorridas no processo de reterritorialização das idéias trazidas da corte.

A pesquisa sobre a epistolografia vieiriana está ancorada em uma teoria comparada, pois, para esta, o gênero[3] é visto como memória de leitura, é pensado a partir do diálogo que estabelece com outros autores e campos do saber. A abordagem comparatista se distingue da abordagem feita pela Literatura Nacional, que vê o gênero epistolar em si, isto é, a carta pela carta, como informação, saber em si, apenas como configuração do nacional. A Literatura Comparada vê o epistolar como passagem para outras manifestações poéticas, críticas e históricas; aponta a intersecção do epistolar com outros gêneros: poesia, sermão, autobiografia, crônica, diário, como gênero matriz – ou, melhor dizendo, como arquivo da produção na qual subgêneros vêm se depositar:

> Toute théorie des genres littéraires est ultimement une théorie qui fonde la comparaison des réalisations diverses des divers genres, à l'intérieur d'un même genre, d'un genre à l'autre, précisément sur ce que la réalisation du genre littéraire ne peut explicitemet dire d'elle-même, ou qu'elle ne peut dire que partiellement ou faussement. (BESSIÈRE, 1999, p. 19)

A carta é vista, do ponto de vista da teoria comparada, como deslocamento de saber para outros campos do saber, para outras literaturas, é vista pelo duplo signo da identidade e da alteridade, da história e da trans-história. A carta é um gênero híbrido que abriga, em sua textualidade, outros gêneros, um gênero de fronteira cuja existência pressupõe o cruzamento de diferentes espaços. É nessa situação fronteiriça que a carta se afirma enquanto gênero, é nesse intervalo que, ao invés de fixar, aglutina saberes. Assim, a carta é estudada dentro de uma perspectiva intertextual, conceito básico para a atuação comparatista:

---

[3] Neste trabalho, o gênero não é estudado apenas como uma classe de textos com uma série de regras de forma, conteúdo e objetivos visados, mas como um *discurso*. No dizer de Todorov (2003, p. 58), "o gênero literário faz parte de um sistema que responde ao quadro ideológico em que foi produzido".

> Pensar, hoje, esse termo significa articular a reflexão sobre o universal com outros dados, como o local, o nacional, o familiar, o marginal, o institucional, o universal e noções como as de particular e geral […] Nesse contexto, o comparatismo desenvolve um tipo de leitura de análise das redes de relações que organizaram os textos e que comprovam, na prática, sua natureza mosaica e plural. (CARVALHAL, 2003, p. 9)

O gênero epistolar, ao qual Vieira se consagrou até o final de sua vida, é uma forma de conhecer a gênese de criação desses autores, as suas respectivas teorias literárias, suas filiações doutrinárias. Em suma, neste trabalho, o mito do padre é desconstruído, é ofuscado pelo brilho do homem de letras “mui bem fundadas”, que nos deixou como legado noções teóricas a serem retomadas.

CARTAS
DO
P. ANTONIO VIEYRA
da Companhia de JESU
TOMO PRIMEIRO.

OFFERECIDO
AO EMINENTISSIMO SENHOR
NUNO DA CUNHA
E ATTAYDE
Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma do Titulo de Santa Anastasia, do Conselho de Estado, Guerra, e Despacho de Sua Magestade, Inquisidor Geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
3089

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina da Congregaçaõ do Oratorio.

M.DCC.XXXV.
Com todas as licenças necessarias.

Frontispício do primeiro tomo da edição de 1735 das *Cartas* de Antônio Vieira.

I O PACTO EPISTOLOGRÁFICO

Escrevo uma primeira vez a carta principal. Nela conto coisas edificantes e em seguida, examinando e corrigindo, considerando que todos a verão, reescrevo-a, ou mando escrevê-la outra vez, pois aquilo que escrevemos deve ser mais amadurecido do que aquilo que falamos. Obrigo-me a escrever duas vezes uma carta principal para que nela reine uma certa ordem […] *pois o que está escrito permanece;sempre pode testemunhar e não se deixa corrigir ou explicar com tanta facilidade quanto a palavra.*

Inácio de Loyola

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras;pelo menos as que são mais largas e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou Ânua a Vossa Paternidade, desde o ano de 1624 para cá; e também porque não vieram relações dos outros colégios e casas e algumas vieram tarde por falta de embarcações e pelas dificuldades das navegações que neste tempo tão trabalhoso, foram maiores que nunca. Pelo que, sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que sucedeu nos dois anos de 1624 e 1625, e ainda não de tudo; porque em todas as partes do Brasil houve tais sobressaltos que impediram o notar e não deram lugar a escrever.

Antônio Vieira

Ao longo deste primeiro capítulo, veremos que o gênero epistolar ressurge na segunda metade do século XX, despertando a atenção dos críticos e estudiosos da ciência da literatura[4]. O epistolar sempre foi visto como ante-sala da criação literária, sempre viveu às margens do literário. É, sobretudo, nesse século que os estudiosos do gênero reivindicaram o seu duplo estatuto de documento e monumento literário.

A carta desempenhou um papel importante na constituição do poder dos grupos sociais. Das primeiras sociedades até o século XVIII, as coletâneas de cartas são um ato muito mais complexo do que possamos supor, pois cada coletânea põe em jogo uma concepção de sociedade:

[4] Dentre os estudiosos do gênero, podemos citar: Marie-Claire Grassi, Haroche Geneviève Bouzinac, Vincent Kaufmann, Mireille Bossis e Brigitte Diaz.

> Proposant des normes linguistiques et stylistiques pour tel groupe à tel moment de l'histoire, cette sorte d'anthologie projette également une image des groupes sociaux qui écrivent et reçoivent des lettres. En indiquant les occasions de pratique épistolaire, en offrant des conseils sur ce que l'on peut exprimer dans une lettre, en suggérant la manière dont on peut se situer vis-à-vis des destinations possibles, un recueil de modèles met en scène – par ses sélections, ses prescriptions et ses interdictions-autant une politique qu'une poétique de l'écriture épistolaire. (BOSSIS, 1990, p. 107)

Deste modo, no que diz respeito à correspondência, é preciso desmistificá-la como referente absoluto de verdade e de autenticidade. Fenômeno de civilização, a carta é suscetível de várias abordagens: literária, histórica, política, teológica, sociológica, filosófica, antropológica. E o seu estudo é sempre um trabalho arqueológico no sentido foucaultiano do termo, pois a arqueologia das cartas nos conduz a um estudo das civilizações. O texto epistolar registra as transformações discursivas que constituem as ciências humanas, contextualiza os discursos segundo as estruturas de mentalidades (*a episteme*[5]) muito mais do que pelos acontecimentos históricos propriamente ditos.

Nesse sentido, é fundamental considerarmos o que Philippe Lejeune (1975, p. 8) chama de contratos de leitura: "Dans 'Le pacte autobiographique', je montre que ce genre se définit moins par les éléments formels qu'il intègre, que par le 'contrat de lecture', et qu'une poétique historique se devrait donc d'étudier l'évolution du système des contracts de lecture et de leur fonction intégrante". O termo *contratos de leitura* não se aplica evidentemente somente ao gênero autobiográfico, mas a todos os gêneros literários – entre eles, o epistolográfico, em que a leitura determina muito mais a sua função do que os elementos formais que o integram. Não se trata de conceder ao epistolar um estatuto particular de literatura por determinação de um leitor único, mas de pensar que o epistolar não se contenta em dar notícias, é pretexto, derivado de texto, que se inscreve no paradigma dos elementos presentes no epistolar: paratexto, metatexto, contexto, intertexto, para construir um micro-universo textual dinâmico. Devemos pensar que uma correspondência que começou como não literária ou não fictícia, através de um processo de trocas universais, pode emancipar-se dos laços referenciais em proveito de uma pluralidade de significações.

---

[5] "Par épistème, Foucault désigne en réalité un ensemble de rapports liant différents types de discours et correspondant à une époque historique donnée: "ce sont tous ces phénomènes de rapports entre les sciences ou entre les différents discours scientifiques qui constituent ce que j'appelle épistème d'une époque" (REVEL, 2002, p. 25).

Nosso recorte crítico é centrado nas cartas do epistológrafo jesuíta Antônio Vieira, mas apenas as cartas escritas em Língua Portuguesa[6], cartas estas que ilustram e valorizam a literatura produzida no século XVII. Nossa leitura se inscreve em dois planos: a apreensão global do gênero (sua história, suas convenções, suas múltiplas definições e o papel assumido pela carta enquanto arquivo literário) e a identificação dessas características, ou, se quisermos, desses índices de identificação do gênero, na escritura vieiriana. A análise se desenvolve, portanto, em duas direções: aquela da poética, descrição teórica do gênero e as formas que ela utiliza; e aquela da crítica, leitura interpretativa do texto epistolar de Vieira – dois métodos complementares que não se podem confundir: estudo de poética e estudo de crítica. A partir dessa dupla articulação é possível fazer um estudo comparativo do gênero ao longo da história literária.

Num Brasil colonial, marcado por perturbações internas e externas, entra em cena o português mais notável de sua época: Antônio Vieira. O noviço de apenas dezoito anos, que se destacara pelo saber adquirido e dera provas de exímio latinista, é encarregado por seus superiores de redigir a Carta Ânua, em 30 de setembro de 1626, endereçada ao Geral da Companhia de Jesus. Essa seria sua primeira carta oficial, a qual daria início à sua correspondência. A arte de escrever cartas seria, portanto, para aquele jovem jesuíta, que começava sua carreira, uma tarefa que o acompanharia até o final de sua existência:

> Loquaz por condição, e até à extrema velhice atento ao mundo exterior e interessado na política, não houve caso, dos que podiam apaixonar a opinião de seu tempo, sobre que a este ou aquele não comunicasse o seu parecer. Aos noventa anos, valendudinário, cego e quase surdo, dita ainda cartas onde o inquieta a morte eminente de Carlos II da Espanha, e dá arbítrios sobre a situação econômica do Brasil. Oito dias depois expirava, e a mesma nau trouxe à metrópole a nova do passamento e aquelas cartas. (AZEVEDO, 1925, TI, p. 5)

Antônio Vieira, o epistológrafo, segue o "modelo de escritura" prescrito pela tradição da *ars dictaminis* – a arte de escrever cartas – adaptado ao discurso missionário da Companhia de Jesus. As cartas jesuítas se baseiam nesse modelo recomendado por seu fundador. Inácio de Loyola. que via nas cartas um instrumento decisivo para a ação missionária jesuíta no mundo. As cartas, no dizer de Pécora (2001, p. 17), funcionam como um "mapa retórico" ou,

---

[6] Temos notícia de que Antônio Vieira escreveu cartas em outras línguas. Algumas dessas cartas se dispersaram em diferentes arquivos, outras se perderam com o tempo. As cartas a que tivemos acesso foram as escritas em Língua Portuguesa, compiladas em três volumes por João Lúcio de Azevedo em sua magistral obra **Cartas do Padre Antônio Vieira**.

melhor dizendo, um roteiro retórico que deveria ser seguido, conhecido pelos membros da Companhia, roteiro que tinha por objetivo causar "impacto afetivo", cooptar adeptos para a causa missionária, e conseqüentemente, para conquista da América Portuguesa.

O nosso objeto de estudo, a correspondência, não é aqui estudada dentro de uma perspectiva biográfica, não busca dar a conhecer a vida privada do referido autor, nem visa a se deter exclusivamente em questões do domínio da teologia. O mito do epistológrafo, personificado na figura de Antônio Vieira, mito do "viajante sem bagagens", é desmistificado. Em outras palavras, Vieira paga tributo a uma tradição letrada, a um passado epistolográfico, o intertexto de suas cartas é eco de outras correspondências, é sempre traço de uma retórica, fruto de transferências literárias que se reinserem em sua escritura. A epistolografia vieiriana é um discurso que nos desvela a *mathésis* (o saber), a *mímesis* (a representação) e a *semiosis* (o sentido), elementos constitutivos da literatura.

Procuramos "dissolver" o objeto de estudo, reexaminando os procedimentos previstos e aplicados pelas convenções letradas em vigência no período em questão – século XVII –, apresentando a epistolografia como uma forma poética precisa, com teoria, história e efeitos particulares e datados de representação. A epistolografia sempre considerada em oposição às formas de ficção é vista apenas como um texto referencial, com o mesmo estatuto do discurso científico ou histórico, que pretende trazer a realidade exterior ao texto – texto esse que pode se "submeter a um tipo de verificação" que se pretende imagem do real, não o seu efeito.

O gênero epistolográfico, como qualquer outro gênero literário, tem por origem o discurso humano. Todorov (2003 p. 58) alerta para o fato de que um gênero pode fazer parte de um sistema que responde ao quadro ideológico em que foi produzido. Assim, o gênero epistolográfico funcionou como "horizonte de expectativa" para os leitores, e como "modelo de escritura" para os autores – um gênero que desenvolveu formas mistas e cuja eficácia de persuasão varia conforme as circunstâncias de pessoa, tempo, modo e lugar.

Ainda que seja considerada do ponto de vista histórico, a carta, como documento, não está incólume no que se refere à "invenção" ou à "ficção". Nossa perspectiva teórica se afina com a de Alcir Pécora (2001, p. 14), para quem "os documentos históricos e literários não divergem no seu estatuto de 'criação'. Isto é, não no seu estatuto de constructo, de artifício regulado por um conjunto convencional de leis ou práticas". Procuramos demonstrar, ao longo do capítulo, que "texto poético" e contexto histórico estão interligados; que a história não apenas circunda o texto epistolográfico, ela é parte constitutiva do texto (está dentro dele), na medida em que fornece as normas a partir das quais se delimita o que seja texto.

As cartas dão conta de uma realidade múltipla em manifestações e plural em linhas de mundo simbólico, daí porque não podem ser pensadas em termos exlusivamente históricos lineares. A epistolografia, enquanto gênero literário, ajudou a criar não apenas a identidade brasileira, mas a latino-americana, dado constituir-se como representação estética dos que regulavam as práticas discursivas no período colonial. Não importa se inicialmente essas cartas tinham apenas a "intenção de informar":

> Si las cartas y relaciones forman parte de la "história literária" o de la "história de la historiografia" no la forman por la intención de escritura ni Colón ni Cortés se proponían hacer "literatura historia", sino por um cambio epistemológico en el cual se consolidan la historia literaria y la historia de la historiografia yu se recuperan, del pasado, aquelles textos, que "muestran", desde una perspectiva de la recepción, curtas propiedades o historiográficas o literarias aunque estas propriedades no sean características en la producción de tales discursos. Más que hacer una valoración de su escritura, habría que pensar a estos textos como formando parte de nuestra literatura, no por sus propiedades estéticas, sinon en tanto documentos fundamentales de nuestra cultura, como textos que se escriben en un acto fundacional, en donde la escritura va a la par y cumple, ne la mirada de hoy, una función simbólica que se aproxima a la de la fundación de las ciudades, de carácter instaurador. La fundación es un acto simbólico, un acto de cultura y por lo tanto de construcción social en los términos en que lo resuelven las fuerzas en juego. (MIGNOLO, 1989, p. 26)

De uma maneira geral, o gênero epistolar é narrado quase todo na primeira pessoa, seu discurso é centrado no enunciador. O narrador em primeira pessoa ordena o mundo de acordo com o que vê e pensa. Ao mesmo tempo narrador e protagonista de suas próprias histórias baseadas nas suas impressões e sensações revividas pelo fio condutor da memória, seus episódios são simultaneamente discurso social e interior, objetividade e subjetividade, eu crítico e eu lírico, espaço em que o imaginário vai sendo construído. Os narradores fazem uma seleção, um recorte, escolhem certos personagens, certas paisagens, episódios nos seus relatos. Tentam capturar o momento que interessa trazer a público, o que revela que a narrativa passa pelo filtro da subjetividade daquele que escreve.

As cartas de Antônio Vieira são o produto de uma configuração complexa, haja vista a totalidade dos textos, das obras, dos debates literários e estéticos com os quais entraram em ressonância e que fundamentaram sua verdadeira singularidade, sua originalidade real. Tudo o que se escreveu, se traduziu, se publicou, se teorizou, se comentou e se celebrou sobre suas cartas faz parte dos elementos de sua composição, ou seja, as suas cartas só podem ser "decifradas" a partir da sua intersecção com o universo literário.

Assim, a correspondência de Vieira, ainda muito negligenciada pela crítica, é um objeto a ser descoberto, a ser buscado na literatura. Tencionamos viajar no tempo, isto é, na história do gênero epistolar, procurando seguir-lhe os rastros e apontar seus principais representantes, as convenções letradas que o regem, os diferentes conceitos de epistolografia e suas implicações, a apropriação feita pelos jesuítas no tocante ao gênero e a contribuição das cartas de Vieira, enquanto arquivos literários, na formação da Literatura Brasileira.

1. 1 A Epistolografia Renasce das Cinzas

Do ponto de vista de Donaldo Schüler, "a carta vem de um outro mundo", de um novo mundo, impregnada de esperança e sonhos. "A correspondência abala saberes estabelecidos: quem atravessa o mar traz informações únicas" (SCHÜLER, 2001, p. 30). Ao rastrearmos as origens do gênero epistolar, seu desenvolvimento ao longo da tradição ocidental, constatamos diferentes etapas e transformações no seu processo evolutivo. Mesmo que resumidamente, comentaremos as passagens que julgamos mais significativas para a compreensão do desenvolvimento histórico-retórico do gênero.

Uma das primeiras menções sobre a teoria da escrita das cartas é encontrada na obra de C. Julius Victor, no século IV, em que o autor faz uma distinção entre as cartas *negotiales* (oficiais, em que é possível escrever com erudição ou polêmica, além de se usar linguagem figurada) e *familiares* (que se caracterizam pela brevidade e clareza)[7]. Além disso, as cartas deveriam obrigatoriamente observar a posição social do autor e do destinatário (MURPHY, 1986, 2004).

A teoria da escrita das cartas esteve presente no fórum de discussão dos grandes mestres da retórica: M. Fabio Quintiliano propõe que o "melhor estilo" é sempre o que mais se adapta à matéria, tempo, lugar e público (PÉCORA, 2001, p. 25). Para Demétrio, em seu livro **De elocutione**, a carta estava mais próxima do diálogo, devendo ser breve e tratar de matéria simples em termos simples (PÉCORA, 2001, p. 23), mas a divisão feita por Marco Túlio Cícero, em **Oratio**, que prescreve que o modelo de texto da carta deve observar as

[7] Ver anexos I e II do presente trabalho. No primeiro, há um exemplo de Carta Negocial e, no segundo, de Carta Familiar.

seguintes divisões: exórdio, narração, argumentação e conclusão, divisão que discutiremos no item relativo às convenções, foi basicamente mantida pelas escolas posteriores, agregando novos elementos e/ou suprimindo outros. No mundo clássico, prevalece o consenso de que a carta deve ser escrita em *sermo*, isto é, em tom conversacional – por tratar-se de um *colloquium* entre amigos, faz parte do discurso informal.

No entanto, o apostolo Paulo tornar-se-ia um dos epistológrafos mais conhecidos do mundo pelas suas famosas epístolas – **Epístolas de São Paulo** –, cartas que testemunharam sua fé e peregrinação apostólica, discutindo os fundamentos da doutrina católica. A epistolografia teve um papel relevante na fundação da Igreja Católica. Basta lembrar que os grandes homens santos da Igreja: São Thomas de Aquino, São Jerônimo, dentre tantos outros, serviram-se do gênero para a propagação da doutrina de Cristo.

No período medieval, as chamadas Escolas Medievalistas fizeram uma outra apropriação do gênero epistolográfico, conferindo maior importância ao emprego da retórica no escrever do que no falar, dirigindo-se mais ao *scriptor* que ao *orator*, como esclarece Pécora (2001, p. 19), evidenciando posição contrária à da Escola Clássica, anteriormente mencionada. No século XI, o centro de estudos epistolográficos passa a ser o convento beneditino de Montecassino, em torno de Alberico de Montecasino e Juan de Gaeta. No século XII, o centro de estudos epistolares passa a ser Bolonha, e terá como seus principais representantes Adalberto Samaritano e Hugo de Bolonha. Destaca-se, nesse período, a Escola de Orléans, que teve uma preocupação de cunho didático, de edificação, empregando a alegoria mesclada à técnica da interpretação das Escrituras cujo maior representante foi Benê de Florença. Essa escola terá uma grande influência na feitura das cartas jesuítas, segundo Pécora (2001, p. 21). Ainda na Idade Média, destacaram-se as cartas de Abelardo e Heloisa. Essas cartas, de acordo com Grassi (1998, p. 22), constituem fragmentos de um discurso amoroso, são o primeiro exemplo, na Literatura Francesa, de cartas reais elevadas ao nível de obra literária.

A partir dos estudos de Coluccio Salutati, Giammario Filelfo, Giovanni de Veroli, Francisco Negro, instituiu-se a Escola Neoclássica ou Renascentista de epistolografia. Esses estudiosos do gênero reinscreveram a tradição clássica dentro do projeto humanista, reafirmando a carta como gênero adequado à conversação amigável e a brevidade de extensão. Voz dissonante entre os humanistas fora a de Erasmus – que é menos crítico em relação aos medievalistas e diverge de seus pares no que diz respeito à brevidade e ao estilo. Para Erasmus, a extensão de uma carta só poderia ser medida em relação à própria matéria, a extensão corresponde à necessidade da matéria tratada, assim como o estilo pode ser informal,

grave ou solene, de acordo com a matéria. Em resumo, é a matéria que determina a extensão e o estilo (PÉCORA, 2001, p. 25).

As cartas jesuítas fazem parte, historicamente, da chamada Nova Epistolografia. Figura central do movimento de reforma, o fundador da Ordem dos Jesuítas, Inácio de Loyola, é o autor de uma monumental correspondência (sete mil cartas), algumas das quais extremamente extensas, minuciosas, argumentadas, visivelmente meditadas e discutidas: "Loyola, 'grand' gênio organizador que han conocido los siglos, como 'un grand general' […] con todas las faculdades próprias del militar de primer order" (LOYOLA, 1975, p. 42). Loyola se servirá da correspondência como uma das pedras fundamentais da fundação da Companhia de Jesus. Estabelecerá um "pacto epístolográfico" com políticos, reis, pensadores, artistas, eclesiásticos, sempre trocando conselhos, preceitos, reivindicações ou argumentos, discutindo sobre matérias diversas, defendendo os princípios e a legitimidade de sua Companhia, do império jesuítico, nos cinco continentes em que se estabeleceu. O fundador da ordem formulou uma espécie de metaepístola, tematizando o modo adequado de escrever cartas:

> La carta principal yo la escribo una vez, narrando las cosas que muestran edificación, y después, mirando y corrigiendo, haciendo cuenta que todos la han de ver, torno a escribir o hacer escribir otra vez, porque lo que se escribe es aún mucho más de mirar que lo que se habla; porque la escritura queda, y da siempre testimonio, y no se puede así soldar ni glosar tan fácilmente como cuando hablamos. (LOYOLA, 1975, p. 687)

O fundador é extremamente rigoroso no tocante à redação de suas cartas e das escritas pelos membros da sua Companhia. As cartas, embora versassem sobre diferentes matérias, não poderiam se "descuidar" de inculcar a doutrina católica e os princípios jesuítas, sob pena de comprometer todo o projeto de expansão visado pela Companhia. O que fica escrito deixa testemunho e poderá dar margem a possíveis equívocos ou a interpretações diversas daquelas pretendidas pela Ordem. Esse reescrever é uma forma de filtrar, de regular a fala de quem escreve, obrigando a reproduzir as instâncias discursivas a que serve. Repreende, com veemência, os membros da Companhia que não obedecem a essa regra:

> Me acuerdo haber escrito que la carta principal se escribiese dos veces, es a saber: una vez escrita y corregida, tornándola a escribir o dándola a copiar, por evitar los inconvinientes del inconsiderado escribir, como me parecia que en esto algunos de nosotros faltábamos, y que así haciendo todos, y yo el primeiro (porque siento mayor necesidad), nos podríamos más ayudar en el Señor nuestro. (LOYOLA, 1975, p. 696)

Na escritura da carta principal, deve constar apenas as "notícias comunicáveis", que podem fazer parte do domínio público. Maiores detalhes, informações sigilosas ou apenas de interesse da Ordem devem constar em anexos. Em seus livros **Constituciones** e **Cartas e instrucciones**, percebemos que a arte epistolar encontra pelo menos três funções bem definidas: o da informação, o da reunião de membros e o da experiência mística ou devocional. No que diz respeito à informação, os missionários deveriam relatar aos superiores os "frutos" das missões, e os superiores deveriam aconselhar os missionários – todos deveriam ter conhecimento do desenvolvimento das várias frentes jesuítas no mundo. Assim, a carta funciona como elemento de união, integração entre os jesuítas dispersos no mundo: "da solidariedade de ação e unidade de propósito depende a sobrevivência do corpo inteiro da Companhia e a eficácia global de sua intervenção na história, enquanto co-autora da Providência" (PÉCORA, 2001, p. 28). E, por fim, a troca de experiências místicas ou devocionais, através das cartas, puderam testemunhar os atos de fé. Evidentemente, ao longo dos anos, as cartas deixaram de exercer determinadas funções, pois as funções estão atreladas às categorias axiológicas de cada sociedade.

Vieira sempre teve em mente essa obrigação de escrever cartas determinada pelos preceitos da Companhia, de prestar contas de sua frente de trabalho:

> Exmo Sr. – A duas de V. Ex.ª devo resposta, mas acho-me ainda com tão pouco cabedal de saúde, que não sei se poderei responder a ambas: as sangrias foram só quatro, mas a fraqueza é de muitas mais. Os médicos me receitam que me alegre, e V. Ex.ª me estranha que me mate pelo que outros não sentem, e eu tomara muito poder aplicar estes remédios, mas tomou-me o mal em estado que já me não acho capaz deles, principalmente porque de hora em hora crescem as causas, e não há nenhuma que não venha alguma de novo, umas por seus pés outras por nossas mãos. **Ao Marquês de Niza – 3 de agosto de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 239).

Angustiava-se, desculpava-se, quando, por alguma razão, não conseguia escrever ou responder às cartas recebidas:

> Senhor. – A ocasião da tardança daquela resposta representei já a V. S.ª, e não foi antes aviso da mesma ocasião pela dificuldade da pousada, onde todos são especulativos, e as minhas ações e correspondências não pouco observadas. Debaixo deste pressuposto me fará V. S.ª mercê interpretar qualquer falta, quando suceda, tendo V. S.ª conceito de mim que me não descuido da minha obrigação, e que a de maior criado de V. S.ª é a que mais zelo. **A D. Teodósio de Melo – 7 de fevereiro de 1665**. (AZEVEDO, 1925, T.II., p. 116-117).

Mais considerável se faz a atividade de Vieira nesse gênero, se levarmos em conta que o século XVII foi o século dos epistológrafos, na Literatura Portuguesa: D. Francisco Manuel de Melo, Sóror Mariana Alcoforado, Fr. Antônio das Chagas, Francisco Xavier de Oliveira – le chevalier de Oliveira, para citarmos apenas os mais notáveis[8]. Já na França, as **Les Provinciales** de Pascal (cartas polêmicas) e as de Mme. de Sévigné marcaram época. É preciso dizer que o século XVII foi considerado o berço da literatura epistolar: "On le sait, en effet, s'il fut l'âge de la tragédie et de l'architecture militaire, le Grand Siècle fut aussi celui des petits maîtres et des genres mineures, parmi lesquels, en premier lieu, figure l'art épistolaire" (VIGNOD, 1993, p. 51).

Mas é o século XVIII o considerado como apogeu da epitolografia. Filósofos e escritores com Rousseau, Voltaire e Diderot se utilizam das cartas como um espaço de escritura privilegiado no grande movimento de invenção da liberdade. A carta é uma arma filosófica no século das luzes. Em seu livro **As grandes cartas da história**, Schuster parece discordar um pouco sobre a hegemonia concedida à epistolografia nos séculos XVII e XVIII:

> Muitos eruditos apontam os séculos XVII e XVIII como aqueles que produziram as cartas mais perfeitas. Isso, parece-me, é dar aos aristocratas o monopólio de uma forma de expressão essencialmente democrática […] A tradição que nos inculca os séculos XVII e XVIII como a idade de ouro da epistolografia parece-me exagerado. (SCHUSTER, 1942, p. 9)

Schuster argumenta que a humanidade escreve cartas que abarcam mais de vinte e um séculos de história, uma tradição perpetuada por todos os tipos de homens e mulheres e de todas as classes sociais. Para o autor, o que foi manifesto no século XVII foi "a ânsia de dar e receber notícias" (SCHUSTER, 1942, p. 9). De fato, havia essa "ânsia de dar e receber

---

[8] Ler JACKSON, W. M.. **Enciclopédia e dicionário internacional**. Rio de Janeiro, s. d., v.7., p. 356.

notícias", podemos atestar isso em algumas cartas de Vieira, nas quais ele manifesta explicitamente tal desejo. Diz, por exemplo, em carta datada de 25 de outubro de 1647, a Pedro Vieira da Silva: "Não quero deixar de dar novas minhas a V. M.^{cê}, porque sei que as estimará, sendo melhores do que a falta" (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 104) .

A vida girava em torno do correio, única possibilidade de se saber o que acontecia no mundo exterior. Vieira argumentava que, sem notícias, não havia possiblilidade de se tomar qualquer tipo de decisão, tal como explicitado na carta ao Marquês de Niza, de 30 de dezembro de 1647: "Que V. Exª a não acabe de ter nessa corte é muito para sentir, depois de tão merecida. João de Guimarães se não carteia com esta embaixada há muitos correios, e assim não se sabe cá nada do seu tratado, e para ser à satisfação de S. M. basta que que V. Exª o aprove" (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 115). Vieira queixava-se freqüentemente da "esterilidade dos correios":

> Exmo Sr. – Também cá se experimentou a esterilidade dos correios desta semana, assim do Tejo como do Minho; só o de Gouveia nunca é estéril, nem o sera enquanto me trouxer tão boas novas de saúde de V. Exª, que sendo sempre de mim sumamente estimadas, neste tempo, pelo cuidado que traz consigo o mesmo tempo, o são muito mais. **Ao Marquês de Gouveia – 19 de dezembro de 1663** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 15)

O epistológrafo vibra com as novidades vindas da corte, de seus amigos. Entre eles, o Marquês de Niza, com quem manteve um longo relacionamento, de quem geralmente recebia notícias sobre as suas demandas e lia curiosidades:

> Exmo Sr. – Grandes duas novas nos trouxeram as cartas de V. Ex.ª deste correio, como foi a do feliz parto da Rainha Nossa Senhora que nos tinha com tanto cuidado como referi na última, e a da liberdade do senhor D. Jorge, que estimo quanto devo a todas as cousas de V. Exª, e de ambas dou a V. Ex.ª o parabéns. **Ao Marquês de Niza – 15 de junho de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 210)

Retornando a Schuster, seus argumentos são bastante questionáveis. Devemos salientar que somente uma elite letrada escrevia cartas, geralmente os membros da aristocracia e do clero mantinham o monopólio do gênero epistolográfico. Ademais, as cartas seguiam convenções que regulavam o seu discurso, autorizavam algumas falas, proibiam outras. A

epistolografia, tal como foi praticada, estava longe de ser uma forma de expressão essencialmente democrática, ainda mais no século XVII, em que vigorava o absolutismo. Essa "ânsia de dar e receber notícias" a que se reporta Schuster fez com que o gênero fizesse parte da tradição ocidental.

Não obstante, é com o romance epistolar, no século XIX, que o gênero por cartas se torna integralmente uma forma literária. O romance epistolar consiste em cartas, raramente uma só, escritas por um ou vários personagens e dirigidas seja aos confidentes, seja diretamente aos antagonistas (BERNIER, 2004, p. 196). No século XVII, surgem os primeiros romances epistolares franceses, após a publicação de **Le roman des lettres**, de Aubignac (1667), e **Les lettres de Babet de Boursualt** (1669), até as **Cartas portuguesas**, de Guilleragues (1669). O sucesso dessa última obra foi decisivo para o desenvolvimento do gênero – e a carta se torna instrumento de representação romanesca da intimidade e das possibilidades de troca.

Durante pouco mais de um século, o romance epistolar permanece[9] em voga na Europa. Os romances mais célebres são **Pamela ou la vertu récompensée** (1740) de Richardson, e **A nova Heloísa** (1761), de Jean Jacques Rousseau. Em seguida, temos **Ligações perigosas** (1782), de Pierre-Ambroise Choderlos de Laclos, **Os sofrimentos do jovem Werther** (1774), de Wolfang Von Goethe, e **La princesse de Cléves,** de Mme. de La Fayette (1678). O domínio da literatura epistolar mais célebre é o romance, graças a obras como **A nova Heloísa** e **Ligações perigosas**, que fazem sucesso até hoje. O romance por cartas oferece os traços que revelam as propriedades fundamentais do gênero epistolar.

O gênero epistolar, durante muito tempo, foi considerado um gênero feminino, estranho ao masculino. A crítica, segundo Grassi (1998, p. 4), o classificará como escritura marginal, feminina, agradável, isto é, doméstica. Ainda com relação a essa questão, alguns autores tentam estabelecer um paralelo para descobrir se a epistolografia é um gênero mais praticado pelos homens (gênero masculino) ou pelas mulheres (gênero feminino) e, fazendo um inventário dos manuais do gênero epistológrafico, admite-se que a carta foi uma das primeiras formas de expressão feminina. Autores com o professor F. Nies (1978), em seu artigo **La lettre, um genre féminin?**, demonstam que o epistolar, no século XVII, é um gênero predominantemente feminino. No entanto, observa que as cartas escritas por mulheres

---

[9] Sem vereditos definitivos ou maiores especulações, o romance brasileiro passou ao largo da trilha epistolar. Flora Sussekind (1993, p. 211) relata, em seu ensaio **O romance epistolar e a virada do século**, que temos, como um dos poucos exemplares do gênero, os romances **A correspondência de uma estação de cura**, de João do Rio, e **O marido da adúltera**, de Lúcio de Mendonça.

raramente chegavam a ser publicadas e que, portanto, não podiam acender ao estatus de literatura. Logicamente, as mulheres não foram apenas excluídas do gênero epistolar, mas de outros gêneros literários, da literatura de uma maneira geral. E dessas mulheres, poucas praticavam a escritura da carta seguindo as convenções propostas pelo gênero, de modo que fossem consideradas epistológrafas na acepção do termo.

No que nos diz respeito, a carta deu nascimento ao Brasil. Aqui, ela nasce junto com o descobrimento, nasce do diálogo entre o Velho Mundo (Europa) e o Novo Mundo (América Portuguesa):

> Sem a carta, o Brasil não teria sido o que foi. A carta lhe deu personalidade, caráter. Ilumina poucos quilômetros percorridos, traça os primeiros contornos depois de milênios de vozes que se perderam no silêncio azul das tardes tropicais. O retrato da carta não é o definitivo tampouco se configura como texto invalidado por outros textos. A verdade não está em texto nenhum. O perfil, sempre provisório, se faz e desfaz no desfilar dos textos. (SCHÜLER, 2001, p. 65)

Entre os epistológrafos brasileiros, vale citar Mário de Andrade. Em **Correspondência de Mário de Andrade & Manuel Bandeira**, livro organizado por Marcos Antônio de Moraes, percebemos que a correspondência ativa de Mário de Andrade, que vem sendo gradativamente conhecida, iguala-se, em termos de valor, à de grandes autores da epistolografia universal. Antônio Candido, que se empenhou em recuperar a correspondência de Mário, declara, conforme registra Moraes (2000, p. 9): “A sua correspondência encherá volumes e será porventura o maior monumento do gênero, em Língua Portuguesa: terá devotos fervorosos e apenas ela permitirá uma vista completa da sua obra e do seu espírito”

O próprio Mário apontava a importância do modernismo na consolidação do gênero epistolar no Brasil, tornando-o “uma forma espiritual de vida em nossa literatura”. Sua correspondência[10], recuperada pela crítica contemporânea, é apontada como a correspondência mais representativa da epistolografia brasileira do século XX, no que tange à discussão de projetos estéticos.

Sintomaticamente, a carta é objeto de interesse e de teorização por parte de inúmeros autores do século XX. Autores como Franz Kafka, Marcel Proust, Edgar Allan Poe, Fernando

---

[10] É interessante observar que a teoria de Mário de Andrade sobre as cartas se filia à concepção defendida pela escola clássica, isto é, a carta como *sermo*, diálogo: “‘Puxar conversa’ não é diferente de trocar cartas. Puxar conversa na rua é o modo de se aproximar agressiva e despudoradamente, sensual e fraternamente, do outro, para que o outro, ao passar de objeto a sujeito, transforme o sujeito que puxara a conversa em objeto” (SANTIAGO, 1992, p. 48).

Pessoa, epistológrafos que se interessam em criar sua própria teoria sobre a arte de escrever cartas. Bernardo Soares, a voz de Pessoa (1990, p. 129) no **Livro do desassossego**, escreve o poema *Carta para não mandar*, em que verificamos a presença da temática da carta:

> Dispenso-a de comparecer na minha idéia de si.
> A sua vida […]
> Isso não é o meu amor; é apenas a sua vida.
> Amo-a como ao poente ou ao luar, com o desejo
> de que o momento fique, mas sem que seja meu nele
> mais que a sensação de tê-lo.

Lincoln Schuster relata que, com o telégrafo e o telefone, muitos temiam o fim da arte das cartas:

> A crença de terem o telégrafo e o telefone matado a arte das cartas não tem, a meu ver, fundamento. De vez em quando algum ensaísta nostálgico se levanta com justa cólera para deplorar que a arte epistolar tenha passado. É o mesmo que afirmar terem acabado os grandes amores, as grandes lutas, a grande arte, as grandes tragédias, as grandes idéias. (SCHUSTER, 1942, p. 9)

A arte das cartas, da forma como foi prescrita, observando as categorias retórico-poéticas, já não existe mais. Atualmente, o *e-mail* e os meios de comunicação a "venceram" no tempo da distância percorrida. Assim, a carta, uma bela carta, ou pelo menos como foi concebida, longamente pensada, já não mais existe.

A carta, como qualquer gênero, é uma instituição social, é patrimônio cultural, estudá-la significa, a um só tempo, colaborar com a instituição e produzir obra de caráter científico. A história da epistolografia seria, antes de tudo, um modo de leitura, uma história das práticas de leitura sobre a carta. Os textos que constituem o *corpus* de um gênero, a maneira como eles funcionam numa dada época, são produzidos uns a partir dos outros, são considerados como transformação de um mesmo texto. O que buscamos apontar, discorrendo acerca da história da epistolografia, é que todo gênero repousa sobre pressupostos de permanência e autonomia, e se reconhece por um princípio de identidade. A crítica do gênero tem por função consolidar o gênero estabelecido, determinando sua permanência e autonomia, sua convenção e transgressão.

1. 2 As Convenções Epistolares

A carta precisa ser compreendida desde seu nascedouro, como foi estruturada no momento de sua produção. Para isso é preciso compreender as convenções que a regem. Tomemos como exemplo as cartas jesuítas produzidas no Brasil. As cartas que deram nascimento ao Brasil não são aqui apresentadas como "testemunhos naturais"como "experiências espontâneas,"mas como constructo formal e histórico:"Pois o parto exigiu muita tinta, muita papelada. Os traços dos brasis foram sendo encontrados proporcionalmente à muita andança das letras"(PÉCORA, 2001, p. 68).

Os jesuítas que chegaram ao Brasil aderiram à preceptiva epistolar inaciana, que esboçava retoricamente os contornos básicos de personagens e ações, amplificando, dessa forma, a ação jesuíta pelas cartas. Era imposto de forma pragmática aquilo que João Adolfo Hansen (2003, p. 37) nomeia de "retórica do comportamento": é preciso observar as tópicas, seguir o protocolo, não se descuidar do decoro na arte da escrita epistolar. O autor nos esclarece como a carta é escrita, dobrada e enviada no século XVII[11]:

> No século XVII, escreve-se a carta com uma pluma, geralmente uma pena de ganso, que deve ser aparada a intervalos regulares, para não borrar o papel quando fica romba com o atrito, e vai-se secando a tinta com areia ou mata-borrão. Quando está terminada, dobrando-se as folhas, guardando-se cuidadosamente a simetria das dobraduras. Põe-se o lacre, às vezes marcado com um sinete com uma cifra, abreviatura do nome ou divisa do remetente. Às vezes, envia-se a carta segundo o costume antigo da comunicação oral do conteúdo. O portador a lê ou completa com informações, como um "núncio". (HANSEN, 2003, p. 12)

A dificuldade em se desbravar nesse domínio, a grande limitação não é a simpatia ou não pelo trabalho de um determinado autor ou época, mas o material em que a carta é escrita ou seja, o papel:

---

[11] As primeiras cartas foram escritas em pergaminhos, eram enroladas ou dobradas, depois em passaram a ser escritas em papel. As maneiras de dobrar as cartas também eram variadas, e os papéis, de diferentes formas e espessuras. As famílias, em geral, tinham seus sinetes, selos em cor vermelha, ou preta em caso de luto, sendo a pena, inicialmente de ganso, depois de aço. Mais tarde, vieram os papéis coloridos. Podemos encontrar esses primeiros exemplares no **Musée de La Poste** em Paris.

> Por condições inerentes ao gênero em si, é a carta um documento perecível, sujeita a todas as formas de destruição (fogo, naufrágios, extravio, tintas corrosivas, conveniências políticas, escrúpulos morais, descuido do destinatário ou dos seus descendentes, etc). Cartas são papéis, diz o povo, e, em regra, papéis que só tiveram uma via. Por isso mesmo, muitas desapareceram, outras existem, mas estão ainda por descobrir. Tem de se admitir o pressuposto de que cada autor escreveu mais cartas do que as que chegaram até nós. Daí que se está sempre na contingência de aparecerem à luz novos documentos, que invalidem ou modifiquem as conclusões elaboradas. (ROCHA, 1965, p. 9)

Essa hipótese se aplica perfeitamente a Loyola e a Vieira, que escreveram bem mais cartas do que as de que temos conhecimento. Infelizmente, muitas de suas cartas se perderam. No que diz respeito a Loyola, na introdução das suas Constituições, os jesuítas declaram essa perda: "Apesar del número ingente de cartas recopiladas en la edición de Monumenta ya hemos dicho que se acercan a 7000 – fueron todavia muchas más las que escribió San Ignácio. Pero apenas queda ya esperanza de encontrar más que algunas suetas. Las demás sin duda han desaparecido para sempre" (LOYOLA, 1975, p. 643).

O espólio de Vieira confirma essa dispersão. Após sua morte, em 17 de julho de 1697, o padre Antônio Mario Bonnuci declarou ter em seu poder 200 cartas que enviou para Portugal. Mais tarde, foram se agregando ao espólio "novas" cartas, em poder de terceiros:

> Do total, são conhecidas hoje os originais de 344, repartidos: 141 no códice da Biblioteca Nacional de Lisboa; 101 no Ministério dos Estrangeiros; 55 na Torre do Tombo (dos quais 51 em volume adquirido por subscrição e 4 nos papéis dos jesuítas); 38 na Biblioteca de Évora, e os restantes em varias coleções fora de Portugal. Todavia nem todos do próprio punho de Vieira, e algumas em dúvida, não se podendo seguramente discriminar se escreveu ele as missivas, as ditou, ou deu a outrem o rascunho para pôr a limpo. De aqui procede carecer de unidade a ortografia, em que aliás o próprio Vieira era incerto, assim como na rapidez da escritura escaparam deslizes gramaticais, que agora sera custoso descobrir de onde procederiam: se dele, do amanuense, ou, nos originais perdidos, de erros do copista ou impressor. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 10)

Devemos pensar que as cartas de Vieira compunham um arquivo que, a princípio, teve a guarda dos jesuítas; depois, seus textos migraram para outros arquivos, cujos responsáveis pertenciam a outras Instituições. Basta passarmos os olhos no índice das cartas compiladas por João Lúcio de Azevedo, para termos certeza de que o que nos foi legado é uma pequena parte, uma ínfima parte da correspondência do autor.

Observamos, de início, lacunas a serem preechidas, espaços silenciados em sua correspondência. A primeira coisa que chama a atenção de um leigo é o estranho fato de um

religioso escrever tão pouco a outros religiosos, a maioria das suas cartas se dirige a seculares. Atendo-nos ao fato de que o fundador da Ordem dos Jesuítas, Inácio de Loyola, preescreve a escritura das cartas, e sendo Vieira fiel aos princípios, às regras da Companhia de Jesus, nos causa espanto que existam tão poucas cartas endereçadas aos membros de sua ordem, levando ainda em consideração o fato de Vieira ter vivido quase noventa anos.

Outro fato interessante: o autor costumava mencionar seguidamente, em suas cartas, seu irmão Bernardo Vieira Ravasco, seu sobrinho Gonçalo Ravasco Calvante de Albuquerque e sua irmã Maria de Azevedo. Essas cartas aos familiares não constam no seu espólio e ele diz escrever a sua família. Certamente, por não se tratar de assuntos relacionados diretamente à Ordem Jesuíta, não fizeram parte do seu arquivo. Outra lacuna bastante evidente é a relativa ao período em que ficou na Holanda – três meses sobre os quais não temos notícia pelo punho de Vieira: no parecer de João Lúcio de Azevedo (1925, p. 76), essas cartas podem ter-se por definitivamente sumidas.

Logo, a dispersão dos fundos, no que diz respeito a Vieira, é gritante. O próprio Vieira reclama o desaparecimento de suas cartas: "Faltou-me carta de V. S.ª às horas ordinárias do correio; e, quando já me compunha com saber por outra via que não havia motivo de cuidado, que pudesse ocasionar esta falta, se dobrou o sentimento dela com a notícia de que a carta se perdera" **A João Nunes da Cunha – 20 de maio de 1665** (AZEVEDO, 1925, T.II., p. 170).

Ao compilar as cartas de Antônio Vieira, João Lúcio de Azevedo notara a existência de erros, de lacunas a preencher, de trechos omitidos anteriormente por melindre de seus possuidores ou, mais provavelmente, por imposição dos censores, do Ordinário, do Desembargador do Paço, mas, principalmente, por imposição do Santo Ofício[12]:

> Todavia o intuito da homenagem não impediu que por vezes desfalecesse a atenção dos editores, deixando eles introduzir na impressão erros visíveis, que em escritos de tal pena lhes cumpria evitar. Esse não é contudo o senão mais aparente: outro, secundário para os contemporâneos, achamos nós mais sensível. Certas cartas, e não das menos importantes, encontramo-las truncadas. São aquelas em que o escritor se refere ao assunto, que sempre punha em efervescência os ânimos: aos cristãos novos e ao Santo Ofício. A verdade é que nem os editores ousariam, nem lhes permitiria a censura, trazer a lume opiniões desfavoráveis ao mais altivo poder do Estado. E,

[12] Fazia parte do *Ordinário* qualquer superior eclesiástico, como, por exemplo, o juiz eclesiástico, o bispo, o prelado, o vigário-geral. Da mesma forma, o *Desembargador do Paço* é membro do Tribunal Eclesiástico, mas não é necessariamente um religioso, isto é, havia nobres que faziam parte desse tribunal. E, por fim, o Santo Ofício (a Inquisição) foi uma instituição criada pela Igreja Católica, que objetivava perseguir hereges, vigorando durante os séculos XV ao XIX, nos países ibéricos, Espanha e Portugal, e em seus domínios coloniais. (REIS, 1998, p. 117).

> como poderiam figurar as queixas e os justos despeitos do jesuíta, réu que tinha sido, quite da pena pela usual clemência do tribunal; como poderiam desabafos dessa ordem figurar nas páginas, de que se devia o conhecimento ao entusiasmo e admiração de um Inquisidor. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 6-7)

No ano de 1928, quando então compilava o terceiro volume das cartas do Padre Antônio Vieira, João Lúcio de Azevedo é surpreendido por uma descoberta: onze cartas inéditas de Vieira, que iriam ser destruídas, são identificadas pelo olhar atento de Augusto Botelho da Costa Veiga. A feliz descoberta fez com que João Lúcio acrescentasse um apêndice ao terceiro tomo, contendo as cartas inéditas do jesuíta (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 695). Mas a confirmação da hipotése levantada por Azevedo, de que havia nas cartas de Vieira erros a serem corrigidos, omissões de parágrafos inteiros, o que resultou em frases truncadas e espaços silenciados em sua correspondência, viria à tona anos depois.

Em seu texto **Quatro cartas inéditas do Padre Antônio Vieira**, R. Boxer (1976, p. 455) nos dá conta de quatro cartas inéditas do Padre Antônio Vieira: **Carta ao Padre Provincial do Brasil** (1656), sem local e data; e três cartas **ao Padre Superior do Maranhão**, datadas de 10/04/1677, de 01/02/1679 e de 10/08/1688. Essas cartas foram descobertas em um leilão do falecido Conselheiro Miguel Osório, realizado em 18 de dezembro de 1935. Não se sabe como nem de que maneira o colecionador adquiriu as ditas cartas, mas a autenticidade e a origem desses documentos são incontestáveis. Com data de 09 de setembro de 1760, todas as cartas trazem as justificações do Tabelião Público e do Ouvidor Geral da cidade do Pará, em razão de que as referidas cartas encontravam-se depositadas no arquivo da Companhia de Jesus, localizado no Colégio Jesuíta do Pará, até a vinda, em 1760, dos emissários do Conde de Oeiras, que, por ordem deste, as confiscaram. Das quatro cartas, ficou comprovado que as escritas em 1677, 1679 e 1688 eram, de fato, inéditas.

Estudioso da obra vieiriana, Luis Sampaio (1945) relata um outro episódio. Foi encontrado na coutada Cadaval, em Muge, mais especificamente na Biblioteca da Casa, um códice, encardenado em pergaminho, contendo cartas originais do Padre Antônio Vieira dirigidas ao Duque de Cadaval e a seu irmão, D. Teodósio de Melo. Em seu texto, **Para uma futura edição das cartas do Padre Antônio Vieira**, Luis Sampaio relata a descoberta:

> Encerra ele 70 cartas admiravelmente conservadas, da letra de Vieira e por este assinadas, que vão, com intervalos largos, desde 1664 a 1689. A sua cota actual é “Cod. 955”. Pedida e obtida amável autorização para confrontar aquele volume com a última edição das cartas do célebre jesuíta, a do ilustre historiador João Lúcio de

> Azevedo, verificámos, com certo desconsôlo, confessamo-lo, serem aqueles documentos já conhecidos e publicados, com excepção de dois, aliás sem importância ou interesse. As cartas ali reunidas são as que o Duque de Cadaval ofereceu ou emprestou para a edição de 1735, oferta aludida, no prefácio dessa edição e à qual se referiu Lúcio de Azevedo na sua Introdução ao primeiro volume das cartas. (SAMPAIO, 1945, p. 9)

O achado não deixou de ter valor e interesse: o que outrora fora observado por João Lúcio de Azevedo comprovou-se na descoberta do aludido códice Cadaval. Apenas para citar um exemplo, vejamos a carta de 23 de fevereiro de 1671, escrita por Vieira a D. Teodósio de Melo. Confrontando a edição compilada por João Lúcio de Azevedo com as cartas encontradas no códice, constatamos a omissão de um parágrafo inteiro. Na versão de Azevedo (1926, T.II., p. 328), registra-se o que segue: "Parte um Próprio a levar os bispados da primeira plana, que são sete, a saber: Lisboa, Coimbra, Leiria, Guarda, Goa, Bahia e um *in partibus*". Vejamos, agora, o mesmo parágrafo transcrito no códice Cadaval[13]:

> Parte um Próprio a levar os bispados da primeira plana, que são sete, a saber: Lisboa, Coimbra, Leiria, Guarda, Goa, Bahia e um *in partibus* com título de Hippona para o Snr. Capelão Mor que será sucessor de S. Agostinho. Aqui verá V. S.ª quanto sabe, posto que eu não veja quanto tem merecimento. Os outros Bispados se ficam e pedindo cada um respectivamente ou *ad supplicacionem ou ad presententionem*, como se costumavam dar aos antigos reis de Portugal. Assim os quinzemos assim os temos. Noutra forma poderá sair o cordão se de lá se não destorcera o que cá se torcia, e os Conselhos de Estado não chegarão primeiro a Roma pela rua Nova que pela Secretaria aos ministros. Não se se teremos tão cedo outra tão boa ocasião. Vão as bulas abertas com título real, em que se destrejou de ambas as partes, cada um as entenderá como melhor lhe estiver. O Nuncio com assitência de duas dignidades sagrará os primeiros Bispos. Do resto do mundo não dou novas a V. S.ª porque estou tão bem com a minha cela que sei pouco, ou nada dele. (SAMPAIO, 1945, p. 15)

[13] Maria Lucília Pires reforça a tese de que somente metade das cartas de Vieira se baseiam nos textos originais, apresentando as restantes, em maior ou menor grau, os pecados da infidelidade praticamente inevitável em textos apógrafos. Lembra ainda, que a própria edição compilada por João Lúcio de Azevedo passou pela revista de um órgão censor: "E se é certo que, em algumas destas cartas, as diferenças entre os textos anteriormente publicados e os originais podem não ser muito importantes, há casos em que o leitor fica impressionado com as supressões impostas quando da sua publicação", como relata Pires (1997, p. 23).

Mas as descobertas não param por aí[14]. No *Archivio di Stato* de Florença foram encontradas quatro cartas inéditas de Vieira, endereçadas ao Grão Duque de Toscana e a Cosme III de Médicis, com quem manteve relações pessoais e epistolares até o final de sua vida. A correspondência entre ambos, conforme afirma Anibal Pinto de Castro (1962, p. 11), iniciada em meados de 1669, e hoje desaparecida na sua quase totalidade, tratava, entre outros assuntos, de questões de etiqueta, negócios de Roma, informações de botânica, política portuguesa, novas da corte de Lisboa. Após o falecimento do Padre Antônio Vieira, Cosme de, Médicis temendo comprometer-se com as cartas que enviara a Vieira e as que recebeu do jesuíta, pediu ao Padre Antônio Maria Bonucci que resgatasse esses documentos e os remetesse à Florença:

> Apressa-se a solicitar ao Padre Bonucci que rebusque toda a correspondência que dirigira a Vieira e todos os outros documentos a ele respeitantes (alguns dos quais em cifre), e os guarde […] Sabedor do achado, pediu-lhe o Grão-Duque que todos os papéis fossem encerrados em caixa segura e bem selada e remetidos logo que se oferecesse ocasião propícia ao cônsul Ginori que, de Lisboa, os faria chegar a Florença. (CASTRO, 1962, v.1., p. 36-37)

O destino que foi reservado à sua correspondência, se o seu desaparecimento é definitivo ou se ainda num futuro próximo poderá ser recuperada, permanece em aberto, é mais um entre os vários enigmas que dizem respeito à obra de Antônio Vieira. Fiquemos, contudo, com as hipóteses levantadas por Anibal Pinto de Castro, hipóteses que nos parecem, até que surjam novas pistas, as mais prováveis:

> Que ventos de má fortuna sopraram sobre tais documentos e cartas, de modo a fazê-los desaparecer sem deixar rastro nas coleções da época, guardadas actualmente no *Archivio di Stato* de Florença? É difícil dizê-lo. Perante a preocupação de Cosme III em reaver essa correspondência que, tudo no-lo diz, deve ter sido copiosíssima, somos levado a pensar que, se lhe chegou às mãos após a travessia do Atlântico e do Mediterâneo, foi talvez destruída por sua ordem, e com ela, a que recebera de Vieira. Tudo são, porém, hipóteses, e não perdemos ainda a esperança de vir a encontrar algumas dessas cartas, de tão alto valor, porque revelam as manifestações mais espontâneas e sinceras, os planos, os ideiais, o desejo de ação contínua e profícua

[14] Se somarmos as setecentas e dez cartas compiladas por João Lúcio de Azevedo às onze cartas inéditas encontradas por Augusto Botelho da Costa Veiga, a carta apologética, as três cartas inéditas provenientes do Colégio Jesuíta do Pará e, por fim, as quatro cartas também inéditas escritas a Cosme III de Médicis, temos acesso, hoje em dia, a setecentas e vinte e nove cartas escritas por Vieira, sem contar a descoberta de cartas truncadas, com a ausência de parágrafos inteiros. Todos esses fatos exigem uma revisão crítica e uma nova edição das cartas do autor.

> que encheram, até ao último sopro da vida, o espírito mais fulgurante do século XVII português. (CASTRO, 1962, v.1., p. 37)

Pelo alto teor de denúncias que continham as suas cartas, pelas reivindicações que pleiteava, pelo que as suas idéias representavam no mundo em que viveu, muitos sentiam-se ameaçados, não é de admirar que suas cartas fossem censuradas ou até mesmo totalmente destruídas pelos inimigos que fez ao longo da vida. De uma maneira geral, a hipótese mais aceita, pelos estudiosos de Vieira, é a de que a grande maioria das suas cartas foram destruídas pela Inquisição, mas é bom lembrar que Vieira teve desentendimentos com outras ordens religiosas e que seus projetos lhe custaram inimizades no meio político, o que equivale a dizer que muitos, nessa rede de intriga e poder, tinham interesse em fazer desaparecer, sem deixar rastros, a sua correspondência.

Consideremos ainda que os próprios jesuítas, temendo represálias da Inquisição contra a Ordem (o que explica, em parte, existirem tão poucas cartas dirigidas aos seus colegas da Companhia de Jesus), destruíram as que julgaram comprometedoras ou, mesmo, a pedido de outras pessoas citadas nas cartas de Vieira, que temiam que as cartas fossem capturadas pela Inquisição, como foi o caso do Conde de Médicis, acima mencionado.

Devemos igualmente levar em conta a hipótese de o próprio Vieira, de temperamento controlador[15], zeloso de sua obra, de sua ordem e daqueles a quem estimava, e sabendo estar próximo da morte, ter deixado instruções aos seus colaboradores quanto ao destino de sua correspondência. Vieira tornou-se, no final da sua vida, confidente do Padre Bonucci, justamente o padre que vai declarar ter em seu poder as duzentas cartas: “Nos intervalos do estudo, teriam os dois religiosos longas conversas; acontecimentos passados, figuras desaparecidas, amizades nascidas e mortas, erros cometidos… tudo seria relembrado e analisado, que aos velhos sabe recordar!” (CASTRO, 1962, v.1. p. 35).

A “versão oficial” da Companhia de Jesus é de que as duzentas cartas em poder de Bonucci foram entregues ao Geral e, depois, ao Inquisidor Geral. Sabemos que era hábito se fazer cópias das cartas, o que significa que, nos arquivos jesuítas, as cartas de Vieira, sobretudo as dirigidas à Ordem, deveriam existir, e, nesse caso, estavam em poder da Instituição. Na passagem de Bonucci para o Geral e do Geral para o Inquisidor Geral, alguma coisa aconteceu. Se Bonnuci, como já foi comprovado, não entregou as cartas de Cosme III de

---

[15] Veremos nos próximos capítulos que Vieira não só acompanhava tudo o que se passava em Portugal e no mundo, mas também cada passo da sua produção escrita.

Médicis, provavelmente não entregou outras cartas de Vieira, ou, se o fez, entregou diretamente às pessoas envolvidas ou, mesmo, destruiu cartas comprometedoras.

A hipótese mais provavél é a de que as duzentas cartas declaradas são, na verdade, o que os jesuítas permitiram que viesse a público. É muito improvável que os jesuítas não tivessem verificado os papéis de Vieira, que não tivessem feito uma triagem antes de entregá-los ao Inquisidor Geral. As cartas que não foram confiscadas e destruídas perderam-se com o tempo, com a impossibilidade de serem conservadas num suporte tão frágil quanto o papel, mas uma coisa é certa e todos os autores parecem concordar: "Não resta dúvida que Vieira escreveu bem mais cartas do que podemos supor" (HANSEN, 2003, p. 9-10). Não resta dúvida de que, mesmo depois de morto, Vieira continua dando as cartas. Na impossibilidade de se reconstituir totalmente o que se passou depois de sua morte, cabe ao leitor seguir a linha detetivesca de sua imaginação e desembaralhar esse jogo de cartas.

Entretanto, a dispersão das suas cartas foi o que, paradoxalmente, permitiu que fossem reunidas por João Lúcio de Azevedo. O papel dos colecionadores particulares foi fundamental para a manutenção dessa correspondência que nos foi legada:

> Com as cartas oferecidas pelo Duque de Cadaval e mais outras, obtidas por Ericeira e pelo padre Antônio dos Reis, oratoriano continuador de seu trabalho de compilação, públicaram-se, em 1735, dois tomos de cartas de AntônioVieira […] Em 1827, um editor anônimo públicou a correspondência de Vieira com Duarte Ribeiro de Macedo, diplomata português (16 cartas de Macedo e 110 de Vieira). (HANSEN, 2003, p. 9-10)

Certamente que os compiladores da obra de Vieira puseram-se a procurar suas cartas não apenas em arquivos públicos, mas em coleções privadas. Neste sentido, a teoria desenvolvida por Walter Benjamin, em seu livro **Je déballe ma bibliothèque** (1972, p. 24), se aplica perfeitamente ao caso de Antônio Vieira. Dito de outra forma, após assistir, em 1933, à queima de sua obra na Praça da Ópera, em Berlim, pelos nazistas, Benjamin passou a pregar "o elogio à possessão, ao ato de colecionar como ato de sobrevivência e de resistência política […] a coleção privada como defesa de uma prática intelectual e uma forma de reintroduzir a experiência particular e sensível na esfera pública". O colecionador tem como tarefa salvar do esquecimento um trabalho do passado.

No caso específico de Vieira, os colecionadores têm o mérito de ter ressuscitado suas cartas. O elogio às coleções privadas, defendido por Benjamin, alerta para o perigo do Estado,

principalmente em sistemas totalitários, repressivos, em que vigora a censura, ser o único colecionador. Pudemos atestar, em nossa pesquisa, que boa parte da obra de Vieira se perdeu, que suas cartas "desapareceram" dos arquivos das instituições públicas. O acesso que hoje temos a essas cartas, o que nos restou delas deve-se, em grande parte, aos colecionadores[16].

Além da perda de inúmeras cartas, há toda uma discussão em torno da autoria de certas cartas atribuídas a Vieira, algumas que não foram escritas de seu próprio punho, "havendo dúvidas se as escreveu, ditou ou fez um secretário passar a limpo um rascunho" (HANSEN, 2003, p. 11). Devemos lembrar que o fato de existir uma carta original, e isso se aplica a qualquer outro tipo de documento, não significa, obrigatoriamente, que ela seja única. Desde a Idade Média era prática fazer cópias das cartas e os jesuítas prescreviam a prática de se fazer cópias para a manutenção do arquivo da Ordem, uma prática comum na vida documental jesuíta. Vieira, inúmeras vezes, menciona o fato de ter feito cópias, de ter enviado a "primeira via" de suas cartas:

> Senhor – Do Cabo dei conta a V. A. da minha partida e das cirscunstâncias fatais dela: e, porque naquele porto não ficava navio para Portugal, e pode ser que este chegue primeiro, remeto nele a V. A. a primeira via daquela carta, esperando da grandeza e clemência de S. M. e V. A. que, conhecido por tão evidentes demonstrações ser esta a vontade divina, S. M. e V. A. se serviam de conformar com ela a ordem que em contrário me tinham dado, pois não fui eu que a desobedeci, senão Deus o que por meios tão violentos e involuntários impediu a execução dela. **Ao Princípe D. Teodosio – 25 de janeiro de 1653** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 300-301)

Quanto à autoria das suas cartas, sabe-se que Vieira tinha a saúde muito debilitada, tendo inclusive ficado cego no final da sua vida. Ele diz textualmente em suas cartas ter escrito por "mão alheia", com a ajuda de um copista, o que indica que escrevia mentalmente suas cartas, e as ditava:

---

[16] Falando ainda sobre a dispersão das cartas, entra em jogo o princípio da territorialidade dos documentos. Se já durante o período colonial os documentos produzidos no Brasil eram transferidos para Portugal, isso será ainda mais freqüente depois da independência do Brasil. Durante a independência, houve uma dispersão dos fundos, dos arquivos públicos, já que os arquivos seguem a sorte do território, isto é, Portugal levou consigo parte da nossa memória, da nossa herança cultural. Provavelmente, muitas das cartas dos jesuítas, entre elas as de Vieira e de escritores do período colonial, foram confiscadas ou se perderam neste translado. Portugal (ex-colonizador), pelo princípio da territorialidade, tinha direito de posse sobre os documentos produzidos durante seu período de posse (BELOTTO, 2004, p. 168).

> Também este ano me molestou a mesma enfermidade com três pertinacíssimas repetições. Cá lhe chamam nestes mesmos meses a bicha, e é Deus servido que só me morda dos joelhos abaixo, com inflamação, febre ardentíssima, delírios e nome de eripisela. Por esta definição pode parecer somente grilhão dos pés, mas é também algema das mãos, e por isso escrevo esta de mão alheia. **A Sebastião de Matos e Souza – 11 de julho de 1689** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 576)

Entretando, falemos do protocolo das cartas. O modelo de carta seguido pelos jesuítas tem como referência a disposição prescrita por Cícero em **Oratio**, de que a carta é dividida em partes articuladas entre si. Tentaremos, de forma sintética, explicá-las. A primeira parte recebe o nome de *salutatio* (saudação breve). Alcir Pécora (2001, p. 33) ensina que o *salutatio* é uma expressão de cortesia sempre na terceira pessoa, manifestação de um sentimento amistoso em relação ao destinatário. Geralmente, uma fórmula piedosa que pode variar segundo a posição hierarquica do destinatário (superior, igual ou inferior). O propósito delas está associado à confirmação do desejo de seguir o princípio e fundamento religioso que ordena determinada ação, na qual se inclui, seguramente, o próprio ato de escrita da carta em questão.

Em seguida, vem a *captatio benevolentiae* (captação da benevolência). Para Pécora (2001, p. 35), compreende-se a *captatio benevolentiae* como uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do receptor. A *captatio* – que faz parte do *exórdium*, isto é, início do discurso, prefácio – reúne os procedimentos que buscam a disposição favorável do leitor para o que se há de seguir. O epistológrafo deve representar-se sistematicamente com humildade, conquistar a estima, o respeito do destinatário para sua causa. No entanto, há cartas que não possuem esse resumo.

A terceira parte diz respeito à *narratio* (narração). Adolfo Hansen explica que o *narratio* é o informe da matéria em discussão, podendo ser simples (assunto único) ou complexo (várias matérias); referir o passado, o presente ou o futuro. Trata-se, nela, de construir um relato do ocorrido à pessoa ausente. O relato deve estabelecer um "estado de coisas", constituído no passado e continuando até o presente momento, em que cabe pensar as formas da intervenção jesuíta nessa situação dada, de modo a transformá-la. Em outras palavras, trata-se de um diagnóstico da situação geral em que se encontra o Brasil, do relato de práticas ou projetos de intervenção da Companhia de Jesus nas coisas do Brasil. Como já exposto anteriormente, os comentários mais detalhados sobre a saúde corporal dos missionários, os negócios mais particulares ou atinentes à vida interna da Companhia deve constar em anexo. Impõe-se à escrita da carta a ordem seqüencial para representar as

circunstâncias dos acontecimentos, sem possibilidade de confusão das coisas posteriores com as anteriores, como refere Hansen (2003, p. 48).

O *petitio* (pedido, solicitação), quarta parte da carta, aponta, segundo Pécora (2001, p. 61), o discurso pelo qual tratamos de requerer algo, pedido ou solicitação de providências ou medidas à autoridade competente sobre aquilo que foi narrado. E, na sequência, o *conclusio* (conclusão), que Pécora (2001, p. 63) esclarece ser o remate da *narratio*, em que são resumidas as obrigações e resoluções últimas tomadas pelos padres em face aos acontecimentos relatados. O *conclusio* é o lugar retórico da benção. Finalizando, está o *subscriptio* (assinatura): Hansen (2003, p. 55) demonstra que o *subscriptio* vem depois da data e de uma qualificação do remetente como amigo e serviçal do destinatário.

Da mesma forma, é importante destacar a distinção feita por Marie-Claire Grassi entre discurso *homossexual* e *heterossexual* nas convenções epistolares. O discurso homossexual é aquele em que um homem se dirige a outro homem, em que uma mulher se dirige a outra mulher. No discurso homossexuado, existe a divisão de um mundo em comum. As cartas entre homens, eruditos, pesquisadores, sábios, escritores, militares, evocam as exigências e os prazeres da pesquisa histórica, literária, científica, militar, política. As cartas entre mulheres falam de preocupações femininas, das novidades familiares e sociais, da educação dos filhos e da religião (GRASSI, 1998, p. 40). No segundo caso, o do discurso heterossexuado, quando uma mulher fala, por exemplo, de política a um homem, o contéudo temático tem outra significação. Não se trata da divisão do mesmo mundo, mas de um desejo de se fazer reconhecer pela esfera masculina. Para se compreender a temática epistolar, convém sempre precisar a relação afetiva entre os correspondentes.

No que diz respeito a Vieira, essa divisão do mundo determinada pelo sexo, indicativa dos papéis masculino e feminino dentro da sociedade, é bem observada em suas cartas. Vieira teve comprovadamente mais contato com o universo masculino – de suas setecentas e vinte e nove cartas, apenas oito são dirigidas a mulheres. Aos homens, Vieira trata, quase que exclusivamente, de assuntos de estado, de estratégias políticas, presta contas de suas missões enquanto representante de Portugal ou como missionário da Ordem Jesuíta. Para ilustar essa questão, vejamos a carta que escreveu a Pedro Vieira da Silva, relatando todos os passos e percalços do seu itinerário e das ações políticas que empreendeu em sua viagem:

> Para em Calais me não impediram a saída, nem nas outras cidades até Paris me negaram a entrada por ir de lugar infecto, levo passaporte e recomendação do embaixador de França, que está neste reino, o qual também me remeteu os maços das embaixadas debaixo dos seus, que foi maior segurança com que se podiam enviar;e a tudo o mais do serviço de S. M. se ofereceu com boa vontade. Medindo as jornadas, espero estar em Paris dia de S. Francisco. **Pedro Vieira da Silva – 30 de setembro de** 1**647** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 101)

Entretanto, o tom em que se dirige às mulheres é outro. Ele não se apresenta como homem de estado, mas mais como um religioso, um servidor injustiçado do reino. Geralmente, pede a intervenção da Rainha em seu favor ou em favor de alguma causa que defende:

> Senhora. – Tem V. M. a seus reais pés a Antônio Vieira neste papel, porque é tal a sua fortuna o que o não pode fazer em pessoa, por mais que o desejou e procurou. A quem me queixarei do Príncipe D. Pedro, meu senhor, senão a V. M.? Por sua causa, depois do primeiro destêrro padeci as indignidades que me não atrevo a referir; e quando, para o reparo delas, esperava o escudo de sua real proteção, nem uma folha de papel para o seu embaixador pude conseguir, em que lhe encomendasse me assistisse nesta Cúria, querendo antes favorecer com nome de fé àqueles que, na vida e depois da morte de El-rei que está no céu, faltaram provadamente à sua, como testemunha a tôrre de Belém e o Noviciado da Cotovia. **À Rainha D. Catarina de Inglaterra – 21 de dezembro de 1669** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 288-289)

A temática de suas cartas, no que diz respeito às mulheres, gira em torno dos possíveis matrimônios ou sobre o nascimento de algum príncipe, sempre em torno da esfera familiar. Vieira saúda à Rainha D. Maria Sofia, em carta de 16 de junho de 1695, pelo nascimento do infante D. Antônio: “Senhora. – D. João de Lencastre, que neste Estado representa a pessoa real, com as primeiras notícias do felicíssimo nascimento do novo príncipe, que Deus guarde, interpretando a vontade de V. M., procurou com grandes instâncias que eu pregasse o sermão de ação de graças (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 664).

A princípio, por ser um homem religioso, Vieira deveria evitar contado com as mulheres, esse contato, quando existia, era sempre mais restrito ao âmbito familiar. Em segundo lugar, em função do seu trabalho e da sua posição hierárquica, ele se dirige mais precisamente às rainhas, princesas ou damas da alta nobreza, o círculo de mulheres com que tomou contato restringia-se, basicamente, à corte. Mesmo esse grau de contato com as mulheres da corte é quase sempre indireto, ele menciona aos seus correspondentes homens que alguma rainha ou dama da corte lhe encomendou algum sermão ou que foi incumbido de

alguma tarefa. Sendo assim, o discurso de Vieira pode ser classificado de discurso homossexuado, de um homem que se dirige a outro homem, de dois homens que partilham um mundo em comum.

As cartas não têm mais as mesmas funções nem obedecem mais às mesmas convenções que outrora obedeciam. O que permaneceu como norma de estrutura das cartas foi, conforme Rocha (1965, p. 14), a seqüência quando, onde, a quem, o quê, por quem, além de apresentar outros elementos como destinatário, lugar, data e assinatura, que são o "recheio" e a motivação do texto**.** A seguir, comentamos brevemente esses elementos:

> **O destinatário**: No ato de ser escrita, a carta dirige-se, normalmente, a um leitor vivo e único. Não se escreve aos mortos: a carta implica a presença viva de quem a recebe, como de quem a redige. É nessa conformidade, que a devemos ler, sem perder nunca de vista a repercussão que provocou nesse correspondente. Por vezes, o autor dirige-se a um grupo, a uma entidade, até mesmo ao futuro […] O epistológrafo, esse requinta o que tem para dizer conforme o destinatário a quem o confia. (ROCHA, 1965, p. 18)

A epistolografia acontece dentro de uma relação dialética entre epistológrafo e correspondente, quanto à natureza dessa relação. O epistológrafo escolhe a linguagem que deve empregar em suas cartas. Vieira, o remetente, é discreto, prudente e elegante no que escreve. Sempre observando a etiqueta, deixa clara a sua posição institucional, as idéias que defende, as causas que representa. Capta os dados, os sintetiza e os distribui de forma ordenada, respeitando o decoro e a posição hierárquica de seu destinatário, expressada sempre pelos pronomes de tratamentos: Vossa Excelência, Vossa Mercê, Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Eminência, Ilmo Senhor. Exemplo disso é uma carta ao Marquês de Niza, de 21 outubro de 1647: "A tarde amanhã é ocupada com o correio: sirva-se V. Ex.ª que seja eu o que va; e outro dia haverá em que esta casa receba a honra que V. Ex.ª lhe quer fazer. Guarde Deus a V. Ex.ª com desejo" (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 104). Já em relação a Pedro Vieira da Silva, utiliza o pronome de tratamento Vossa Mercê:

> Senhor meu. – Escrevo esta já de Holanda, e, ainda que se aumenta a distância e a ausência, posso afirmar com toda verdade a V. M.cê que não se diminuem, antes crescem cada vez mais as saudades. Lembro-me daquelas horas solitárias dessa secretária, em que o coração de V. M.cê e o meu, como tão conformes no zelo e no desejo, se costumavam entristecer ou consolar juntamente; e de uma e outra cousa oferecem cada dia os tempos novas causas, mas sem aquele alívio que até por carta

> me falta há cinco meses. **A Pedro Vieira da Silva – 30 de desembro de 1647**. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 116)

A leitura da correspondência de um determinado autor nos permite avaliar o tipo de relação que ele mantinha com determinadas pessoas, daí a importância de conhecer a identidade dos correspondentes. A correspondência de Vieira, vital para a literatura e cultura lusófona, impõe a necessidade de se recompor diálogos mais completos para relatar, através da montagem da sua correspondência, as múltiplas facetas das suas relações[17]. Contudo, falemos sobre o lugar:

> **Lugar**: substituto, da presença corpórea, a correspondência será mais assídua em se tratando de pessoas que se ausentam […] A ausência não só motiva, pela nostalgia dos contatos humanos perdidos ou interrompidos, um desejo de reafirmação no campo dos afetos, como provoca também um considerável enriquecimento daquilo que se tem para dizer: outros mundos, geográficos ou espirituais, nutrem de revelações e experiências inéditas o recheio da carta. (ROCHA, 1965, p. 14)

Conhecido por seu nomadismo, Vieira correu mares, suas cartas testemunham o espaço geográfico que percorreu: Lisboa, Porto, Coimbra, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas, Haia, Amsterdam, Paris, Londres, Roma, Cabo Verde, apenas para citar alguns exemplos do seu itinerário pelo mundo. Somente no Brasil, Vieira viveu 58 anos, passou quase toda a sua vida longe da sua terra Natal, Lisboa. Fez largo uso da epistolografia para testemunhar suas experiências em terras longínquas e os contatos humanos que travou. Escrever é, para ele, de certa forma, recordar a pátria "perdida", é manter o vínculo afetivo com seu país de origem, com aqueles a quem amava.

A ausência é um fator preponderante na feitura da carta, Vieira encontrou na carta uma maneira de susbstituir sua presença fisica, de se fazer lembrar. A correspondência,

---

[17] João Lúcio de Azevedo (1925, T.I., p. 12) informa que, nas cartas de Vieira, como em toda a literatura epistolar, seja ela familiar ou de negócios, e de qualquer assunto que trate, há entre os correspondentes um entendimento comum, de que nascem referências a fatos e pessoas, alusões, metáforas, conceitos, transparentes às partes no intercâmbio, às vezes, porém, inacessíveis aos estranhos. "E até sucede perder-se o fio a sucessos, marcantes na época, e que uma palavra, mais tarde indecifrável, basta para designar aos contemporâneos. Esses enigmas, freqüentes nas missivas de Vieira, fez-se o possível por esclarecê-los, em notas que nos passos obscuros acompanham o texto; mas ainda assim restam não poucos deles por interpretar. Não se renuncie, contudo, à esperança de tal conseguir: à proporção que se forem conhecendo mais cabalmente os pormenores da nossa história, na segunda metade do século XVII, as anedotas, e as vidas das pessoas eminentes, ou que por qualquer motivo prendiam atenção pública, assim os pontos agora impenetráveis serão sucessivamente elucidados; e outra edição que venha a fazer-se das cartas, dará mais satisfação que a presente à curiosidade do leitor".

conforme Arroud-Vignod (1993, p. 121), era chamada pelos antigos de “discurso dos ausentes”. Fruto do sentimento de solidão, põe em cena o mundo encantado da memória, substituindo a felicidade de falar, tocar, ver; é enviada em substituição à visita; tenta abolir a ausência e aproximar as pessoas.

Porém, nem todos os autores concordam com a tese de que a carta aproxima os homens. Para autores como Vincent Kaufmann, em tal tese reside o que ele nomeia de equívoco epistolar, ou seja, o ato de escrever cartas é a própria experiência do distanciamento, o que o aproxima muito mais da experiência poética que exige um afastamento por parte de quem escreve do que de pessoas – é o ponto de contato fundamental entre o epistolar e o discurso literário propriamente dito:

> En général, on correspond pour se rapprocher de l’autre, pour communiquer avec lui, du moins le croit-on. Mais peut-être est-ce surtout de son éloignement dont on fait alors l’expérience. Il y a en effet dans le geste épistolaire une fondamentale équivoque, dont l’exploitation conduit aux frontières de l’écriture poétique. La lettre semble favoriser la communication et la proximité, – en fait, elle disqualifie grâce à laquelle le texte littéraire peut advenir. Si l’écrivain voulait communiquer, il n’écrivait pas, et cette possibilité idéale de ne pas communiquer est sans doute la raison pour laquelle il entretient souvent des correspondances volumineuses, acharnées, s’efforçant inlassablement de convoquer autrui pour mieux le révoquer. (KAUFMANN, 1990, p. 8)

Dando continuidade ao nosso percurso, vejamos o que nos diz Rocha (1965, p. 16-17) sobre a data:

> **Data**: normalmente, a carta é datada. Além das conveniências de ordem prática que tal fato representa, tem ainda a vantagem de situar no tempo a feitura e o conteúdo da mensagem […] O problema consiste, pois, em saber se a carta não passa de efêmero noticiário, ou se nela perpassam verdades que não têm fim. Neste último caso, é bom lembrar que muitos dos grandes poemas da humanidade são acompanhados da data em que forma escritos, e isto não os invalida, positivamente.

A data é uma referência temporal, as cartas não têm autonomia textual, só têm verdadeiramente sentido na série temporal que as viu nascer, isto é, as cartas estão ligadas às circunstâncias que a determinaram: circunstâncias históricas, ideológicas, etc. Daí a importância de o editor, assim como o crítico, reconstituir o quadro cronológico. O fato de a correspondência ser datada permite acompanhar o desenrolar da vida do autor, suas idéias, e,

ao mesmo tempo, o desenrolar da história nacional, das idéias em voga na época em que viveu. Porém, a correspondência não é um caminho retilíneo, a carta se perde numa rede de bifurcações, de temporalidades distintas – enquanto obra de arte é intemporal. Rocha menciona um tempo cronológico/exterior, mas a noção de tempo é relativa; existe também um tempo interior, que aparece registrado nas cartas através das impressões e sensações do carteador e – que não corresponde necessariamente ao tempo cronológico. A assinatura é outro aspecto tratado por Rocha (1965, p. 19-21):

> **Assinatura** : a carta é um objeto assinado. A exemplo do que acontece com um quadro ou um móvel, adquire, por esse fato, maior valor material. Independentemente disso, a assinatura duma carta responsabiliza jurídica, moral e literariamente que faz uso dela […] Queremos que numa carta a assinatura faça fé, como palavra dada. E isto só vem confirmar o alto valor atribuído ao eu que a subscreve.

A assinatura é marca da autoria, um registro que está, portanto, sujeito à violência da nomeação. A assinatura assegura a origem, a filiação, ou, melhor dizendo, o discurso. Sem a assinatura – por exemplo, uma carta anônima –, o discurso é invalidado, pois se desconhece a paternidade, a origem dessa correspondência, a palavra perde o sentido de verdade. André Crabbé Rocha (1965, p. 23-24) conclui seu estudo sobre a epistolografia, dissertando ainda sobre o segredo, a divulgação e a publicação das cartas, seus valores biográfico e estético e seu conteúdo.

No tocante ao sigilo das cartas, as de Vieira foram interceptadas, violadas por seus adversários, que, a partir do contéudo nelas presente, lançaram-lhe inúmeras acusações, o que lhe valeu um processo inquisitorial. Em carta ao Rei D. Afonso VI, queixa-se de um religioso da Ordem do Carmo, que quebrou o sigilo da sua correspondência e publicou suas cartas sem a devida autorização:

> Vieram também do Maranhão, e publicaram-se, umas cartas que escrevi a V. M. por via do Bispo do Japão, em que dava conta a V. M. das contradições que tinha neste Estado a propagação da fé, e quão mal se guardavam as leis de V. M. sobre a justiça dos índios, das quais cousas me tinha V. M. mandado repetidamente desse conta a V. M. por via do Bispo, e juntamente que apontasse os remédios com que se lhe podia acudir. E, porque assim o fiz, nomeado entre os transgressores das leis aos religiosos do Carmo, cujo Provincial, Frei Estevão da Natividade, foi o primeiro que a quebrou, este mesmo Provincial, indo embarcado para o Reino no navio em que iam as ditas cartas, sendo tomado pelos Dunquerquezes, teve traça para as haver à

> mão, e as teve em segredo até a morte do Bispo, e depois dela remeteu aos seus frades, e as publicaram e se executou o que por muitas vezes, no público e no secreto, tinham intentado. **Ao Rei D. Afonso VI – 21 de maio de 1621**. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 585)

Em função da quebra de sigilo de sua correspondência e da perseguição inplacavél que sofreu por parte da Inquisição, Vieira se corresponde com D. Rodrigo de Meneses através do Reitor do Colégio de Coimbra, Padre Gaspar Moreira. As cartas de Vieira eram remetidas através do Reitor com tanto segredo, que não levavam o nome no sobrescrito – e as que vinham de D. Rodrigo passavam da mesma foram. Em carta a D. Rodrigo de Meneses, diz que o atraso na correspondência se deve à ausência do Padre Reitor que servia de intermediário: "Senhor. – Muito se deteve esta carta de V. S^{a}, que recebi em 25 sendo escrita aos 12; devia ser a causa a ausência do Padre Reitor, que foi passar a festa à banda de além, logrando os privilégios da liberdade, que eu lhe não invejo mais até o Loreto." **A D. Rodrigo de Meneses – 28 de abril de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II.., p. 47).

Temendo comprometer seus aliados, Vieira não citava os nomes daqueles que os estavão ajudando na questão da reintegração dos judeus no reino de Portugal: manteve em sigilo o nome dessas pessoas. Aos Judeus de Ruão escreve: "As coisas grandes não se acabam de repente; hão mister de tempo e todas têm seu tempo. O desta parece que é chegado, porque vejo concorrerem para ela todas as influências, de que não digo mais, porque isto é papel." **Aos Judeus de Ruão – 20 de abril de 1646** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 93).

Faz atenção ao que escreve, ao que pode ser dido ou não e a quem deve endereçar as cópias das suas cartas. Assevera em carta datada de 26 de maio de 1664: "Eu lhes comunico o que se pode comunicar, e guardo so para mim o que convém reservar, em que sou mui acautelado e escrupuloso; e o mesmo faço em algumas cópias que envio ao Padre Provincial com quem tenho esta correspondência, o qual anda visitando a Província" **A D. Rodrigo de Meneses – 26 de maio de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II.., p. 55).

Para o leitor desfamilharizado com o contexto em que Vieira estava vivendo, rodeado de perigos por todos os lados, algumas cartas são quase incompreensíveis. Obrigado foi, por força das circunstâncias, a escrever em código: "Estimei ler os sentimentos dos cisnes do Tejo. Na Bahia houve também um papagaio, que também falou no mesmo assunto, e o não remeto a V. M.^{cê} por ser de língua tão grossa." **A Diogo Marchão Temudo – 3 de julho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 624). Em carta enviada a D. Rodrigo de Meneses, podemos verificar que costumava falar em código com alguns de seus correspondentes: "Beijo a mão

de V. S.ª pela fineza da separação daquele quaterno, e pela do afeto com que V. S.ª intercede pelo cesteiro.” **A. D Rodrigo de Meneses – 19 de janeiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 111). O cesteiro é Antônio Vieira. Na verdade, trata-se de um agradecimento a D. Rodrigo, que interveio a seu favor para que saísse de Coimbra.

Mais enigmática ainda foi a carta que enviou a D. Duarte. João Lúcio de Azevedo esclarece em nota de rodapé que o “feto” corresponde à proposta dos cristãos novos, as parteiras são provavelmente o Conselho Geral do Santo Ofício, a que aquela foi submetida para dar parecer e o “faraó” é o regente D. Pedro:

> Esta semana não recebi carta de V. S.ª, nem de novo tenho que dizer nesta mais que lamentar-me das tardanças da nossa terra, em que parece *non est virtus as pariendum*. Ouço que, estando o feto já animado e perfeito e para sair à luz, foram chamadas certas parteiras que, se for macho lhe hão de torcer o pescoço, que sendo esta a tenção do nosso Farao, o qual se escreve tem não só entendido, mas resoluto este negócio como lhe convém. Eu o duvido, e me faz mais duvidar uma carta que lhe chama monstro. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 10 de janeiro de 1673** (AZEVEDO**,** 1926, T.II., p. 556-557)

Sobre o valor estético e biográfico, Rocha (1965, p. 24-25) relata que a justificação de ordem biográfica é a mais fácil de demonstrar. Incontestavelmente, é a carta uma revelação da personalidade íntima, tanto no que tem de mais superficial, como de mais profundo. A começar pela própria letra[18]. As cartas nos ajudam também a compreender melhor a obra de um autor, já pelas confidências concretas que faz acerca dela, já pelas reações humanas que lhe explicam, em certa medida, a gênese. Se a correspondência for suficientemente vasta e variada – pois é certo que uma carta isolada nem sempre dá a chave de uma personalidade –, podemos assim acompanhar o artista da mocidade à velhice, seguindo, ao mesmo tempo, as peripécias da sua existência e as feições salientes de seu caráter, a evolução das suas idéias, das suas doutrinas estéticas, das suas preocupações dominantes, etc.

No que concerne ao conteúdo das cartas, Rocha (1965, p. 26) afirma que não há como estabelecer os limites da carta. Já vimos que os fatores anexos à sua própria contextura a aproximam do diário, da confissão, do romance, do relato de viagem e, até, do teatro, mas as especulações que se possam fazer nesse domínio não bastam para a identificar com qualquer desses gêneros. É certo, no entanto, que se nos debruçarmos sobre os textos, deparamo-nos com legítimas parcelas de descrição, de doutrina, de diálogo e, mesmo ocasionalmente, de

[18] No Anexo III, o leitor poderá verificar a caligrafia de Vieira.

poesia intercalada. Isto é, confundem-se, por momentos, com qualquer das formas literárias. A carta se presta a todos os assuntos e a todos os tipos: amorosa, de amigo, espiritual, política… Não testemunha necessariamente um único acontecimento, às vezes se dirige a mais de uma pessoa; enfim, não segue um modelo rígido.

Ainda falando sobre as cartas jesuítas, elas seguem uma classificação tipológica, segundo a matéria: *cartas familiares* (são coisas civis da vida de relação), *cartas negociales* (coisas especulativas doutrinárias ou próprias da política da "razão de estado"), *cartas deliberativas* (aconselham ou desaconselham determinadas ações), *cartas epidíticas* (sobre a morte) e as *judiciais* (em que o remetente reclama sobre as injustiças e pede justiça), tal como registra Pécora (2001, p. 33). Essa tipologia é seguida pelos jesuítas. As diferentes escolas epistolares apresentam outras classificações ou variações na tipologia.

Vejamos, por exemplo, a tipologia organizada por Marie-Claire Grassi. Conforme Grassi (1998, p. 94), encontramos a *carta de amor* em cinco situações afetivas: amor paixão: cartas entre amantes; amor conjugal: cartas entre esposos; amor fraternal: cartas entre irmãos e irmãs; amor parental: cartas entre pais e filhos; amizade-amor: cartas entre amigos. Sobre o plano temático, a carta de amor apresenta unicidade, ou uma quase unicidade do tema: fala-se exclusivamente de amor. Como observa Barthes (1994), em **Fragmentos de um discurso amoroso**, esse tipo de carta é freqüentemente uma escritura de amor doente de ausência. Para autores comoVignod (1993, p. 26), há apenas dois tipos de carta de amor: a de declaração, que justamente declara o afeto, confessa um sentimento; e a de ruptura, que põe término, rompe uma relação até então existente. As **Cartas de Aberlardo e Heloisa** e as **Cartas Portuguesas** são os exemplos mais conhecidos de carta de amor.

Com relação à *carta de confissão*, Grassi (1998, p. 100-101) explica que a carta de tom confessional é uma carta em que o remetente dá conta de si, fala dele mesmo sempre na primeira pessoa. A carta de confissão é um tipo de carta mais centrado sobre o eu, um eu que se tornou verdadeiramente onipresente. Este tipo de carta apresenta um dialogismo reduzido ao mínimo. Na verdade, o dialogismo é deslocado: a relação do eu ao outro torna-se a relação do eu ao eu, em uma operação análoga àquela do diarista que se inscreve através de seu diário íntimo: nos dois casos, fala-se apenas de si mesmo. Trata-se de tornar o destinatário o mais opaco possível. Na verdade, a carta serve de pretexto para falar de si. As cartas de Jean-Jacques Rousseau a Chrétien-Guilhaume de Lamoignon de Malesherbes fazem parte dessa tipologia.

A *carta polêmica ou panfletária* traz um assunto de polêmica, conforme Grassi (1998, p. 107), que pode ser político, literário, religioso. Às vezes esses diversos aspectos

estão relacionados. O princípio da carta polêmica é de responder, de denunciar e de convencer de uma outra verdade. Grassi (1998, p. 109) nos esclarece ainda que a multiplicação dos interlocutores, o tom irônico e a argumentação fazem da escritura desse tipo de carta uma forma privilegiada de liberdade de pensamento. Esse pensamento livre e contestador introduziu a polêmica na literatura. Um exemplo de carta panfletária: **As provinciais**, de Pascal.

Falemos agora da *carta moral, curiosa e exótica*. Depois do final do século XVII, a descoberta do globo induz a uma nova concepção de homem. Grassi (1998, p. 112) comenta que, através das cartas e narrativas, viajantes e missionários descobrem costumes e pensamentos diferentes. Esse tipo de carta moral, curiosa e às vezes exótica abre-se para o mundo, inclina-se à observação crítica, torna-se uma forma ideal de denúncia dos costumes. **As cartas persas**, de Montesquieu, ilustram esse exemplo.

A *carta didática*, segundo Grassi (1998, p. 117), é a que melhor ilustra o gênero demonstrativo ao qual pertence a carta. O demonstrativo é, por exelência, o dominio da ordem e do conselho. Com efeito, ela previne, aconselha, persuade, convence – esses são os objetivos dessa carta. A relação entre os dois protagonistas tem senso único: de um lado, o mentor, sábio, velho, mestre, que detém a sabedoria, a experiência;de outro lado, um aluno, um discípulo: uma criança, que se encarrega não somente de receber a mensagem, mas de fazê-la frutificar. Real ou fictícia, a carta tem uma visão didática muito defendida no século XVIII. As cartas de Lord Chesterfield a seu filho exemplificam esse tipo de carta.

No entanto, a carta não pertence exclusivamente a uma única tipologia; ela tem características predominantes de uma dada classificação, mas isto não quer dizer que não agregue características de outras. Dito de outra forma, mesmo seguindo o modelo de carta jesuíta, encontramos nas cartas de Vieira: um tom confessional, já que ele dá conta de si aos seus correspondentes, e um tom polêmico, pois responde às acusações que lhe são imputadas e também faz denúncias. Encontramos, igualmente, características da carta moral, uma vez que, como missionário, descobriu e relatou os costumes locais, e, por fim, emergem características da carta didática uma vez que preveniu, aconselhou seus correspondentes, transmitiu ensinamentos. Somente as características atribuídas à carta de amor são atenuadas em seu texto epistolar, o amor que deixa transparecer, até pela sua condição de sacerdote, é o amor incondicional a Deus, o amor fraternal com que se dirige aos seus correspondentes. Podemos dizer que há, assim, em suas, cartas um certo hibridismo de tons.

Sendo assim, a carta, pelo que pudemos perceber, é uma escritura de sociabilidade até a metade do século XIX, sua escritura obedece às regras da retórica e do cerimonial fixadas

pelo uso. A diversidade de estilos e de temas cria dificuldades em estabelecer uma tipologia, de avaliar uma carta dentro de sua situação de escritura. A função dos manuais epistolares é tentar formalizar, sistematizar determinados índices de identificação do gênero. Tarefa esta fadada à constante reavaliação, uma vez que o gênero epistolar, como aliás todos os outros gêneros literários, é *mutatis mutantis*. Indisciplinado, o gênero epistolográfico vive em um permanente processo de transformação, de evolução, pois trabalha com a linguagem.

1. 3 Um Gênero Literário

Os críticos, de uma maneira geral, parecem estar mais atraídos pela correspondência privada dos escritores do que por se interrogar sobre a especificidade do gênero epistolográfico, gênero negligenciado em seu estudo. No dizer de Bouzinac (1995, p. 8), a carta sempre foi considerada uma produção paralela ou inferior, jamais um lugar de verdadeira criação, sempre foi vista como ante-sala da criação. Gênero menor, marginal, sempre na fronteira do literário, as cartas se tornaram um objeto literário paradoxal, isto é, embora difundidas, editadas, comentadas, exatamente como as outras obras literárias, continuam fazendo parte de um gênero depreciado.

No juízo de Diaz (2003, p. 5), as cartas sempre foram reduzidas ao *status* subalterno de dados biográficos ou psicológicos, amarradas a um indivíduo, a uma história, reduzidas ao pessoal, ao íntimo, tendo seu passaporte sempre recusado na esfera do literário. Não pretendemos nos alongar num inventário exaustivo de todas as definições existentes acerca do gênero, mas confrontá-las, buscando mostrar a evolução conceptual do gênero epistolográfico. Começamos nossa pesquisa pelo dicionário enciclopédico Larousse:

> Épistolare (lat. epistolaris;de epístola, lettre, épitre). Qui a rapport à la correspondance: commerce epistolaire, style, genre epistolaire. Encycl. Le genre épistolaire ne doit compredre, à vrai dire, que les recueils de lettres familières, écrites par telle ou telle personne à telles ou telles autres, ou que se sont écrites mutuellement telles ou telles personnes. Les romans, les traités, les pamphets en forme de lettres ne rentrent donc pas dans la littérature épistolaire proprement dite. (LAROUSSE, 1930, p. 225-226).

No que tange à primeira definição devemos, antes de tudo, esclarecer a diferença entre carta e epístola. A carta é sempre particular, refere-se a uma circunstância específica, a um destinatário específico, é tratada dentro de uma perspectiva particular. Sua escrita "carrega a marca da pessoalidade", reproduz a fala simples de "pessoa natural". Quanto à epistola, não tem necessariamente destinatário individualizado, pois, tratando de modo dissertativo de questões gerais, teóricas e doutrinárias, é dirigida à coletividade anônima do público. Na epístola, figura a *auctoritas* doutrinária investida no nome do remetente, que a aceita para dar autoridade ao que diz, admitindo, por isso, a impessoalidade e o anonimato de um discurso didático, teórico ou doutrinário[19].

Devemos, da mesma forma, esclarecer a tênue diferença entre correspondência e gênero epistolar. A correspondência, conforme Bernier (2002, p. 122), é um conjunto de cartas realmente expedidas que põem em cena um eu não metafórico se dirigindo a um destinatário igualmente não metafórico. Ela se difere, dessa forma, do gênero epistolar no processo da dupla enunciação: epistológrafo/destinatário, no sentido de que o gênero epistolar não leva em consideração se epistológrafo e destinatário são reais ou fictícios, se as cartas foram realmente expedidas ou não.

Interessante observar, ainda, que o dicionário Larousse considera somente as cartas familiares como pertencentes ao gênero epistolar, essa definição ignora toda uma tipologia de cartas, entre elas as pafletárias, e, sobretudo, não leva em conta o fato do romance epistolar ter sido fundamental para a consolidação do gênero. Todavia, precisamos prosseguir na busca de novas definições:

> Epistolar (do lat. epistolar) comprende as obras da epistola, próprio das cartas ou da correspondência familiar escrita: estilo epistolar [Litter. Gênero epistolar]. A epistolografia. Encycl. O gênero epistolar compreende as obras de toda natureza compostas sob a forma de cartas. Todavia, convirá por de parte certas espécies de cartas cujo interesse é, por assim dizer, extra-epistolar. Especializaremos as cartas em forma da romance (Clarisse Harlowe, a Nova Heloísa, Delphina, os tratados e Cartas de Sêneca a Lucilio, carta de Fenelon sobre os trabalhos da Academia, carta de Rousseau sobre os espetáculos). Os primeiros padres da Igreja deixaram grande porção de correspondência teológica; são particularmente apresentadasas cartasde Agostinho, Jerônimo, etc. (ENCICLOPÉDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL, s.d., p. 356)

[19] Com exceção da **Epístola aos hebreus**, assim com a **Segunda** e a **Terceira de João**, que são "verdadeiras cartas". Os interlocutores iniciais de São Paulo eram pessoas particulares com quem tratava de assuntos particulares. Depois essas cartas foram reunidas pela Igreja e passaram a compor um capítulo do Novo Testamento (HANSEN, 2003, p. 18-19).

E “Epistolografia [De epístola] s. f. Gênero literário respeitante a cartas. 2. Arte de escrever cartas” (AURÉLIO, 1999, p. 1651). As as definições parecem confluir no que diz respeito à epistolografia enquanto correspondência familiar, privada, fazendo uma clara distinção entre os outros tipos de cartas que seriam classificadas como sendo de interesse extra-epistolar, como, por exemplo, a correspondência teológica. Evidencia-se que a carta é considerada como um “gênero menor”, não literário.

Essas definições não levam em conta o fato de que, na epistolografia, embora carregue a marca da pessoalidade, esse eu deve ser compreendido como um outro. Philippe Lejeune nos lembra a velha fórmula de Rimbaud: “*je est un autre*” – eu é um outro –, fórmula que desmascara o mito do sujeito pleno, pessoa que se quer legítima, que desfaz a coerência e unidade aparente dos “eus”, trazendo a suspeita para o centro da enunciação: “Ici bien sûr, je est un autre: il a toujours deux auteurs. Mais surtout: la forme et la fonction du ‘je’ varient considérablement d’ un genre à l’autre, selon la nature des médias et selon situations de communication qu’ ils construisent et les rapports sociaux qu’ ils produisent” (LEJEUNE, 1980, p. 8).

Devemos considerar a existência dos autores múltiplos de um mesmo “eu”. Ao mesmo tempo um jogo social pelo qual os sujeitos se reproduzem, o eu é um outro porque sua enunciação esconde instâncias múltiplas. Esse eu reproduz as imagens da civilização que o concebeu, faz de cada um dos “outros” que nós somos um “eu” bem determinado. Na medida em que a escritura é uma prática solitária, dificilmente se observa a articulação das fases de um trabalho de escritura. Aquele que escreve escolhe um modo de enunciação, um tom, elabora a instância que diz eu. A pessoa que profere um enunciado é considerada autor, sujeito fundador, proprietário do *logos* e produtor de um discurso unívoco.

Retomando a questão das definições acima citadas, a reflexão de Lejeune nos ajuda a compreender que a linguagem não pode ser pensada como simples atributo de uma pessoa. A linguagem preexiste ao eu, há um conjunto de práticas de enunciação que são o verdadeiro sujeito da criação literária e que determina a forma e o conteúdo das obras. A carta situa-se entre o indivíduo e a sociedade, entre o permitido e o proibido. Nessa articulação, o indivíduo é porta-voz de estratégias políticas, sociais, culturais, afetivas, é o reflexo de uma categoria social. No entanto, a terceira definição fornecida pelo dicionário Aurélio considera a epistolografia como um gênero literário, que engloba o estudo de todos os tipos de cartas, públicas ou privadas.

Em nosso trabalho, torna-se igualmente providencial distinguir a carta da relação. Tanto em Língua Portuguesa quanto em Língua Francesa, o significado parece ser o mesmo: relação, do latim *relacione*, substantivo feminino: ato de relatar, relato, descrição, notícia, informação, lista.

> Relation n. f. (lat. relatio, récit, narration. v. Relater) 1. Didact. Le fait de relater, de rapporter en détail;paroles par lesquelles on relate. V. Procès-verbal, récit. Relation orale, écrite. Rélation d' un témoin. V. Témoignage. Faire la relation, une relation des événements. Récit fait par un voyager, un explorateur. Relation d' un voyage en Chine. Loc. (Vielli) Ouvrage de oration: récit de voyage. Terme de relation: mot indigène rapporté par un voyager. (ROBERT, 1984, p. 1673)

A *Relação*[20], embora observe as convenções letradas determinadas pela *ars dictaminis*, é uma carta bem mais longa, quase um capítulo, endereçada exclusivamente aos membros da Ordem Jesuíta, onde geralmente se dá conta de tudo o que se passou durante um ano (*Carta Annua*) ou até mais, pois, em decorrência de guerras, epidemias e falta de correio, os missionários eram impedidos de escrever com a regularidade que deveriam. A relação, enquanto gênero, se aproxima mais do diário. O termo Relação diz respeito a um gênero de "natureza compósita", como bem explicitou Remi Ferland: uma mistura de relação de viagem, autobiografia, diário, memórias, donde provém a dificuldade em defini-la:

> Mais la lettre ou relation missionnaire, à la fois, morceau d' histoire et constat de l' évangélisation, peut aussi être considérée comme une sorte de journal, où le missionnaire, tout em consignant les événements, les commente et les juge, s' inscrivant du coup comme narrateur et personnage de cette narration […] En raison peut-être de cette nature composite, les lettres de mission rejoignent un large public de dévots, de philosophes, des gens du monde curieux d' exotisme. Leur succès semble considerável, si on em juge par la régularité de telles públications. Au XVII siècle, les jésuites français produisent des Relations des pays de mission les plus divers, de la Nouvelle – France, de la Chine, du Levant, des Antilles. (FERLAND, 2000, p. 13)

[20] Ver Anexo IV: a **Relação de 1624**, escrita por Antônio Vieira. Dada a sua extensão, reproduzimos apenas as partes que julgamos mais significativas. O leitor poderá lê-la na íntegra na edição compilada por AZEVEDO, João Lúcio de. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, T.I.. 1925. Biblioteca de Autores Portugueses. p. 3-71.

A carta missionária atesta múltiplas funções, informa sobre clima, alimentação, costumes locais; presta conta do processo evangelizatório; e encontra, desde o seu início, uma boa recepção, não só por parte do destinatário, mas dos leitores em geral:

> Dès les débuts aussi, saint Ignace de Loyola demande à ses missionnaires "des rapports sur tout ce qu' il est utile de savoir: climat, nourriture, coutumes, caractère des gens, bref tout ce qui semble nécessaire pour le culte de Dieu et le bien des âmes". Ces comptes rendues, tout en renseignant le supérieur sur les besoins de la mission, lui permettent de mieux choisir les futurs missionnaires et de leur assurer une fomation valable, adaptée au contexte de l' évangélisation. Ils servent aussi à l' information et à l' édification de la communauté et les cas échéant, du grand public. Cette pratique n' a rien d' exceptionnel dans la Compagnie de Jésus, où la lettre, non plus seulement missionnaire, mais de façon plus large, doctrinale ou spirituelle, constitue un genre littéraire et une véritable tradition instituée par saint Ignace lui-même. Dès son époque en effect, les lettres, les siennes et celles d' autrui, rejoignent un cercle très extensible de lecteurs, qui ne recoupe pas celui des destinataires explicites. (FERLAND, 1992, p. 12-13)

O gênero que mais se aproxima da Relação é o diário. Na opinião de Bouzinac (1995, p. 21), esse gênero pode ser identificado por cinco aspectos que o caracterizam: o diário é escrito no dia-a-dia, o conteúdo é prioritariamente da ordem do privado, o autor não se dirige senão a ele mesmo – ponto de diferença essencial entre a correspondência, o texto não é, a princípio, destinado à publicação, o diário se estende por um longo período de tempo. Entretanto, o diário, a Relação e a carta são gêneros que, por sua "natureza compósita", aproximam-se e confundem-se com outros gêneros, tais como: a crônica, a autobiografia e as memórias. Essa mistura é visível nas cartas.

Lucken (2004, p. 94) nos explica que a crônica é de origem grega, construída sobre o *cronos*, o tempo da história universal, com suas datas. Nos dias de hoje, designa igualmente um artigo de jornal relatando as novidades do momento em um domínio particular, acompanhados freqüentemente de um comentário. Schüler diz, ainda, que a crônica chama a atenção para o narrado, o foco é o acontecimento; já na carta, o foco é o receptor:

> Carta não é crônica. A crônica, ignorando o narrador, chama a atenção para o narrado. O receptor, não incorporado na elaboração do texto, dilui-se no geral, sem idade, sem classe social precisas, fora de tempo e de espaço localizados. Na carta a relação emissor-receptor ocupa o primeiro plano. O rei tem em mãos um documento escrito por uma testemunha. Testemunha o cronista não precisa ser. A carta, vinda do próprio teatro dos acontecimentos, sublinha o espaço, a distância. Trazida das regiões de além do oceano, a carta define o outro mundo que, tocado pelos descobridores, se define como periferia. O espaço distingue esta carta dos

> documentos produzidos no continente europeu. Do sonhado passa-se ao visto. A visão toma o lugar da imaginação […] A carta desde o descobrimento conquistou um espaço no âmbito da produção literária. (SCHÜLER, 2001, p. 25)

O termo *autobiografia*, relata o Cantin (2004, p. 35-36), apareceu no vocabulário da crítica francesa na primeira metade do século XIX, e designa um conjunto de memórias que dizem respeito mais à vida do seu autor do que aos acontecimentos que ele testemunha. A definição mais conhecida ou mais famosa que temos sobre autobiografia nos foi fornecida por um dos maiores estudiosos do gênero, Philippe Lejeune : "Récit rétrospective en prose qu' une personne réelle fait de sa propre existence, lorsqu' elle met l' accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l' histoire de sa personnalité" (LEJEUNE, 1983, p. 138). **As confissões**, de Jean-Jacques Rousseau é considerado como texto inaugural do gênero autobiográfico.

Quanto ao gênero denominado memórias, este tem como função primeira relatar fatos ou acontecimentos particulares, para servir à história. Cantin (2004, p. 385) esclarece que o emprego da palavra no plural designa, desde o século XVI, um gênero que participa ao mesmo tempo da história (como herdeiro das crônicas e anais) e da autobiografia, uma narrativa onde uma pessoa registra os fatos que ela considera como dignos de serem relatados ou necessários a um testemunho ou a uma justificação.

Geralmente publicadas *post mortem*, as memórias, ao contrário da autobiografia, só cobrem uma parte da vida do autor, em que ele dá o seu testemunho histórico sobre algum acontecimento em que esteve envolvido, como em **Les Mémoires de la Cour de France**, escritas por Madame de Lafayette. Gênero em que realizam uma apologia dos seus feitos, é o preferido dos homens de Estado, utilizado para legitimarem as suas ações, sobretudo após terem caído em desgraça. **Mémoires de La Rochefoucauld** e **Mémoires de Guerre De Gaulle** ilustram esse gênero.

É preciso informar ao leitor que gêneros como o epistolográfico, o diário, a autobiografia e as memórias, gêneros em que é visível a "narração de si", monumentos funerários erguidos em homenagem própria, são chamados pela crítica contemporânea de literatura pessoal[21]. As Relações jesuítas, as cartas, o diário, as crônicas, a autobiografia, as memórias fazem parte, igualmente, do que chamamos de literatura de viagem[22].

---

[21] "Littérature personnelle est un terme générique désignant toutes les formes que peut prendre le 'récit de soi'. Il recouvre des pratiques variées, plus ou moins rétrospectives (souvenirs ou journal intime), plus ou moins attentives au contexte (mémoires ou autobiographie) , plus ou moins fictionnelles (confession ou roman

Os textos escritos pelos jesuítas – Relações, cartas – revelam um mundo desconhecido. O afrontamento de alteridades, na tentativa de implementar um modelo ocidental cristão, revelam como esse deslocamento dos missionários moldou o mundo e a humanidade, o quanto essa escritura de viagem está fundamentada em princípios estéticos e ideológicos. Continuando nossa busca por outros conceitos, Marie-Claire Grassi, uma das maiores especialistas no estudo do gênero epistolográfico, fornece, em seu livro **Lire l'épistolaire** (1998), uma definição ainda mais pormenorizada:

> Le mot latin, littera, signifie lettre, au sens de "lettre "de l'alphabet. Au pluriel, litterae, le mot désigne toute espèce d'écrit au sens large, lettre, missive, êpitre: "*Dare alicui litteras ad aliquem* "confier à qu'un une lettre pour un destinataire. On parle de correspondance lorsqu'une ou plusieurs lettres sont échangées entre deux personnes dans la réciprocité. Correspondre vient du verbe latin *correspondere*, où l'on trouve une double référence à l'autre: cum respondere, répondre par rétour, être en réponse avec quelqu'un. La réprocité de l'échange est donc au cœur de la notion de correspondance. Une lettre peut être isolée ou être l'élément d'une véritable correspondance établie entre deux personnes, correspondance qui sera soit ponctuelle, soit étalée sur nombreuses années (GRASSI, 1998, p. 2)

Em relação à definição de Grassi, a palavra latina *littera* significa letra, no sentido de letra do alfabeto, e no plural *litterae* significa, no sentido mais amplo, carta, missiva, epístola. Sobre a epístola já tecemos comentário no item anterior. Contudo, cabe precisar a diferença entre carta (*lettre*) e missiva (*missive*), empregados em Língua Portuguesa como palavras sinônimas:

> Missive, vient du latin missus, envoyé. Le terme désigne tout message écrit.I.l est en général circonscrit à l'expédition de lettres officielles, royales ou princières et

---

mémoriel) plus ou moins privées (correspondance ou journal) , qui, toutes, présentent les événements vécus ou les réflexions faites par un individu à la fois rédacteur et acteur du récit" (CANTIN, 2004, p. 452-453).

[22] Segundo Maggetti (2004, p. 644-665), "La littérature de voyage comprend l'ensemble des écrits qui sont en relation avec le fait de voyager: formule qui n'est tautologique qu'en apparence, car la diversité de l'expérience du voyage, de ses buts et du sens qu'on lui prête a donné lieu à une production foisonnante. Des textes de nature et formes différents convergent ainsi dans une thématique, mais, au-dèla, sont unis par une même problematique du 'moi' et du monde". Wladimir Krysinsky se aprofunda ainda mais: "narrativa de viagem", "relato de viagem", "crônica de viagem", "viagem de X ao país de Y", todos esses títulos e denominações remetem ao longo dos séculos a uma exuberância textual, determinada pelo fato de que o deslocamento moldou o mundo e a humanidade. "A viagem também formou a cultura e, em certos casos, como o de Portugal, foi a própria sociedade que a moldou. A viagem é então consubstancial à história, à mitologia e à literatura, sem falar, evidentemente, da etnografia. A viagem é um dos arquétipos temáticos e simbólicos entre os mais produtivos da literatura. Sempre renovável, voltada para um lugar variável por excelência, a viagem oferece à literatura uma de suas grandes matérias primas" (KRYSINSKY, 2007, p. 181).

> étroitement associé aux messagers privés, antiques et médiévaux, chargés de les acheminer. Le terme tombe en désuete dès les XVII siècle au moment où précisément s'instaure la "poste aux lettres", aux missives pour tous (GRASSI, 1998, p. 3)

Circunscrito à expedição de cartas oficiais, sobretudo de reis, o termo está estreitamente associado aos mensageiros particulares, antigos e medievais, encarregados de encaminhá-las. Está relacionada, portanto, a um protocolo oficial, a uma prática social vigente até o século XVII, quando o termo veio a cair em desuso com a instalação do correio[23].

Refletindo ainda sobre a definição de epistolografia, para que exista correspondência é preciso que exista troca de cartas. A obrigatoriedade da troca está no coração da noção de correspondência. A carta não visa apenas a informar; ela estabelece diálogo, promove intercâmbio de sentimentos, idéias, aproxima e solidariza os homens. Do ponto de vista das relações humanas, aproxima o indivíduo e a sociedade. André Crabbé Rocha enaltece, assim como Grassi, a integração e os laços de fraternidade entre os homens, promovidos pela escrita epistolar. A carta funciona como um antídoto à solidão e sua escritura não é privilégio somente de literatos, há grandes carteadores que não são escritores profissionais:

> A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano *Communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda "pôr em comum", "comungar". Escreve-se, pois, ou para não estar só, ou para não deixar só: lição de fraternidade, em que as palavras substituem os atos ou os gestos, vale no plano afetivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura-dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo […] A contextura literária da carta é um fato que se sobrepõe a esse elemento primordial. Nem sempre, de resto, coincide com o fato de porvir da pena dum literato profissional. Há grandes artistas que são epistológrafos medíocres, há outros que são, cumulativamente, excelentes carteadores. (ROCHA, 1963, p. 13)

---

[23] Conforme Grassi (1998, p. 3), o bilhete embora seja uma pequena carta ou mais precisamente uma carta em miniatura, não pode ser confundido com a carta, justamente por ser escrito sem cerimônia, sem observar normas. Não se pode, igualmente, confundir cartão-postal com carta. O cartão postal, com uma das faces ilustrada e a outra reservada para correspondência, não requer segredo. Todavia, Jacques Derrida (1980), em seu livro **La Carte Postale**, desenvolve a tese de que todo documento escrito, isso inclui naturalmente a carta, terá o mesmo devir que o cartão postal, isto é, não será apenas lido por seu destinatário, será exposto à publicidade, ao público, e sofrerá ainda um processo de fragmentação; uma parte do texto será destacada e recolocada ou enxertada em um outro contexto.

Precisamos registrar ainda a polêmica que gira em torno das cartas convencionais, isto é, escritas com cerimônia, e as cartas íntimas ou familiares. Nem todos os críticos aceitam essa divisão e muitos recorrem à etimologia das palavras cerimônia e íntimo para questionar a pertinência dessa divisão que, no entender de muitos, só passa a vigorar a partir do século XIX, quando a carta perde sua rigidez[24]. Essa divisão se torna mais problemática ainda se pensarmos que a carta convencional "esconde em suas dobras" infinitos detalhes íntimos: "Certes l'écriture conventionelle est plus rigidement codée, l'écriture intime plus spontanée. Mais combiem de lettres sont inclassables et cachent mal dans les plis de leur apparent rigidité d'infinis détails intimes." (GRASSI, 1998, p. 6).

Preliminarmente, pelas definições aqui expostas, percebemos que a questão nevrálgica no que toca à epistolografia é estabelecer as normas de literariedade de uma carta. A carta tem sido tradicionalmente pensada como gênero de fronteira: ancorada na territorialidade, encerrada em um espaço, fixada a um conteúdo, a um sentido específico. De um lado, encontramos as cartas ditas literárias (plano estético), baseadas na norma, na escritura codificada, e, de outro, a carta dita ordinária ou comum, de comunicação, com visada puramente instrumental, pragmática, baseada em uma escrita de expressão espontânea:

> On pourrait penser qu'écrire une lettre, c'est simplement copier les bonnes formules. Ce n' est pas que cela. Toute lettre est une re-création personelle d'un espace codifié de communication sociale. L'intérêt de son étude est d'analyser la manière dont un épistolier s'affranchit des contraintes prend des libertés avec les formules, forge son propre lexique de l'affectivité, élabore sa stratégie stylistique, pour tendre vers ce que Bernard Beugnot appelle "une écriture à la manière de soi. (GRASSI, 1998, p. 5)

A carta poderia, assim, ser entendida na acepção antiga da palavra fronteira: "Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram […] é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente" (BHABHA, 1998, p. 19). No estudo de um gênero, não há linhas divisórias (*borders*), mas um espaço fronteiriço (*bordeline*), onde predomina a ação, a mobilidadde, onde se abre caminho, se expande o espaço de criação. As

[24] A palavra cerimônia, conforme Grassi, vem do latim *caerimonia*, que significa caráter sagrado, manifestação religiosa, culto. A escritura de cerimônia obedece, portanto, à ordem social e à hierarquia. Segundo a autora, a palavra íntimo, também do latin *intimus*, não é sinônimo de privado: "Dans la sphère du privé, et avec une infinité de nuances, une lettre pourra donc être conventionnelle ou intime. La familiarité est un style, même si par voie de conséquence c'est une catégorie de lettres écrites 'sans cérémonie'" (GRASSI, 1998, p. 45).

cartas de Antônio Vieira historiam esse ultrapassar das fronteiras de suas relações, para se dirigir a outros leitores, para atingir subjetividades outras.

A distinção entre carta ordinária e literária é muito mais uma questão de grau do que de natureza. A correspondência de Vieira, como a de outros escritores, comprova essa evidência, cada tipo de carta revela um certo grau de literariedade, ou, melhor dizendo, a escritura estética e a comunicacional se estrecruzam em graus variados de literariedade. A língua, por exemplo, é um fator hegemônico, um dos determinantes do capital literário, isto é, da literariedade: "Em virtude do prestígio dos textos escritos em certas línguas, existe no universo literário línguas consideradas mais literárias que outras e que pretensamente encarnam a própria literatura" (CASANOVA, 2002, p. 33).

Literariedade não pode ser medida apenas por fatores políticos, econômicos, línguísticos (pelo prestígio de uma língua), mas pelo trabalho desenvolvido em outras instâncias: pelos tradutores, pelos leitores, pela crítica especializada, pelas editoras, pelo mercado, que determinam o que vem a ser literariedade, pela prática e pelo uso dentro do campo intra/interliterário.

Portanto, essa reflexão sobre a literariedade e, conseqüentemente, o gênero epistolográfico, explica-se pela teoria do polisistema, desenvolvida por Even Zohar (1990), teoria que concebe o literário dentro de um sistema dinâmico e heterogêneo, que explica o fato de uma carta não ficcional vir a ser, em outra época, considerada literatura, ou uma carta considerada literária, por determinada época ou instituição, vir, num outro momento, a ser considerada não ficional. Essa permanente tensão dialética entre a literatura dita canônica, de centro ou maior, como é chamada por alguns críticos, *versus* uma literatura dita não canônica, "periférica" ou "menor", através de um processo de transferências, de maior ou menor grau, faz emergir novas formas literárias:

> On a pu arguer de ce caractère essentiellement hybride du genre pour reléguer dans les limbes du panthéon littéraire, mais c'est précisément cet aspect composite qui fait sa souplesse et sa richesse, qui permet les multiples variations de ses formes, et son utilisation à toutes sortes de fins et des sujets. Genre de frontière, qui a effectué une migration de la sphère du discours vers la sphère littéraire, la lettre est un creuset où peuvent éclore des formes nouvelles. (BOUZINAC, 1995, p. 14)

Se compreendermos a carta como texto hibrído no sentido que Canclini (1989) lhe atribui, marcado por uma heterogeneidade de formas artísticas e pelo entrecruzamento de

discursos, em que as linhas do dizer se misturam com as da vida, essa hibridação de intencionalidades e de tons gera um objeto compósito, ela funciona segundo a lógica da interface, que põe em correspondência elementos heterogêneos. Entre a multiplicidade de convenções criadoras de um lado, as polivalências e as singularidades de outro, o texto epistolar se constitui num lugar conflitual que coloca de maneira exemplar o problema da invenção. A carta incorpora o novo no conhecido, a semelhança na dissemelhança, a analogia no contraste; vive da tensão do esperado e o choque do novo. O hibridismo expresso nas cartas atende e "acomoda" necessidades locais e universais.

Mesmo tomando uma certa distância, ou fingindo tomar distância do literário, a carta é sempre um texto animado de intenções estéticas mais ou menos confessas:

> On peut d'ailleurs noter que les grandes épistoliers du siècle-Stendhal, Sand, Flaubert-sont tous des écrivains qui, à certain moment de leur parcours et pour des raisons diverses, ont voulu habiter les marges de l'espace littéraire, en déviance, voire en dissidence d'avec ses normes, ses canons, ses habitus. Et cette parole des margens, c'est dans la correspondence, espace limitrophe-à la fois dans et hors le littéraire – qu'elle a pu se produire. (DIAZ, 2002, p. 48).

Apesar dos elementos indicativos do gênero epistolar: remetente, destinatário, data, local e assinatura conferirem identidade ao gênero, essa identidade é relativizada através dos incessantes e variados processos de hibridação, processos sempre férteis que se combinam, gerando novas estruturas, objetos e práticas. As operações epistemológicas que situam a sua fecundidade explicativa e seus limites no interior dos discursos culturais é que permitem explicar o hibridismo do gênero epistolar. O conceito de gênero híbrido mostra a impossibilidade de uma literatura, de um gênero manter uma identidade essencialista, "pura".

O hibridismo perpetua o gênero, e gênero em países diferentes produzem espécies diferentes; assim como é inevitável a aproximação entre raças, também é inevitável entre gêneros. O gênero herda uma mistura cultural, assimila visões e estilos que o renovam, que lhe conferem autenticidade. Nas palavras de Balzac, conhecedor e praticante do gênero epistolar, a correspondência é um Proteu: gera outras formas e, independentemente das intenções originais do autor, a recepção das cartas é sempre imprevisível:

> Protée, parce que mouvante d'un bout à l'autre de sa chaîne, les stratégies de complication ou de dissimulation adoptées par le destinateur induisant des effets,

> forcément imprévisibles, sur le destinataire. De cette confusion épistolaire, le romancier a radioscopé à peu près toutes les figures. Pour lui comme pour la marquise de Merteuil, les lettres tissent toujours une “liaison dangereuse car”, depuis les intentions mêlées qui président à leur production jusqu’aux effets imprévisibles de leur reception, en passant par les aléas insoupçonnables de leur circulation, elles ne sont jamais qu’une collection de signes flous. (DIAZ, 2002, p. 67)

A prática epistolar é propícia a todas as eclosões literárias. A noção de hibridação modificou o modo de falar sobre identidade, cultura, tradição, modernidade, global, local e de analisar a questão do gênero, fez irromper novos conceitos, deslocou outros. Como a pulsão de escrever está na origem do desejo de corresponder, o carteador está consciente de tirar do duplo exercício dialógico um diálogo consigo e com o outro. Nem centro nem periferia, nem maior nem “menor”, neste desejo de releitura do gênero epistolar, devemos procurá-lo no entre-lugar:

> Le genre épistolaire peut se définir comme un espace de l’entre-deux. Sur le plan littéraire, il a longtemps été considéré comme mineur, par rapport à la poésie, genre noble par excellence, puis par rapport au roman. Une lettre n’est pas “de la littérature”. Est-ce d’ailleurs un genre? Elle est tenue pour être non seulement l’expression d’une littérature marginale, mais surtout d’une sensibilité considérée comme étrangère au masculin. De là à allier lettre, écriture féminine et marginalité, il n’y a qu’un pas. (GRASSI, 1998, p. 3).

Assim, o conceito de epistolografia, à luz de uma teoria do hibridismo, exige reformulação teórica, passa a ser interrogado a partir de um outro viés, de uma noção de identidade epistolar móvel, fluida, não de uma identidade fixa ancorada em um único tempo e espaço, mas a partir de seu eterno nomadismo criativo e criador de novas formas. O gênero epistolar mostra as armadilhas que o estudo de um gênero literário traz para a crítica, como qualquer sistema de gênero repete e resiste à história, transgride as distinções aparentemente estabelecidas para reiventá-las, criando novas formas.

1. 4 A Carta Viva

Nos séculos XVI e XVII, século este último em que Vieira escreve suas cartas, não se fazia distinção entre literatura[25] e história. Essa cisão entre discurso de imaginação (Literatura) e científico (História) passa a vigorar a partir do século XVIII (VIALA, 2004, p. 349). Nessa época, qualquer pessoa que soubesse ler e escrever era considerada letrada, um literato, qualquer produção escrita era chamada de literatura. Além disso, conforme Jonathan Culler (2003, p. 54), é preciso lembrar que "os critérios para se julgar excelência literária sempre estiveram comprometidos com critérios não literários".

Inácio de Loyola e seus herdeiros jesuítas na América fundaram mais do que uma Ordem Religiosa; fundaram uma memória, sofreram de uma "doença" denominada por Jacques Derrida (2001, p. 9) de "mal de arquivo", que se caracteriza pela "impaciência absoluta de um desejo de memória". Em outras palavras, fundaram um arquivo que significa muito mais do que um mero depósito de documentos:

> De certa maneira, o vocábulo remete bastante bem, como temos razões de acreditar, ao *arkê* no sentido físico, histórico ou ontológico;isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo em suma, ao começo. Porém, ainda mais, ou antes ainda, "arquivo" remete ao arkê no sentido nomológico, ao *arkhe* do comando. Como o *archivum* ou o *archium* latino (o sentido de "arquivo"), seu único sentido vem para ele do *arkeiôn* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em sua autoridade publicamente reconhecida era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabem-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. (DERRIDA, 2001, p. 12-13)

Aprofundando-nos ainda mais, encontramos a palavra holandesa *archief*, traduzida para o francês por *fonds d' archives* e para o inglês por *archives group*, significando, portanto, fundo (BELLOTTO, 2004, p. 128). Um fundo é um conjunto de documentos produzidos pelo órgão gerador e permanecem sob a sua custódia, como foi o caso dos arquivos provenientes da *Societas Jesus*. Antes de se tornarem domínio público, permaneceram muito tempo unicamente sob a custódia da Companhia[26].

---

[25] É preciso igualmente esclarecer o termo "letras". Adolfo Hansen explica: "o termo 'letras', como em 'belas letras', classifica regimes de discursos ora escritos, ora oralizados, em que não se faz a distinção hoje corrente de 'texto literário' e 'não-literário" (HANSEN, 1997, p. 8).

[26] Mas quando esses arquivos deixam de pertencer exclusivamente à custódia da Ordem e passam a pertencer ao domínio público? Para compreendermos essa passagem, precisamos compreender o que Heloísa Bellotto

Os jesuítas prestaram um grande trabalho ao Brasil, quando identificaram, descreveram, resumiram e indexaram seus arquivos. Não desconheciam os princípios do que mais tarde se tornaria uma ciência: a arquivologia, e seriam um dos primeiros arquivistas do Brasil: "A Igreja Católica tem, no Brasil, uma tradição de organização arquivística de certa antiguidade. Os arquivos de algumas cúrias metropolitanas têm proporcionado trabalhos historiográficos de relevo, justamente pela possibilidade de uma adequada transferência de informação, pela existência de razoáveis instrumentos de pesquisa" (BELLOTTO, 2004, p. 256).

O projeto inaciano e de seus sucessores, entre eles Vieira, é de fixar o sentido, de controlar o imaginário de seus fiéis: "L' imagination ignacienne-elle forme un *ars obligatoria* qui fixe moins ce qu' il faut imaginer que ce qu' il n' est pas possible d' imaginer – ou ce qu' il est imposssible de ne pas imaginer" (BARTHES, 1971, p. 1077). Sua operação consiste numa série de exclusões ativas, vigilantes; controla o que pode ou não ser dito, procura fixar as imagens, evitar divagações. A desconfiança em relação à linguagem faz com que o sujeito fique vigilante quanto à sua própria subjetividade, quanto à abertura de sentido que o texto escrito possa oferecer. Essa pouca flexibilidade em relação à subjetividade é o que Luiz Costa Lima (1984, p. 68) chama de controle do imaginário: "A obra encena experiências imagináveis a partir do quadro de referências admissíveis a partir dos valores de seu autor".

Cabia, portanto, ao sujeito individual guiar-se por uma razão orientadora – no caso dos jesuítas, pela razão teológica e de estado – para legitimar seu discurso. O texto segue um roteiro pré-traçado, em relação aos quadros de referência institucional e às expectativas daí resultante. Num mundo regido pela lógica das antíteses (o bem e o mal, o céu e o inferno), em que as palavras são escolhidas, combinadas, pensadas, não há lugar nessa operação retórica para uma abertura de sentido, tudo é articulado de forma a controlar o imaginário.

As cartas faziam parte desse *corpus* fechado, marcado por um princípio de identidade que não admitia dissociação ou heterogeneidade, marcado pela violência arquival (DERRIDA, 2001) que nomeia, classifica, estoca e exclui (recalca) o que não corresponde à

---

classifica de ciclo vital dos documentos, as três idades do documento: *Arquivo Corrente*, *Arquivo Intermediário* e *Arquivo Permanente*. Resumidamente, um arquivo corrente é um arquivo de uso funcional, administrativo, que deve ser localizado junto ao produtor administrador. Depois, torna-se arquivo intermediário aquele em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas podem ser utilizados pelo produtor. Esses arquivos são guardados em depósito e não estão totalmente abertos à pesquisa, aguardam seu prazo de vida, isto é: podem ser descartados ou tornarem-se arquivos de terceira idade. Por fim, os documentos que restam são chamados arquivos históricos ou de valor permanente, a terceira idade conta a partir de 25 anos ou 30 anos. Esses arquivos já não interessam mais tanto aos administradores, mas aos historiadores e se localizam junto às universidades ou centros culturais. Já podemos concluir que a localização dos arquivos é pensada conforme a idade e a especificidade de cada arquivo. (BELLOTTO, 2004, p. 24-25).

lei arquival, ao poder que a legitíma. Se outrora o arquivo jesuíta fora privado e secreto, manipulado apenas pelos jesuítas, seus únicos guardiões (entendemos guardiões num duplo sentido, pois mantinham a detenção e interpretação, sendo a interpretação mais importante, uma vez que "estabiliza" a significação), hoje esses arquivos tornaram-se públicos e abertos a múltiplas interpretações:

> De agora em diante fica claro que em qualquer lugar, em particular na psicanálise freudiana, em que se tente repensar o lugar e a lei segundo os quais se institui o arcôntico;em qualquer lugar onde se interrogue ou conteste direta ou indiretamente este princípio arcôntico, sua autoridade, seus títulos e genealogia, o direito que faz vigorar, a legalidade ou a legitimidade que dele dependem;em qualquer lugar o secreto e o heterogêneo venham a ameaçar a própria possibilidade de consignação, certamente não faltarão graves conseqüências, tanto para uma teoria do arquivo, como para sua realização institucional. Uma ciência do arquivo deve incluir a teoria desta institucionalização, isto é, ao mesmo tempo, da lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza. (DERRIDA 2001, p. 14)

No entender de Michel Foucault, o arquivo é um conjunto de formações discursivas: "Ce sont tous ces systèmes d'énoncés (événements pour une part, et choses pour une autre) que je propose d'appeler archive" (FOUCAULT, 1969, p. 169). Compreendemos, portanto, que o arquivo não é tratado apenas como textos que foram conservados por uma civilização, mas deve ser entendido como um jogo de regras que determinam, em uma cultura, a aparição e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e o seu apagamento, as possibilidades e as impossibilidades enunciativas que ele mistura, o que diferencia os discursos de sua existência múltipla e o que os especifica:

> Par ce terme, je n'entends pas la somme de tous les textes qu'une culture a gardés par-devers elle comme documents de son propre passé, ou comme témoignage de son identité maintenue;je n'entends pas non plus les institutions qui, dans une société donnée, permettent d'enregistrer et de conserver les discours dont on veut garder la mémoire et maintenir la libre disposition […] L'archive, c'est d'abord la loi de ce qui peut être dit, le système qui régit l'apparition des énoncés comme événements singuliers. (FOUCAULT, 1969, p. 169-170)

Para o autor, fechar o arquivo num determinado lugar com todos os vestígios por ele produzidos é datável. Foucault reivindica a *dimensão subjetiva do arquivo*. Entre a tradição e o esquecimento, o arquivo faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados,

ao mesmo tempo, substituir e modificar-se regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados oferecidos ao tratamento e à manipulação.

O arquivo representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada, e que continuam a existir através da história. Fazer a arqueologia dessa massa documentária significa procurar comprender as regras, as práticas, as condições e o funcionamento que a envolvem. As cartas são arquivos que nos fornecem vestígios discursivos capazes de nos permitirem a reconstituição do conjunto das regras que, em um dado momento, definem os limites e as formas do dizível, a conservação, a memória, a reativação e a apropriação desses discursos.

A proposta empreendida neste trabalho convoca a pensar a tradição das cartas a partir do programa teórico que elas representam, a partir da concepção de que a tradição é uma operação que só se pode compreender dialeticamente na troca entre o passsado interpretado e o presente interpretante. Logo, as cartas são arquivos vivos, elas têm alma: "Lê-las é ouvir o timbre de voz de seus autores, voz implícita, está claro, que a explícita foi implacavelmente silenciada pela usura do tempo. Graças a elas, alcançamos redimir, da impessoalidade da história, a figura humana dos que a escreveram. Por sua mágica intercessão, convertemo-nos em testemunhas presenciais do passado" (PAES, 1968, p. 7).

Ao penetrarmos nesta constelação de textos que são as cartas, nas sugestibilidades perceptíveis do objeto, não podemos deixar de conceder um outro tratamento documental às cartas e chamá-las de arquivos literários, no sentido de Dilthey:

> Os "Arquivos Literários", que foi a primeira grande defesa deste novo conceito. Trata-se, diz ele, de salvaguardar esses "testemunhos diretos" da criação que são importantes para o historiador da literatura, assim como para o esteticista […] Identificar a dinâmica do imaginário, compreender sua natureza e suas formas […] penetrar no mais íntimo da vida do escritor. (HAY, 2003, p. 68-69)

Nossa análise está ancorada nessa perspectiva de Dilthey, já que não tratamos as cartas de Vieira como relíquias ou apenas como documentos históricos, mas como documentos utilizados para compreensão da sua criação literária. A crítica literária se beneficia do auxílio inesperado desses arquivos. Não se tratam de arquivos mortos, de escrita petrificada, mas de texto pensado "no seu vir a ser"; não um conservatório do passado, mas do reflexo do presente. Esses arquivos referenciados como arquivos dos jesuítas estão provisoriamente definidos, se entendermos que não existe texto último, definitivo.

O texto vieiriano é fundado pela intersecção de dois pactos: *o epistolar* – conjunto de regras próprias ao gênero das cartas – e *o colonial* – conjunto de normas que regulamentavam as relações políticas e econômicas entre as metrópoles e suas respectivas colônias, como indica Reis (1998, p. 93). A nova situação temporal/espacial quebra os pactos estabelecidos e provoca mudanças, tanto na memória coletiva quanto na privada, o que torna a memória viva.

Os arquivos são feitos de palavras, e as palavras estão sempre sob suspeita, sujeitas à investigação e à pesquisa. As interpretações e possíveis explicações são sempre provisórias, mesmo que se trabalhe sobre provas documentais. A autonomia semântica do texto é trabalho interminável de contextualização e recontextualização, em que consiste o trabalho de leitura.

As cartas de Antônio Vieira fazem parte de uma tradição que designa um conjunto de saberes, de técnicas e valores que vêm sendo transmitidos de uma geração a outra. A consciência da herança literária transmitida por Vieira e demais epistológrafos que correram os mares do Brasil remonta às fontes mesmas do discurso sobre a Literatura Brasileira. O epistolar, gênero do entre-lugar, ajudou a conferir identidade à Literatura Brasileira, cuja formação também se explica pela errância das cartas, do cruzar de textos:

> Saímos da dependência pela interdependência, o cruzar dos textos. O cruzar deverá acontecer dentro da nação, das nações. Tome-se nação em todos os sentidos. Não teremos vencido a dicotomia centro/periferia enquanto, com o privilégio do culto, do urbano, votarmos ao desprezo o popular, o rústico, o colonial. Literatura culta e literatura popular, literatura nacional e literaturas estrangeiras deverão entrecruzar-se num diálogo sem fim. Não haverá texto de ressonâncias universais enquanto cultivarmos exclusões. Não atingiremos a universalidade atentos ao outro com o sacrifício do que é nosso. Mantemos em mirra a metade que a diferença enalteça os diferentes. Superada a oposição centro/periferia, teremos a oportunidade de provocar diálogo de iguais. Queremos um diálogo nacional, nascente, acima das unidades políticas, um que não iniba nenhuma voz, acolhidas todas no concerto universal. (SCHÜLER, 2001, p. 22-23)

A imagem disseminada pelo arquivo jesuíta é incorporada à identidade brasileira, ajudando a moldar a nossa identidade. A vontade de tradição jesuíta, muito bem representada em AntônioVieira, em nossa concepção, aspirava determinar não apenas o passado e o presente, mas o próprio futuro, sem levar em consideração os percalços que iria enfrentar a partir do contato com a alteridade.

O jesuíta e sua Ordem organizaram um *corpus* documental, isto é, um arquivo, uma memória. Uma memória aqui resgatada, reunida, arranjada e descrita pelo viés da critica literária contemporânea, uma memória referenciadora que incide sobre um determinado

discurso sobre o passado, mas que, dinamizada pela crítica interpretativa, abre-se para o futuro, uma memória que se reconstrói pela intervenção e rearticulação do passado:

> A memória entra em tudo: na escrita, na ficção, na autobiografia, na alegoria, na apóstrofe. A memória penetra em nossos ossos. Os mortos que recordamos vivem em nós. Os textos que evocamos renasceram nos textos que produzimos. Os arquivos se abrem toda vez que a eles recorremos. A memória, disponível ao que vem, é memória do futuro, mesmo que o evocado revenha do passado. Entendida assim, a memória se resguarda materializada no texto. (SCHÜLER, 1998, p. 1)

A memória é presentificação do ausente, do morto, auto-representação institucional. É comumente pensada na sua dimensão pragmática, como exercício, como modo de educação, a título de memorização dos textos tradicionais. O objeto da memória é a lembrança; tentamos resgatar a presença de uma coisa ausente. Nesse sentido, confessa Vieira, na carta escrita a Roque da Costa Barreto, datada de 24 de julho de 1682: “mas se as plantas crescem tanto como as lembranças, como se vive neste sítio com o esquecimento, tudo terá o aumento que lá e cá se deseja, e não haverá outras saudades mais que as que V. S.ª nos deixou com sua ausência, e o Sr. Francisco Barreto aumenta com a sua” (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 464). O dever da memória é não esquecer, é criar a ilusão de possuir o passado. As cartas renovam a memória de Vieira, fazem com que não se esqueça do tempo passado, tempo este que jamais poderá recuperar, emendar:

> Meu Senhor. – Sempre que as frotas me trouxerem uma carta de V. S.ª com as boas novas da saúde de V. S.ª que nesta recebi, terá o achaque mortal da minha velhice o alívio que outras nos não trazem. Em V. S.ª se me renovam as memórias, de que V. S.ª se não esquece, do tempo passado; e, porque este não pode ser sempre o mesmo, seria tão grande erro querê-lo emendar, como ao mundo que com ele corre. Em tempo está V. S.ª de se aproveitar dos seus desenganos, como eu de me arrepender de ele me ter enganado. **A Cristóvam de Almada – 14 de julho de 1690**. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 588-589)

A Ordem Jesuíta, enquanto órgão administrativo, montou uma memória cujo arquivo é sua espinha dorsal: seus documentos são bens culturais ligados à tradição cultural, seus documentos são patrimônio do Brasil. Os arquivos jesuítas são lugares de memória antes de se tornarem uma referência para o conhecimento histórico. Conforme Ricoeur (2000, p. 47), os lugares de memória funcionam à maneira dos índices do lembrar, oferecendo um apoio à

memória falha, uma luta contra o esquecimento, são os guardiões de uma memória pessoal e coletiva. Ainda de acordo com Ricouer (2000, p. 66), a teoria da memória transmite à teoria da história confiança. A confiabilidade da memória no sentido de verdade, a verdade como grandeza cognitiva, traço essencial que separa a memória da imaginação. Em carta à Rainha D. Catarina, filha de D. João IV, Vieira rememora, como fiel vassalo, fatos de seu passado:

> Senhora. – As memórias de V. M. que li na carta do Padre Baltasar Duarte, tão próprias da Real benignidade e grandeza de que elas e V. M. descende, me enterneceram de maneira que, se no Brasil houvera poder para dispensar nas leis da Religião, logo no primeiro navio se embarcara Como em um ataúde a minha extrema velhice […] Na carta que acima refiro li a memória que V. M. ainda conserva daquela porta da ante-câmara de Alcântra, onde, estando eu aos pés do Príncipe com o Infante D. Afonso nos braços, apareceu e se deteve V. M. , coroando com a sua presença a conservação, mas não assentindo ao que nela se falava, que foi pouco mais ou menos o que depois veio a ser, com um canal no meio somente. Enfim, minha Rainha, minha senhora e minha ama, em um livro impresso em França vejo aqui e venero o retrato de V. M.; mas o que eu tenho impresso no coração, quisera eu que V. M. viesse. Posto que tão quebrantado dos anos, ainda posso dizer missa todos os dias, e em todas, não sei se em mim ou fora de mim, peço a Deus me deixe ver V. M. na eternidade, pois nesta vida não posso. **À Rainha D. Catarina de Inglaterra – 25 de setembro de 1695**. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 675-678)

A força da impulsão revolucionária do movimento romântico e, em seguida, do movimento republicano, esses dois movimentos interligados, movimento estético e político, fizeram parecer como mortos os tempos passados, condenaram o período colonial e seus representantes ao esquecimento, à exclusão do cânone literário – uma operação que Haroldo de Campos[27] nomeia de **O seqüestro do barroco**. Evidentemente que a energia revolucionária que operou a ruptura foi tão forte, que sua intervenção fundou um novo tempo.

Com o Romantismo nasce uma Nova Ordem, passando a valer uma nova orientação axiológica, que afeta profundamente os contornos do *corpus* por ela examinado. O século XIX, com sua estética romântica igualmente transplantada, faz inclusões de obras ligadas à ideologia vigente, o novo *corpus* é organizado em consonância como o discurso que se instalará no Brasil. Durante o processo da independência, os românticos procuraram deslocar o *locus* de determinação política para a cultura. Vieira, como representante da Velha Ordem Imperial, foi suprimido do espaço institucional, seu discurso, como o dos seus pares, foi

[27] CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Mattos. Salvador: FCJA, 1989. Podemos dizer, *grosso modo*, que a tese de Haroldo de Campos é de que a Literatura Brasileira começa com as obras de autores do porte de Gregório de Mattos Guerra e Antônio Vieira. Essas obras não podem ser consideradas, nem pelo seu caráter estético nem pelo fato de não haver um público leitor no século XVII, como simples “manifestações literárias”.

“banido” do novo cânone em formação. A nossa inegável herança portuguesa é transformada, gerando pouco a pouco nossa “autonomia” em relação ao tronco comum português: a Literatura Brasileira é produto de reivenção da Portuguesa e de outras heranças culturais que recebemos. Segundo Regina Zilbermann (1998, p. 9):

> Nascida sob a ascendência da literatura portuguesa, dada a sujeição política da colônia americana à Metrópole lusitana, a literatura brasileira foi moldando sua fisionomia com características próprias, que a tornaram aos poucos singular em relação às demais manifestações literárias, sejam as do Velho Continente, sejam as do Novo Mundo. Uma dessas marcas diz respeito à feição histórica, em virtude das condições de nação periférica; outra, à necessidade constante de declarar sua autonomia e originalidade em relação ao tronco comum português.

A literatura acompanhou a marcha do espírito brasileiro na sua luta pela auto-expressão. Apesar da constante presença estrangeira a dinamizar nossos movimentos literários, demonstra, desde cedo, um americanismo ou brasilidade emergente, um nativismo que se manifesta, sobretudo, na temática. Mas é somente nas décadas de 1920 a 1930 que a consciência literária brasileira atinge a sua maioridade, segundo Coutinho (1974, p. 34-35):

> Esse conflito das relações entre a Europa e a América, esse esforço de criação de uma tradição local em substituição à antiga tradição européia, marcam a dinâmica da literatura desde os momentos ou expressões iniciais na Colônia. E um tema que se esboça desde o primeiro século, quando os jesuítas Anchieta sobretudo, escrevendo a sua epopéia de conquista espiritual e imperialismo religioso, estudam as línguas, a etnografia e a vida social indígenas, no intuito de melhor atuar sobre a mentalidade dos primitivos habitantes, a par do dos colonos, utilizando-se da literatura – poesia e teatro-como instrumento de penetração e convicção. Ao lado dessa corrente didática, que forcejava por adaptar-se à situação local, inclusive valendo-se do artifício do *polilinguísmo* dada a variedade de idiomas que caracterizava os diferentes públicos que tinha em mira, firmou-se, também desde cedo, uma corrente de exaltação da terra, os “diálogos das grandezas”, forma de ufanismo nativista, que deu lugar a um verdadeiro ciclo de literatura em torno do mito do eldorado. As idéias do nobre selvagem e da terra prometida ou da fartura são outros tantos mitos que se constituem desde o início, através dessas “prosopopéias”, “diálogos das grandezas”, “ilhas da maré”, cantos gentílicos em louvor de uma civilização nascente ou de façanhas de viajantes, guerreiros e missionários. Daí por diante, pelos séculos XVII e XVIII, através dos líricos e dos oradores, entre os quais avultam Antônio Vieira e Gregório de Matos, é uma voz nova que se faz ouvir, cada vez mais em discrepância com a mãe-patria, ou em luta para desembaraçar-se e libertar-se da aparência lusa que a caracterizava, luta que culminara no Romantismo.

A exlusão de Vieira e de seus pares do cânone literário deve ser entendido por um processo que se instala no país, um nacionalismo que impõe o vínculo da literatura com a nação na constituição do espaço literário como realização, que impõe a legitimidade de um novo estado soberano, em que as reivindicações literárias vão assumir formas "nacionais". Por isso, será possível observar o surgimento de espaços literários nacionais na ausência de um Estado constituído. Novos protagonistas entram na competição literária, a constituição de um panteão literário nacional e a celebração dos escritores símbolos dessa "nova irradiação", das instituições literárias, as academias, os programas escolares – que vão introduzir critérios, como bem observou Casanova (2002, p. 135), não específicos: o critério de "nacionalidade" ou "popularidade" das produções literárias.

O recorte das literaturas nacionais é pensado a partir do modelo exato das divisões políticas e a limitação do seu *corpus* às fronteiras nacionais, portanto, geográficas, não culturais. Conseqüentemente, as histórias literárias insularam-se, enclausuraram-se, limitaram-se ao espaço geográfico. O caráter nacional da literatura foi fixado por meio de uma série de traços declarados específicos. "Apreendidos tradicionalmente como o horizonte "natural" (e insuperável) da literatura, as histórias literárias nacionais foram naturalizadas e, depois, encerradas em si mesmas; tornando-se irredutíveis umas às outras, induzindo tradições artísticas reputadas sem denominador comum" (CASANOVA, 2002, p. 136-137).

Inicialmente, os jesuítas, através de seus arquivos, manipulam a memória por via de uma ideologia católica e imperial. Com o movimento romântico e a instauração da república, os textos vão sofrer um outro agenciamento, um outro tipo de manipulação ideológica, em que a memória confunde-se com a identidade:

> C' était aussi le niveau où la problématique de la mémoire croisait celle de l' identité au point de se confondre avec elle, comme chez Locke: tout ce qui fait la fragilité de l'identité s'avère ainsi occasion de manipulation de la mémoire, principalement par voie idéologique. Pourquoi les abus de la mémoire sont-ils d'emblée des abus de l'oubli?Nous l' avions dit alors: c' est en raison de la fonction médiatrice du récit que les abus de mémoire se font abus d'oubli. En effet, avant l' abus, il y a l'usage, à savoir le caractère inéluctablement sélectif du récit. Si on ne peut se souvenir de tout, on ne peut pas non plus tout raconter. L'idée de récit exhaustif est une idée performativement impossible. Le récit comporte par nécessité une dimension sélective […] Les stratégies de l'oubli se greffent directement sur ce travail de configuration: on peut toujours raconter autrement, en supprimant, en déplaçant les accents d'importance, en refigurant différement les protagonistes de l'action en même temps que les contours de l' action. (RICOEUR, 2002, p. 579-580)

Toda narrativa se constrói pela necessidade de uma dimensão seletiva, o que Ricoeur nomeia acima de "abuso do esquecimento", uma vez que é performativamente impossível tudo contar. A constituição da identidade pessoal, como da identidade comunitária, passa pelo manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada, pela "história oficial". As narrativas canônicas sempre são impostas, seja pela via da intimidação, seja pela via da sedução (RICOEUR, 2000, p. 580).

A arte da memória (*l'ars memoriae*) é, paradoxalmente, a arte do esquecimento, repousa sobre a retórica da extinção. Nesse sentido, diz Vieira: "Só o esquecimento de Portugal me pode levar a Portugal; mas, enquanto a minha memória tem lá a V. S.ª, é impossível este esquecimento." **A. D. Rodrigo de Meneses – 2 de agosto de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 307).

Primeiramente, tivemos como instituições do esquecimento o Império e os representantes, dentre eles Vieira, da Igreja Católica, os quais, através de suas estratégias do esquecimento: violência, omissão, negligência e comportamentos, tentaram reduzir à cinzas as culturas locais, o passado autóctone do Brasil e suas manifestações culturais. Em seguida, houve uma tentativa, por parte dos adeptos do Marquês de Pombal, de condenar a obra de Vieira ao esquecimento: "Vieira, no entanto, vai eximir-se a uma condenação estética que parecia inexorável e definitiva, numa espécie de recuperação ou reabilitação progressiva, justamente propiciada pelo seu valor como mestre da língua que nem os mais fiéis sequazes das directivas pombalinas contra os jesuítas tinham sido capazes de negar à sua obra." (QUADROS, 1986, 224).

Depois foi a vez dos nacionalistas. Tanto no Brasil quanto em Portugal[28], os nacionalistas forjaram uma nova memória, tentaram apagar a memória colonial, há todo um trabalho de memória, de luto, de se enterrar os vínculos com o passado. Os românticos, na sua grande maioria republicanos, fizeram seu próprio auto da fé, renunciaram ao passado colonial, censuraram a memória colonial e seus representantes, Gregório de Matos Guerra, Vieira e uma plêiade de poetas desse período, para "apagar" os males do Império. No intento de escrever o presente, os românticos renunciaram ao passado, incorporaram novos elementos à memória nacional e tiveram a pretensão de escrever o futuro, gesto inaugural de um recomeço:

---

[28] Os escritores Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga eram conhecidos pelas críticas depreciativas que faziam sobre a obra de Vieira. Ver a esse respeito QUADROS, Antônio (Org). **Obra poética em prosa**. Porto: Lello & Irmãos, 1986.

> Pour retourner au passé, dit-il, il faut oublier le présent, comme dans les états de possession. Pour retrouver le présent, il faut suspendre les liens avec le passé et le futur, comme dans les jeux d'inversion de rôles. Pour embrasser le futur, il faut oublier le passé dans un geste d'inauguration, decommencement, de recommencement, comme dans les rites d'initiation. Et c'est toujours au présent, finalement que si conjugue l'oubli. (RICOEUR, 2000, p. 655)

Entretanto, a questão que se levanta é a exigência de fidelidade, de veracidade, na exploração do passado. Para Ricoeur (2000, p. 6), a lembrança, objeto da memória, se constitui a partir de um enigma: a presença da coisa ausente é evocada entre o não saber do presente e do saber do passado. Na carta a D. Rodrigo de Meneses, de 15 de março de 1670, lemos: "As lembranças do Príncipe, que Deus guarde, por que beijo mil vezes os Reais pés de S. A., estimei como suas, e a V. S.ª dou graças de me ressuscitar em sua memória, onde a minha fortuna me publica tão morto e sepultado" (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 296).

Não é pertinente do ponto de vista de uma teoria epistêmica associar uma sensação ausente, fazê-la coincidir com uma sensação presente, pois os modos de consciência se cruzam em horizontes diferentes de mundo: "Et la 'chose' reconnue est deux fois autre: comme absente (autre que la présence) et comme antérieure (autre que le présent)" (RICOEUR, 2000, p. 47).

A reivindicação de fidelidade só é possível sob o signo da traição, como nos diz Vieira , em carta ao Cónego Franciso Barreto, de 15 de Julho de 1690: "O certo é que os anos são fatais; e os que computam os futuros pelos passados não julgam que havemos de esperar muitos" (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 594). Uma leitura apenas pragmática da memória, ou seja, das cartas de Antônio Vieira, é redutora, porque ignora a pluralidade de tradições de interpretações que são produzidas por uma fenomenologia da lembrança. A memória é uma palavra utilizada no singular, mas que guarda lembranças que estão no plural. Vieira, o escritor, reconhece sua dívida com a tradição, profetiza o futuro de sua sobrevivência canônica, e diz ter cumprido com as promessas do seu tempo, deixando ao seu povo um testamento intelectual através de sua obra. É o que emerge da carta ao Cardeal D. Veríssimo de Lencastre, datada de 14 de junho de 1690:

> Se o amor da pátria, com que os meus anos se animaram a escrever aqueles discursos, foi merecedor de algum prémulo, na aprovação de V. Em.ª recebi o que

> me não atrevia a pretender, nem ainda a deseja. Eu os dediquei à sepultura do segredo, e V. Em.ª, mandando-os sair à luz do mundo, ressuscitou em mim a confiança morta, a que por tantos outros esquecimentos há muito tinha feito as exéquias no templo do desengano. Nele porém, vendo-me tão favorecido de V. Em.ª, adoro hoje a imagem, que nunca vi, do agradecimento, nem por isso arrependido de ter idolatrado as estátuas da ingratidão, não só com os fumos do incenso, mas com os sacrifícios do sangue; e será a maior glória do meu amor à pátria, como é maior fineza, servir aos futuros, pagar aos passados e não dever nada aos presentes**.** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 584-585)

Assim, entendemos que a memória passa pelo arquivamento, explicação/ interpretação e termina na representação escrita[29]. Ela é tratada pela história de forma crítica, como representação do passado. É preciso pensar a dimensão política da idéia de representação, isto é, a dupla função taxionômica e simbólica da idéia de representação, uma idéia que se soma às formas institucionalizadas e aos objetivos, graças aos quais os representantes (instâncias coletivas: jesuítas – ou indivíduos singulares: Vieira) marcam de maneira visível e perpétua a existência do grupo. Em 10 de julho de 1697, Vieira escreve sua última e derradeira carta, rompe definitivamente o pacto epistolar com seus correspondentes:

> Na frota passada dei conta a V. M.cê de como, deixadas todas as moléstias, tinha ocupado a paciência no sofrimento de diversas enfermidades ;uma destas (por ocasião, dizem, de duas sangrias, que me receitaram em noventa anos de idade) em espaço de oito dias me tirou totalmente a vista, de sorte que nenhuma letra, por grande que seja, nem a dos títulos dos livros posso ver, e juntamente, tendo já mui debilitado o uso de ouvir, o perdi também, de modo que apenas posso entender o que outros me lêem. Os que fazem jôgo dos achaques alheios dizem que me veio este a bom tempo, para não ver o que se vê nem ouvir o que se ouve; e eu me conformara facilmente com esta sentença, se os misteriosos desenganos da carta de V. M.cê me não chegaram mais à alma. Eu nos meus trabalhos não tenho aprendido outra lição, por uma parte mais forçosa e por outra mais útil, que a da conformidade com a vontade de Deus, com a qual considero a V. M.cê muito unido, e é remédio universal para tudo o que pode dar ou tirar a fortuna. Das cousas públicas não digo a V. M.cê, mas que ser o Brasil hoje um retrato e espelho de Portugal, em tudo o que V. M.cê me diz dos aparatos de guerra sem gente sem dinheiro, das searas dos vícios sem emenda, do infinito luxo sem cabedal, e de todas as outras contradições do juízo humano. **A Sebastião de Matos e Souza – 10 de julho de 1697** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 692-693)

---

[29] Nas antigas Artes ou tratados de memória, após a distinção entre memória natural e memória artificial, forneciam-se indicações para o adestramento da última. Devemos pensar a escritura e a imaginação como suplementos da memória natural, como sendo parte da memória artificial, de uma memória educada (MENDES, 1989, p. 27).

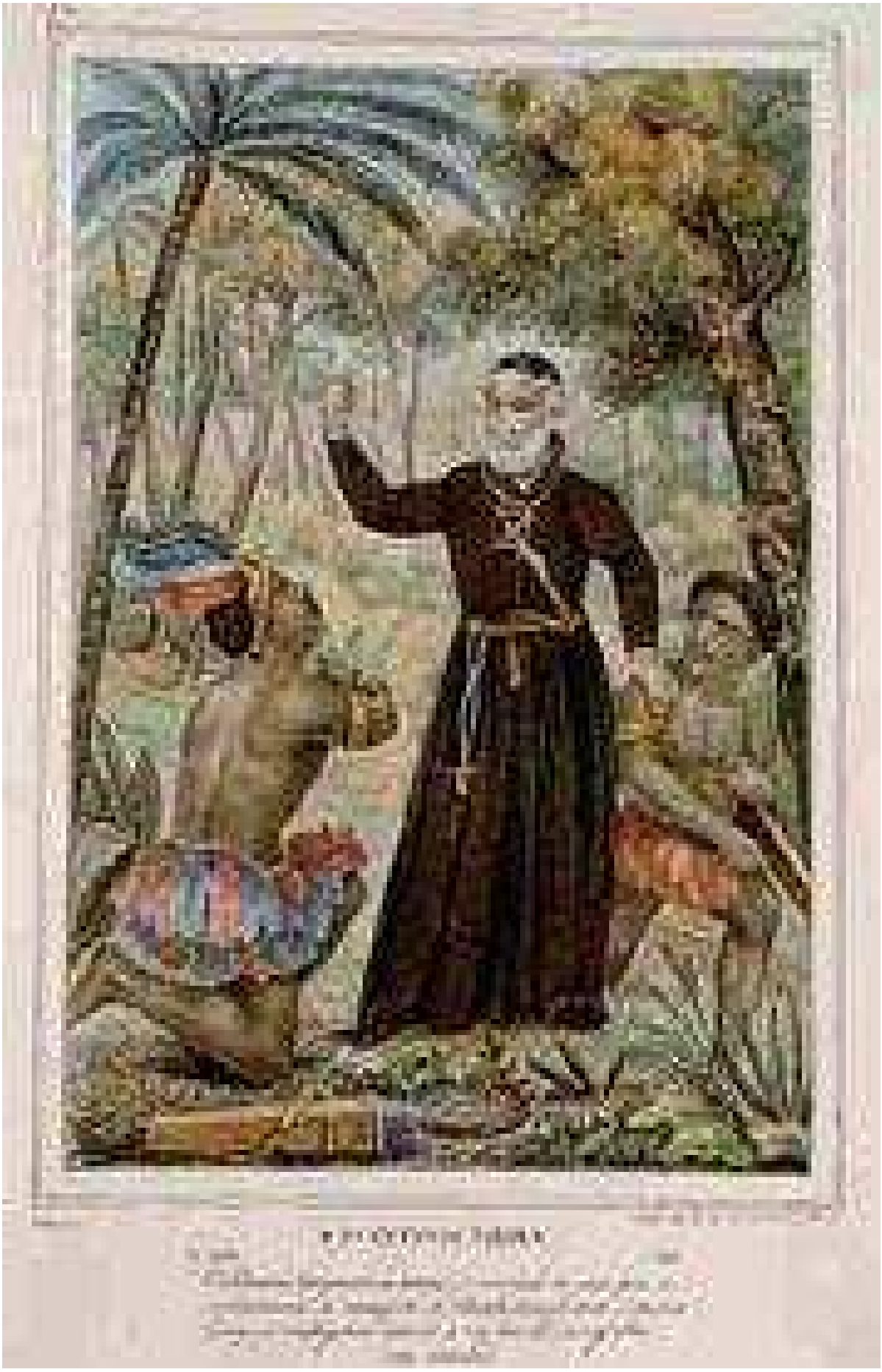
Alguns dias depois, Antônio Vieira, o “português mais notável do século XVII”, mergulhou no sono eterno. Decretada sua morte, o poeta Manual Botelho de Oliveira canta em versos seu transpassar, anunciando a sua sobrevivência canônica: “Corpo a corpo, à campanha embravecida;/Braço a braço, à batalha rigorosa,/Sae Vieira com sanha belicosa,/De impaciente a Morte sae vestida” (CALMON, 1930, p. 105). O profeta Vieira profetizará “vivo na memória”, prognóstico que veio a se confirmar. De fato, não seria de todo sepultado, quem passa a viver na memória continua a existir, e Vieira passou a viver na memória da letra escrita, inscrevendo sua voz na tradição:

> Ex.mo Sr. – Pelo correio ordinário, e pelo Próprio que despachou o sr. Embaixador pouco depois, escrevi antes de haver recebido a última de V. Ex.a, que, como sempre digo e nunca saberei bastantemente declarar, é o único alívio deste destrro, como o único argumento de que ainda não estou de todo sepultado, pois vivo na memória de V. Ex.a. **Ao Marquês de Gouveira – 28 de fevereiro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 333)

Para concluirmos este capítulo, a denominação “era luso-brasileira”, de Antônio Soares Amora, aplica-se à obra de Vieira:

> Falar, como Antônio Soares Amora, de uma “era luso-brasileira” para a produção literária surgida no Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII – terminologia considerada aceitável por Alfredo Bosi – é mais correto do que considerar esse período como parte da literatura brasileira. Ele não constitui uma literatura brasileira, mas uma literatura portuguesa no Brasil. É uma parte da literatura portuguesa em uma colônia, assim como o Brasil era parcela do império português. Oculta-se a vergonha do estatuto colonial, fazendo-se de conta que já havia autonomia por ser ter uma literatura própria. Não é o assunto que determina, porém, a integração de um texto em determinada literatura nacional. (KOTHE, 1997, p. 155)

Se a obra de Vieira não está totalmente integrada à Literatura Brasileira, tampouco podemos dizer que está à Literatura Portuguesa. Melhor dizendo, a literatura praticada por Vieira é uma Literatura Portuguesa no Brasil: autor luso-brasileiro,Vieira é representante de dois mundos e duas vozes. A Literatura Portuguesa no Brasil nada mais é do que uma Literatura Portuguesa “desterritorializada”, em situação exílica, como veremos no segundo capítulo, uma literatura que se realizará no intervalo de dois mundos.



II NO INTERVALO DE DOIS MUNDOS: O ESPAÇO DA LITERATURA EXÍLICA

Mas, como cantar em terra alheia os cânticos do senhor?

Êxodo

Os moradores deste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Destes que vivem entre os portugueses uns são livres, que estão em suas aldeias; outros são parte livres, parte cativos, que moram com os mesmos portugueses, e os servem em suas casas e lavouras, e sem os quais eles de nenhuma maneira se podem sustentar. (Ao Rei D. João IV – 20 de maio de 1653)

Antônio Vieira

Nas mesmas cartas sucessivamente fui lendo as notícias certas, que cá costumam chegar tão confusas, de tudo o que passa na nossa corte e nas da Europa; com que me vejo neste meu deserto metido vez no mundo, mas com novos argumentos ou desenganos do que ele é […], mas, recolhendo-me a este nosso cantinho da América, deixando as novas de Buenos Aires, que pertencem mais ao Rio de Janeiro, darei só a V. S ª as da Bahia. E, começando pelas deste vale onde vivo e onde me não deixam viver, temos hoje nele quatro plantas de canela bem arraigadas, e que V. S ª deixou, tão crescida em ambos os tronos que já se pode chamar árvore. (A Roque da Costa Barreto – 23 de junho de 1683)

Antônio Vieira

A geografia do exílio está exemplarmente representada na obra de Vieira, não apenas como um tema, mas como testemunho de um escritor, cuja trajetória de vida é marcada por uma sucessão de exílios. As cartas de Vieira não se resumem a uma hermenêutica do espaço, a uma geografia ("escrita da terra"), não se convertem apenas a um mapa que nos ensina a maneira de chegar e voltar. As suas cartas apontam o caminho de uma geografia cultural:

> De tudo o mais que tão larga e ponderosamente refere V. Ex.ª me parece esta carta um mapa do mundo; e, se assim como nos compassos do mapa estiveram tão abreviadas e juntas as distâncias das terras, oh! quanto teria eu que dizer a V. Ex.ª, que não posso escrever deste outro mundo ou mundos, de que Deus, em quanto foi servido, nos fez senhores! **Ao Conde de Castelo Melhor – 5 de julho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 628).

Os textos de Vieira são mapas verbais. Sua configuração textual do espaço é uma metáfora da sua experiência de viagem, de como experimentou o espaço percorrido. Seu mapa cultural expressa o espaço-tempo colonial, os problemas epistemológicos e textuais emergentes com o descobrimento da América Portuguesa:

> Mas, passando com a carta de V. Ex.ª da América à Europa, de que ela é um exato mapa militar e político, o que sobre tudo folguei de saber é que a nossa neutralidade não era só, e se podia unir Dinamarca, Suécia e príncipes de Itália, e fazer uma contra-liga, que para os interesses presentes conseguisse o prespeito e liberdade de não ser nem ter inimigos, e para o maior futuro os seguros da inclusão na paz, e ainda a autoridade de sermos os árbitros dela. **Ao Conde de Castelo Melhor – 8 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 641-642)

Inserido nas Américas, espaço privilegiado de "coletividades novas", de construções identitárias, o Brasil oferece um vasto campo de reflexões para aqueles que se interessam pelo conceito de identidade cultural. No seu conjunto, as cartas de Vieira dão conta da complexidade e da pluralidade da paisagem literária brasileira, ressaltando a representação – que hoje podemos chamar de ficcional – dos índios, dos negros, dos cristãos novos, dos colonos portugueses e dos jesuítas.

Trata-se, pois, de redescobrir o Brasil como lugar de passagens identitárias por excelência, através do jogo contínuo de apropriações e desapropirações culturais, apesar de a América Portuguesa[30] ter sido tratada como um território novo, haja visto que os portugueses sempre ignoraram o fato de que aqui já existiam antigas civilizações. Não obstante, Vieira, enquanto colonizador, testou um repertório de alternativas e um leque de possibilidades: as cartas do jesuíta demonstram as trilhas e caminhos pelos quais o país se expandiu.

---

[30] No século XVII, não há ainda um Brasil, mas um Estado do Brasil subordinado ao corpo místico do Império. A tese de que a descoberta de Pedro Álvares Cabral fora fortuita e involuntária é obra da ficção, invenção dos cronistas e historiadores da corte: "A tese, tão de acordo com o desprezo que a Coroa reservava ao Brasil, logo se tornou verdade histórica. Tanto que os dois primeiros historiadores do Brasil, frei Vicente do Salvador e Sebastião da Rocha Pita, escrevendo respectivamente em 1627 e 1730, abraçaram e divulgaram a tese do 'descobrimento casual'" (BUENO, 1998, p. 127). Deveríamos, portanto, empregar a palavra **achamento**, que sintetiza o abismo de desconhecimento e incompreensão dos colonizadores em relação ao Brasil.

Vieira começa a escrever sua utopia a partir de um marco zero: “Ao traço refinado, à inteligência – enquanto reflexo da instrução –, aos costumes patrícios e cosmopolitas dos dominadores, corresponde o traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados” (DARCY, 1995, p. 211). Da terra e da rudeza dos seus habitantes, queixava-se Vieira constantemente:

> Meu Senhor. – Há muitos tempos que me queixo de quem me ensinou a ler e a escrever, e esta mesma terra, em tudo o mais tão bárbara, me confirma não pouco na mesma queixa, havendo-se conservado perto de seis mil anos sem pena e tinta, e vendo-se hoje tão assolada e perdida, depois que nela entraram estes dois instrumentos, mais negros que seus habitadores. E só me arrependo e retrato deste pensamento, quando recebo e leio as cartas de que V. M.^{cê}. me faz tão continuado favor, por que beijo a mão a V. M.^{cê} mil vezes. […] Isto é o que posso dizer a V. M.^{cê} deste novo ou tão envelhecido mundo. **A Diego Marchão Temudo – 29 de junho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 611-613)

A sua percepção abre uma janela: a paisagem é vista em nova perspectiva, sob diferentes luzes e sombras, em novos contornos e esboços. Um dos estudiosos da obra vieiriana, Eugêncio Gomes, dirá como razão: “O Padre Antônio Vieira não atravessou impunemente as palmas desses bosques, em cujo contato se impregnara de uma seiva de vida nova que de algum modo lhe atingiu o pensamento ascético e severo, em suas prédicas de doutrinação às tribos selvagens do Brasil” (COUTINHO, 1968, p. 218). Vieira é responsável pela territorialização paisagística da imagem do Brasil. Um padre viajante que, ora cartógrafo, ora historiador, ora cronista, ora biógrafo, ofertou cartas à nossa prosa de ficção.

Seduzido pela paisagem brasileira, deixa-se “impregnar” por seus sons, cores e odores: “Na manhã do outro dia, que foi o de S. Tomé, nos receberam os matos com alvorada de passarinhos, cousa nova e que até aqui não experimentámos, antes tínhamos notado quase não haver pássaros do mato no Pára, havendo infinitas aves marítmas, de muito alegres cores, em todos seus rios.”, escreve o jesuíta ao Padre Provincial do Brasil, em carta que indica apenas o ano de sua escritura, 1654, conforme Azevedo (1925, T.I., p. 371).

Como o trecho acima atesta, nas cartas de Antônio Vieira, as imagens propagadas são um conjunto de idéias sobre o estrangeiro (a América Portuguesa), tomadas dentro de um processo de literarização – particularmente esclarecedoras quanto ao funcionamento da ideologia católica/imperial portuguesa –, e nascem de uma tomada de consciência do seu eu em relação ao outro (aos habitantes desse Novo Mundo) ,oriundas, portanto, da percepção da distância entre duas ordens culturais distintas: a Colônia e a Metrópole. As imagens

construídas pelo autor, longe de serem imagens ingênuas, uma analogia do real, estão em conformidade com um esquema, um sistema de valores preexistentes na sua cultura de origem, isto é, na portuguesa: "L'image est la represéntation d' une réalité culturelle au travers de laquelle l' individu ou le groupe qui l' ont élaborée (ou qui la partegent ou qui la propagent) révèlent et traduisent l'espace culturel et idéologique dans lequel ils se situent" (PAGEAUX, 1989, p. 135).

Essas representações dizem muito sobre a sociedade que fala, sobre o lugar de onde parte o olhar. O julgamento a respeito do outro está vinculado ao tipo de relação interétnica e intercultural – ou simplesmente sonhada ou idealizada –, que se estabelece entre o espaço original e o estrangeiro. Podemos, assim, dizer que as cartas de Vieira são textos imagológicos, em parte programados, que atendem a certos códigos e são decodificados, mais ou menos imediatamente, pelo público leitor da sua época[31].

Praticamente de um nomadismo geográfico e cultural, Vieira sempre experimentou a angústia de sentir-se *out of place* (fora de lugar), de viver no que Tania Carvalhal (1995, p. 704) chama de duplo lugar. As cartas registram suas andanças pelo mundo, suas idas e voltas, sua interminável peregrinação por diferentes países, cidades, domicílios, línguas, funções – e revelam a situação de permanente tensão em que sempre viveu, oscilando entre duas ordens distintas de mundo, bem como os conflitos que vivenciou ao longo de sua existência.

Mas essa experiência do exílio é testemunhada de forma individual e coletiva. Lembremos que os jesuítas[32] foram expulsos do Brasil. Recordemos que Vieira vivenciou a experiência de *ostrakon* (ostracismo), junto a uma massa de expatriados, de banidos que vieram de Portugal, bem como de outras nações.

O escritor dá notícia, em palavra escrita, das privações e frustrações em terra alheia, suas cartas nos permitem indagar acerca do seu comportamento, de sua reação perante a pena do exílio que lhe foi imposta, de modo que é possível classificar sua obra dentro da literatura do exílio. Encarnado o *genus loci* (espírito do lugar) português, tende a imprimir, pela dupla face do signo da língua do colonizador que oprime e embeleza, uma fisionomia portuguesa à tradição literária e cultural brasileira.

---

[31] É preciso esclarecer o conceito de imagologia a que nos referimos: "L'imagologie littéraire, entendue comme l'étude des représentations de l'étranger dans la littérature, comprend deux directions dominantes: l' étude de ces documents primaires que sont les récits de voyage et surtout celle des ouvrages de fiction qui soit mettent en scène directement des étrangers, soit se réfèrent à une vision d'ensemble, plus ou moins stéreotypée (PAGEAUX, 1989, p. 9). A imagologia desenvolve um conceito de imagem do estrangeiro sem cair no simplismo da explicação em termos do imaginário social. Ela sustenta que a imagem é miragem, no sentido de que ela redescreve a realidade estrangeira a exemplo da ficção.

[32] No Brasil, nenhuma instituição foi tão popular quanto a Companhia de Jesus (LEITE, 1938, p. 16).

No entanto, a questão do exílio[33] em Vieira exige revisões e acréscimos. Comecemos pela semântica da palavra exílio: do latim *exilium*, substantivo masculino, corresponde às acepções de: 1. expatriação forçada ou voluntária, degredo, desterro; 2. lugar onde reside o exilado; 3. lugar afastado, solitário ou desagradável de habitar (em sentido figurado), tal como registra Ferreira (1986, p. 741).

Mas a experiência amplia o conceito de exílio[34], mostrando que suas origens podem ser diferentes, como refere Carvalhal (1995, p. 703):

> É ainda a ordem dos problemas a serem investigados que nos permite os recortes: o exílio involuntário e obrigatório, o exílio voluntário, o afastamento no espaço, a divisão interior, o exílio temporário ou perpétuo, etc. Cada uma dessas questões se conforma como problemática, origem dos exílios a especular e, no caso presente, exílio das origens sobre o qual se quer indagar.

O léxico, como vimos, denota outras ambigüidades. Entendemos por essas definições que um indivíduo exilado é um indivíduo marginalizado, alijado, apartado do contexto social em que vive. Voltando à questão do exílio interior, ele pode ser caracterizado também por um processo de alienação, no qual o indivíduo não se identifica com a ordem vigente, preferindo viver uma vida paralela, ou, ainda, pode ser uma forma de resistência, de combate, como uma maneira de não se deixar contaminar pela "atmosfera mental" do grupo social em que vive. Neste sentido, a escritura, as diversas formas de criação artística contribuem para que o indivíduo sobreviva dentro desse contexto:

---

[33] Um dos primeiros exílios de que se tem notícia na história da humanidade está registrado no livro da Gênese (3, 22-23): o exílio imposto a Adão e Eva. "Disse o Senhor Deus: Eis que o homem é como um de nós, sabendo o bem e o mal; ora, pois, para que não estenda a sua mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente, o Senhor Deus, pois, o lançou fora do jardim do Éden." A autoridade divina expulsa os dois transgressores do Paraíso, por provarem do conhecimento e para evitar que alcancem a vida eterna. Queiroz menciona outras passagens bíblicas em que a questão do exílio se faz presente: "a primeira citada no Êxodo (7, 10) , que conta a saída dos hebreus do Egito e sua peregrinarão pelo deserto até a Terra Prometida; e a segunda, no Gênesis (11, 19) : porquanto Babel é o nome hebreu de Babilônia, a famosa torre de que fala o Gênesis, onde "o senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da terra e foi também dali que o Senhor os dispersou por toda a terra" (QUEIROZ, 1998, p. 24). Apenas transferindo-se do eixo divino para o secular, as transgressões continuam sendo punidas com o castigo do exílio: "Inferiu-se, por conveniência sórdida, que é divino recorrer ao exílio como solução e castigo. Neste viés, mostra uma evolução na fonte de poder da autoridade […] Numa fase final, o divino desaparece da questão do exílio para se restringir-se à vontade de um homem na figura de um líder" (LOPES, 2002, p. 70).

[34] O termo "males da ausência" serve para demonstrar todos os males causados, direta ou indiretamente, pelo exílio, segundo Queiroz (1998, p. 20).

> Esta es una idéia que está adquiriendo creciente interés en el presente. Al respecto. Tabori dice: En nuestro tiempo los ejemplos de exílio interior, de ser un extranjero en su próprio país, se han multiplicado de forma alarmante. Según esto, la experiencia del exilio puede ser vivida dentro o fuera del país. El exilio interior, imagem borrosa de contornos imprecisos, refleja casi las mismas características del exterior. Paul Ilie afirma que los indivíduos se sienten alienados, llevando una vida paralela en la que no pueden participar. Esta alineación produce frustración por la imposibilidad de realizar-se plenamente. Los exilados interiores son tambiém indivíduos nostálgicos, que añoran la vida passada que reconocen haber perdido. (CUNHA, 1992, p. 21-22)

Martin Heidegger também contribui com o seu conceito de *angst* – que pode ser traduzido por medo ou temor existencial –, para explicar a situação de um exilado. Esse conceito aponta a situação trágica do exilado que tem como referência identitária a sua terra natal, mas que, ao perder essa referência, perde com ela seu sentido de existência.

Reportamos-nos a Lopes (2002, p. 69), que aprofunda o conceito heideggeriano:

> Sob o ponto de vista do trágico, o drama do exílio figura como um abismo entre o mundo real do exilado e o mundo ideal da Pátria que perdeu (à qual, justamente por estar dela afastado e saudoso, o exilado confere um caráter sacro de perfeição); contempla a relação entre o homem e as forças do destino ou daquele que exerce o poder. *Angst* coloca-se como uma ponte a ligar o mundo ideal ao real do exilado, no momento em que a perda se revela diante do que lhe sobrou: nada.

Essa idealização da Pátria é rompida quando retornamos e verificamos que as coisas mudaram. Também é importante dizer que o exílio não se restringe ao drama de um único indivíduo: a imigração, que atinge um povo inteiro, é eufemismo do exílio.

Cabe, no entanto, considerar o fato de que a semente do exílio fertilizou o terreno da literatura, fazendo germinar belas obras da literatura mundial. Em outras palavras, apesar das condições adversas do exílio, nem tudo foram dores e privações: numa reviravolta, os exilados, qual Fênix, produziram valiosas obras literárias, num quadro diante do qual a sensação é de que não sucumbiram ao desespero e ao infortúnio, porque lhes restava a pena para escrever.

Os que retornaram, experimentaram uma sensação de deslocamento, de regresso a um lugar inexistente, a um passado que não pode ser refeito, deparando-se com uma perda definitiva. É justamente dessa cisão trágica que nasce o texto vieiriano, dessa hesitação entre o tempo presente do país que o acolhe e a nostalgia do passado, de sua Pátria de origem – a

qual acaba por desaparecer quando a relação entre ela e seus membros se modifica, como foi o caso de Antônio Vieira e Portugal.

O descobrimento de novas gentes e novas terras fez surgir a crença de um povo eleito. Nesse sentido, a América Portuguesa e sua nova gente se mostram como lugar propício às novas utopias. A conquista desse Novo Mundo reacende a chama de um passado glorioso, esquecido pelos portugueses, e que o agente político e cultural do império português – Antônio Vieira – tenta reabilitar, através da construção teórica do seu Quinto Império, baseado na ideologia da criação da gênese. Nesse grande projeto, que aqui chamaremos de utópico, de difícil agenciamento de discursos, de difícil conciliação entre a vontade divina e a vontade humana, entre os desígnios da Providência e o livre-arbítrio, o intelectual Vieira, mestre da lucidez, divide o palco com o místico Vieira, provedor de esperanças.

A atitude assumida por Vieira, embora não seja considerada por muitos críticos como utópica, classifica-se como a concepção de um estado ideal de humanidade e a tentativa de realizá-lo na terra. O jesuíta abre caminho para a esperança – que não é apenas a de Portugal. Ele tenta, através de sua escritura, implantar a fé e inspirar o sacrifício por uma causa, no seu entender, justa. Mas a ambição inerente de toda utopia não é justamente instaurar o Paraíso na Terra? E, digamos, não necessariamente realizável, mas simplesmente desejável?

A escritura de Vieira se constrói nesse espaço intervalar entre dois mundos, no espaço intermediário, no espaço exílico. Abordaremos neste capítulo os desdobramentos da questão do exílio na obra de Vieira – o mapeamento do Brasil dentro de um espaço dialético e de ocupação fragmentada, o seu desejo frustrado de retornar à Pátria de origem e sua atuação enquanto mediador cultural, o seu projeto “utópico”, que tem Portugal como centro do mundo.

2. 1 A Geografia do Conflito, O Conflito da Geografia

A cartografia da América Portuguesa nasce com a geografia das cartas. Antônio Vieira, a exemplo de seus antecessores Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, inaugura em suas cartas novas geografias literárias e culturais, além de biográficas e afetivas. A releitura de suas cartas nos permite redescobrir o Brasil no plano da representação simbólica, ou seja,

quando Vieira aqui chega já encontra o Brasil em "situação exílica": o colonizador exilado voluntariamente ou degredado, os nativos exilados dentro de sua própria terra, os negros desenraizados do continente africano, os judeus, depois de uma fuga diaspórica pela Europa, "fixados" em território brasileiro e obrigados a aceitar a fé cristã. A sociedade brasileira nascente é afetada, desde os seus primórdios, pelo fragmentado processo de ocupação do espaço: "Não se transplantaram para cá comunidades inteiras como ocorreu nos Estados Unidos. Recebemos fragmentos: soldados, padres, artesãos, aventureiros, sentenciados, Família, Igreja e Estado não protegiam os pioneiros. Os cassados, tendo deixado mulher e filhos, sonhavam com o retorno. Como se vê, o nascente estado brasileiro não foi europeu nem nos primeiros anos de conquista" (SCHÜLER, 2001, p. 67-68).

É nesse contexto que o poder imperial se instala, num espaço de tensões que se autodefine em sua diferença problemática, colocando em contato novas subjetividades, criando, em si, um espaço de proliferação infinita, melhor dizendo, o espaço da alteridade[35]. Suas cartas contradizem o tempo único da dominação, partem da periferia para o centro, isto é, do Brasil para Portugal, operando um deslocamento do eixo cultural. As cartas apresentam uma América que se caracteriza por experiências, valores e sentidos outros, demonstrando a tentativa dos portugueses de reacomodar suas posições no espaço americano. Da geografia das cartas nasce a cartografia brasileira:

> Primeiro, o oceano foi atravessado por navios, agora, por cartas, textos que configuram o novo território para cartógrafos, para ficcionistas, para pensadores, para conquistadores. Os textos que atravessam o oceano não são menos importantes do que navios e mercadorias. Textos conectam, separam, alimentam pensamentos e ambições. O texto que gera textos nasce na periferia e se dirige ao centro, partindo o mundo em dois. Uma carta não se produz sem geografia. Na carta, grafia e geografia se enredam. Da grafia, a das cartas, nasce a cartografia. (SCHÜLER, 2001, p. 31)

[35] A alteridade, segundo Chance (2005, p. 17), significa o encontro com o *Outro*. Longe de se apresentar como um ideal de troca e de complementaridade, a experiência com o outro no Brasil colonial foi a da conquista violenta, do extermínio dos índios, do tráfego dos africanos. Portugal, o colonizador, impôs seu sistema educativo, suas instituições, seu imaginário, seu discurso e sua língua, tentou incutir um mundo branco, uma ética branca e uma inteligência branca em um país de formação mestiça. O Brasil contemporâneo revela-se herdeiro dessas representações, uma vez que índios e negros continuam condenados à marginalidade: os primeiros a viver em Reduções – as chamadas reservas indígenas –, monitoradas pela FUNAI; os segundos, eternos subalternos, tentando corajosamente ingressar nas Universidades. Dois grupos étnicos que continuam a viver tutelados pela "ética branca", apesar do tão alardeado mito da democracia racial. A atual situação desses grupos, mesmo com a luta empreendida pelas políticas inclusivas, demonstra como os preconceitos se enraízam e se repetem no inconsciente das sociedades. Nesse sentido, as cartas de Antônio Vieira são um dos pontos de partida para se pensar essa questão da alteridade.

Essa nau de exilados é descarregada no Brasil e, com ela, costumes e comportamentos que se mesclam à vida no novo trópico. Num período de plena convulsão social, vestido em sua armadura de jesuíta, o padre Antônio Vieira, em sua peregrinação pela América Portuguesa, redigiu suas cartas, em grande parte, com tinta do Brasil. Cartógrafo, paisagista, historiador, cronista de costumes, o jesuíta incorpora uma variedade de perfis em um só homem: "De mim não tenho que dizer a V. Ex.ª, porque o mesmo que tenho dito serve para todos os tempos, pois sou e hei de ser o mesmo em todos", escreve ao **Marquês de Gouveia, em 20 de janeiro de 1663** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 10).

Embora se encontrasse em uma situação enunciativa diferenciada, isto é, não descreve o Brasil apenas como viajante, mas também como habitante, observamos que a paisagem estampada em suas cartas configura-se como a fundação plástico-literária de um Brasil descrito à européia – mais do que isso, o próprio jesuíta transformar-se em paisagem. Vieira, geógrafo literário por excelência, ajudou o Império Português a mapear a geografia colonial: "Meu Senhor. – Recebi a de V. S.ª de 23 do passado com as cópias, que são um perfeito mapa do mundo presente, e podem ser muito boa e muito certa carta de marear aos nossos pilotos; mas já eu noutro melhor tempo me queixava de que a nossa nau não fazia viagem, por serem muitos os timoneiros e cada um na sua ampulheta seguir diferente rumo", como evidencia a carta escrita a **Duarte Ribeiro Macedo, em 18 de dezembro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 538-539).

Em uma sua correspondência ao Marquês de Nisa, o Vieira embaixador, articulador político, faz-se presente, na medida em que trata de assuntos de interesse do Império Português e lança suas estratégias militares de conquista:

> Além de que todas as razões pediam que fosse Portugal o que recebesse os socorros de França, e não ela de Portugal, por ser aquele reino o mais poderoso, por ser o seu intento conquistar, e o nosso, defender, por ter ele um só inimigo e inferior, e os nossos serem dois, e ambos em seu gênero superiores, como é Holanda por mar e Castela por terra. Paz com Castela, não deixa de ser matéria considerável, ao menos para que Franças a conheça […] Nas nossas conquistas podem os Franceses querer ou parte das terras que possuímos, ou liberdade para comerciar nos nossos portos. Do primeiro temos exemplos antigos, quando os Franceses começaram a conquistar primeiro o Rio de Janeiro, depois o Maranhão, e ultimamente, em tempo do Cardeal Richelieu, tiveram em pensamento a ilha de S. Lourenço, de que S. M. foi avisado […], mas nem uma nem outra coisa parece razão que se conceda a França; porque, como havíamos de dar de graça o que Paz custa de tanto sangue e dinheiro estamos defendendo? **Ao Marquês de Nisa – 20 de janeiro de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 130-132)

Na disputa pela delimitação do espaço geográfico e pelo poder[36], Vieira, em sua concepção moderna de estado, recomendou a conquista do Rio da Prata, então desguarnecido:

> Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados de S. Paulo marcharemos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistaremos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquecem, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas […] E assim é necessário que S. M. o faça logo, e que V. Ex.ª lho escreva, como eu também farei, porque bastam dois navios e duzentos ou trezentos homens para tomas Buenos Aires, que é a única povoação que ali há de castelhanos, e, se, nos não anteciparmos, podem os Franceses tomar-nos a benção, o que nos estava sempre muito mal, porque, demais da perda do comércio, ficarão com eles mui devassados todos os mares e portos do Sul de que sempre fomos absolutos e pacíficos senhores. **Ao Marquês de Nisa – 20 de janeiro de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 135-136)

É justamente sobre essa outra metade de mundo que Vieira, o carteador, dá notícia na Carta Ânua, remetida ao Geral da Companhia de Jesus, em 30 de setembro de 1626 (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 12-13), em que relata o que sucedeu entre 1624-1626, pois não conseguira embarcar sua correspondência durante o período da invasão holandesa. Tal carta, rica em detalhes, traz um vivo quadro da paisagem colonial, descritas a geografia física e a humana do Brasil seiscentista. O espaço brasileiro é reconfigurado pela geografia do pensamento europeu, por analogia à topografia européia e a seus lugares de origem:

> Abre esta costa do Brasil, em treze graus da parte do sul, uma boca ou barra de três léguas, a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma Bahia tão formosa, larga e capaz que, por ser tal, deu nome à cidade, chamada por ontomásia, Bahia. Começa da parte direita em uma ponta, a qual, por razão de uma igreja e fortaleza dedicada a Santo Antônio, tem o nome do mesmo santo; e, correndo em meia lua espaço de duas léguas, se remata em uma língua de terra a que deu o nome de Nossa Senhora de Monserrate uma ermita consagrada à mesma Senhora. No meio desta enseada, com igual distância, de ponta a ponta, está situada a cidade, no alto de um monte, íngreme e alcantilado pela parte do mar, mas por cima chão e espaçoso; rodeiam-na por terra três montes de igual altura, por onde estende seus arrabaldes, dos quais o que fica ao sul tem por remate o Mosteiro de S. Bento, e no que lhe responde ao norte, está situado o de Nossa Senhora do Carmo;o terceiro está ao leste

---

[36] Ler a esse respeito o texto de João Adolfo Hansen. Razão de Estado.In : NOVAES,Adauto (ORG).**A crise da razão**. São Paulo: MINC-FUNART/Companhia das Letras,1996p.35-56

> e menos povoado. É a praia da cidade em baixo estreita, e defendem-na três fortes, dois em terra e um no mar, avantajado ao mais por razão do sítio e fortaleza.

Vieira trabalha com uma certa imagem prévia do Brasil, seus textos dialogam com outros relatos paisagísticos elaboradorados pelos jesuítas que o antecederam ou por outros viajantes que aqui estiveram. As suas cartas são mapas de leitura, em que, ao mesmo tempo, ele faz um inventário das paisagens já percorridas – elencadas pelo impulso classificatório que marca as descrições –, refundando a paisagem através da fusão, ou, melhor dizendo, do sincretismo entre as paisagens anteriores e as filtradas pelo seu olhar de observador. Cria, assim, entre os dados paisagísticos fornecidos anteriormente e a sua subjetividade, um terceiro espaço, ou seja, uma paisagem ficcionalizada.

O exercício literário, exemplificado nas cartas do autor, transgride, ressimboliza a paisagem: "Constata-se o jogo entre uma imagem latente e uma imagem manifesta, incidindo, numa certa medida, na fusão da paisagem do desejo como elemento cuja concentração de energia provoca o trânsito literário da imanência à transcedência" (SILVA, 1996, p. 91). A analogia não é mero raciocínio, mas o transcedental de múltiplas experiências perceptivas, imaginativas, culturais. Bachelard, a esse respeito, desenvolve um conceito interessante, o de *topofilia*. O espaço é constituído pelas nossas filiações geográficas e culturais, pelas nossas experiências de vida, sempre remetendo a um lugar familiar ou de origem que aplicamos a outros lugares[37]. No caso específico dos portugueses, esse procedimento se verifica, pois nomeiam a topografia brasileira com termos portugueses e católicos, de seu local de filiação geográfica e cultural.

Vieira, como representante de um modelo etnocêntrico, embora reconhecesse a diferença, tenta apagá-la, erigindo como "verdadeiros" os valores de sua sociedade: "O

---

[37]A teoria de Bachelard se aplica ao testemunho dado por Claude Lévy Strauss em seus livros **Saudades do Brasil** e **Tristes trópicos**. Em **Saudades do Brasil**, Lévy Strauss relata as suas impressões da paisagem brasileira, absorvida, com seus seres e odores, pelo olhar estrangeiro: "O cresoto com que, antes de partir em expedição, eu impregnava minhas bagagens para protegê-las das térmitas e do mofo, percebo ainda seu odor quando entreabro meus cadernos de notas. Quase indiscernível após mais de meio século, esse vestígio, no entanto, torna imediatamente presentes os cerrados e as florestas do Brasil Central, componente indissociável de outros odores, humanos, animais e vegetais, e também de sons e de cores. Pois, por mais fraco que tenha ficado, esse odor, perfume para mim, é a coisa mesma, uma parte sempre real do que vivi" (STRAUSS, 1994, p. 9). Em **Tristes trópicos** relata que a experiência em território brasileiro fez com que redescobrisse o seu próprio país, que se revela a partir do contato com o espaço brasileiro: "Por um paradoxo singular, minha vida aventureira mais me devolvia o antigo universo do que me abria um novo, ao passo que este que eu pretendera dissolvia-se entre meus dedos. Assim como os homens e as paisagens a cuja conquista eu partira perdiam, quando eu os possuía, o significado que eu esperava, assim também a essas imagens decepcionantes, conquanto presentes, substituíram-se outras, guardadas por meu passado e às quais eu não dera nenhum valor quando ainda pertenciam à realidade que me cercava" (STRAUSS, 1996, p. 356).

etnocêntrico é, por assim dizer, a caricatura natural do universalista: este, em sua aspiração ao universal, parte de um particular, que se empenha em generalizar; e tal particular deve forçosamente lhe ser familiar, quer dizer, na prática, encontrar-se em sua cultura.", refere Todorov (1993, p. 21).

O espaço estrangeiro descortinado pelo autor reproduz e significa uma paisagem mental, a distribuição dos elementos espaciais, dos lugares valorizados; revela uma simbolização do espaço, uma topologia recriada: Vieira, como todo viajante, incumbiu-se da função de "Adão" e nomeou o que entendia por "civilização":

> No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, "eterno Adão" de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar nome ao que vê, dar a partida para a inscrição de tais locais no "mundo dos brancos" dos mapas, do tempo histórico. Sua chegada marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do Ocidente e sua mudança de um estado de "pura natureza" para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por "civilização" semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernal, em branco. (SUSSEKIND, 1990, p. 13)

A questão da topofilia associa-se à lógica do imperialismo[38], pressupondo a posse de terras alheias e a imposição de idéias predominantes da cultura dominadora. Devorador de paisagem, o olhar vieiriano se consome na sedução velada da paisagem, abre-se e suplanta o gesto de tomar posse – que se torna ato pelo olhar[39]. Oferece aos olhos sequiosos do leitor as múltiplas faces da América Portuguesa que desbravou:

> Muito desejamos trazer astrolábio para notar com certeza as alturas deste rio;, mas como a este porto vêm tão raros navios, e é mais rara ainda a curiosidade, não o achamos: governamos a esmo pelo Sol, e esta basta, com conhecimento dos ventos, para saber a que rumo pouco mais ou menos navegamos. Ficarão averiguações mais exatas para os que depois de nós virem, que esperamos não seja muito depois. O argumento infalível de estarmos desviados da Linha é que, nos primeiros dois dias, nos alcançam as trovoadas, que no Pará, por estar debaixo dela, são quotidianas, e de então até hoje nunca mais ouvimos trovoar, nem vimos chuveiro; e esta pode ser também a razão de já aqui haver mais aves destas pequenas, pois mostra a experiência quanto mal faz o abalo dos trovões à criação de outras maiores antes de

[38] "O imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros […] Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e a canhões abrangendo também idéias, formas, imagens e representações" (SAID, 1995, p. 37-38).

[39] Sobre essa questão do olhar em Vieira, ver PÉCORA, Antônio Alcir Bernárdez. O demônio mudo. In: NOVAIS, Adauto (Org). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

> crescerem […] Vieiram dois crocodilos que aqui chamam de jacarés a rondar – nos – la por fora. **Ao Padre Provincial do Brasil – s. d. 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 371-372)

Adotando a visão de um outro lugar, Vieira busca uma escrita aparentemente impossível e irrepresentável, uma cartografia própria para a voz de um visionário, um espaço que se situa dentro e fora do circuito de produção colonial, dentro e fora da estrutura de poder imperial. A exuberância tropical, sua fauna e flora foram registradas nas suas formas, modos e vivência, sem, no entanto, incorporá-la. Em carta de 13 de junho de 1672, a Cosme III de Médicis, Vieira descreve a flora e, em pormenores, certa planta brasileira, o araticu:

> Sereníssimo Senhor, Posso dar melhor Relação a V. A. Sereníssima deste Pomo do que soube do Pássaro. E porque há três espécies muito semelhantes e a diferença de todas que com nome Universal se chamam Araticu. A primeira espécie que é absoluta. Se chama com o nome genérico. E da mesma grandeza como um melão mediano. A cor de fora é verde com mistura de amarelo, quando esta maduro. A cor por dentro é branco e dourado. As sementes da mesma forma que as pintadas de cor de tâmara madura, mas não seca. São poucas emetidas pela carne do pomo a modo das pevides de balancia. **A Cosme III de Médicis – 13 de junho de 1672** (CASTRO, 1962, p. 13)

A correspondência do jesuíta ganha a forma de uma tela que se abre diante da invasão brutal do olhar do colonizador, de uma sensibilidade que incide sobre a paisagem, provocada pelo choque de sua individualidade com o contato espacial, moral – e que produz a sensação de exótico, aqui entendido como uma experiência singular. Essa sensação de exotismo é a noção do diferente, a percepção do diverso[40], que Vieira expressará em relação à paisagem e aos habitantes do Brasil.

Vieira, que tomou contato com diferentes plantas da flora brasileira, muitas das quais eram inexistentes em Portugal, fala a Duarte Ribeiro de Macedo, em carta de 28 de janeiro de 1675 (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 147-148), sobre o plantio da pimenta:

---

[40] Essa concepção do diverso foi desenvolvida por Victor Segalen (1978, p. 1-2): “Et en arriver très vite à définir, à poser la sensation d’Exotisme: qui n’est autre que la notion du différent; la perception du Divers; la connaissance que quelque chose n’ est pas soi-même; et le pouvoir d’exotisme, qui n’ est que le pouvoir de concevoir l’autre”.

> Há muitos anos que sei se dá no Brasil a pimenta, e quase todos as outras drogas da India, como se experimentou no primeiro descobrimento; e el El-rei D. Manuel, por conservar a conquista do Oriente, mandou arrancar todas as plantas indiáticas, com lei capital que ninguém as cultivasse, e assim se executou, ficando somente o gengibre que, como é raiz, dizem no Brasil, se meteu pela terra dentro; mas ainda se conserva a proibição, e se toma por perdido. Com esta noticia aconselhou a El-rei, que está no céu, mandasse do Brasil a India, ou que da India fosse ao Brasil, um navio carregado das ditas plantas, já nascidas e acompanhadas de pessoas práticas da dita cultura, e que em diversos lugares e tempo do ano as fossem transplantado ou semeando, para que a experiência mostrasse em qual clima daqueles vastíssimos Estados se davam melhor.

Sérgio Buarque de Holanda (1959) relata que, nos primeiros momentos do descobrimento, a percepção da natureza americana se associava às imagens paradisíacas. Passada a euforia inicial e estabelecido o processo de colonização, essas imagens se dissolveram. Vieira enquadra-se nessa perspectiva, pois não transmitiu, em suas cartas, uma imagem paradisíaca do Brasil, pelo contrário: o Brasil colonial é palco de pestes, fomes e guerras:

> O certo é que não faltou o do céu a esta grande impiedade, porque dentro de um mês se viram os executores dela castigados com peste, fome e guerra: a peste foi tal que nenhum ficou que não adoecesse mortalmente; e a fome era quase extrema porque as raízes e frutos agrestes das árvores era o maior regalo dos enfermos, e esses não havia ainda quem tivesse forças para os ir buscar e colher;sobre tudo, no meio desta fraqueza e desemparo, eram conntinuamente assaltados de bárbaros, de pé e de cavalo, que os atravessavam com [frechas], não lhes valendo a diferença e melhoria das suas armas, porque apenas havia quem as maneasse. Finalmente, ao cabo de um ano das maiores misérias que jamais se padeceram, se vieram a encontrar com a outra tropa, tão diminuídos que dos portugueses lhe faltava a metade, e dos índios as duas partes, e os que restavam mais pareciam desenterrados que vivos. **Ao Padre Provincial do Brasil – s. d., 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 410)

O escondido pelos primeiros epistológrafos é o outro lado de uma presença que esteve ausente e que passa a figurar no texto sem nenhuma idealização. Um dos exemplos disso – os mosquitos, uma das pragas tropicais, como bem refere Vieira em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, datada de 22 de dezembro de 1671 (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 399-400): “Há os enxames deles ordinariamente nos esteiros e nos rios estreitos, de que toda a terra é retalhada; e, se acaso a canoa ficou em seco, em que se espera a maré, são bem trabalhosas de esperar. Até as praias da costa do mar; onde não estão muito lavadas e açoutadas dos ventos, são infestadas desta praga”. E prossegue:

> Particularmente no Inverno e de noite, são alguns tantos, que os índios se enterram na areia até à cabeça, para poderem sossegar. No rio Amazonas, há uma nação que chamam Esfolados, por andarem sempre assim por causa dos mosquitos. Outros trazem sempre abanos na mão para os lançarem de si; outros têm umas casas na praia, em que vivem de dia, abertas e patentes, e para de noite têm outras casas no mato, escuras e sem porta nem janela mais que uma como gateira, rente com a terra e mui bem tapada, pela qual entram a dormir. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 22 de dezembro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 400)

Vieira, amparado por suas impressões sensoriais, extrai da natureza e dos habitantes desse Novo Mundo uma sinfonia cromática de que se evaporam cores e humores, demonstrando a sua percepção do diverso, o poder de conceber o outro. As imagens do retratista revelam a face perversa dos invasores, sempre pintados com tintas carregadas, como fica evidente neste trecho de carta a Diogo Marchão Temudo, datada de 1 de junho de 1687:

> Esta costa de dois anos a esta parte anda infestada de corsários, particularmente franceses, dos quais alguns em melhor hábito que de Corsários foram achados sondando-nos os portos, e ensinando os bárbaros a manejar as armas européias. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 541)

O exotismo funciona como energia mental, estética, no processo criativo de Vieira. Ele mesmo põe em circulação, a partir da sua experiência individual, a sua estética do diverso[41]; a sua concepção do outro como estranho, diferente. O diverso representa tudo o que o outro é. É com satisfação que Vieira discorre sobre a expulsão das costas brasileiras dos indesejados holandeses[42], os infiéis:

---

[41] A esse respeito, ler GLISSANT, Édouard. **Introduction à une Poétique du Divers**. Paris: Gallimard, 1996. Enquanto, na época de Vieira, o diverso, o outro, as diferenças culturais eram vistos de forma negativa, como uma ameaça à ordem vigente, hoje, o diverso abarca uma outra noção. O conceito de Poética do Diverso – ***Poétique du Divers*** – está na base da Poética da Relação, que, no pensamento de Édouard Glissant, corresponde a uma nova era civilizacional, na qual o mundo está em vias de entrar depois do século XX. Para que haja relação é preciso haver diferença – e que esta diferença seja afirmada e respeitada. Que se trate do indivíduo ou de identidades culturais, a *Poética do Diverso* chama por consequência ao respeito e à afirmação das diferenças. Glissant se inspira em Victor Segalen, que aponta essa poética como exemplar na sua vontade de respeitar e de conhecer o Diferente (o Diverso).

[42] No **Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda**, Vieira pede a intervenção divina para expulsar os holandeses e restaurar o Brasil.

> Determinadas as coisas nesta foram, dia de S. Filipe e Sant' Iago, que foi o primeiro de maio de 1625, e, entraram os nossos a tomar posse da cidade, e, abatida a bandeira holandesa, se arvorou a de Portugal e Castela. Gratificou-se a Deus Nosso senhor o bom sucesso de tão importante empresa, desencerrando-se na Sé e no Nosso Colégio o Santíssimo Sacramento, com pregações em ambas as igrejas, e sessão solene, a que se acharam presentes todos os generais, capitães, senhores, fidalgos e mais gente da armada. Na nossa igreja se concertou logo o sacrário, e nele se pôs o Santíssimo Sacramento primeiro que nas outras igrejas, um ano depois de o tirarmos do mesmo lugar, quando, saindo da cidade, o levamos conosco. **Carta Ânua Ao Geral da Companhia de Jesus-30 de setembro de 1626** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 47)

Os missionários, nas cartas de Vieira, são via de regra retratados como mártires, jamais como algozes, vítimas desse mundo hostil e bárbaro. Sofrem doenças, privações e geralmente morrem em missão, sempre procurando dilatar a fé cristã e o império português. Em suas cartas, clama pelo reconhecimento de Portugal em relação ao trabalho prestado pelos jesuítas no processo civilizatório e pelo sacrifício destes pela causa do Novo Mundo:

> O Padre Francisco Gonçalves chegou haverá três dias da missão do rio Amazonas quase sem esperança de vida, e ainda desconfiamos dela, porque está um retrato da morte, posto que com algum alento. O padre Manuel Nunes veio do rio Tocantins quase cego, de sorte que já não pode escrever, e ler, muito mal. Eu, antes de ir aos Nhengaíbas, da visita que fiz ao rio das Amazonas vim em tal estado que dia do Corpo de Deus comunguei por viático. Enfim que, sobre havermos de morrer, é força que nos matemos, com que seremos menos cada dia; e será grande lástima da cristandade, e do mesmo céu que se perca tão bem começada conquista de tanta infinidade de almas, e tão dispostas **Ao Padre André Fernandes – 11 de novembro de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 548)

A seguir, Vieira tece comentários sobre a morte do Padre Marcos Teixeira e de sua valorosa missão na região amazônica:

> Os índios das nossas aldeias, em particular, choravam mais sua morte, porque a todos ele era o pai, defensor e protetor. Nós os da Companhia tivemos razão de a sentir, como sentimos mais que todos, pois na guerra se ajudou de nós amorosamente, com benévola e íntima afeição, e nós o servimos e acompanhamos até a morte, como tínhamos de obrigação. **Carta Ânua de Ao Geral da Companhia de Jesus – 30 de setembro de 1626** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 34)

As imagens em Vieira são, naturalmente, construídas pela sua imaginação poética, pela sua interpretação pessoal do Brasil e do mundo, pela maneira como as imagens desse

Novo Mundo repercutem no seu psiquismo. Dito de outra forma, da imagem sempre emerge novas imagens. A esse procedimento Bachelard (2000, p. 5) denomina metafísica da imaginação pessoal: “Metafísica da imaginação pessoal passa pela interpretação pessoal. Toda a imagem tem uma repercussão psíquica em outros. Imagem faz reagir em outras almas, em outros corações, apesar de todas as barreiras do senso comum, de todos os pensamentos sensatos”.

A questão da identidade em Vieira é estratégica e institucionalmente colocada. A retórica do autor, no tocante aos diferentes grupos étnicos, é aparentemente maleável, norteada pelos interesses do Império. No que diz respeito aos portugueses que viviam no Brasil, parecem ter “se convertido” aos costumes bárbaros do Novo Mundo, esquecendo suas origens, renegando a fé católica:

> Os portugueses, senhor, vivem nestas partes em necessidade espiritual pouco menos que extrema, com grande falta de doutrina e de sacramentos, havendo muitos deles que não ouvem missa nem pregação em todo o ano por não terem, nem sabem os dias santos para os guardarem, nem os guardam, ainda que os saibam, nem há quem a isso os obrigue; o qual desamparo é ainda maior nas mulheres, filhos e filhas, morrendo não poucas vezes uns e outros sem confissão. **Ao Rei D. João IV – 20 de maio de 1653** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 306-307)

Cabe dizer que os portugueses, dentro do espaço do Novo Mundo, liberados dos laços familiares com a mãe Pátria e à mercê da solidão, na intersecção com outro espaço e outra gente, também só poderiam ser *Outro*. O novo espaço propicia a possibilidade de ser *Outro.* O exílio anuncia a possibilidade ou a necessidade de ser estrangeiro e de viver no estrangeiro. Os portugueses habitantes da América também sofreram a marca da alteridade. A sua identidade é construída (ou reconstruída) com a absorção do alheio: “Observa-se, então, que a oposição entre o próprio e o alheio se relativiza quando considerada na perspectiva intrínseca da produção literária, onde a absorção do alheio participa da construção do próprio” (CARVALHAL, 2003, p. 138).

Em contrapartida, os índios não ficaram incólumes ao contato com os portugueses, também lhes absorveram os vícios: “De sorte que achei a maior parte dos índios, que vivem entre os portugueses, como se então acabaram de descer do sertão, e com alguns vícios demais, que se lhes pegaram dos mesmos portugueses.”, como registra em carta de 22 de maio de 1653, ao Provincial do Brasil (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 346-347). O contato sempre

produz influências recíprocas, o grau de contato pode variar, mas o contato sempre contamina, há sempre uma interpenetração das duas partes envolvidas.

No tocante aos judeus, Vieira costumava questionar a perseguição sofrida pelos cristãos novos. Bateu-se, por exemplo, pela questão dos judeus de Pernambuco, que, mesmo tendo sido batizados, foram aprisionados pelo tribunal do Santo Ofício, conforme podemos ler em carta destinada ao Marquês de Nisa, em 24 de fevereiro de 1648: "Pela carta que o Sr. Embaixador remete a S. M. verá V. Ex.ª quanto os Estados têm sentido a resolução que este ano se tomou na santa Inquisição contra os judeus súditos desta províncias, sobre que seria bem que V. Ex.ª escrevesse apertadamente a S. M." (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 170-171)

No entender de Vieira, a reintegração dos judeus mercadores traria benefícios para Portugal. Desse modo, auto-outorgou-se o papel de "protetor" daqueles que se converteram ao catolicismo:

> S. M. saberá muito cedo por cartas quão leais vassalos têm em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e, se Deus me leva a seus reais pés, eu prometo a V. M.cês que fique muito mais confirmado no bom ânimo com que o deixei, porque até agora o persuadia com argumento do discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiências da vista. **Aos Judeus de Ruão – 20 de abril de 1646** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 93)

Quanto aos negros e índios[43], o imperativo da catequização para incorporá-los ao corpo místico do Império é ainda mais preeminente, diríamos até inflexível. Vieira esteve na África, em Cabo Verde, e sua atitude em relação aos africanos é de justificar a escravidão dizendo ser mais válido um negro escravo do que um negro livre e pagão, ignorante da existência de Deus, pois o primeiro pode sempre salvar-se através da conversão, ao segundo está reservado o suplício do inferno[44]. Dos dois castigos, a escravidão é provisória; o inferno é eterno. Eis aí um discurso que, como veremos mais adiante, se justifica por questões econômicas até mais do que religiosas, e que tenta "evitar rebeliões" pela uniformização do pensamento, por um nivelamento de mentalidade:

---

[43] A desterritorialização é produtora de mestiçagens, criou no Brasil uma espécie de Nova Roma, onde diferentes raças vão se encontrar: "Uma Nova Roma, lavada em sangue negro e sangue índio, destinada a criar uma esplêndida civilização, mestiça e tropical, mais alegre, porque mais sofrida, e melhor, porque assentada na mais bela província da terra" (RIBEIRO, 1998, p. 449).

[44] O **Sermão Décimo Quarto da série Maria Rosa Mística**, Vieira consagrou aos escravos. Definido o negócio negreiro, cabia explicitar os deveres evangélicos do senhor de escravos, responsável pela reinserção social do africano no território cristão ultramarino.

> Enfima disposição da gente é qual se pode desejar, e o número infinito: porque além das cento e vinte mil almas que há nestas ilhas, a costa, que lhe corresponde em Guiné e pertence a este mesmo bispado, e só dista daqui jornada de quatro a cinco dias, é de mais de quatrocentas léguas de comprido, nas quais se conta a gente não por milhares senão por milhões de gentios. Os que ali vivem ainda ficam aquém da verdade […] E assim estão indo ao inferno todas as horas infinidades de inocentes, todas por falta de doutrina e baptismo, sendo obrigados a prover de ministros evangélicos todas estas costas e conquistas os príncipes de um reino, em que tanta parte de vassalos são eclesiásticos, e se ocupam nos bandos e ambições, que tão esquecidos os traz de suas almas e das alheias; mas tudo nasce dos mesmos princípios.**Ao Padre André Fernandes – 25 de dezembro de 1682** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 295-296)

Os índios, estes são um capítulo à parte na obra de Vieira. Besselaar (1981, p. 38) informa que Vieira era chamado pelos índios do Maranhão de *Paiaçu*, isto é, de "Pai Grande", por seu esforço de catequização[45]. Dirigia os trabalhos dos seus confrades; na sua qualidade de superior, fazia extensas e incômodas viagens pelo rio Amazonas para visitar as aldeias, onde batizava, confessava e dirigia as cerimônias religiosas. Aprendia os idiomas das diversas tribos indígenas, tornando-se capaz de escrever um conciso catecismo em seis línguas diferentes:

> Pôs Deus nestas palavras tal eficácia que, rendidos muitos, com grandes desejos de coração e lágrimas nos olhos, começaram a pedir que os fizessem cristãos, de modo que em oito dias foram suficientemente catequizados, e receberam a água do Sagrado Baptismo perto de duzentas almas, e tal afeição tomaram, depois de serem baptizados, às coisas Divinas que, morando muitos deles uma légua distante da igreja, continuaram com muito fervor a ouvir missa todos os dias santos, e ainda em tempo de grandes frios e chuvas, não obstante a declaração que se lhe fez de ficarem totalmente desobrigados. Entre os convertidos o mais assinalado foi um, no qual claramente se vê que tem Deus em sua mão a chave dos corações dos homens, para os abrir e entrar neles quando é servido. Era este índio mui afamado por seu esforço, e o principal nos assaltos, que todos os destas partes costumam dar aos Guaianazes, contrários seus, os quais correm por detrás das serras que cingem esta costa;e, quando menos se esperava, mudando totalmente, pediu posto de joelhos o Santo Baptismo e, no tempo que o havia de receber, abominou publicamente todas as suas valentias passadas, prometendo de nunca mais tornar a elas, do que se espantaram muito os outros, porque não podem jamais acabar consigo de fazer o mesmo. **Ao Geral da Companhia de Jesus – 26 de setembro de 1626** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 56-57)

[45] No **Sermão de Santo Antônio** e no **Sermão da Sexagésima**, Vieira se bate pela causa indígena.

Era preciso, através da catequese, extirpar certos costumes bárbaros e seus diversos rituais pagãos – dentre os quais, o canibalismo. Vieira em suas excursões pelo Brasil, relata um episódio em que padres em missão evangelizadora, em uma ilha na cidade do Pará, foram mortos pelos rudes índios nesse assombroso ritual:

> Desta maneira tomaram nome estes bárbaros nas cabeças dos nossos treze padres, ou para melhor dizer lhe deram posse daquele nome que, com o sangue que haviam de derramar em tão gloriosa demanda, [se] lhe tinha escrito no livro da vida. Depois de mortos os assaram e comeram como costumam, e ainda o mesmo soldado viu os juraus, que são umas grelhas de pau, em que foram assados. **Ao Padre Provincial do Brasil – s. d., 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 349)

No espaço do papel, a narrativa de Vieira descreve uma paisagem não apenas invadida pelo perfume dos trópicos e o frescor das criaturas, mas também por diferentes espaços étnicos e de enunciação: uma paisagem construída pelo choque de espaços e temporalidades distintas. Dentro dessa perspectiva, a problematização da identidade textual, literária, cultural, política e sua teorização se espacializa a partir do lugar enunciativo do discurso, o qual constrói, com suas experiências, valores e sentidos o espaço e a identidade brasileiros:

> Do estranhamento de si, da sedução e resistência ao Outro, do eterno retorno ao Mesmo e da transparência sobre a presença estrangeira, imagens gravam na página em branco essa fisionomia multifacetada […] A identidade, assim entendida, oscila entre o Próprio e o Alheio, entre o movimento de errância e multiplicação do eu em um texto. A identidade vista do olhar da Alteridade desdobrada permite-nos expressar a realidade cultural híbrida das Américas, nos faz compreender que a identidade (o eu), da mesma forma que o texto literário, é uma paisagem de "múltiplas moradas"!, uma paisagem que é olhada e transformada pelo imaginário. (SILVA, 1999, p. 101)

Cenário do Brasil francês de Villegaignon, do Brasil espanhol da regência de Felipe II, do Brasil holândes de Maurício de Nassau, do Brasil dos negros, do Brasil dos índios, do Brasil dos colonos portugueses, do Brasil dos jesuítas e de tantos outros brasis[46] que mais

[46] Com razão, Flávio Kothe reivindica o lugar de outras vozes estrangeiras em nossa história literária: "Ao se considerar a literatura informativa dos portugueses sobre o Brasil colonial como parte da Literatura Brasileira só porque se referia ao território que séculos depois se tornou Estado, então seria preciso considerar também parte da Literatura Brasileira o que espanhóis, holandeses, franceses, italianos e alemães escreveram sobre o 'Brasil' do período. Seria inclusive um enriquecimento valioso, que é impedido pela perspectiva lusitanizante da

tarde viriam a fazer parte dessa Nação, o conjunto das cartas de Vieira não só confere estilo à natureza brasileira, como é um marco para pensarmos a origem da nossa brasilidade.

A articulação entre paisagem/geografia/alteridade contribui para a configuração da imagem literária como lugar de práticas artísticas e culturais. O imaginário nacional é herdeiro desse reservatório de imagens, "Como se, redesenhada, a geografia da presença estrangeira retornasse ao sujeito sob forma de um reservatório de imagens símbolos e motivos reconfigurados do imaginário nacional." (SILVA, 2002, p. 171). Esse reservatório de imagens foi, em grande parte, disseminado pela presença dos jesuítas no Brasil, presença constante nos anais da Literatura Brasileira. Essa paisagem geográfica testemunhada pelas cartas de Vieira será, como veremos no próximo item, uma passagem para uma outra paisagem, uma paisagem simbólica (re)descoberta durante os múltiplos exílios de Vieira.

2. 2 Yo No Escribo En La Pátria, Ni Para Ella

Na Literatura Brasileira, as cartas de Vieira representam uma das descrições mais precisas e satisfatórias do desenraizamento e do despaisamento. O tema do exílio, cantado pelo célebre jesuíta Vieira, faz parte do nosso repertório nacional[47], o encontramos na obra de escritores do quilate de Gonçalves Dias, em seu famoso poema *Canção do Exílio*:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorgeiam,
Não gorgeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

---

historiografia dita brasileira: há um privilegiamento daquilo que portugueses escreveram, desvalidando o que outros povos observaram e registraram, embora o território hoje brasileiro sequer tivesse pertencido sempre e todo aos lusitanos" (KOTHE, 1997, p. 155-156). Um novo projeto de história literária deverá resgatar essas outras contribuições estrangeiras que tiveram importância no processo de formação da Literatura Brasileira.

[47] **A ilha de maré**, de Botelho de Oliveira, **A descrição da ilha de Itaparica**, do Frei Manuel de Santa Maria, **Ao chegar a Bahia**, de Domingos Borges de Barros, **Vila Rica**, de Cláudio Manuel da Costa, são poemas descritivos da terra natal cantados pela imaginação geográfica dos seus autores (SUSSEKIND, 1993, p. 107).

Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar-sozinho, à noite
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sábia.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu' inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá. (DIAS, 1989, p. 48)

Conforme Santiago (1992, p. 23), até os poetas mais contemporâneos, como Carlos Drummond de Andrade em seu poema **Europa, França e Bahia**, revelam que as nossas verdadeiras raízes não estão no Brasil, mas em países imaginários, facéis de habitar:

Meus olhos brasileiros se fecham saudosos.
Minha boca procura a "Canção do Exílio"
Como era mesmo a "Canção do Exílio"?
Eu tão esquecido da minha terra…
Aí terra que tem palmeiras
Onde canta o sabiá!
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

A vida de Antônio Vieira sempre teve como itinerário a errância. Aos seis anos, parte de Portugal, sua terra natal, para vir desembarcar no Brasil. Aos 15 anos, mesmo contrariando a vontade de seus pais, abandona a família para se exilar na Ordem dos Jesuítas. Depois de concluído seus estudos na Ordem, parte em missões evangelizadoras pelo Brasil; logo em seguida, em missões diplomáticas pelo mundo. Depois de brilhar nas cortes européias, volta a ser missionário no Brasil. Com a expulsão dos jesuítas, retorna novamente a Portugal, onde é encarcerado na Torre do Tombo e tem a palavra cassada pela Inquisição. Depois de um período de permanência na Itália, retorna a Portugal e de Portugal segue novamente para o

Brasil. Escolhe para o seu "retiro" a Quinta do Tanque (chácara dos jesuítas) e de lá parte para o exílio final: a morte.

Vieira, exilado de suas paisagens afetivas, onde construiu suas primeiras memórias, conhece, enquanto ser de passagem, a experiência do entre-lugar, a sensação de estar sempre em outro lugar. Em sua movência enriquecedora, espaço onde se dá o ir e o vir entre uma origem e o tornar-se outro, vive o conflito da impossibilidade de permanecer tal como era e a dificuldade de se tornar outro:

> Senhor. – Posto que faltam tão poucos dias para o ano do destêrro, já a V. Ex.ª não poderá deixar de fazer profissão nele. E é o meu juízo de tão mau gosto que, com desejar a V. Ex.ª as maiores felicidades, dou a V. Ex.ª os parabéns desse estado, e me parece que devia V. Ex.ª festejar o dia, no qual eu me atrevera a pregar, e com mais evidentes discursos do que foram os de Alcântra, na igreja da Quietação, que é o nome que eu dera ao orago desta religião do destêrro. **Ao Marquês de Gouveia – 16 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 21)

Entre os males provocados pelo exílio, encontramos talvez o mais penoso: a saudade. Vieira não fez uma teoria da saudade[48]: viveu-a concretamente como português. Suas cartas são "perfumadas de saudade":

> Enfim, senhor, chegamos a esta casa, onde achei duas cartas de que V. Ex.ª me fez mercê, que me acrescentaram muito a alegria de haver chegado, e com o mesmo contentamento receberei todas as que me trouxerem boas novas de V. Ex.ª, com que peço a V. Ex.ª me não falte, afirmando a V. Ex.ª que lho merece o meu coração, e as minhas saudades, que ainda que a companhia do senhor embaixador Franciso de Souza baste para fazer esquecer as moléstias do caminho, as lembranças do senhor Marquês de Niza em nenhuma distância se esquecem, e com nenhum outro lugar nem companhia se consolam. **Ao Marquês de Niza – 23 de dezembro de 1647** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 107-108)

Fizemos referência aos exílios de Vieira, mas não explicitamos as causas que desencadearam seus múltiplos exílios e que repercutiram na recepção crítica de sua obra.

---

[48] "A saudade, historicamente, surgiu dos lamentos de amor e ausência. Floresceu na 'solidão amena e deleitosa', onde a ausência, o abandono, a falta e a carência levam a uma doce tristeza, ao 'dó da alma'. Estes 'males da solidão', que nascem de se já não gozar de um bem que antes se possuía, levam ao desejo de voltar a desfrutar no futuro e a viver esse sentimento agridoce, o coração ferido, com suave lembrança" (SILVA, 1960, p. 60-61). A questão da saudade está presente na obra vieiriana, nós a encontramos em suas cartas, assim como em seus sermões. O **Sermão do Mandato** e o **Sermão da Ascensão** são hinos à saudade.

Verificamos que a natureza das acusações foram as mais variadas e fizeram sentido dentro da lógica do Império Português.

Em primeiro lugar, o simples fato de pertencer à Ordem Jesuíta já o estigmatizava. As outras ordens sentiam-se desprivilegiadas, não viam com bons olhos os avanços dos jesuítas, que gozavam de prestígio junto ao poder central. O fato de Vieira ter tido muita influência junto a esse poder e não ter concedido benefícios e favores a religiosos de outras ordens – e, mesmo, de sua própria ordem – também lhe custou inimizades. Somamos a este fato as "setas envenenadas" que Vieira lançava contra os seus inimigos, quando escrevia seus sermões: freqüentemente os ridicularizava, o que acirrava ainda mais os ânimos. Esse conjunto de circunstâncias, evidentemente, fez com que seus inimigos lhe respondessem às afrontas com igual descortesia:

> A mercê que me fazia o Senhor D. João IV, o príncipe, e À Rainha, fez meus capitais inimigos a todos os que de mais perto assistiam aos ditos príncipes, e procuravam o valimento e o lugar que imaginavam lhes tirava o meu fora do paço; e não era menor ocasião de grandes ódios o ruim despacho de muitos requerentes, que me pediam ajudasse suas pretensões no que pudesse; e porque não podia quanto elas queriam, de amigos se tornaram inimigos […] Quanto aos religiosos, podem ser estes da minha religião ou de outras, particularmente daquelas que têm maior emulação à companhia, e seus sujeitos: entre todos sou o mais odiado. (BOSI, 1998, p. 41-42)

A questão dos cristãos novos foi outro ponto de divergência entre Vieira e as demais ordens religiosas e alguns representantes da corte. Uns por fanatismo religioso, outros por interesses pessoais, todos criaram entraves às proposições do jesuíta. Bosi (1998, p. 12) nos esclarece que, mesmo tendo comprovadamente mais interesse comercial do que religioso nos judeus – Vieira precisava dos recursos dos judeus para financiar a Companhia das Índias Ocidentais –, até o final de sua vida foi acusado de ser judeu, feiticeiro e herege[49]:

---

[49] Em seu texto **Tópicas políticas dos escritos de Antônio Vieira**, Pécora (1997, p. 35) chama a atenção para o fato de Vieira solicitar uma "mudança de estilos" do tribunal inquisitorial, pediu, entre outras coisas, que as acusações fossem abertas e publicadas, que o réu tomasse conhecimento do crime que lhe foi imputado, que tomasse conhecimento do nome dos acusadores, que as fazendas dos acusados ficassem livres do confisco e que cessasse, definitivamente, a distinção entre cristãos velhos e novos, que se extinguisse o ódio aos judeus conversos. Quando Vieira adotou essa atitude, estava tentando privar a Inquisição de sua presa – os judeus – mais substanciosa.

> O clérigo Pedro Vidal me faz herege, posto que com uma disjuntiva bem galante; porque dizia: "o padre Antônio Vieira ou é santo ou é herege". Ele saberá em que são parecidas a heresia com a santidade. Um prelado de certa religião diz constantemente que sou feiticeiro, e que trago comigo familiar; e que estas são as artes com que engano a todos. Os dias passados veio um nosso confessor pedir-me que me perdoasse a um seu penitente certa injúria que havia dito contra mim; e, depois de lhe dar o perdão, tive curiosidade de saber qual era a injúria;e foi dizer que eu era tão judeu de nação e nascimento que fora batizado em pé. Enfim, que se lá nos afrontam os grandes, cá afrontam-nos os pequenos; e não sei qual é a maior circunstância de injúria. Quem o há de remunerar o julgava. **Ao Padre André Fernandes – s.d., 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 548-549)

Todavia, o pomo da discórdia foi a questão indígena, a questão mais polêmica, que mais celeumas causou: a "defesa" aos índios – na verdade, a defesa de atitudes mais moderadas em relação aos índios. Vieira apenas "pôs um freio" à ganância dos colonos e nobres da corte, mas isso lhe rendeu mais inimizades. O próprio Vieira declara à Inquisição: "No Maranhão, pelo zelo da conversão e liberdade dos índios, que eu pretendia, consegui geral ódio, não só dos moradores de toda aquela terra, senão também dos governadores e ministros que lá vão de Portugal" (BOSI, 1998, p. 41). A situação se agravou ainda mais depois da morte de seu protetor D. João IV. Findo o beneplácito do rei, é penalizado pelos ministros do reino com o afastamento do poder central:

> Eu em particular, no despacho deste memorial, que de tão longe representeia V. M., conheci que ainda não estava totalmente morto na memória de V. M. quem tantas vezes arriscou a vida às tempestades, às balas, às pestes e às traições dos inimigos de Portugal, para que ele e todas as partes de sua monarquia se estabelecessem na coroa de V. M.. Com a falta de El-Rei e do príncipe, que estão no Céu, tudo me faltou, e a benevolência que o seu respeito me conciliava com os ministros se sepultou toda com eles, e em seu lugar ressuscitaram os ódios e a inveja daquele favor que então se dissimulava. **Ao Duque do Cadaval – 2 de agosto de 1684** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 496)

Mas os dissabores não param por aí. De 1663 a 1667, Vieira enfrentou um longo e penoso processo inquisitorial. Nesse período, Vieira foi submetido a trinta exames e audiências em que se defendeu através dos seus apensos[50]. O pretexto para o processo fora a carta **Esperanças de Portugal**, que Vieira havia escrito ao Bispo do Japão, Padre André Fernandes, cujo assunto era a suposta ressureição de D. João IV, deduzida a partir das trovas

[50] Em linguagem do Santo Ofício, correspondem aos textos apresentados em defesa do acusado (MUHANA, 1995, p. 13).

de Bandarra[51]. A carta serviu para acusá-lo de heresia e judaísmo[52]. Vejamos um pequeno trecho da carta interceptada pela Inquisição:

> Conta-me V. S.ª prodígios do mundo, e esperanças de felicidades a Portugal: diz-me V. S.ª que todos referem tudo à vinda de El-Rei D. Sebastião, de cuja vinda e vida tenho já dito a V. S.ª o que sinto. Por fim ordena-me V. S.ª que mande alguma maior clareza do que tantas vezes tenho repetido a V. S.ª da futura ressureição do nosso bom amo e senhor D. João o quarto. A matéria é muito larga, e não para se escrever tão de caminho como eu faço, nunca canoa em que vou navegando ao rio das Amazonas, para mandar este papel noutra a alcançar o navio que está no Maranhão de partida para Lisboa. Resumindo, pois, tudo a um silogismo fundamental, digo assim: O Bandarra é verdadeiro profeta; o Bandarra profetizou que El-Rei D. João o quarto há de obrar muitas coisas que ainda não obrou, nem pode obrar senão ressuscitando: logo El Rei D. João o quarto há de ressuscitar. – Estas três proposições somente provarei, e me parece que bastarão para a maior clareza que V. S.ª deseja.
> Já o tempo desejado
> É chegado,
> Segundo o firmal assenta,
> Já se chegam os quarenta,
> Que se amenta,
> Por um doutor já passado.
> O rei novo é levantado,
> Já dá brado,
> Já assoma sua bandeira
> Contra a grifa parideira
> Logomeira
> Que tais pastos tem gostado […]
> Saia, saia esse Infante
> O Seu nome é D. João.
> Tire e leve o pendão
> Glorioso e triunfante.
> Vir-lhe-ão novas num instante
> Daquelas terras prezadas,
> As quais estão declaradas
> E afirmadas
> Pelo Rei de ali em adiante. **Ao Padre André Fernandes – 29 de setembro de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 488-493)

---

[51] Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro, que viveu em Trancoso, na primeira metade do século XVI; é famoso pelas Trovas que compôs, de sentido profético, cuja interpretação deu origem à crença dos sebastianistas.

[52] Declarações datadas de 1663, denúncias de 1649 e de 1656 e outros documentos só serão agregadas ao processo a partir da prisão de Vieira, em 1665, quando a disposição de condená-lo faz com que todos os indícios antecedentes sejam agrupados para compor as provas. Também em algum momento após sua prisão, uma série ininterrupta de denúncias ocorridas entre 1649 e 1652 é enviada à leitura do inquisidor Alexandre da Silva, que, com base nelas, elabora um rol de questões para os exames finais, nomeadamente as relativas aos sermões de Vieira censurados e aos atos e ditos seus em favor da gente de nação. Tudo isso provoca uma desconfiança relativamente aos eventos arquivados, pois o processo parece deixar registrados nos autos apenas os eventos que demonstram a legitimidade da acusação. Esta é a salvaguarda da Inquisição, na medida em que o Direito manda impugnar um processo em que se demonstre uma condução preconcebida das suspeitas por parte dos acusadores à condenação do réu – o que Vieira tentará efetuar com sua fracassada "Petição ao Conselho Geral". Esse pressuposto da culpabilidade do réu é visível, por um lado, nas incontáveis vezes em que os inquisidores rejeitaram argumentos perfeitamente verossímeis de Vieira, como os de sua doença, o esquecimento de episódios da sua infância, etc (MUHANA, 1995, p. 15).

Logicamente, o processo inquisitorial que resultou na prisão de Vieira foi uma retalhação às críticas anteriores de Vieira, quando este solicitou a "mudança de estilos" da Inquisição, condenando o procedimento desse mesmo tribunal. Mas a experiência da prisão deixaria marcas profundas em sua existência, como demonstra a carta a D. Rodrigo de Meneses, de 17 de dezembro de 1663: "Sirva-se sua Divina Majestade que seja para o saber servir, ainda que pouco posso, mal convalescido e com receios de recair;porque não pode a minha fraqueza com a intemperança destes ares, e com os rigores deste segundo cárcere de Coimbra, para onde me mandaram, não sei por que culpas." (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 13-14) Revoltado com o tratamento e a desconsideração de que foi vítima, expressa, em sua correspondência desse período, o amargor do seu cotidiano no cárcere:

> Senhor. – Já no correio passado dei conta de mim a V. S^{a,} e da causa por que me não atrevia até agora a procurar novas de V. S^{a,} fazendo-o por todas as vias que é possível a quem está metido nesta tão estreita prisão, onde nem para viver me deixaram liberdade, quanto mais para o maior alívio que eu tenho na vida, que era o favor e mercê que V. S^{a} me fazia, na lembrança de suas cartas. **A D. Rodrigo de Meneses – 24 de dezembro de 1663** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 17)

Ao cabo de seis anos de interrogatórios, sem que Vieira confessasse ou caísse em contradição evidente, a Inquisição insistiu em demonstrar que, precisamente por ser ele um homem de letras e teólogo de profissão, em suas sentenças não poderia ter havido ignorância, mas intencionalidade e, por conseguinte, houvera e havia culpa contra a fé[53]. Baseada nesse pressuposto, a Inquisição lavrou a sentença de Vieira:

> Em 24 de dezembro de 1667 em Coimbra na Casa do Despacho da Santa Inquisição, comparendo já preso, Vieira assistiu a proclamação da sua sentença: fora privado para sempre de voz ativa e passiva, proibido de pregar, forçado à reclusão em local determinado pela Santa Inquisição e obrigado a assinar um termo se comprometendo a não mais tratar das proposições a que foi argüido. (MUHANA, 1995, p. 21)

[53] Acreditar em profecias é um ato de fé: "Enfim, a essência do discurso profético é de ordem originalmente religiosa […] Essa pertença do profetismo à linguagem religiosa não impede que a sua aplicação à ordem secular, ao mundo, ganhe uma dimensão política; ao contrário, o profeta trata de poderes que serão abatidos e de poderes que serão levantados. O que explica as reações violentas com que as instituições dominantes rejeitaram tantas vezes a sua palavra" (BOSI, 1998, p. 16).

Traumatizado com o processo inquisitorial, amargurado com a sentença que depunha contra toda uma vida de trabalhos prestados a Portugal, Vieira saiu em busca da revogação dessa sentença absurda a que fora condenado. Não se conformando com o ocorrido, costumava chamar-lhe *ingratidões da Pátria*. Decidido a fazer justiça, parte para Roma, onde desejava obter do Papa a revisão do seu processo e a reabilitação da sua fama como teólogo de insuspeita ortodoxia[54]. A condenação da Inquisição não exilou o escritor e seu discurso:

> Senhor. – A experiência que tenho do ânimo de V. Ex.ª em me favorecer e honrar me assegurou sempre que, na ocasião de maior trabalho, me não faltaria a assistência e amparo de V. Ex.ª, posto que os decretos da Providência Divina se podem mal impedir com diligências humanas, confirmando-me cada hora mais em que tudo foi disposição, do céu, porque ninguém há hoje na terra que confesse haver tido parte no que tenho padecido. Também creio com a mesma segurança que o amor e piedade de V. Ex.ª se não descuidará em procurar os reparos desta desgraça, e que as diligências de V. Ex.ª em todo o tempo, e mais na diferença do presente, serão muito efectivas; mas tenho por tão incurável a minha chaga como todas as que se fazem com a mão que a mim me feriu. Se o golpe fora só meu, confesso a V. Ex.ª que me tem dado deus tanta conformidade, que não só o tivera levado com paciência senão ainda com gosto, mas nas considerações de uma Religião tão honrada como a Companhia, afrontada por meu respeito, todo o sofrimento se perde; e assim como para mim nenhuma consolação hei mister, para ela nenhuma lhe basta. Isto é só o que posso dizer a V. Ex.ª, enquanto V. Ex.ª me tem a seus pés, que dizem será cedo. **Ao Marquês de Gouveia – 9 de janeiro de 1668** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 734-735)

Embora se encontrasse no palco da cultura européia, não se sentia feliz; vivia em Roma, mas com o coração em Portugal. Considerando a sua estada ali como um desterro, acompanhava, com muito interesse, os acontecimentos no Reino, ansioso: "Tenho por sem duvida que não há pessoa de nenhum estado, nem ainda do meu, que lá me deseje; e posto que não tenho razão para cuidar que S. A. me queira desterrado, tenho muitas pra crer que, ainda que desejasse o contrário, não lhe consentiriam os intérpretes de seus decretos que este lhe saisse do peito. Em fim veremos o que se responde, e eu avisarei de tudo a V. S.ª."**Ao Padre Manuel Fernando – 15 de dezembro de 1674** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 131).

---

[54] Vieira sentia-se preterido e postergado em Portugal. Contara com a sua reabilitação; o que obteve foi apenas a liberdade. A reabilitação tão ardentemente desejada não se deu. Era uma injúria. Quando diplomata e conselheiro de D. João IV, tinha sido difamado na sua honra de patriota; quando missionário, fora sem cerimônia expulso do Maranhão; agora se via vítima de uma sentença inquisitorial que o comprometia como teólogo ortodoxo, sem que ninguém se preocupasse em revogá-la. Traumatizado, Vieira passava por uma das crises mais graves da sua vida […] Antes de deixar Roma, Vieira dirigiu um memorial ao papa, em que lhe expunha os vários defeitos do seu processo, resumíveis no ódio ds juízes, na ignorância dos qualificadores e, ainda por cima, em diversos erros formais. Assim ficou munido de um breve papal (1675), que o isentava por toda a sua vida de qualquer jurisdição, poder e autoridade da Inquisição portuguesa (BESSELAAR, 1981, p. 53 –58).

De 1675 a 1681, já de retorno da Itália, Vieira veio a reestabelecer-se em Portugal. Durante os seis anos que lá permaneceu, sentiu-se um exilado dentro de seu próprio país. A este respeito, nos alerta Mario Benedetti, em seu famoso livro **El desexilio y otras conjeturas**, que o exílio não precisa ser necessariamente no exterior, ele pode se configurar no interior do próprio país:

> Hay más exilios, expulsiones, siempre hay más: la enfermedad, el analfabetismo, el hambre, la envidia, la impotencia. Todos son expulsiones de la vida […] Y en la provincia ajena, está la muerte, que es el exilio final, el irreparable, el exilio para el que nacemos. Tal vez, después de todo, la menos traumática de las expulsiones que forman una vida. El exilio en la nada. (BENEDETTI, 1986, p. 12)

Assim, alegando motivos de saúde e o clima frio de Portugal, na verdade um recuo estratégico para se retirar de Portugal, uma vez que fora friamente recebido e já não mais atuava junto ao poder central, "optou" por regressar ao Brasil:

> A minha idade passa de setenta anos; a vista totalmente perdida em um dos olhos, e nos outro mui debilitada; e, em uma palavra, os demais sentidos e potências, principalmente a memória, estão mui débeis e defeituosas; e de dois meses a esta parte tão mal tratado de uma perna que, hoje mesmo, dando-me licença o Padre Provincial para ir a cavalo a uma consulta, não me foi possível montar na mula e sustentar-me nela. Em consideração de todas estas enfermidades, originadas do frio e humidade deste clima, ainda que mais benigno nesta parte que o de Roma, havia chegado a persuardir-me que não podia viver em Portugal outro inverno; e assim esta vez, por própria conveniência, tinha ajustado minha viagem para o fim do verão, para minha Província do Brasil; duvidando somente se devo ir ao Maranhão, a prosseguir as antigas missões, ou à Bahia, onde com mais comodidade poderei continuar no trabalho de pôr em limpo os meus sermões, esperando somente que a ordem de Vossa Paternidade Rev.ma me tiraria desta dúvida, determinando-me o lugar para onde devo partir. **Ao Padre João Paulo Oliva – 30 de janeiro de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 348)

Desta forma, parte para o Brasil, mais precisamente para a Bahia: "Com efeito, lá, por assim dizer, tinha acordado para a vida, lá passado parte da infância e a adolescência; lá formara o seu espírito e determinara a rota do seu destino; lá ia encontrar as recordações sempre gratas da distante mocidade, e o que lhe restava da familia, da qual, apesar da renúncia monástica, nunca se havia desinteressado" (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 192).

Na verdade, Vieira tornou-se um estrangeiro no Brasil, mas sentia-se igualmente desenraizado no seu país de origem: Portugal. Passou, dessa forma, a vivenciar a experiência do *outsider* e do *insider* (sendo a experiência do fora e do dentro sempre relativa), conforme explicita Todorov (1999, p. 16), "de um dia para o outro ele descobre ter uma vida interior de duas culturas e de duas sociedades". Isso se demonstra na carta de 25 de janeiro de 1652, escrita ao Príncipe D. Teodósio:

> As velas se largaram, e eu fiquei dentro nela e fora de mim, como ainda agora estou e estarei, até saber que S. M. e V. A. têm conhecido a verdade e sinceridade do meu ânimo, e que em toda a fatalidade deste sucesso não houve da minha parte ação, nem ainda pensamento ou desejo, contrário ao que S. M. ultimamente me tinha ordenado e eu prometido. Não sei, senhor, que diga neste caso, senão ou que Deus não quis que eu tivesse merecimento nesta missão, ou que se conheça que toda ela é obra sua;porque a primeira vez vinha eu contra vontade de S. M., mas vinha por minha vontade;e agora parti contra a de S. M. e contra a minha, por mero caso ou violência: e, se nela houve alguma vontade, foi só a de Deus, a qual verdadeiramente tenho conhecimento em muitas ocasiões, com tanta evidência como se o mesmo Senhor ma revelara. Só resta agora que eu não falte a tão clara vocação do céu, como espero não faltar com a divina graça, segundo as medidas das forças com que Deus for servido alentar minha fraqueza. Enfim, senhor, venceu Deus! Para o Maranhão vou voluntário quanto à primeira intenção, e violento quanto à segunda; mas mui resignado e mui conforme, e com grandes esperanças de que este caso não foi acaso, senão disposição altíssima da Providência Divina, como já neste Cabo Verde tenho experimentado, quando não chegue a conseguir outro, só por este posso dar por bem empregada a missão e a vida. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 292)

Como dirá o grande poeta Fernando Pessoa (1999, p. 418) na voz de Álvaro de Campos, "O lugar a que se volta é sempre outro". O tempo é implacável, a Bahia que guardara em sua memória se transformara: a paisagem lhe provocou estranhamento, o desaparecimento dos moradores, nostalgia: 40 anos muda tudo. A cidade e seu antigo habitante se perderam no rastro do tempo:

> Senhor meu. – Que novas darei de mim a V. S.ª depois de tantos anos, senão que ainda sou vivo? Parece que me guarda. Deus para testemunha das variedades e mudanças do mundo neste século, depois de ter corrido e visto tanta parte dele. Em um deserto, aonde me retirei até a Bahia, não sei mais dela que o que ouço. Se V. S.ª, como noutro tempo, governando alguma armada, entrara no seu formoso porto, não a conhecera. Eu a desconheci, quando depois de quarenta anos de ausência a tornei a ver muito acrescentada e enobrecida de casas, mas totalmente despovoada de homens. Todos os que V. S.ª na sua ilustre *História* canonizou de heróis acabaram, e também não existem já as memórias daquela arte ou desconcerto militar com que defendemos esta praça, e restaurámos tantas de Pernambuco. **A Francisco de Brito Freire – 24 de junho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 609)

O Vieira jovem e entusiasmado, que deixara aquela cidade há 40 anos, também não mais retornou; o homem que agora retornava era outro: um septuagenário achacoso, desiludido dos homens e do mundo:

> Septuagenário e achacoso, desiludido dos homens e de sua política, desenganado dos negócios da corte e de D. Pedro II em particular, caido das graças, que o favoreceram outrora, de ministros e validos, entre os quais o magnífico Marquês de Gouveia,-recolhia o jesuíta à cidade que lhe assitira infância, juventude e madureza com à enfermaria, em que devera sarar, ou à sepultura, do seu sono derradeiro. Dispuzera-se a isolar-se, esconder-se em algum recanto bucólico desse país, que, sobre todos, era o seu, recrear a vista, fatigada dos livros e dos semblantes, na lavoura pacífica que engendrava a riqueza dalém e daquém mares, e, quando lhe aprouvesse à saúde debilitada, reduzir a volume os sermões que a Europa, maravilhada, lhe ouvira ao pé dos príncipes, no remanso das igrejas e até junto ao papa e ao sagrado. (CALMON, 1939, p. 5)

O destino de todo o exilado é recomeçar sempre do zero – e com Vieira não foi diferente. Edward Said (2003, p. 328), em seu livro **Out of place**: memórias, comenta esse recomeço do exilado: “Desaprendendo até certo ponto o que havia aprendido antes, reaprendendo as coisas a partir do zero, improvisando, me auto-inventando, em tentativas e erros, experimentando, apagando e recomeçando de maneiras surpreendentes e freqüentemente dolorosas”.

Vieira, em seu exílio “voluntário”, refere-se ao Brasil em “amigáveis termos”: desterro, ermo, retiro, vale, lugar tão longe do mundo, cantinho da América, miserável Brasil. Contudo, sua frase emblemática – “deserto onde vivo” – é mais citada em sua correspondência:

> Agora ouço que V. Ex.ª parte para Itália, jornada em que eu, como marinheiro prático do Mediterrâneo, pudera ir servindo a V. Ex.ª, mas como não mereci esta ventura, quero seguir a capitania de V. Ex.ª com estas regras, assim como o meu zelo, sempre o mesmo, fica festejando e festejará em todo o tempo o estabelecimento e felicidade de um tão amado reino, posto que par mim tão ingrato; e, deste deserto onde vivo, empregarei todas as minhas orações e sacrifícios em rogar a deus pelos felicíssimos sucessos que nesta expedição desejo a V. Ex.ª, a quem Deus guarde. **Ao Duque do Cadaval – 23 de maio de 1682** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 451)

Em outra carta, de 22 de julho de 1695, escrita a Sebastião de Matos e Souza, declara que um soldado da frota poderá testemunhar a Lisboa, que o esqueceu e o "enterrou vivo" nesta terra do Brasil, que ele ainda vive: "Ontem me veio ver a este meu deserto um soldado da frota, sem outro interesse que a curiosidade de poder testemunhar em Lisboa que ainda sou vivo" (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 673).

Paul Ilie (1980, p. 2) explica essa atitude do jesuíta, pois, em sua perspectiva, o exílio não é apenas uma mudança material, geográfica – essas mudanças são secundárias –; o grande problema levantado pelo exílio é a condição mental, um estado de ânimo, uma atitude, mas, principalmente, uma falta de contato com um conjunto de crenças e sentimentos com que convivia: "Separation from one' s country means more than a lack of physical contact with land and houses. It is also a set of feelings and beliefs […] a mental condition, more than a material one… The question I' am raising is whether the internal structures of exile are not the fundamental ones, with geographical location being of secondary importance".

O curioso é que Vieira tornou-se um estrangeiro em Portugal e no Brasil – mais uma vez, a questão do desexílio, que citamos anteriormente, se faz presente. O retorno à Pátria, a repatriação material não são suficientes; é preciso haver, da mesma forma, a repatriação psicológica:

> Material repatriation is insufficient. A fundamental strangeness lingers as evidence that the cultural whole is a mysterious condition and that exile is an internal disorder of which geographical disruption is only one stage […] Culture is something more than a product of socioeconomic forces, and is should be intuited that the invisible disruption un cultural relationships is an intangible quality which transcends political conciliation and convivencia […] a healthy reintegration would depend, at the least, upon tolerance anda mutual respect. (ILIE, 1980, p. 33-34)

Esta inadaptação é provocada pelo que Maria José Queiroz (1998, p. 20) qualifica de os "males da ausência", trazendo em seu cerne o problema da identidade. O ser humano necessita do sentimento da pertença. A frustração de Vieira expressa a sua não identificação com o Brasil, com a situação em que estava vivendo naquele momento da sua vida. Em carta datada de 27 de junho de 1696, Vieira escreve a Sebastião de Matos e Souza trecho em que o exposto acima pode ser claramente percebido:

> Passando pois à segunda parte, nela leio um grande catálogo das moléstias com que a piedade de V. M.^{cê} me considera; as primeiras são doenças, quedas, aleijões e anos. Até aqui, tendo tanto que padecer, não tenho que replicar. Seguem-se desgostos, negócios, consultas, visitas, contentas; e de toda essa tropa pode V. M.^{cê} aliviar a compaixão que tem em mim, porque pela bondade de Deus nem tenho desgostos, nem negócios, nem consultas, e muito menos contendas, porque este deserto onde ainda vivo está muito acima do monte Olimpo, onde não chegam estas tempestades. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 680)

E, se observarmos em uma carta datada de 24 de junho de 1697, escrita à rainha D. Catarina, perceberemos que Vieira chora com as "notícias vivas" recebidas da corte. Tais notícias o mantinham vivo: os atos de leitura e escritura funcionavam como um antídoto contra o desespero, contra as mudanças radicais que atravessou, sobretudo, no terreno emocional. No seu desterro nada acontece. É como se o tempo apenas se repetisse eternamente. O livro, a escritura foram sua companhia intelectual e emocional na solidão do exílio:

> Senhora – Nesta frota não tive carta do padre confessor de V. M., nem o padre Baltasar Duarte, ausente dessa corte, me pôde dar as novas, que em todo o ano são a minha esperança, e única consolação deste meu desterro; mas foi contudo necessário valer-me das notícias vivas dos que vêm na mesma frota, os quais, desde o maior até o menor, perguntados pela senhor. À Rainha da Grã-Bretanha, falam com tal veneração nos extremos de suas heróicas ações e reais virtudes, que os não posso ouvir sem lágrimas, e sem grandes invejas dos que gozam de perto o bem de que eu não fui digno. **À Rainha D. Catarina de Inglaterra – 24 de junho de 1698** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 688)

Nessa mesma carta diz não sentir "grandes invejas". Mas as sente, gostaria de lá estar, seu choro exprime a dor do exílio. A inveja dos que ficam para trás é comum, segundo Said (2003, p. 321), àqueles que passam pela pressão do exílio: "Aliada à inveja em relação aos que ficaram para trás, aos quais vejo em meu retorno, seus rostos livres da sombra do deslocamento ou do que parece ser uma mobilidade forçada". As cartas permitiam-lhe tantos retornos, tentativas de voltar a pedaços da vida ou a pessoas que não estavam mais lá. A literatura tornou-se sua pátria pessoal no mar de incertezas em que navegava, talvez o único lugar em que poderia se sentir em casa.

Pretendia morrer ali, na placidez sossegada da Quinta do Tanque, a restaurar conceitos, a pôr a limpo seus sermões – seu testamento intelectual. Nesse último retorno ao Brasil, sofreu o que Benedetti (1986, p. 113) chama de "as sete pragas do exílio": o

pessimismo, o derrotismo, a frustração, a indiferença, o ceticismo, o desânimo e a inadaptação. Uma série de episódios lhe comprometeram a paz e mancharam sua dignidade.

Falemos, então, do primeiro episódio, deflagrado em 1682, cujo cenário foi Coimbra. Um grupo de estudantes, sem dúvida estimulados pela Inquisição, simulando um auto da fé, queimaram, em efígie, o Padre Vieira:

> Outras chegaram cá (para que dê conta de mim a V. Ex.ª como dantes), as quais me quiseram encobrir ao princípio, mas deram tamanho eco que foi força chegarem-se aos ouvidos! Não merecia Antônio Vieira aos Portugueses, depois de ter padecido tanto por amor de sua pátria e arriscado tantas vezes a vida por ela, que lhe antecipassem as cinzas e lhe fizessem tão honradas exéquias. Fez-me porém, Deus tanta mercê, que nem como os primeiros movimentos senti um tão exorbitante agravo, o qual se me não havia de fazer se os executores ou motores não estivessem persuadidos que antes lisonjeavam que ofendiam a quem não fez a demonstração que devera. Quiseram muitos a fizesse eu e que no primeiro navio mandasse impedir a impressão do livro que lá tinha chegado, e que não escrevesse mais na língua da nação que assim me tratava, antes o fizesse na castelhana, italiana ou outra estrangeira, em cuja piedade tinha mais seguro o crédito que na fúria dos meus naturais. Eu, contudo, tive por mais alterar nada do exercício em que tomou este caso, e assim continuarei enquanto me não constar que V. Ex.ª aprova o contrário. **Ao Marquês de Gouveia – 23 de maio de 1682** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 453-454)

O agravo foi tão grande, que lhe aconselharam a não escrever mais em língua de nação, isto é, em língua portuguesa. Disseram-lhe que retribuísse a afronta escrevendo em outra língua, cortando, assim, definitivamente, seus laços com Portugal. Vieira sabia que se assim o fizesse, o rompimento com Portugal seria definitivo e incontornável, uma vez que a língua é a Pátria de quem escreve.

Como Manuel de Faria e Souza[55], Vieira vinha sofrendo inúmeras perseguições e ingratidões de Portugal. Refugiara-se na Quinta do Tanque para renunciar aos esplendores do mundo e, mesmo assim, não lhe deixavam viver em paz:

> Em continuação do que prometi a V. Ex.ª na carta da primeira esquadra, de que com esta remeto a segunda via, vai agora o terceiro tomo dos meus sermões. O da quarta dominga da Quaresma, por ser alegoria mui natural desta minha ausência, me deu ocasião para falar com V. Ex.ª algumas vezes e dar a V. Ex.ª as tácitas desculpas dela. Também no de Santo Antônio em Roma cuidaram aqui os revisores que as

[55] A citação não é de sua lavra, a célebre frase citada no **Sermão da Quarta Dominga da Quaresma** é atribuída ao cronista Manuel de Faria e Souza: "Yo no escribo en la patria, ni para ella. Ella no se da sino a quien la merece, o a quien, mas la hace por desmerecer" (AZEVEDO, 1928, T.I.II, p. 460).

> ingratidões da pátria do mesmo Santo, sem lhe mudar o nome, se podiam aplicar às que eu tenho experimentado. Se alguém estranhar o que ali digo, leia o prólogo de Manuel de Faria e Souza na sua Europa, e achará no último parágrafo que o que se não proibia a um cronista por história, menos se pode censurar em um pregador por doutrina. Dos demais fará V. Ex.ª o juízo que merecem; e eu darei por bem empregado o trabalho se alguma parte deles for tal que se não possa ler sem remorso, nem considerar sem utilidade. **Ao Marquês de Gouveia-23 de julho de 1682** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 460)

Paradoxalmente, em 1683, a Universidade do México "estampa sua imagem" entre os grandes autores e consagra-lhe estudos dada a excelente recepção crítica de sua obra na América Hispânica. Ironicamente, foi numa universidade da América – e de Língua Espanhola – que sua obra começa a ser valorizada:

> Não julguei que o segundo sermão de Santo Antônio houvesse de ser mal recebido, caindo aquelas sombras sobre as luzes do outro. Todos os autores das mais famosas nações do Mundo, escrevendo da sua, as notam da inveja, que por vício primogênito da altiveza e da generosidade, entenderam que não desdouravam muito com eles as mesmas nações. Assim o fizeram Gregos e Romanos, e nos Espanhóis e Portugueses se lêem sem representação semelhantes exemplos. Quarenta e dois anos que há que preguei em S. Mamede este mesmo assunto, e ninguém então se queixou de mim; antes o aplaudiram todos os queixosos, que pela maior parte são os mais beneméritos. Contudo, sem fazer caso desta nem de nenhuma outra razão, me sujeitarei logo ao parecer de V. Ex.ª, e em lugar daquele sermão vai outro par suprir o número […] Na Universidade do México me dedicaram umas conclusões de toda a teologia, que eu remeto e dedico a V. Ex.ª ;e, posto que da empresa da Fênix, das palmas e das trombetas nenhum caso faço, porque tudo é vento e fumo, não posso deixar de me magoar muito que no mesmo tempo em uma Universidade de portugueses se afronte a minha estátua, e em outra se estampe a minha imagem. Por certo que nem a uns nem a outros merecia eu semelhantes correspondências, mas assim havia de ser, para que quanto em uma parte se faltou à justiça, tanto se excedesse na outra. E, para que não pareça que são isso influências da América, quando na que é sujeita a Portugal me fazem as afrontas, de que V. Ex.ª será informado por outras vias. **Ao Marquês de Gouveia – 24 de junho de 1683** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 475-476).

Em 1863, sofre, talvez, a pior das afrontas. Neste ano, Vieira é acusado de ter sido o mandante de um crime político: a morte do alcáide-mór da Bahia, Francisco Teles de Meneses, crime este que foi imputado ao irmão de Vieira – Bernardo Vieira Ravasco – e a seu filho – Gonçalo Ravasco:

> Meu irmão fica preso na enxovia, eu estou criminado de fazer matar homens, meu sobrinho vai fugindo aos pés de S. A., e amparo de V. S.ª, mas o que eu principalmente encomendo a Deus é a salvação e alma de quem é causa de tudo isto,

> e, pois naquela idade veio buscar ao Brasil o descrédito, não leve também a condenação. **Ao Conde da Castanheira – 25 de julho de 1683** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 483)

Vieira defendeu-se de forma enérgica, demonstrando toda a sua indignação por tal calúnia. Com sua pena, recorreu a todas as instâncias e não poupou esforços em provar a sua inocência e a dos seus familiares:

> Esta é, Senhor, a história. Esta é a terra de que com razão fogem todos quantos podem; e este, enfim, sou eu, tão mau sacerdote, tão mau religioso, tão mau cristão e tão mau homem, que deixei Roma e Portugal, em idade de 75 anos, para vir ao Brasil mandar matar homens. E quem isto cuida ou afirma sem o cuidar é aquele homem, ou meio homem, quem se entrega este Estado, e de quem se fiam as fazendas, as honras, a liberdade e as vidas de tantos e tão leais vassalos, que só pela obediência e respeito de quem tão mal representa a pessoa de S. A sofrem todas estas injúrias. **A Roque da Costa Barreto – 25 de junho de 1683** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 480-481)

Pedro Calmon (1930, p. 46), sobre esse crime, comenta: “Não era Antônio Vieira tão sereno e prudente religioso que ocultasse no breviário a face banhada de lágrimas, quando os seus inimigos o desacreditavam e descompunham”. Não o respeitavam nem na imunidade do hábito, e sentia-se ultrajado, injustiçado. Seja por temperamento ou por aptidão, sua tendência era responder à altura:

> Pague Deus a V. M.^{cê} a consolação e alívio que com esta larga carta de V. M.^{cê} recebi, em tempo que tão necessários me eram estes socorros, como logo direi. Pouco foi o que o Gouvernador Antônio de Souza, sem eu lhe dar ocasião alguma, me descompusesse, e, com tão graves injúrias como se deixam bem ver da primeira palavra, com que lhe deu princípio, dizendo que cria melhor em Deus que eu. E pouco foi também que, por relação daqueles com cuja não escrevia, se divulgassem por essa corte cousas que jamais me passaram pelo pensamento, fazendo-me réu onde devera ser autor, e antecipanda a queixa que eu não quis fazer, por me parecer mais conforme à minha profissão perdoar as injúrias, que queixar-me delas. **A Diogo Marchão Temudo – 8 de agosto de 1684** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 507)

Apesar de intrigas e complôs, o caso foi esclarecido e a inocência de Vieira ficou definitivamente provada. Esse episódio foi uma das piores tragédias da vida de Antônio Vieira, pois não somente a sua honra e a da Companhia de Jesus foram enxovalhadas, mas a

de sua família e de amigos próximos. Além disso, o caso provocou um desgaste ainda maior nas suas relações com a coroa, as quais já não vinham bem desde o seu processo inquisitorial:

> Ex.mo Sr. – Acho-me com muitas cartas de V. Ex.a, e com mil obrigações em cada uma delas, para beijar a mão a V. Ex.a outras tantas vezes, como nesta faço, sem que os termos do agradecimento, por mais que se multipliquem, possam igualar o número, e muito menos a grandeza, de tantas e tão excessivos mercês. Falta-le porém o tempo e o alento para escrever, e também me pudera falar o juízo, pelas causas que sucintamente referirei a V. Ex.a, e será toda a matéria desta folha de papel, não cabendo a minha história ou tragédia em grandes volumes. **Ao Marquês de Gouveia – 5 de agosto de 1684** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 499-500)

Em carta ao Cônego Francisco Barreto, datada de 15 de julho de 1690, avalia Vieira: quanto a "experiências da ingratidão da Pátria sou clássico"; e arremata seu discurso, dizendo: "Eu em servir a minha pátria fiz o que lhe devia, e ela em me ser ingrata faz o que costuma". (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 594-595). O seu estado de ânimo alterou-se nos últimos anos de vida. Se ainda mantinha alguma esperança ou expectativa de ser novamente reconhecido em Portugal, no final da sua vida mostra-se ciente da sua última sentença, o que se evidencia no trecho abaixo transcrito:

> Vou passando o resto da vida contente de não ter de que descontentar. E eu dela aprendi a lhe acrescentar: E contente de não ter a quem descontentar. Pensão inevitável a quem professa razão, verdade e justiça em um mundo tão irracional, tão mentiroso e tão injusto. **Ao Conde de Castelo Melhor – 5 de julho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 627-628)

Vieira passa a expressar uma "certa resignação" em aceitar a sua sorte, uma certa conformação com seu "vale de lágrimas", como que preparando-se para o exílio final: a morte – espécie de saída honrosa para quem viveu uma vida de glória e aplausos:

> Senhor meu. – As más novas sempre voam, e esta carta que recebi de V. M.cê se dilatou até o último navio, sinal de que me as havia de trazer quais eu as desejava, e peço sempre em meus sacrifícios ao Senhor da vida e da saúde. Se V. M.cê com sessenta anos se conta no número dos velhos, que farei eu correndo pelos oitenta e cinco, com que já me não posso perguntar: *Quò vadis*? mas com um pé já na sepultura reconhecer que tenho chegado. É, contudo, tão incrédulo ou tão infiel o amor da vida, que não acabo de crer, ou me persuadir ao que não posso deixarde crer, e isto depois de haver pregado aquele bom conselho de acabar a vida antes da

> morte. **A Diogo Marchão Temudo-21 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 652-653)

Em 25 de setembro de 1695, escreve novamente à rainha D. Catarina, comparando o Brasil ao purgatório. Suas palavras revelam um sentimento de rejeição muito forte em relação ao Brasil e a situação pessoal que vivia. Deixou clara essa dupla insatisfação, além de um certo arrependimento pelos riscos que, afinal, correra em vão, pois obteve como paga a pena do exílio:

> Enfim, não achando em Portugal em El rei, que Deus guarde, a correspondência do afeto que sempre experimentei em seus pais e irmão, como quem, pela menoridade, não conhecia o muito que eu os tinha servido, e arriscado por eles a vida nas viagens de Holanda, França e Itália, com maiores perigos dos mesmos negócios do que eram os do mar e dos inimigos da nossa coroa no mar e terra, me condenou ao desterro deste Brasil, para nele comutar, se pudesse, o Purgatório. Aqui estou ainda vivo, já quase desacompanhado de mim mesmo, na falta de quase todos os sentidos; mas sempre com toda a alma nesse palácio da Natividade, sacrificando a V. M. o que só posso, que é o coração, e amando e adorando a V. M. com todo aquele amor extremo (permita-me V. M. falar assim) que a El-rei D. João, à raínha D. Luisa e ao príncipe D. Teodósio devem a minha memória e saudades. **À Rainha D. Catarina de Inglaterra – 25 de setembro de 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 676)

A última batalha de Vieira dentro da Companhia de Jesus resultou ainda numa derradeira prova de força. Conforme Garcia, em 1694, a Congregação Provincial da Bahia privou- o, juntamente com o Padre Inácio Faia, de voz activa e passiva, isto é; da faculdade de eleger e ser eleito, considerando que a campanha desencadeada por eles a favor da eleição de determinado Padre para Procurador a Roma e a defesa dos decretos régios que vetaram os cargos de governo aos estrangeiros constituíam delito de *mabitu*, ou de ambição punível no direito da Companhia com rigorosas penas. A esse respeito, disse a Sebastião de Matos e Souza:

> Senhor meu. – Recebi a carta de V. M.^{cê} com singular gosto e aplauso, porque só V. M.^{cê} soube conjugar a voz activa e passiva (de que outros me deram o pêsame) como eu fiz pelo verbo *Rideo*, estimando muito não ter parte no que supuseram os que me conhecem que eu a podia duvidar [56]. **A Sebastião de Matos e Souza – 22 de julho de 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 672)

---

[56] No terceiro tomo das cartas de Vieira, Azevedo expõe essa questão que aqui explicamos muito resumidamente: Vieira fora privado, pelo Provincial Padre Alexandre de Gusmão, da *voz ativa e passiva*, isto é,

No dia 18 de julho de 1697, o grande soldado de Cristo depõe as armas, parte para o último e derradeiro exílio. Pedro Calmon (1930, p. 105) relata que o velho gigante do púlpito "foi morrer em sua cela do Colégio, com vasta janela aberta sobre o oceano" – o mesmo oceano que tantas vezes navegou, dilatando o Império Português. Aquele grande coração acostumado a navegar em grandes tormentas, agora, finalmente, navegaria nas águas da bonança eterna:

> Até a esperança se nos tolhe, que é o último alívio que ninguém tirou na mais triste fortuna aos mais desafortunados. V. S.ª, pela mercê que me faz, não tome pena pelo que digo, que o meu coração é muito grande e muito acostumado a navegar com grandes tormentas, é só me falta nesta o alívio da comunicação de V. S.ª, que de tudo o mais me rio e verdadeiramente é para rir. **A Rodrigo de Menezes-23 de fevereiro de 1665**. (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 127)

Deste último processo instaurado na Bahia, o jesuíta foi proclamado inocente e o Geral dos Jesuítas fez ler a sentença também em Portugal. Vieira, mesmo depois de morto, continuava a vencer:

> Entra na agonia na noite de 17 desse mês, nos braços do seu devotado amigo José Soares, que lhe sobreviverá mais de dois anos. E pela uma hora da madrugada de 18 de julho de 1697, com noventa anos incompletos, este homem que encheu todo o século XVII, não apenas com a sua longevidade, mas principalmente com seu extraordinário talento e a sua incomparável retidão de caráter, mergulhou no sono eterno. Tempos depois, concluída a revisão do processo instaurado na Bahia pela inveja dos seus confrades, o Geral dos jesuítas proclamava a sua inocência e, nesse sentido, mandava ler uma circular à província de Portugal, com especial menção de que se fizesse leitura desse documento no Colégio máximo, em Coimbra, ali, naquela cidade onde o queimaram em efígie. Mesmo depois de morto, o padre Antônio Vieira triunfava dos seus inimigos. (DOMINGUES, 1961, p. 370-371).

O historiador João Lúcio de Azevedo, em a **História de Padre Vieira**, escreveu um capítulo intitulado "O Vencido", referindo-se a todos esses episódios pelos quais passou

---

do direito de votar e ser votado, para os cargos eletivos, como pena disciplinar pouco justificada, e de que ele apelou para o Geral, alcançando satisfação. E a propósito disso, lhe escrevera Sebastião de Matos em tom jocoso: "Ainda que Vossa Paternidade, como quem não tinha voz, nos calou esta grande novidade", porque, se o caso fez estrépito, Vieira se absteve de dar conhecimento dele a seus amigos de Lisboa.

Antônio Vieira, no último quartel de sua vida. Por certo, equivocou-se o eminente biógrafo ao adjetivá-lo de “vencido”. Talvez fosse melhor chamá-lo de “o vencedor”, adjetivo mais condizente com sua personalidade e sua história .Se não foi “vencedor”, também não se pode dizer que foi “vencido”; se suas vitórias não foram acachapantes, suas “derrotas” foram parciais e, muitas delas, provisórias. Em outras palavras, Antônio Vieira foi mestre em reverter situações difíceis a seu favor.

De alguma forma, as tragédias de sua vida sempre foram “amenizadas”, contrabalançadas por uma espécie de “lei da compensação”, isto é, perdia de um lado, mas ganhava de outro. Costumava dizer o mestre jesuíta: “Não há maior comédia que a minha vida; e quando quero ou chorar ou rir, ou admirar-me ou dar graças a Deus ou zombar do mundo, não tenho mais que olhar para mim” (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 7).

Vieira foi um adversário à altura dos seus adversários, não é por acaso que foi tão temido. Mesmo afastado do poder central, sempre gozou de um certo prestígio, de uma certa ascendência moral dentro e fora da Companhia de Jesus, sempre contou com a intermediação de amigos influentes que o defenderam ao longo de sua vida.

No entender do jesuíta viajante, a falta de horizontes dos governantes e religiosos portugueses era proveniente da falta de visão de mundo, pois esses não viajam, não conheciam o “mundo” e seus desafios: “Quando mais ando pelo mundo, mais me confirmo nesta verdade: e, se os que estão nesse reino tivessem saído dele, também saíriam da cegueira em que vivem nesta e em outras matérias.” **A Pedro Vieira da Silva – 25 de outubro de 1647** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 105).

O que é marcante na trajetória deste nobre português é o fato de escrever suas principais obras fora das fronteiras de seu respectivo território, praticando o que hoje a crítica chama de escritura desterritorializada[57]. Depois de explorar as cidades brasileiras, Vieira cumpriu uma espécie de circuito pelas cidades européias: Barcelona, Londres, Paris, Amsterdã, Haia, Lisboa, Coimbra, Porto, Roma, entre outras, além de ter visitado o continente africano, de ter estado em Cabo Verde[58]:

---

[57] É interessante observar que, como um bem simbólico, a literatura, desde o início de sua inserção na história da cultura ocidental, traz as marcas do expatriamento e do nomadismo, signos que indicam o gesto político e cultural com que Platão expulsou os poetas da República (HOISEL, 2004, p. 149).

[58] Pelo itinerário de suas cartas, sabemos que atravessou o oceano sete vezes rumo ao Brasil, conheceu a Espanha, a França, a Itália, a Holanda e Roma: “Das suas cartas, pode deduzir-se que Vieira se adaptava, com relativa facilidade, às circunstâncias locais e tinha um olhar observador, permitindo-lhe captar as características das terras e dos povos que visitava” (SMULDERS, 1997, p. 175).

> Senhor meu. Escrevo esta já de Holanda, e, ainda que se aumenta a distância e a ausencia, posso afirmar com toda a verdade a V.M. cê que não se diminuem, antes crescem cada vez mais as saudades. Lembro-me daquelas horas solitárias dessa secretaria, em que o coração de V. M.cê e o meu, como tão conformes no zelo e no desejo, se costumam entristecer ou consolar juntamente;e de uma e outra cousa oferecem alívio que até por carta me falta há cinco meses. **A Pedro Vieira da Silva – 30 de dezembro de 1647** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 116)

Do período que viveu em Haia queixou-se muito. Sentia-se muito isolado, não gostava de viver em terra de hereges, as cartas que recebia eram sua única alegria: "Ex.mo Sr. – Já outra vez escrevi a V. Ex.a que não há neste destêrro outro dia de alívio senão o em que nos chegam as cartas de V. Ex.a, em cujas esperanças se passam todos os da semana". **Ao Marquês de Niza – 2 de março de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 171). De Paris, Vieira, enviado do reino, dá notícias ao Marquês de Niza sobre as negociações de que está incumbido:

> Mas entre os descréditos que a ignorância ou a malevolência semeia na nossa nação, basta a opinião que V. Ex.a deixa em todas as partes deste reino para a acreditar muito, o que eu estimo como português, e como o mais zeloso criado ao serviço de V. Ex.a, a que V. Ex.a me terá em toda a parte com um coração muito verdadeiro, e muito desejoso de me empregar nele. Deus guarde a V. Ex.a como desejo e o nosso reino há mister. **Ao Marquês de Niza – 25 de fevereiro de 1646** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 80)

A Pátria corresponde, nesse sentido, à Pátria literária. A questão da escritura desterritorializada ou extraterritorial é-nos mais compreensível, através do pensamento de George Steiner, em seus livros **Extraterritorial:** a literatura e a revolução da linguagem, no qual o autor afirma:

> A teoria romântica sustenta que, de todos os homens, o escritor é o que mais obviamente encarna o gênio, o *Geist*, a quididade de sua língua materna. Cada língua cristaliza a história interna, a visão de mundo específica do *volk* ou nação […] Daí a estranheza a priori da idéia de um escritor linguisticamente "desabrigado", de um poeta, romancista, dramaturgo não completamente em casa na língua de sua produção, mas deslocado em hesitação na fronteira. (STEINER, 1999, p. 151)

Vieira não escreveu apenas em sua língua materna, isto é, em Língua Portuguesa. Encontramos cartas em Latim, Italiano, Espanhol; catecismos em línguas nativas. E bem

possível que tenha se aventurado em outras línguas, já que uma grande parte da sua correspondência se perdeu. Mas, talvez, a sua carta mais famosa em língua estrangeira seja a Carta Apologética, escrita, em Língua Espanhola, ao jesuíta Padre Jácome Iquazafigo, a respeito de uma carta cuja suposta autoria teria sido a ele atribuída:

> Sea la primeira noticia la primeira mentira tambien, con que el fingido Escoto Patavino dá principio en el titulo à sua papel: bastando esta sola verdad, para que de una vez, y por si mismo, se caiga y desvanezca el fundamiento chimerico de todas las damas. El titulo dize assi: Repuesta a una Carta, que Antônio de Vieira Monopanto escrivió à un Señor Obispo de la Orden de los Predicadores;y despues se declara ser este le Ilustrissimo Señhor Obispo de Malaga. Esta llamé la primeira mentira; porque Antônio Vieira ni escrivió, ni dictó, ni tuvo noticia de tal Carta (si es que la tuvo), como ni tampouco del motivo, que se refiere aver tenido para ella, ni tal cosa le passó por el pensamiento. Asi lo afirmo y juro a V. R, y juraré à todo el mundo delante de Dios, y por la cuenta que presto daré à su Divina Magestade, como quien se halla son setenta y ocho años de edad. **Carta Apologética Ao Padre Jácome Iguazafigo de 30 de abril de 1686** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 738)

A escritura vieiriana é praticada no espaço intervalar, na zona de contato entre os textos, caracterizando-se como uma escritura fronteiriça, que mistura gêneros e discursos, que se faz no Brasil e no além mar. A sua escritura sempre fora praticada no intervalo de suas tarefas religiosas, nos espaços intervalares de suas viagens, de suas lutas missionárias, políticas. Em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, datada de 16 de junho de 1670, Vieira informa: “ainda que estes intervalos sejam grandes para as minhas saudades e consolação que recebo, como ouvir a V. S.ª do modo que o sofre a distância, também se me fazem racionais com poupar a V. S.ª o tempo, que V. S.ª emprega sempre tão frutuosamente, e em matérias de tão diferente importância”. E prossegue:

> Eu aqui pudera não estar ocioso, segundo me instam estes Padres, e muito mais o Padre Geral, a que dê a estampa os meus borrões; mas como a melhor parte deles foi condenada antes de nascida, e levada a juízo antes de animada (cousa que só sucedeu aos meus embriões antes de serem capazes de pecado original será necessária toda a força da obediência para vencer tão justificada repugnância. (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 303-304)

Do impacto do mundo unívoco de Lisboa para a multiplicidade de vozes conflitantes do Brasil, é preciso dessituar-se para se reencontrar: o encontro consigo mesmo só se torna

possível na terceira margem, no intervalo. O reflexo dessa viagem pelo texto vieiriano é aglutinação de significados. Nas palavras de Barbosa (1999, p. 11):

> A esta literatura entre os dados da realidade e suas representações é o que aqui se chama de leitura do intervalo, portanto, não é um vazio: é antes aquele tempo/espaço em que a literatura se afirma como literatura sendo sempre mais do que literatura porque apontado para esferas do conhecimento a partir das quais o signo literário alcança a representação. Deste modo, a leitura do intervalo o que, na verdade, almeja é uma apreensão dos significados pela via de sua tradição literária, o que significa dizer que, neste caso, não há um antes ou um depois: o histórico, o social e o psicológico no poema ou no romance, é literatura e, sendo assim, caminha-se em direção de uma aglutinação.

Toda a viagem é, antes de tudo, possibilidade de alargamento de fronteiras e, ao mesmo tempo, de experimentação de limites, é uma oportunidade de aquisição de conhecimentos e de travessia de saberes plurais. Para Vieira, os portugueses precisavam enxergar além das fronteiras de seu respectivo território: "Queira Deus que lá saibam conhecer aos que só têm os olhos nas fronteiras de Alentejo e não consideram que o reino de Portugal foi fundado para se estender por Castela, senão para dilatar a fé de Cristo e o reino de Deus pelo mundo". **Ao Padre André Fernandes – 4 de dezembro de 1660** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 575)

O indivíduo desterritorializado segue um movimento oscilatório entre a identidade de origem e a de destino, fala de vários lugares, passa elementos de um discurso a outro: "Não somente aquilo que é falado, mas de onde é falado; não simplesmente a lógica da articulação, mas o *topos* da enunciação" (BHABHA, 1998, p. 228). Vieira, enquanto colonizador e exilado, fala de vários lugares, seu deslocamento espacial faz de seu discurso uma fronteira móvel: "Exmo Sr. – enfim, outra vez, meu senhor, que tudo tem fim, se o não tem a vida. Já não escrevo a V. Ex.ª de Roma a Turim generosa circunstância principalmente é que dou a V. Ex.ª o parabéns e a Deus as nem agora o faço da Bahia a Lisboa, senão deste retiro do meu deserto ao de a V. Ex.ª no Pombal." **Ao Conde de Castelo Melhor – 15 de julho de 1686** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 536).

Muito se tem discutido, com base em critérios literários, étnicos, ideológicos e até mesmo de ordem existencial, procurando definir o escritor do "território" para estabelecer "a cidadania do texto". Existe, sem dúvida, um Vieira brasileiro:

> O sotaque brasileiro, que lhe foi notado em Portugal, era um sinal incontestável de forte impregnação do ambiente em que passara os tempos mais expressivos de sua existência. Outros indícios menos significativos dessa impregnação permaneceriam em suas obras, sobretudo em suas cartas, onde debateu tantos e tão complexos problemas deste novo mundo. Por ter, não apenas assistido, mas também vivido de maneira intensa uma das fases mais árduas de nossa formação histórica, expôs-se a díspares reflexos no que concerne particularmente à língua. (COUTINHO, 1968, p. 214)

O acadêmico Ivan Lins comenta que historiadores portugueses, como, por exemplo, Teófilo Braga, desconhecendo a vida de Vieira, dizem que este não procedeu como português: "Pela vida do grande varão vemos que não procedeu como português, segundo a máxima jesuíta: toda pátria é uma terra estrangeira, e toda terra estrangeira é uma pátria". (LINS, 1956, p. 76). Nesse sentido, aponta Ivan Lins, Vieira subverteu a máxima jesuíta – declarou-se sempre português:

> Mas entre os descréditos que a ignorânca ou a malevolência semeia na nossa nação, basta a opinião que V. Ex.ª deixa em todas as partes deste reino para acreditar muito o que eu estimo como português, e como o mais zeloso criado ao serviço de V. Ex.ª, a que V. Ex.ª me terá em toda a parte como um coração muito verdadeiro, e muito desejoso de me empregar nele. **Ao Marquês de Niza – 25 de fevereiro de 1646** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 80)

Há um Vieira português/brasileiro, patrimônio comum da cultura lusófona; há um Vieira europeu, que pela sua envergadura política e talento de púlpito tornou-se cidadão do mundo. O reconhecimento da obra vieriana virá de outros lugares: da América, de Roma, de outras partes do mundo. Como disse Vieira "a honra que me fazem os estranhos":

> Ex.mo Sr. – Bem mal cuidou Antônio Vieira que a esta hora não estivesse muito longe de Portugal, sendo para isso tão grandes as causas, cuja dor tanto cresce mais quanto mais se vão esfriando as feridas., mas os extremos do afeto e obrigação, que devi neste trabalho a V. Ex.ª, me prenderam de sorte que, por não incorrer nota de ingrato, quero antes viver afrontado na pátria, entre os ódios dos naturais, que ir buscar em outras melhores parte do mundo a honra, que sei me fazem por lá estranhos. **Ao Duque de Cadaval – 9 de janeiro de 1668** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 266)

As cartas de Vieira demostram a desterritorialização das idéias portuguesas, que são reterritorializadas pela linguagem, por sua territorialização no sentido de conferir identidade à nossa literatura:

> Le concept de territorialisation entend cerner le rapport d'appartenance identitaire de l' individu ou de la collectivité tel qu'il se manifeste à travers le langage. Il n'a de sens que relativement à la dynamique privative et réappropriative qui le constitue: la déterritorialisation indique un sentiment de perte ou de dépossession, tandis que la reterritorialisation est le processus compensatoire par lequel le sentiment identitaire retrouve un certain sens. C'est le langage qui est le lieu par excellence des phénomènes de territorialisation, puisqu'il exprime, voire transforme (le plus souvent sur le mode de la dénégation ou du surenchérissement) la distance qui lie le locuteur à ce qu'il dit: "La langue, écrit Deleuze à propos de Kafka, compense sa déterritorialisation par une territorialisation dans le sens". (PAGEAUX, 1989, p. 175)

Ao lermos as cartas de Vieira, defrontamo-nos com a questão da cidadania do texto, emergente da análise do *corpus* epistolar. Algumas questões permancem em aberto: devemos considerar apenas as obras produzidas no território brasileiro como brasileiras? Devemos repatriar os escritores da América Portuguesa, banidos do cânone, cujas obras se apresentam como brasileiras, mesmo sendo escritas por portugueses ou escritores de outras nacionalidades? A cidadania deve ser concedida ao texto independentemente da nacionalidade do autor? Entendemos que as cartas de Vieira fazem parte da nossa pertença identitária, em seus textos também reconhecemos cidadania brasileira. Nelas, encontramos a língua brasílica (português falado no Brasil), os motivos, os temas, as paisagens, o povo que, com suas diferentes matizes étnicas, gestou essa grande Pátria e suas manifestações culturais. Reivindicamos, pois, sua obra como parte da nossa herança cultural.

2. 3 O Mediador Cultural: A Lusotopia Vieiriana

Antônio Vieira foi um agente político/religioso da colonização católica portuguesa[59]; foi, igualmente, um mediador cultural, isto é, agenciou discursos, estabeleceu relações entre

---

[59] Ler HANSEN,João Adolfo. Vieira e o Brasil.In:**Universidade Católica Portuguesa da Cia. De Jesus (Org).Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira.Congresso Internacional** .Braga:Província da

os diferentes: Portugal e suas colônias; Portugal e seus vizinhos europeus; brancos e demais etnias (índios e negros); católicos e cristãos novos (judeus); o mundo temporal e o espiritual… Agregou, dessa forma, territórios e pessoas, formando uma nova coletividade no Novo Mundo.

Vieira fez um chamamento, convocou todos os diferentes a fazerem parte de um mesmo império – o Quinto Império –, já anunciado pelos profetas da Antigo Testamento e pelas trovas de Bandarra. Um mundo em que reinaria a paz, porque governado por um só pastor – Cristo – e um só monarca – o rei de Portugal:

> Vejo erguer um grão rei
> Todo bem aventurado,
> E será tão prosperado
> Que defenderá a grei;
> Este guardará a lei
> De todas as heresias,
> Derrubará as fantasias
> Dos que guardam o que não sei.
> Todos terão um amor,
> Assim gentios pagãos
> Como judeus e cristãos,
> Sem jamais haver error,
> Servirão a um só senhor,
> Jesus Cristo que nomeio;
> Todos crerão que já veio
> O ungido Salvador.
> Tirará toda a escória,
> Será paz em todo mundo,
> De quatro reis o segundo
> Haverá toda a vitória.
> Será dele tal memória.
> Por ser guardador da lei,
> Pelas armas deste Rei
> Lhe darão triunfo e glória. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 518-519)

Essa convocação patriótica incentiva a expansão do império e a dilatação da fé católica. Aparece como uma solução para a decadência em que se encontrava Portugal, pois representava uma guinada para o futuro, revertendo o quadro de abatimento da monarquia ao longo do século XVII:

Companhia de Jesus,1999,v.l,p.199-211 e profeta do Quinto Império. **BrHistória**,São Paulo,p.80-85,16mar.2007.

> A maior pena que aqui padeço é ouvir falar em Portugal, porque todas as nossas ações desmerecem a nossa fortuna, quando a puderamos por todas vias adiantar ao sumo auge da felicidade e grandeza., mas, como o que há basta para a ambição dos presentes, não querem aventurar nada com a esperança, porque possuem o que nunca esperaram. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 30 de junho de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 352)

Tal perspectiva otimista em relação à história de Portugal tinha como eixo fundamental o elemento messiânico: um rei encoberto, que dirigisse o império de Cristo consumado, anunciado pelas profecias antigas e modernas e que traria uma época de alegrias ímpares ao reino (CAMPOS, 1997, p. 10-11). Dirá Vieira, entusiasmado, a D. Rodrigo de Meneses, em carta de 22 de outubro de 1672: "Tenho em grande altura um livro latino intitulado o Quinto Império, ou Império consumado de Cristo, que vem a ser a **Clavis Prophetarum**; e ninguém o lê sem admiração, e sem o julgar por importantíssimo à inteligência das escrituras proféticas" (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 516).

Primeiramente, o jesuíta atribui o papel de encoberto ou desejado a D. João IV, depois a Afonso VI, a Pedro II, a João, o primogênito de Pedro II, e, até mesmo, a um segundo irmão deste, ainda por nascer. Mudavam-se as pessoas, mas o modelo messiânico continuava a ser renovado. Logo, profetismo e messianismo são elementos indissociáveis para a compreensão de seu projeto utópico.

Profeta da Pátria, Vieira resgata do já existente imaginário português a imagem de um passado grandioso[60], imagem esta que se utiliza para construir uma utopia[61] alimentada por

---

[60] A esse respeito, ver o magistral filme **Palavra e utopia**, do cineasta português Manoel de Oliveira. O papel de Antônio Vieira é interpretado, em três fases da sua vida, por Ricardo Trepa, Luis Miguel Cintra e Lima Duarte, oferecendo uma personagem coerente. Não é um documentário, um filme histórico ou biográfico, embora siga uma ordem cronológica. Sem perder a correção histórica, é uma ficção guiada pela documentação histórica. Maiores detalhes em: <http: //www. cinemaportuguesnet/cinema/filmes. asp>.

[61] Primeiramente, precisamos nos reportar ao conceito de utopia, que, como qualquer conceito, sofreu uma mudança de sentido ao longo do tempo: "Le mot, apparu en 1516 comme titre d'un ouvrage de Thomas More publié en latin, a été construit à partir du grec ou (non) et topos (lieu). Cette "invention littéraire" se déroule dans un île conquise par utopus, et dont les habitants (les utopiens) vivent en communauté, dans un gouvernement idéal et un propriété privée. Dès le début du XVIII, le terme s'imposa pour désigner, y compris rétroactivement en remontant jusqu'à la République de Platon, les fictions politiques, réputées chimériques et inapplicables dans le réel. S'il est situé dans le temps et non dans l'espace, ce type de récit prend le nom d'uchronie et, dans certains cas, de science-fiction. Lorsqu'il critique un état de choses en lieu et place d'en bonheur parfait, en ignorant la proposer une description idyllique, il devient une antiutopie […] L'utopie est sans doute un genre littéraire –mais cette notion est elle-même très contestée. Elle fixe en tout cas une tradition que l'on ne peut penser à partir de la seule fiction. Elle ne peut être distrate du présent. C'est à l'intérieur de l'histoire que toutes les possibilités deviennent possibles, et là uniquement, le nouveau est lui aussi de nature historique. Une utopie semble toujours irréalisable du point de vue du présent et de l'ordre existant. Un état d'esprit est utopique quand il est en

seu patriotismo, pela sua inconformidade com a situação política de Portugal, uma imagem que contrastava com a crise institucional[62] e política do período em que viveu. Vieira se utilizou do mito do Quinto-Império para explicar os acontecimentos de sua época, através do repensar das origens portuguesas. Tempos de crise, de ruína, de incerteza inspiram a construção de utopias e de mitos, que têm como objetivo mobilizar as consciências coletivas.

No entanto, para Maria Leonor Buescu (1982, p. 29-31), o discurso de Vieira não deve ser classificado de utopista, mas de profético:

> Se considerarmos que a utopia desloca ou projeta a realidade pulverizada numa totalidade fictícia, e, ao mesmo tempo, resulta da metaforicidade dessa realidade transportada para um algures, não situável no tempo histórico nem no espaço geográfico, concluiremos que, nesse sentido, Vieira não é utopista. Se a utopia, como construção discursiva dentro do universo literário, tem em si mesma o seu referente exterior, a História do Futuro aponta, pelo contrário, para um referente, ainda que ausente. Cabe, por consequência (assim parece), estabelecer a oposição entre discurso utópico e discurso profético. A "visão" de Vieira não tem os limites insulares da ilha do Sol, concebida por Campanella: o seu espaço é terrestre é total. Não é, também, uma ucronia, porque o seu tempo está iminente. O jogo utópico é, pois, um jogo discursivo, que aponta para categorias do real, situadas cronologicamente num (pseudo) presente e geograficamente num (pseudo) lugar. Linguisticamente, exprime-se por um presente. Ora, a História do Futuro e todos os lugares recorentes que se encontram ao longo da vasta obra de Vieira está longe de se encerrar no espaço e no tempo: o seu espaço é o Mundo, o seu tempo é o Millenium. A geometria é abolida, bem como as muralhas, margens ou fronteiras. Linguisticamente, exprime-se por um futuro […] Assim, não utopista nem sequer eutopista, Vieira assume-se como um visionário e um sonhador, intérprete das promessas, os aplausos e as vozes de todas as Escrituras. O seu discurso é um discurso profético, situado no rastro do seu "alumiado" modelo, que a censura rasuraria, cujas visões se exprimem também por sonhos-proféticos: Gonçalves Anes Bandarra e as suas enigmáticas Trovas.

A escritura do jesuíta está eivada de profecias, nas quais o místico Vieira põe-se a fazer prognósticos, encarrega-se de nos "revelar" acontecimentos que, supostamente, estariam previstos nas escrituras. Estabelece ainda paralelos entre situações vivenciadas pelos portugueses e eventos passados relatados nas Escrituras, numa tentativa de "explicar" as desgraças vividas por seu povo. No entender de Vieira, a péssima conduta dos portugueses,

---

désaccord avec l'état de réalité dans lequel il se produit. En d'autres termes, l'utopie a souvent condensé des idées subversives parce qu' elles tendaient à transformer des rapports sociaux. Si le mot utopie, par son étymologie, renvoie à l'impossible, l'esprit, le geste, la fonction critique de l'utopie ont une portée subversive" (BACZKO, 2002, p. 633).

[62] Devemos informar ao leitor que é importante distinguir Reino e Império, pois Vieira observa tal distinção. O primeiro representa uma realidade prática, histórica e tradicional: Portugal e as suas conquistas; o segundo, porém, representa uma função universal, domínio e poder a realizar: realidade ideal, iminente, prometida, visionada e aspirada, missão e tarefa que se impõe cumprir.

que insistiam em fazer cativeiros e desrespeitavam “as cousas da fé”, era a verdadeira causa daqueles eventos funestos:

> A perda do Senhor rei D. Sebastião em África, e o cativeiro de sessenta anos que se seguiu a todo reino, notaram os autores daquele tempo que foi castigo dos cativeiros, que na costa da mesma África começaram a fazer os nossos primeiros conquistadores, com tão pouca justiça como a que se lê nas mesmas histórias. As injustiças e tiranias, que se têm executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África […] Com grande dor, e com grande receio de a renovar no ânimo de V. M, digo o que agora direi:, mas quere Deus que eu o diga. A El-rei Faraó, porque consentiu no seu reino o injusto cativeiro do povo hebreu, deu-lhe Deus grandes castigos, e um deles foi tirar-lhes os primogênitos. No ano de 1654, por informação dos procuradores deste Estado, se passou uma lei com tantas larguezas na matéria do cativeiro dos índios, que depois, sendo S. M. melhor informado, houve por bem mandá-la revogar; e advertiu-se que neste mesmo ano tirou Deus a S. M. o primogênito dos filhos e a primogênita das filhas. Senhor, se alguém pedir ou aconselhar a V. M. maiores larguezas que as que hoje nesta matéria, tenha-o V. M. por inimigo da vida, e da conservação e da coroa de V. M. **Ao Rei D. Afonso VI – 20 de abril de 1657** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 468-469)

Essa crença profética se assinalava, além das Escrituras Sagradas e das trovas de Bandarra, pela cometomancia[63], ou seja, a capacidade de advinhar o destino por intermédio dos cometas:

> A estes sinais da terra se seguiram depois os do céu, mostrando-nos neste hemisfêrio um cometa muito maior que o grandíssimo de 1680, em figura de palma. Apareceu aos 6 de Dezembro, dia em que foi coroado o glorioso restaurador da nossa liberdade; o curso que levava para a parte austral, quotidianamente sensível aos olhos, era tão veloz qual jamais se viu em outro cometa; sinal, ao que parece, que os efeitos de suas influências não tardarão muito. Dizem que o estado presente lá e cá não promete felicidades; mas, se Deus é o mesmo que sempre foi, estas são as circunstâncias que a sua providência aguarda ou dispõe, para fazer mais maravilhosas suas maravilhas. **A Diogo Marchão Temudo – 15 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 601)

[63] Profetismos à parte, Vieira prestou um grande serviço ao Brasil quando fez suas observações astronômicas. Quase não temos registros astronômicos, nesse período, do Hemisfério Sul, em especial do Brasil: “A importância das citações de Vieira sobre os cometas não está relacionada à conceituação teológica dos fenômenos celestes, mas na informação de natureza astronômica, tais como, na época, instante e local da observação e, às vezes, fornecendo com razoável precisão região do céu em que foi visível. De fato, como são muito poucos os registros existentes nesse período no Hemisfério Sul, em especial no Brasil, qualquer informação séria, mesmo dentro de uma embalagem mística, serve como um dado informativo” (MOURÃO, 2003, p. 43).

Segundo Mourão (2003, p. 42), para os teologistas, os cometas constituíam sinais de origem divina, advertências de Deus à humanidade pecadora. Para Vieira, os cometas eram a Voz de Deus, mensageiros que anunciavam castigos e desgraças de várias ordens:

> Muito desejaria eu, pois que não posso de outro modo ao menos com a pena própria, transladar neste papel alguma parte das ideas ou confusões, que resolve dentro em si o coração e mal cabem nele; mas nem mão tenho para escrever nem juizo para ditar, não livre ainda totalmente de umas sezões malignas, em que foram os delírios contínuos. O certo é que os castigos se têm começado a ver, e a justiça que os decreta não está satisfeita. Em mais deste ano observou um nosso matemático outro cometa que atravessava o sol de alto a baixo, e foi visto por muitos dias de todos os padres do colégio de Pernambuco. **A Antônio Pais Sande – 22 de julho de 1684** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 489-490)

Em seu famoso livro **Prophétisme et Messianisme dans l'oeuvre d'Antônio Vieira**, Raymond Cantel (1960, p. 239) afirma que Vieira não exitou em servir-se de diversas tendências messiânicas[64] para levar a termo o seu projeto do Quinto-Império. Mas, inicialmente, o seu messianismo é restrito às trovas de Bandarra e especificamente a Portugal, e não desperta, por seu aspecto político, a atenção dos teólogos. Somente após a sua viagem à Roma é que sua doutrina ganha uma outra dimensão. Não que Vieira tenha renunciado ao seu sistema, mas, sem dúvida, mudou de linguagem: a sua utopia se espalha por toda terra:

> Thomas Morus a rêvé à une petite île du Nouveau Monde et Thomas Campanella à un petit état situé sous l'Équateur. L' Utopie et la Cité du Soleil sont des rêves localisés. Vieira songe à sa patrie, mais sa pensée est à l'échelle de l'univers. En même temps que le ciel descend vers la terre, celle-ci s'élève vers le ciel. Et il ne s'agit pas d'une vue de l'esprit, il s'agit d'une conception historique. L'événement est pour demain. . . Parmi toutes les utopies enfantées par le cerveau des hommes qui aspirent à une vie meilleure ici-bas, celle de Vieira est une des plus généreuses et des plus universelles qui soient. (CANTEL, 1960, p. 246)

---

[64] Aqui cabe explicar rapidamente o significado que essas idéias tinham na época de Vieira. O sebastianismo é designação à crença na volta de D. Sebastião (1554-1578), rei de Portugal que desapareceu na África. Houve os que outrora acreditavam e ainda hoje há os que acreditam, por superstição. O messianismo se caracteriza pela expectativa do Messias; a esperança de um salvador ou redentor, pela crença em individualidades providenciais ou carismáticas, para o surgimento de uma era de plena felicidade espiritual e social. Já o milenarismo ou quiliasmo supunha um reinado terrestre da divindade, ou de Cristo, que teria a duração de um milenário ou milênio. A escatologia, por sua vez, é a doutrina sobre a consumação do tempo e da história, tratado sobre os fins últimos do homem. Não são narrativas ficcionistas, mas representações ideais de mundos ou de estados arquétipos oferecidos à imaginação dos homens que os desejam. Como pudemos observar, as idéias messiânicas de Vieira encontram ressonância na mentalidade do povo brasileiro. Ao longo de nossa tradição cultural, encontramos um povo sempre a sonhar com a vinda de um governante messiânico.

Essa questão da utopia, disseminada pelas cartas e pela obra de Vieira de uma maneira geral, é bastante discutível. O Império preconizado por Vieira, e aqui questionamos Buescu, embora traga algumas "especificações" – localização geográfica: a terra; tempo: o millenium; religião: católica; e liderança: Portugal –, este sonho de um reino de justiça na terra é alimentado por um tempo, espaço, religião e liderança que jamais existiram senão na dobra de um desejo coletivo de felicidade, mas que são existentes apenas no imaginário popular. O utopismo desse Império é denunciado pela ideologia católica/portuguesa, legitimada e justificada pelas profecias.

De outro modo, a expansão da fé cristã, na razão vieiriana, está associada à do Império Português: "E assim como nas primeiras conquistas se levantaram padrões das armas de Portugal, em toda a parte onde chegavam os nossos descobridores, assim aqui se vão levantando os padrões da sagrada cruz, com que se vai tomando posse destas terras por Cristo e para Cristo." **Ao Rei D. Afonso VI – 28 de novembro de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 553).

Não está ausente da reflexão vieiriana o cárater prático-político nas bases que a utopia pode encontrar no real, nas instituições. O jesuíta tentou transferir o religioso (a ética-moral de convicção) ao político (moral de responsabilidade)[65]. Tentou fundir duas ordens numa só: o Quinto Império.

A utopia propõe pensar de outra forma a sociedade, propõe uma Nova Ordem:

> L'utopie est un exercice de l'imagination pour penser un "autrement qu'être" du social. L'histoire des utopies nous montre qu'aucun domaine de la vie en société n'est épargné par l'utopie: elle est le rêve d'un autre mode d'existence familiale, d'une autre manière de s'approprier les choses et de consommer les biens, d'une autre manière d'organiser lavie politique, d'une autre manière de vivre la vie religieuse. Il me faut pas s'étonner, dès lors, que les utopies n'aient cessé de produire des projets opposés les uns aux autres;car elles ont en commun de miner de l'intérieur l'ordre social sous toutes ses formes (RICOEUR, 1986, p. 427)

[65] No entender do Padre Vieira, os políticos adeptos da "separação" maquiavélica entre religião e estado ignoravam o ganho terreno da adesão à fé cristã, a sua eficácia política no plano da expansão territorial. Portugal, na visão vieiriana, deveria se guiar por uma razão de Estado baseada em uma política moral que contemplasse a conciliação dos princípios ético-religiosos e práticas imediatas da política. Ler a esse respeito PÉCORA, Alcir. Política do Céu (Anti-Maquiavel). In: NOVAIS, Adauto (Org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

No caso de Vieira, não se trata da construção de uma utopia fantasista "sem amanhã", irrealizável; mas de uma utopia militante, de um projeto raciocinado de sociedade, que poderia ser realizado com o comprometimento dos portugueses e com a mediação dos jesuítas, cuja "missão" seria agregar todos os diferentes ao grêmio da cristandade, ao corpo do Império:

> Mas de todo este perigo e temor foi Deus servido liviar aos vassalos de V. M., por meio de dois missionários da Companhia, e com despesa de duas folhas de papel, que foram as que de uma e outra parte abriram caminho à paz e à obediência, com qie V. M. tem hoje estas formidáveis nações não só conquistadas e avassaladas para si, senão inimigas declaradas e juradas dos holandeses; conseguindo Deus por tão poucos homens desarmados, em tão poucos dias, o que tantos governadores em mais de vinte anos, com soldados, com fortalezas, com presídios e com grandes despesas, sempre deixaram em pior estado: para que acabe de entender Portugal, e se persuadam os Reis ministros de V. M., que os primeiros e maiores instrumentos da conservação e aumento desta monarquia são os ministros da pregação e propagação da fé, para que Deus a instituiu e levantou no mundo. **Ao Rei D. Afonso VI – 28 de novembro de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 570)

A evangelização[66] defendida por Vieira é um dos vetores de concretização dessa utopia: os padres, para disseminar a religião católica, catequizavam na língua da terra como estratégia de conquista. A mudança de método visava a não desestimular o apredizado dos índios, seria mais eficiente se os padres aprendessem as línguas das tribos:

> No Brasil se tem feito um catecismo da língua da terra, que, por ser muito largo, nos pareceu se devia reduzir a menos perguntas, porquanto os índios desta terra não estão ainda capazes de tanto, nem nós podemos ter com eles a assistência que se requere para tão dilatado modo de doutrina, nem naquele catecismo se contém o que é necessário saber-se para a salvação senão em muitos capítulos. Feita esta recopilação de catecismo, e aprovada pelos mais práticos na língua, assim de casa como de fora, propus aos Padres que convinha que todos ensinássemos por um só catecismo, por evitar a confusão nos índios, pois nem sempre podíamos ensinar os mesmos aos mesmos, e que, se lhes parecesse bem o catecismo que estava feito de novo, ensinássemos por ele, e quando não que fizessem outro, ou que emendassem aquele, tirado e acrescentando o que tivessemm por melhor, de maneira que todos nos conformássemos […] Vossa Paternidade por amor de Deus mande remediar isto é, o principal remédio é que venham muitos e bons sujeitos, porque como estes que se unem estiverem divididos, e houver outros com que suprirem os lugares que eles enchem, dependerão os superiores menos deles, e poderão dissimular menos, e terão quem se ponha de sua parte e os ajude. **Ao Geral da Companhia de Jesus – 14 de maio de 1654** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 708-709)

---

[66] Em seu **Sermão do 1º Domingo da Quaresma**, Vieira expressa sua dedicação à salvação das almas. O que Vieira se propõe, antes de tudo, é defender a "civilização cristã que se caracteriza por um conjunto de praxes, de atitudes, de estilos de viver, de costumes" (SÉRGIO, 1954, p. 8).

De fato, “o lábia”, como era chamado Vieira por D. João IV, tinha experiência sobre as coisas do Brasil, sua teoria era alicerçada numa práxis:

> O presidente e os conciliários que se acharam na dita junta, posto que muito doutos em outras matérias, nunca viram nem trataram índios. Os que aconselhavam e perdiam aquela pequena demostração de violência em três ou quatro bárbaros, conformando-se todos os outros com a mudança, eram dez missionários que assistiam com eles na mesma e nas outras aldeias da mesma nação, que estavam expostos ao perigo e mais perto dele quando o houvesse; e eu, como quem se tem embarcado trinta e seis vezes a França, Inglarerra, Holanda, Itália, Maranhão, Brasil (todas em serviço de V. M.), julguei que em dúvida antes devia seguir o parecer dos pilotos que o dos passageiros, não falando na minha experiência de cinco anos nas aldeias do Brasil e nove nas do Maranhão, Grão-Pará e Rio das Amazonas, de diversíssimas línguas e nações, em que fiz muitas mudanças com grande sossego e felicidade, ajudando-me, quando era necessário, do nome e autoridade dos governadores, e nas maiores ocasiões de seis soldados somente, como pode testemunhar Manuel Guedes, que ainda vivo, Sargento-mór do Pára. **Ao Rei D. Pedro II – 1 de junho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 604-606).

O jesuíta tinha ciência dos problemas brasileiros, herdados, em grande parte, de Portugal, e que ameaçavam a unidade do Império que ele se esforçava por “construir”. O discurso da metrópole, já nos primórdios da colonização, caracterizava-se pela ambivalência – sustentava, simultaneamente, discursos incongruentes, projetos com bases divergentes: evangelização e matança, abnegação e lucro. Logo, um discurso que bailava segundo as conveniências e o sabor dos acontecimentos.

É preciso compreender que o processo civilizatório passou por diferentes etapas, as quais foram vivenciadas pelos jesuítas que residiram no Brasil. Manuel da Nóbrega, por exemplo, submetia todas as suas dificuldades às instâncias da corte. Seu programa “civilizador” foi aplicado a ferro e fogo por Mem de Sá, no século XVI, dizimando populações indígenas na costa brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 51). A escritura de Vieira não é de subserviência, ele não pede conselhos ao centro; ela cobra posição, exige ação:

> O remédio de tudo é um só, e muito fácil, e que muitas vezes tenho representação a V. M, e é que V. M. resolutamente mande fechar a porta a todo o requerimento em contrário do que V. M com tanta consideração mandou resolver;e quem o encontrar ou impedir seja castigado com a demonstração que a matéria merece. Tudo o que se assentou acerca dos índios do Maranhão foi com consulta da junta de teólogos, canonistas e legistas, em que se acharam os três lentes de prima, e não houve

> discrepância de votos;foi com notícias de todas as leis antigas e modernas, e de todos os documentos que sobre esta matéria havia;foi ajustado com os dois procuradores do Maranhão e Pará, e com o governador de todo o Estado, que estava nessa corte, e com o Superior ds missionários, que também era procurador geral de todos os índios;e ultimamente com parecer de todo o Conselho Ultramarino que tudo viu, examinou e aprovou. De onde, parece, que não fica lugar a inovar cousa alguma, sem grande prejuízo e menos autoridade das leis reais, e perturbação de tudo. **Ao Padre André Fernandes – s. d., 1656** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 466-467)

Em carta ao Marquês de Nisa e ao Rei D. João IV, queixou-se dos altos impostos que eram cobrados no Brasil:

> De maneira que, por este meio, sem S. M. impor tributo de novo aos moradores do Brasil, só com arrecadar por outro modo e navegar o que é seu, por setenta mil cruzados mal pagos, que recebia o Brasil, vem a receber em Portugal mais de cento, e a pagar de graça aos Holandeses mil caixas de açúcar, que ao cabo dos dez anos serão também para S. M. Ganhando tanto a fazenda de S. M. neste alvitre, só perdem nele o governador do Brasil e o provedor-mor da Fazenda, os quais em cada arrematação nos dízimos tinham dois mil cruzados de propina. E havendo de ser o governador em cujo tempo isto se há de começar o Sr. Francisco de Souza Coutinho e o provedor, Simão Alvares de la Penha, cunhado do padre Antônio Vieira, assaz qualificado o alvitre, pois, sendo tão proveitoso ao Rei, só aos que o oferecem é danoso. **Ao Marquês de Nisa – 24 de agosto de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 251-252)

Além da chaga dos altos tributos, figura também a praga da corrupção atávica que imperava, e ainda impera, em terras brasileiras. Essas imagens de exploração, corrupção estão enraizadas no inconsciente brasileiro, fazem parte da auto-imagem, da história da mentalidade do povo brasileiro[67]:

> Eu, Senhor, razões políticas nunca as soube, e hoje as sei muito menos, mas por obedecer direi toscamente o que me parece. Digo que menos mal será um ladrão que dois;e que mais dificultosos serão de achar dois homens de bem que um. Sendo propostos a Catão dois cidadãos romanos para o provimento de duas praças, respondeu que ambos lhe descontentavam: um porque nada tinha, outro porque nada

[67] As cartas de Vieira contribuem indiscutivelmente para uma História das mentalidades brasileiras e, conseqüentemente, para um estudo da formação ideológica brasileira, na medida em que entendemos aqui por História das mentalidades o conceito desenvolvido por Michel Vovelle: "Lorsque Michel Vovelle définit cette branche de l'Histoire comme l'étude des médiations et du rapport dialectique entre les conditions objectives de la vie des hommes et la façon dont ils la racontent et même dont ils la vivent" (PAGEAUX, 1989, p. 149). Já a "ideologia é um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representação (imagens, mitos, idéias ou conceitos, segundo os casos) dotados de uma existência e de uma função histórica no seio de uma sociedade dada" (ANGENOT, 1986, p. 120-121).

> lhe bastava. Tais são os dois capitães – mores em que se repartiu este governo: Baltasar de Souza não tem nada, Inácio do Rego não lhe bastava nada; e eu não sei qual é maior tentação, se a necessidade, se a cobiça. Tudo quanto há na capitania do Pára, tirando as terras, não vale dez mil cruzados, como é notório, e desta terra há – de tirar Inácio do Rego mais de cem mil cruzados em três anos, segundo se lhe vão logrando bem as indústrias. **Ao Rei D. João IV – 4 de abril de 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 416-417) [68]

É importante salientar que Vieira foi um arauto da moralidade na gestão das coisas públicas. Sempre teve uma preocupação com o patrimônio comum, sempre denunciou como a má administração arruinava Portugal e o Brasil, pois, no seu entender, os interesses individuais não poderiam estar acima dos coletivos: "Parece que estamos fora deste mundo. Afirmo a V. S.ª me desejo em algum lugar, se o há tão remoto, onde se não ouça nem conheça o nome de Portugal. Tremo dos correios que de lá vêm, porque todos trazem motivos de dor e tristeza, sem depois deste governo lermos uma nova de gosto ou esperança dela." **A Duarte Ribeiro de Macedo – 1 de janeiro de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 565).

Apesar de pertencer à mesma ordem religiosa de Nóbrega, Vieira vive uma nova etapa do processo civilizatório, que "repudia" as ações anteriores em relação aos selvagens, prega uma outra política no trato com os índios[69]. E como habitante da América Portuguesa, Vieira é conhecedor da causa indígena. Em carta a D. Afonso VI, datada de 20 de abril de

---

[68] Sobre essa questão ler o **Sermão do Bom Ladrão**. Esse texto, não há dúvida, desperta e mantém o interesse, do princípio ao fim, sobretudo por sua gritante atualidade. O tema é a dilapidação dos dinheiros públicos, em que homens públicos, em vez de servirem, se servem dos cargos para enriquecerem a custa do erário, para isto usando todos os meios e praticando todas as artimanhas que a cupidez e o demônio lhes sugerem. É uma tremenda e esmagadora objurgatória contra os corruptos e corruptores impunes, que violam o sétimo mandamento com muito maior culpa do que a do ladrão vulgar, inimigo e lesador da propriedade privada. No **Sermão da Dominga Vigésima Segunda**, Antônio Vieira denuncia todos os abusos praticados na Bahia pelos que exerciam o mando e representavam o poder, desde a prepotência ao latrocínio (MELO, 2001, p. 191). Fazendo uma análise da corrupção desde a época de Vieira, esta se aperfeiçou e se sofisticou: passou de velada e passível de pena no período colonial para confessa e sem perspectiva de punição, problema que se agrava a cada dia no Brasil, corroendo e enfraquecendo as instituições democráticas.

[69] O índio, como sabemos, surge como novo objeto de conhecimento, a partir da hermenêutica do outro, isto é, da hermenêutica do colonizador: "Obviamente, não havia 'índio' nem 'índios' nas terras invadidas pelos portugueses, mas povos nômades, não cristãos e sem Estado" (HANSEN, 1997, p. 351). Ainda segundo autor, o homem europeu, branco, católico "civilizado", quando se refere aos índios se utiliza de uma classificação biológia: "o índio é um ser do inferno verde, uma besta, animal, selvagem, bárbaro e escravo por natureza. O indígena não é representado segundo o pressuposto que a antropologia chamou de 'pensamento selvagem', ou seja, segundo as próprias razões da razão selvagem que necessariamente implicam a relativização das razões do observador" (HANSEN, 1997, p. 349). Conforme ainda Eduardo Bueno(1996, p. 16). " Toda a discussão sobre os índios passa pela tentativa de definição deste "Novo Ser" que surge com a descoberta das "Novas Terras". Para definir seu papel dentro da sociedade branca européia, é preciso, antes de mais nada, definir a sua própria natureza: "A presença do índio sempre foi um enigma para o homem europeu. Quem seriam aqueles homens nus, pardos, de bons narizes e bons corpos, que negros não eram, nem mouros, nem hindus? […] O que seriam então, 'negros da terra'? Bons selvagens ou antropófagos bestiais?"

1657, denunciou o que se passava com as tribos indígenas, alertando para o perigo de se continuar a dizimar os índios:

> Em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios, e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo […] nos anos de mil seiscentos cinqüenta e cinco, se cativaram no rio das Amazonas dois mil índios, entre os quais muitos eram amigos e aliados dos portugueses, e vassalos de V. M, tudo contra a disposição da lei que veio naquele ano a este Estado, e tudo mandado obrar pelos mesmos que tinham maior obrigação de fazer observar a mesma lei. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 468)

Contudo, convém dizer que os jesuítas tinham uma visão um pouco diferente dos índios: não se tratava de uma visão idealizada, embora lhes reconhecessem a razão e como sendo filhos de Deus, mas concebiam-no como bárbaro, boçal e preguiçoso:

> Entre os jesuítas predominava uma visão diferenciada, pois, ao aceitarem que os índios eram dotados de razão, esperava-se sua conversão, o que possibilitaria sua inserção no catolicismo. Não tinhal ao contrário dos protestantes, uma visão do bom selvagem, mas sim a do índio bárbaro, boçal e preguiçoso. Esta imagem aparentemente negativa era associada aos seus maus-costumes, o que poderia ser estirpado com a atuação da Igreja. Não há uma idealização do índio americano, o que não significa que não pudessem estar inseridos em projetos idealizantes. No caso do Padre Antônio Vieira, este fato se torna claro quando entendemos sua teologia vinculada aos ideais messiânicos portugueses. (MAGALHÃES, 2000, p. 331)

A diferença básica entre os colonos e os jesuítas é que, para os primeiros, o índio é um animal, por isso deve ser escravizado; para os segundos, é um ser humano criado por Deus, que deve ser salvo por meio da verdadeira fé. Na relação hierarquizada que se estabelece entre o colonizador e o colonizado, o estereótipo é usado pelo colonizador como forma de dominação, de representação pejorativa do dominado, como meio de denegrir sua auto-imagem, sua cultura de origem, através da disseminação da ideologia que vem vinculada ao estereótipo: “Muitos há muito rudes e bárbaros, mas por falta mais de cultura que de natureza. Tenham os portugueses menos cobiça, e logo os índios terão mais entendimento.” **Ao Padre Provincial do Brasil** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 398)

Pageux (1989, p. 140) afirma que o estereótipo é portador de uma definição do Outro, um enunciado que se proclama coletivo e que se quer válido a qualquer momento

histórico. O estereótipo – bárbaro, boçal, preguiçoso e tantos outros termos que encontramos nas cartas dos jesuítas – não é polissêmico. Em contrapartida, é policontextual – reempregado a cada instante, impõe uma verdadeira dicotomia de mundo e das culturas:

> Mais cette apparente neutralité ne doit pas, masquer la charge polémique du stéréotype dont le discours est généralement un véritable condensé d' idéologie subreptice. Il fonctionne en effet, le plus souvent, dans une situation de bi-polarité opposant deux espaces, deux appartenances, deux conceptions du monde a priori différentes ou antagonistes, et il exprime fréquemment une attitude de rejet, de mépris ou de condescendance à l'égard de ce qui est perçu comme écart par rapport à une norme auto-proclamée […] La pertinence du stéréotype dépend donc en grande partie de son contexte d'énonciation, mais il n'en demeure pas moins, en raison de sa fixité et sa globalité, largement imperméable à l'historicité. (CHEVRIER, 2005, p. 166-167)

Vieira, sempre agindo de acordo com as orientações da Companhia de Jesus e guiado pelas teses dos teólogos da Segunda Escolástica, travava discussões homéricas com os proprietários de escravos. O jesuíta alegava a necessidade prioritária da prática religiosa na vida doméstica: "Em particular, no trato com o gentio, negro ou índio, o jesuíta argumenta ser cristãmente vicioso e politicamente ineficaz deixar de cumprir o dever, inalienável da presença dos católicos no Novo Mundo, de pregar-lhe a fé", registra Pécora (1994, p. 31) Em carta de 20 de maio de 1653, a D. João IV, denuncia a situação:

> Os índios que vivem em casa dos portugueses, pela miséria de seu estado, e pela natural rudeza de quase todos, ainda me muito maior parte lhes tocam todos os desamparos espirituais acima referidos. Muitos deles vivem e morrem pagãos, sem seus senhores nem párocos lhes procurarem batismo, nem fazerem escrúpulo disso. Os que têm nome e batismo de cristãos, muitos o receberam sem saberem o que recebiam e vivem tão gentios como de antes eram, sendo muito raros, ainda dos mais ladinos, os que se desobrigam pela Quaresma; e há cristãos de sessenta anos de idade que nunca se confessaram. Os mais deles, perguntados quando se confessaram a última vez, respondem que com o padre Luis Figueira, o que há dezessete anos que falta neste Estado. Morreram sem confissão é cousa mui ordinária, principalmente os que moram fora da cidade, e também é ordinário o abuso de lhes não darem a comunhão nem na hora da morte. (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 307-308)

Quanto aos negros, Vieira não pregava a "liberdade dos escravos", visto que a escravidão se justificava por questões econômicas e estratégicas, como podemos ver nesta carta endereçada ao Marquês de Nisa, em 12 de agosto de 1648: "Todo o debate agora é sobre

Angola, e é matéria em que não hão-de ceder, porque sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros, e como nós temos o comércio do sertão, ainda que eles tenham a cidade de Luanda, temem que, se nós tivermos outros portos, lhes divertamos por eles tudo." (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 243).

A escravidão foi sustentada por Vieira pela sua importância como força de trabalho – e, logicamente, como um vetor na construção do capitalismo mercantilista português. Serviu para estabilizar, como aponta Luis Felipe de Alencastro (2000, p. 171), as relações entre os jesuítas e a Coroa. Os índios eram mais resistentes ao trabalho, mas menos resistentes às doenças. A fuga era "facilitada", pois estavavam em seu território, ao contrário do escravo, desterritorializado do continente africano, afastado do seu país natal, que tinha menos estímulo para fugir. Vieira expôs esses argumentos em carta endereçada à Câmara do Pará:

> E, vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão, posto que eu o aprovo muito e solicitei com El-Rei, insistindo S. M. que todos fossem livres, vejo, porém, que o dito remédio por si só não é suficiente; porque, por mais que sejam os escravos que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas. **À Câmara do Pará – 12 de fevereiro de 1661** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 580-581)

Vieira sabia que o Brasil se formava "fora do Brasil", isto é, de que necessitava da mão-de-obra dos africanos, sob pena de o sistema econômico entrar em colapso e, conseqüentemente, a unidade do Império vir a fragmentar-se[70]. No seu parecer sobre a rebelião[71] dos escravos, recomenda a conversão destes à Igreja e a obediência aos seus senhores, não vislumbrando qualquer "outra" possibilidade de liberdade:

---

[70] Vieira, na opinião de Luis Felipe Alencastro, é um dos grandes estadistas do Atlântico Sul: "Fica patente que o sistema colonial é atravessado por uma crise refundadora no Seiscentos: na saída da guerra holandesa se estabelece uma co-gestão portuguesa e brasílica no espaço econômico do Atlântico Sul […] o mercado de trabalho está desterritorializado: o contingente principal da mão-de-obra nasce e cresce fora do território […] as capitanias sul americanas eram abastecidas de escravos que se entrelaçam num espaço complementar ao território de Angola. O comércio negreiro se transforma num elemento essencial de coesão da América Portuguesa" (ALENCASTRO, 2000, p. 354).

[71] Vieira foi informado sobre a rebelião dos negros em Palmares, nas proximidades do rio São Francisco, submetidos, após várias tentativas infrutuosas.

> Muito me admiro (mas tal é o sumo zelo em S. M. de salvar a todos!) que, sem outra informação dos superiores desta Província, houvesse por bem a oferta feita por um padre particular de ir aos Palmares. Este padre é um religioso italiano de não muitos anos, e, posto que de bom espírito fervoroso, de pouca ou nenhuma experiência nestas matérias. Já outro de maior capacidade teve o mesmo pensamento; e posto em consulta julgaram todos ser impossível e inútil por muitas razões. Primeira: porque se isto fosse possível havia de ser por meio dos padres naturais de Angola que temos, aos quais crêem, e deles se fiam e os entendem, com de sua própria pátria e língua; mas todos concordam em que é matéria alheia de todo o fundamento e esperança. Segunda: porque até deles neste particular se não hão-de fiar por nenhum modo, suspeitando e crendo sempre que são espias dos governadores, para os avisarem secretamente de como podem ser conquistados. Terceira: porque bastará a menor destas suspeitas, ou em todos ou em alguns, para os matarem com peçonha, como fazem oculta e secretíssimamente uns aos outros. Quarta: porque ainda que cessassem dos assaltos que fazem no povoado dos portugueses, nunca hão-de deixar de admitir aos de sua nação que para eles fugirem. Quinta: fortíssima e total, porque sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e actual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão-de fazer. Só um meio havia eficaz e afectivo para verdadeiramente se reduzirem, que era concedendo-lhe S. M. e todos seus senhores espontânea, liberal e segura liberdade, vivendo naqueles sítios como os outros índio e gentios livres, e que estão os padres fossem seus párocos e os doutrinas-sem como aos demais. Porém esta mesma liberdade assim considerada seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outros mais que o próprio corpo. **A Roque Monteiro Paim – 2 de julho de 1691** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 620-621).

Conforme Bosi (1992, p. 122), Vieira não era saudoso do Antigo Estado, sabia que a máquina mercante viera para ficar. Para sua construção e, mais do que isso, para a manutenção de um novo Estado era preciso capital, daí aí a importância concedida ao capital judeu: “Só Portugal se obstina em ignorar o exemplo das ‘nações mais políticas da Europa’. Só Portugal se propõe nesciamente a distinguir entre dinheiro fiel e infiel, dinheiro pio e ímpio, dinheiro nobre e ignóbil.”.

Vieira foi um mediador cultural; cujo núcleo de preocupação residia na dessassossegadora visão de que Portugal arriscava desaparecer, se não assumisse sua missão mitoprofética. O jesuíta procurou dar ao Império Luso uma dimensão internacional, estabelecer relações entre as colônias portuguesas espalhadas pelos diversos continentes e manter uma certa linha de negociação com os demais países católicos:

> Pelas notícias que V. Ex.ª me dá da nossa e alheia Europa, darei a V. Ex.ª as de África, Ásia e América. Da África chegou aqui e se deteve alguns meses, hóspede do senhor Governdor, o Sr. D. João de Lencastre, recebido de toda a Bahia com tantos aplausos, como partirá dela com iguais saudades às que deixou em Angola.

> Da Ásia tivemos da Índia nau, que não quis esperar a companhia da frota, e nela o Padre Carola, que lá serviu de Secretário de Estado, e com fé de ministro disse que ficava em paz, com que se sossegaram os receios dos que lhe desejavam maiores socorros que os de uma nau e metade da outra. Na América devemos à misericórdia divina dois particulares favores neste ano. O primeiro que nem aos hóspedes nem aos naturais mordeu a bicha. Contra ela escreveu um douto tratado o nosso boticário francês, André da Costa; e seria dobrada desgraça se continuasse a nos morder o veneno, porque de todos os navios da frota só faltou uma charrua, em que vinham as boticas, e se supõe tomada pelos mouros. Dos outros piratas, que costumavam infestar esta costa, também esteve totalmente livre, o que se atribui a saberem eles, melhor que nós, que não podiam ter as presas do Rio da Prata, onde não só por ordem de El-rei de Castela, senão também de S. M. que Deus guarde, está proibido o comércio recíproco de uma e outra parte; e, por carta do Governador do Rio de Janeiro, consta estarem na Terra Nova trezentos mil cruzados, e no mesmo Rio seiscentos, totalmente suspensos e sem saída. Muito sentirão esta perda os mercadores de Portugal; mas por causa deles a padece maior o Brasil. **Ao Marquês das Minas – 5 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 638-639).

Certamente, Vieira não estava preocupado com a origem étnica das pessoas (negros, índios), ou religiosa (judeus, protestantes), nem com a origem do dinheiro, dos capitais que pretendia usar em suas empresas. O que desejava era arrebanhar gente para sua causa. Estabelecer o papel de cada grupo dentro dessa sociedade explica-se mais por uma questão pragmática do que moral. Sendo assim, a conversão é a chave a essas duas ordens: temporal (Império Português) e espiritual (Igreja Católica), sem o duplo gesto inaugural da conversão,o diferente é condenado ao exílio da inexistência:

> O esterco (diz Santo Agostinho) fora do seu lugar suja a casa, e posto no seu lugar fertiliza o campo: e, aplicando-se a doutrina e semelhança ao nosso caso, como a maior dos doutores, digo, Senhor, que os judeus se tirem de onde nos sujam a casa, e que se ponham onde os fertilizem o campo […] Lancem-se de Portugal os judeus, os sacrilégios, as ofensas de Deus, e fiquem em Portugal os mercadores, o comércio, a opulência […] e os que se converterem serão verdadeiros cristãos, e os demais importa pouco que vão ao Inferno de aí ou de outra parte. **A D. Rodrigo de Meneses – 24 de outubro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 375)

Como pudemos observar, a “tolerância” pregada por Vieira tem como regra a sujeição ao rei de Portugal e a conversão ao Cristianismo, o que significa dizer que o diferente só poderia ser membro do seu Quinto-Império se assinasse o pacto de sujeição, condição *sine qua non* para a sua entrada. Portanto, a “tolerância” de Vieira é uma tolerância relativa, que obedece a dois pressupostos, sem os quais o diferente não poderia integrar esse grande Império profetizado pelas Escrituras. Na verdade, o que Vieira faz é uma espécie de

purificação de uma alteridade mal tolerada. Modela a identidade desses povos através de uma ideologização da memória, de uma pseudo *Pax Culturalis*:

> Le phénomène idéologique: Il est lié à la nécessité pour un groupe social de se donner une image de lui-même, de se représenter, au sens théâtral du mot, de se mettre en jeu et en scène. A ce moment, l'idéologie a cessé d'être mobilisatrice pour devenir justificatrice;ou plutôt, elle ne continue d'être mobilisatrice qu'à condition d'être justificatrice […] une théorie de la motivation sociale. Son rôle médiateur reste irremplaçable; il s'exprime par ceci que l'idéologie est toujours plus qu'un reflet dans la mesure où elle est aussi justification et projet. Ce caractère "génératif" de l'idéologie s'exprime dans le pouvoir fondateur de second degré qu'elle exerce à l'égard d'entreprises, d'institutions, qui reçoivent d'elle la croyance dans le caractère juste et nécessaire de l'action instituée […] Cette mutation d'un "système de pensé en système de croyance", est le phénomème idéologique. (RICOEUR, 1986, p. 339-340)

Reinterpretando as nossas heranças culturais, verificamos que a ideologia (católica/imperial) preconizada por Vieira transmite uma idéia de estabilidade, de previsibilidade a um sistema de significação. A ideologia cria a sensação de pertença identitária. A dominação é uma dimensão da integração social visada pela ideologia. Toda a dominação quer se "justificar", e ela o realiza recorrendo a noções que se fazem passar por universais, isto é, válidas para todos. É justamente essa a retórica do discurso público, tão bem encarnada em Vieira, que se torna ideologia: "Tout système de contrôle social en ce sens repose sur un fonctionnement idéologique destiné à légitimer sa revendication d'autorité." (RICOEUR, 1986, p. 421).

Os índios, mesmo em sua própria terra, e os negros vindos da África e os judeus de várias partes da Europa eram todos considerados estrangeiros, "inimigos" no espaço colonial. A incapacidade do poder colonial em aceitar outras formas de alteridade fez com que se impusesse um utópico programa de "integração", alicerçado, sobretudo, no horizonte da religião, questão esta sobre a qual Vieira, enquanto agente do império, vai se debruçar:

> Sejam, senhor, estas as principais cadeiras que V. A. reparta: venham muitos mestres da fé a ensinar e reduzir a Cristo estas gentilidades; e persuada-se V. A., meu Príncipe, que lhe hão de prestar mais a V. A., para defensão e estabilidade do reino, os exércitos de almas que cá se reduziram, que os de soldados que lá se alistarem. **Ao Príncipe D. Teodósio – 25 de janeiro de 1653** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 302).

A integração forçada do estrangeiro é uma constante na História Ocidental: “Nous rappelllerons quelques moments de l’histoire occidentale où l’étranger a été pensé, accueilli ou rejeté, mais où aussi la possibilité d’une société sans étrangers a pu être rêvée à l’horizon d’une religion ou d’une morale.”, aponta Julia Kristeva (1988, p. 9). O estrangeiro só “deixa de ser estrangeiro” aderirindo à integração forçada. Vieira tentou, através do projeto do Quinto Império, oferecer um “banquete de hospitalidade”, tentando apaziguar as diferenças ao nivelá-las pelo esquecimento da identidade de origem desses povos[72]:

> Senhor. – Obedecendo à ordem geral e última de V. M., dou conta a V. M. do estado em que ficam estas missões, e dos processos com que por meio delas se vai adiantando a fé e cristandade destas conquistas, em que também se verá quão universal é a providência com que Deus assite ao feliz reinado de V. M. em toda a monarquia, pois, no memso tempo em que do Reino se estão escrevendo vitórias milagrosas às Conquistas, escrevemos das Conquistas ao Reino também vitórias, que com igual e maior razão se podem chamar milagres. Lá vence Deus com sangue, com ruínas, com lágrimas e com dor da cristandade; cá vence sem sangue, sem ruínas, sem guerra e ainda sem despesas: e, em lugar da dor e lágrimas dos vencidos (que em parte também toca aos vencedores), com alegria, com aplauso e com triunfo de todos e da mesma Igreja, que, quanto sente diminuir e atenuar no sangue que derrama em Europa, tanto vai engrossando e crescendo nos povos, nações e províncias, que ganha e adquire na América. **Ao Rei D. Afonso VI – 28 de novembro de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 549-550)

Leitores descontextualizados em relação à produção da obra vieiriana, como Agrobom (1943, p. 10), apontam suas atitudes e teorias como um “rosário de contradições”:

> A sua vida, até à sua morte, foi um rosário de contradições, incoerências e contrastes. Com acentuados pendores para o século, vai ser padre regular; dotado de espírito libérrimo, abdica do seu livre arbítrio, pronunciando o voto solene de obediência; talhado para ministro de reis, vai ser ministro de Cristo. Aquele que subia ao púlpito de roupeta era o mesmo que no desempenho de missões diplomáticas junto aos governos europeus, e até fora delas, tonsura desfeita e bigodes crescidos, envergara as roupas seculares de grã vistosa-escarlate e ouro-tendo à cintura a espada. Aquele que enfrentava o Santo Ofício era o mesmo que respondia ao rei D. João IV, que se algum dia fosse despedido da Ordem, sentar-se-ia fora de suas portas e daí não se afastaria enquanto a ela não voltasse.

---

[72] “La violence du problème posé par l’étranger aujourd’hui tient sans doute aux crises des constructions religieuses et morales. Elle est due surtout au fait que l’absorption de l’étrangeté proposée par nos sociétés se révèle inacceptable pour l’individu moderne, jaloux de sa différence non seulement nationale et éthique, mais essentiellement subjective, irréductible” (KRISTEVA, 1988, p. 10). Hoje, além da identidade nacional e étnica, há uma tendência em afirmarmos nossa identidade sexual, política, profissional, as diversas identidades que nos perpassam.

Ressalta Alcir Pécora que a fortuna crítica acumulou um emaranhado de equívocos em relação à interpretação de Vieira no trato com os índios e, por extensão, a dos jesuítas, no Brasil-Colônia:

> O primeiro equívoco é do tipo que quer ver em Vieira um "progressita", ou quase, um "consciência possível" no obscurantismo do passado compreendido em esquema histórico evolúcionista. Aqui Vieira antevê e adota, quanto pode, a perspectiva de uma Razão universal que se opõe ao atraso da escravidão, e propõe Igualdade e Liberdade como os fundamentos da sociedade justa. É assim uma espécie de Vieira afrancesado e setecentista – pré-ilustrado-que surge daí, quando não um Vieira pré-marxista. O segundo equívoco, em compensação, erra pelo lado contrário: o progressismo de Vieira, numa leitura rigorista de sua "consciência possível", não seria outra coisa que a face mais amena, logo mais falsa, de um projeto decididamente autoritário e ideológico, em que a oratória das boas intenções não passa de ornato nocivo, a serviço da destruição das nações e valores indígenas promovida pela gente da Colônia, Metrópole e Igreja. O "progressista", agora, é só quem o denuncia. Entretanto, a meu ver, nem ilustrado, nem ideólogo;nem libertário, nem retrógrado, Vieira precisa ser relido à luz da energia de seu estilo no campo de força das crenças de seu tempo: retirá-lo daí é, instantaneamente, renunciar a um retrato crível da sua pregação. (PÉCORA, 1994, p. 423-424)

Devemos apenas pensar que Vieira se guiou pela lógica de manutenção do Império, nunca foi um revolucionário, um subversivo; seu discurso sempre esteve de acordo com o poder absolutista ao qual representou. Vieira jamais defendeu a "liberdade como príncipio absoluto", suas posições desapontam aqueles que se põem a pensar desta forma:

> Destas considerações vê-se o quanto é anacrônico postular o conceito de liberdade dos índios entre os jesuítas portugueses nos moldes de uma interpretação do conceito como valor absoluto ou autônomo à esfera religiosa: ora, pelo que se leu, é evidente que a categoria substancial a definir a existência da liberdade é o conhecimento e adesão ao grêmio da Igreja e o serviço da religião, não é a independência liberal da vontade própria ou da ausência de superior hierárquico. O mesmo vale para outro anacronismo comum na leitura de Vieira: a idéia de igualdade. O que a define, para Vieira, é identicamente, a referência ao corpo místico da Igreja, nunca a inexistência de hierarquia na Igreja ou Reino. Isto, aliás, para Vieira, seria uma desproporção uma vez que desiguais por natureza, os homens, necessariamente, para manter a proporcionalidade de origem, devem preservá-la no lugar relativo que ocupam no organismo coletivo. (PÉCORA, 1994, p. 434)

Os jesuítas, e a Igreja Católica como um todo, jamais postularam a igualdade de todos os povos e de todos os homens – o único ponto em que se igualam é no fato de serem todos filhos de Deus, mas em talentos e valores morais são diferentes. Apenas Liberdade e igualdade como membros da Igreja hierárquica é a que podiam aspirar. Aos índios que se recusavam à conversão era aplicado, como bem observa Hansen, o princípio da guerra justa[73].

O discurso de Vieira pressupõe o controle dos três maiores grupos sociais da colônia: os cristãos novos, os negros e os índios. A autoridade sobre esses três grupos representaria o controle sobre toda sociedade colonial. Logicamente, o que estava em jogo era a questão da distribuição do poder e da sua manutenção no espaço colonial. Os descobrimentos trouxeram uma grande novidade: a obrigatoriedade da conversão, da agregação dos infiéis na *Orbis Christianus* e da coexistência étnica:

> A posição católica que foi adotada como padrão pelos escolásticos que pensaram a Conquista vai, na verdade, no sentido muito mais de um esforço de ordem e limpezas internas, a partir da integração do gentio na "comunidade sobrenatural" e na" unidade jurídico-moral, "indissociáveis, da Igreja, do que uma ação de guerra contra o corpo estranho ao *Orbis Christianus*. Isto a distingue fundamentalmente da postura adotada, durante os séculos anteriores, no confronto com o gentio maometano, quando a questão era vencê-lo ou destruí-lo enquanto ameaça ao corpo universal, onde não tinha lugar, e não compeli-lo a entrar neste corpo, que, apenas assim, ganharia verdadeira universalidade. Estranha ao ambiente medieval das Cruzadas e guerras da Reconquista, ao menos enquanto procedimento geral e alguns estudiosos já assinalaram, era uma grande novidade dos Descobridores, e, como tal, bem diferentemente do que tem suposto o senso comum laico e cientificizante, fenômeno importantíssimo, "norma nacional e religiosa" a participar da fundação da era moderna. (PÉCORA, 1994, p. 429)

O escritor utopista tenta elaborar "soluções". Seu imaginário navega no campo dos possíveis. Melhor dizendo, sua escritura grava a angústia dos possíveis. A visão de perfeita harmonia social entre portugueses, índios, negros e cristãos novos confirma a utopia, pois visa

---

[73] É preciso explicar o termo *guerra justa*: na propaganda fidei jesuíta, a alma do índio deveria ser salva do inferno por meio da conversão; poder-se-ia mesmo obrigá-lo a ser salvo, pois é preferível que fosse cativo e tivesse a alma salva a que vivesse a liberdade natural do mato e com ela condenado ao inferno. A guerra justa foi legitimada contra os índios que atacassem os portugueses, que se recusassem a se converter, aos praticantes de rituais antropofágicos ou de magia e aos índios poligâmicos.Qualquer ato que atentasse contra os costumes e a moral cristã justificaria a guerra contra os índios.Esta questão é tratada em dois textos escritos por João adolfo Hansen : *forma mentis* como categoria histórica. In: **Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes**, São Paulo, v.2, p.7-29,1998 e A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o Bárbaro.In:NOVAES,Adauto (ORG).**A Descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: MINC-FUNART/Companhia das Letras,1998,p.347-373.

a apagar a marca da alteridade (línguas e crenças) desses povos. Apagamento este que a retórica jesuíta soube bem camuflar. O não reconhecimento da diferença é uma maneira de negar a existência desses povos, de deslegitimar, no espaço da representação simbólica, a identidade do outro como sendo própria.

Etimologicamente, a palavra território deriva tanto de terra, como de *terrere* (amedrontar), de onde *territorium* é "um lugar do qual as pessoas são expulsas pelo medo". (BHABHA, 1998, p. 147). Mas o medo não se restringe ao colonizado; o colonizador também tem medo – da mescla, da mistura, do sujeito híbrido, do deslocamento de sentido, da perda da autoridade, deste discurso logocêntrico do qual, ele, o colonizador, é o representante. [74]

Os seus textos oscilam entre a colaboração e a rebelião desses grupos. Os padres incentivaram a coerção direta através da escravização dos negros e procuraram criar um campesinato indígena pela via da aculturação e da destribalização. Nesse encontro entre sociedades do Antigo e do Novo Mundo, os jesuítas adaptaram conceitos religiosos e filosóficos europeus ao universo cultural dos nativos. Torná-los membros do *corpus mysticum* do Estado foi uma estratégia política, uma tentativa de anular a identidade cultural desses povos. O "absolutismo do evangelho" pregado por Vieira foi uma espécie de tentativa de homogeneização cultural, uma espécie de "vacina de prevenção" contra levantes, sublevações, qualquer movimento de insurreição na colônia.

Através de um modelo teórico e ficcional, Antônio Vieira é adepto de uma homo-hegemonia como política da língua, a qual se caracteriza por uma intervenção autoritária e prestigiosa da Língua Portuguesa em terras brasileiras: aos índios e negros é imposto o trauma de expressar seus sentimentos com a língua do outro. Sobre a imposição e a natureza dessa política, esclarece Derrida (1996, p. 68):

> Toute culture est originairement coloniale. Nous comptons pas seulement sur l' étymologie pour le rappeler. Toute culture s'institue par l'imposition unilatérale de quelque 'politique' de la langue. La maîtrise, on le sait, commence par le pouvoir de nommer, d'imposer et de légitimer les appellations".

As línguas maternas dos povos indígenas e africanos vão pouco a pouco sendo marginalizadas, deixadas de lado. A "perda" da língua materna significa perda de filiação e,

---

[74] Sobre essa questão, ler BETTIOL, Maria Regina Barcelos. O jogo das cartas ou a estratégia civilizatória de Antônio Vieira. In: **Revista Riscos**, São Miguel do Oeste – SC, p. 46-50, v. 2, mar. 2005.

conseqüentemente, de identidade. A língua da metrópole, do além mar, vai se tornando o modelo do bem falar e do bem escrever, a língua mestra. O monolingüismo do outro seria, a princípio, essa soberania, essa lei que vem de longe, que se insinua, depois invade:

> C'est en faisant fond sur ce fond qu'opère le monolinguismo imposé par l' autre, ici par une souveraineté d'essence toujours colonial et qui tende, représsiblement et irrepréssiblement, à réduire les langues à l'Un, c' est-à-dire à l'hégémonie de l'homogène. On le vérifie partout où dans la culture cette homo-hégémonie reste à l'oeuvre, effaçant le plis et mettant le texte à plat. (DERRIDA, 1996, p. 69)

Vieira, como colonizador, tenta "colar" a etiqueta do homogêneo, imprimir este esteréotipo, conforme o modelo português de dominação, procurando produzir um tipo de aménesia sob forma integrativa, impondo uma monocultura numa sociedade que nasce sob a égide do multiculturalismo. Iludiu-se o colonizador, pensando que esses povos perderiam totalmente a língua materna: "On ne parle jamais qu'une seule langue-ou plutôt un seul idiome. On ne parle jamais une seule langue-ou plutôt il n' y a pas d'idiome pur." (DERRIDA, 1996, p. 69). Podemos daí concluir que entre a língua materna e a estrangeira sempre resta algo de incomunicável, de intraduzível.

Este governo teocrático idealizado pela utopia vieiriana encontrou uma série de barreiras para a sua realização, dado ser portador de um projeto teocrático que conflitava com os interesses dos grupos mais conservadores da aristocracia reinante e com as práticas de colonos laicos e eclesiásticos na América. Como não podia deixar de ser, o Brasil decepciona:

> Sob o quimérico manto do Quinto Império, a lusotopia vieiriana, ou seja, a sua utopia lusa, encobria todos os tipos de tensões e conflitos entre a colônia e a metrópole, entre Portugal e demais nações estrangeiras, entre os grupos étnicos que se instalaram no Brasil, entre as várias Ordens da Igreja Católica que se guerreavam e se disputavam entre si, enfim, um império cuja existência se mostrou, desde o início, de difícil realização. (CAMPOS, 1997, p. 9)

Vieira, como todo agente colonial, parte em busca de novos espaços, é desrespeitador de fronteiras geográficas, mas observador rigoroso das fronteiras religiosas e culturais, isto é, nas terras em que aportou ajudou a subjugar, a fazer que seus habitantes falassem a mesma língua, estivessem juntos no mesmo paraíso, no mesmo inferno, na mesma vida e no mesmo império. Dito de outra maneira, criou um território psicológico alimentado pelas suas crenças e valores. Em seu sonho utópico do reino universal, Vieira, o colonizador, impõe dicotomias:

> Civilização/barbárie, Deus/homem, essência/aparência, potência/ato, estilo elevado/estilo baixo, artes do espaço/artes do tempo, racional/irracional, branco/preto, consciente/inconsciente; vanguardismo/passadismo, significante/ significado, sistema/discurso, raça pura/raça impura, dominador/dominado, colonizador/colonizado, conquistador/conquistado, explorador/explorado, desenvolvido/subdesenvolvido, masculino/feminino, cru/cozido, monologismo/ dialogismo, centro/periferia. Depois do homem dicotômico vem o homem híbrido. Aliás, o homem híbrido já vinha sendo anunciado pelo homem dicotômico desde o príncipio. (SCHÜLER, 1995, p. 11)

As dicotomias impostas pelos colonizadores são necessárias para a "saúde do mundo". Entra em cena o aniquilamento do homem híbrido, desse homem transgressor, que ultrapassa limites impostos e que começara a se formar na América Portuguesa a partir das trocas culturais entre os diferentes. As cartas de Vieira ilustram a história dos movimentos identitários articulados pelo Império Português, embora, em sua época, a identidade fosse concebida pelo viés biológico, ontológico, como identidade raiz, fixa, e visasse à definição de único perfil. Hoje a concebemos como rizomática, múltipla e dinâmica, em perpétuo processo de construção[75]. Assim, o que chamamos de brasilidade é uma construção híbrida, fruto de contribuições de países da Europa, dos povos indígenas americanos e dos grupos africanos.

O receio de Vieira e de seus pares de que as influências indígenas e africanas "contaminassem" legados culturais dos portugueses da civilização cristã confirmou-se. Mesmo disseminando cautela, impondo a memória de uma civilização branca e católica, não foi possível evitar os processos de transculturação decorrentes desses contatos. Por conseqüência, um povo diferenciado do português aqui surge:

> Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciado culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçado, dinamizada por uma cultura sincrética e

[75] Sobre este tema, ler GLISSANT, Édouard. **Poétique de la relation**. Paris: Gallimard, 1990. O Ocidente impôs ao mundo como valor universal o conjunto de seus valores particulares, impôs a idéia de identidade raiz, de unidade e semelhança. O que se propõe hoje é a idéia de uma identidade rizomática, múltipla e de respeito à diferença. Édouard Glissant desenvolveu o conceito de *Poética da Relação* onde o ser humano deve aceitar a idéia que ele mesmo é um perpétuo processo, que não somos uma entidade absoluta, mas em transformação, que cada um deve ter a liberdade de definir (se nomear) a si mesmo, é o que Glissant chama de identidade cultural. Uma identidade questionante, em que cada um quer nomear a si mesmo.

> singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma só gente nova, um gênero humano diferente de quantos existam. (RIBEIRO, 1995, p. 19)

Agentes da colonização, os evangelizadores cristianizam o imaginário desses povos, procurando transformar a sua percepção do real, desmantelando suas práticas ancestrais, delimitando o campo da realidade significante – só tem valor de verdade a religião dos católicos –, e delimitando o espaço geográfico – os índios recolhidos nas reduções; os negros, nas senzalas; no limite das fazendas, os judeus a renunciarem a sua religião e a seus costumes: todos insulados, apartados de suas crenças e territórios de origem. A cultura do dominador impôs ao dominado a dupla pena do exílio geográfico e cultural:

> O modo com que estes índios recebiam os portugueses era ordinariamente de paz, e só com sinais de grande espanto e pasmo, que lhes causava a novidade da gente e trajos que nunca tinham visto; e outros havia que, ou de maior valor ou de maior medo, tomavam as armas e se punham a defesa de suas casas. E, perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com eles, me respondeu com grande desenfado e paz da alma: "A esses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metia-mo-lo nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas trocávamo-las e prosseguía-mos nossa viagem". Isto me respondeu este capitão como se contara uma ação mui louvável;e assim fala toda esta gente nos tiros que fizeram, nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, e nos que mataram, como se referiram as festas de uma montaria, e não importaram mais as vidas dos índios que a dos javalis ou gamos. **Ao Provincial do Brasil. – s.d., 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 414)

No entanto, a teoria católica, como qualquer teoria transplantada para outro território, desenvolve-se diferentemente: o choque da cultura e das idéias lusitanas nos trópicos transforma esse lusitanismo, ou, se preferirmos, o lusotopismo vieiriano, em um lusotropicalismo:

> Il faut être fidèle à l'intitulé qui a été proposé par Eduardo Coutinho et qui appelle les pages qui suivent. Cette fidélité commande de marquer d'abord la distance qu'il y a de la théorie à la culture. Il ne s'agit pas de récuser que les théories littéraires puissent être rapportées à des contextes culturels et nationaux, mais de souligner que les théories littéraires, à tout le moins telles qu'elles se sont développées, dans un premier temps, au XX siècle, n'entendent pas essentiellement traiter de la spécificité des nations et des cultures. Cela s'interprète aisément: d'une part, la théorie vise à l'universalité et doit pouvoir être falsifiée;d'autre part, elle transfère, dans le discours de la critique littéraire, l'intention universaliste de la philosophie

> occidentale, et fait de la critique l'étude de la nature et des procédés per se de la littérature. Cela n'exclut pas des appropriations nationales et culturelles de la théorie. Ces appropriations ne sont cependant pas usuellement considérées comme une altération de la théorie, mais comme un de ses développements, qui conserve une visée universaliste. (BESSIÈRE, 2001, p. 13)

Fidelino de Figueiredo, em seu texto **O Padre Antônio Vieira. Contradições e aplausos**, aponta contradições na obra do jesuíta, como se Vieira, filho extremoso da Companhia de Jesus, instruído e formado por essa mesma Companhia, que moldou seu temperamento desde a infância, agisse de forma totalmente independente, como se seu projeto não estivesse vinculado aos projetos da Ordem:

> O decorrer de seus anos, particularmente depois que entrou de vez ao campo de sua atividade peculiar, semelha o desenrolar de uma longa cadeia, cujos elos sejam formados alternadamente de alegrias e amarguras, de esperanças e desenganos de aplausos, como poucos homens de sua condição tem logrado, e de contradições só iguais à grandeza de seu animo […], mas comprazia-se especialmente nas idéias elevadas e grandiosas, nas concepções raras, novas e até extravagantes. Havia necessariamente de provocar a contradição. (FIGUEIREDO, 1922, p. 81)

As ditas contradições apontadas pelos críticos de Vieira em sua obra não são contradições do pensamento vieiriano, mas do sistema colonial onde essas idéias repercutem e se desenvolvem diferentemente do sistema de origem. As diferentes etnias fizeram uma outra leitura do Cristinianismo[76] e do poder monárquico. Do inesperado diálogo do homem do Novo Mundo com o do Velho Mundo, surgiram novas formas de representação:

> Pasmei de ver quão familiar é este nome de rei, e quão continuamente o trazem na boca; e querendo eu saber que conceito faziam da palavra, e o que cuidavam que era rei, responderqm: *jará omanó eyma*, que querem dizer: senhor que não morre. Explicámos-lhes que imortal era só Deus, mas por este alto conceito, que fazem estes gentios de nosso rei, mereciam ao menos que, em prêmio da imortalidade que

[76] O que chamamos de Cristianismo não é um movimento coeso, ainda mais na América, onde se praticavam outros cultos. O Cristianismo se disseminou de diferentes formas no mundo, ganhou novas nuanças pelos olhos dos autóctones, ganhou formas originais e inovadoras formando novas categorias do religioso, novos ordenamentos sociais numa proliferação de sincretismos que os índios e os negros "desenvolveram". Tanto na América Portuguesa quanto na América Espanhola, o Cristianismo foi recriado, digerido à moda antropofágica, o que resultou em diversas modalidades de Cristianismo, como por exemplo, o indígena, o negro, etc. Eis o artesananto missioneiro, que não nos deixa mentir, com suas Nossas Senhoras de pele morena, de rosto indígena. A esse respeito ler GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario**: sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI-XVIII. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.

> lhe atribuem, os defendêssem eficazmente de tantas violências. **Ao Provincial do Brasil – s. d., 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 383)

A leitura das cartas de Vieira remete-nos a um espaço intermediário, entre o argumento (a teorização ou a multiplicidade de teorizações) e o silêncio que o seu texto proporciona. Em **Traveling theory**, Edward Said (1983, p. 226) discute a migração da Teoria Literária de um contexto para o outro e as transformações por que passa como decorrência inevitável desse processo. Vieira procura contextualizar, em terras brasileiras, idéias que trazem a marca do seu *locus* originário. Percebemos que a função da teoria vieiriana, como de qualquer teoria, é sempre viajar, mover-se para além de suas fronteiras.

Entretanto, a mudança do centro produtor do saber – Portugal –, que se transfere para a América, provoca uma guerra de linguagens, de saberes, o trânsito de textos, culturas, territorialidades linguísticas e geográficas. O texto vieiriano traz a marca da transculturalidade ou transculturação que se realiza pelo duplo processo de deculturação e aculturação que caracteriza a mestiçagem cultural. O conjunto de transmutações constantes dos elementos das culturas que foram postas em contato, cultura(s) indígena(s), cultura(s) africana(s), cultura(s) européia(s) demonstram que uma realidade nova emerge independentemente dos modelos de base:

> On sait que toute création artistique ou littéraire fonctionne selon ce principe de la transformation constante des modèles dsponibles à l'écrivain. Aussi, dans une perspective transculturelle, des éléments puisés dans telle ou telle culture sont retravaillés et fusionnés de telle façon que soient effacés les traces dans l'oeuvre nouvelle qui, tel un limon dans une vallée, est indépendante des matériaux ayant servi à sa création. (SEMUJANGA, 2005, p. 179).

A teoria vieiriana encontrou resistência, obstáculos epistemológicos para se instalar no Novo Mundo: as falsas continuidades, supostamente existentes entre idéias muito remotas em seus contextos intelectuais e históricos. Enquanto mediador cultural, sua tarefa foi estabelecer inter-relações entre universos sócio-culturais distintos, mas, ao defrontar-se com o imprevisível, com o que costumava chamar de "novos casos", percebeu que os saberes de lá (da Europa), cá (no Brasil) não serviam. O novo território exigia novos saberes:

> Só digo que é necessário que seja uma religião de mui qualificada e segura virtude, de grande desinteresse, de grande zelo da salvação das almas, e letras mui bem fundadas, com que saiba o que obra e o que ensina; porque os casos que cá ocorrem são grandes, e muitos deles novos e não tratados nos livros. **Ao Rei D. João IV – 16 de abril de 1654** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 440)

É instrutivo observar que o barroco jesuítico não tem nítidas fronteiras espaciais, mas ideológicas (BOSI, 1976, p. 33). O novo espaço questiona o que na Europa é inquestionável. A alteração do espaço faz do monólogo, diálogo. O deslocamento geográfico/textual, não esqueçamos: Vieira fala do Brasil, muda o querer dizer, entra em gestação um "novo discurso"; na verdade, uma reformulação das políticas históricas de ocupação do Novo Mundo. Mas, de qualquer forma, um discurso mais voltado para a realidade brasileira. Não é por acaso que autores como Schüler afirmam que o pensamento brasileiro começa em Vieira:

> Vieira inclina-se decididamente à autonomia do Brasil. Não propõe apenas a instituição de chefes populares livremente eleitos e moeda regional, como também a criação de justiça localizada pela distância como acontece com processos submetidos a tribunais portugueses […] O pensador que ideou a harmonia de grupos étnicos diversos no Brasil e em Portugal e que sonhou com a autonomia brasileira sem romper os laços da comunidade lusa. (SCHÜLER, 2001, p. 87-88)

O discurso literário é desmistificado e assume a face política e ideológica, no sentido amplo do termo, e os discursos sobre a literatura contextualizam-se, passando a explicitar quase sempre o seu *locus* de enunciação. A civilidade dissimulada, oferecida pelos jesuítas na sua tentativa de homogeneização das diferenças, é processada de outra forma – os imprevisíveis encontros dessa América Portuguesa geram novas estratégias de subjetivação singular ou coletiva, dão início a novos signos de identidade. O valor cultural passa a ser negociado, há um intercâmbio de valores, de diferenças, que se articulam no corpo coletivo. A força revisionista da teoria faz-nos perceber que o deslocamento das idéias da metrópole para a colônia fez com que se desenvolvessem diferentemente, construindo novos saberes. Não há, pois, uma clausura discursiva.

Esse paradoxal império, que busca fazer confluir o temporal e o espiritual através de um absolutismo cultural, tentou representar múltiplas identidades em uma só. A identidade do colonizador só se faz realizável na ficção, império de todos os possíveis, local de encontro de todos os paradoxos. No mundo, onde imperam a diferença e os diferentes, só há lugar para um relativismo cultural. "A diversidade cultural é um objeto epistemológico, enquanto a diferença

cultural é o processo da enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural pela utopia da identidade única” (BHABHA, 1998, p. 62-63).

A ideologia e a utopia são duas expressões do imaginário, são uma dupla série de reflexões, que se cruzam no imaginário social, cultural: “Tout se passe comme si cet imaginaire reposait sur la tension entre une fonction d’intégration et une fonction de subversion […] L’idéologie et l’ utopie sont des figures de l’imagination reproductrice et de l’imagination productrice” (RICOEUR, 1986, p. 430). A utopia e a ideologia são complementares, não apenas em função do seu paralelismo, mas em razão de suas trocas mutuais. Vieira pensou de outra forma a ideologia católica e o imperialismo português, subverteu-os, em alguns pontos, para construir um novo e mais poderoso império.

A utopia pressupõe uma Nova Ordem, que só se torna possível por uma reestruturação conceitual de valores, uma redistribuição de pessoas e de grupos, em que todos abram mão de suas aspirações e interesses pessoais para abraçar uma causa coletiva. O quimérico Quinto Império é um lugar para onde confluem sabedorias e heranças várias: o terrestre e o celestial, o humano e o divino, o nacional e o universal. Embasado em textos de raiz profética e milenarista, Vieira utiliza-se do discurso do mito para a construção teórica do Quinto-Império, já que este tem a função de apagar as diferenças. Mas o Quinto Império é somente realizável no espaço da escritura: sobreviveria nas páginas da literatura, seria imortalizado na voz de poetas como Fernando Pessoa:

O Quinto Império
Triste de quem vive em casa,
Contente com o seu lar,
Sem que um sonho, no erguer de asa
Faça até mais rubra a brasa
Da lareira a abandonar!
Triste de quem é feliz!
Vive porque a vida dura.
Nada na alma lhe diz
Mas que a lição da raiz-
Ter por vida a sepultura.
Eras sobre eras se somem
No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem!
E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou.
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

> Grecia, Roma, Cristandade,
> Europa-os quatro se vão
> Para onde vae toda edade.
> Quem vem viver a verdade
> Que morreu D. Sebastião? (PESSOA, 1980, p. 60-61)

A arte de Vieira se compromete com a legitimação de um Portugal restaurado, tornando-se imperativo inflamar nos espíritos os valores de uma identidade nacional. O nacionalismo místico de Vieira encontra ecos em Fernando Pessoa, embora o nacionalismo de Pessoa seja ainda mais místico e cultural do que propriamente político – até porque Portugal já havia perdido o Brasil. Essa esperança preconizada por Vieira e Pessoa faz parte do inconsciente coletivo português, oscila entre a imagem da nação que "deu mundos ao mundo" e da nação que perdeu a hegemonia geográfica, política e econômica.

A mensagem proclamada por esses dois grandes imperadores da Língua Portuguesa – Vieira e Pessoa, que assumiram publicamente uma visão crítica do país a que tanto amavam –, encontrou, na via profética, uma forma de "escapar do real" e de recriar, pelo viés da literatura, essa Pátria tão sonhada. Missão esta que, como veremos no próximo capítulo, consumira todo o esforço do Vieira escritor em transformar, pela palavra e pela ação, os homens e o mundo.

VERA EFFIGIES CELEBERRIMI,

P. ANTONII VIEYRA,

[illegible]

III ANTÔNIO VIEIRA : O ESCRITOR DEBAIXO DA BATINA

O céu 'strela o azul e tem grandeza.
Este, que teve a fama e à gloria tem,
Imperador da língua portuguesa,
Foi-nos um céu também.
No imenso espaço seu de meditar,
Constelado de forma e de visão,
Surge, prenúncio claro do luar, El-Rei D. Sebastião
Mas não, não é luar: é luz do etéreo.
É um dia;e, no céu amplo do desejo,
A madrugada irreal do Quinto Império
Doira as margens do Tejo
Fernando Pessoa

Filho peninsular e tropical
De Inácio de Loyola
Aluno de Bandarra
E mestre
De Fernado Pessoa,
No Quinto Império que sonhou, sonhava
O homem lusitano
À medida do mundo.
E foi ele o primeiro
Original
No ser universal…
Misto de gênio, mago e aventureiro
Miguel Torga

Ilustre representante do Cânone Colonial, presença incontesta nas páginas da Literatura Brasileira, Antônio Ravasco Vieira sobreviveu à madrugada irreal do Quinto Império: sua obra continua a navegar pelos mares da tradição. Armadilha do destino, acaso, predestinação, o nome de Antônio Vieira uniria o grande império da Língua Portuguesa que ele outrora ousou sonhar. O decifrador de enigmas, nem em sua mais fantasiosa imaginação, poderia supor que o imperador que tanto anunciou em suas profecias, do qual procurou, em vão, decifrar o nome em seus alfarrábios, de que seguiu obstinadamente o rastro em seus labirínticos textos, seria ele mesmo, Antônio Vieira. As escrituras, em suas sinuosas linhas,

encobriram o encoberto Vieira, “escolhido por Deus” para sua glória, que sobreviveria na memória da letra impressa.

O primeiro biográfo de Vieira, o Padre André de Barros (1746, p. 1-2), foi um dos primeiros a dinamizar a fama deste homem que nasceu em Lisboa e morreu na Bahia – a Lisboa honrou com o berço; a Bahia, com a sepultura: entre uma e outra, uma vida “celebrada” pela trombeta da fama: “Proponho ao Mundo um dos maiores homens de Portugal e proponho a Portugal o maior homem, que em muitas idades, ele deu ao Mundo. A Pátria lhe deu o título de Grande, o mundo todo o admirou ainda maior, e será seu nome em todos os séculos ocupação da fama”[77].

Todavia, Antônio Vieira gozou de sua celebridade já em vida. Lá mesmo, no Brasil-colônia, um grande versejador, Gregório de Mattos Guerra, rendeu-se-lhe aos encantos e a ele dedicou versos, glosando sua arte:

> Ouçam os sebastianistas
> Ao profeta da Bahia
> A mais alta astrologia
> Dos sabios gimnosofistas;
> Ouçam os anabaptistas
> Da evangelica verdade.
> Que eu compuzera claridade
> Digo em literal sentido,
> Que o rei por Deus prometido
> É quem? S. Magestade
> Estes secretos primores
> Não são da idéia sonhados,
> São da escritura tirados,
> E dos santos escritores,
> E se não cito os doutores,
> E poupo estes aparatos
> E porque basta a insensatos
> Por rudeza ou por cegueira,
> Que em prosa o compoz Vieira,
> Traduziu em verso Mattos (CALMON, 1930, p. 72)

E, de fato, sua fama se espalhou. Vieira tem navegado pelos mares da tradição há quatro séculos, e honras e títulos não lhe faltaram: “Muitos o apelidaram de ‘Mestre do púlpito’, ‘Príncipe dos oradores’, ‘Mestre universal de todos os declamadores evangélicos’,

[77] Conforme André de Barros, circunstâncias prodigiosas teriam acompanhado o falecimento do jesuíta: “No mesmo ponto e hora da noite em que expirou, ascendeu ao céu uma nova estrela em facho luminoso, que foi visto sobre o colégio e notado dos de fora: brado portentoso e pregão divino dos merecimentos do imortal Vieira […] se é que não foi a sua mesma alma que, dando maior luz ao despedir-se, mostrava ser do número daquelas que, por terem ilustrado a muitas, hão de luzir em perpétuas eternidades” (BARROS, 1746, p. 2).

‘Águia evangélica’, mas o que talvez mais lhe faz jus é o de Fernando Pessoa: Imperador da Língua Portuguesa” (MENDES, 1997, p. 18).

Com razão, afirmará o mesmo Fernando Pessoa (1974, p. 343): “Antônio Vieira é de fato o maior prosador – -direi mais, é o maior artista – da Língua Portuguesa”. Louvado pelas liras das musas, proclamado pela posteridade, o “Imperador da Língua Portuguesa” tornou-se a figura emblemática da lusofonia, desse império ficcional que erigiu e em que aparece não apenas como autor do monumento literário, mas como um célebre personagem: o Padre Antônio Vieira é personagem que povoa o imaginário popular. Em outras palavras, não foi o grande missionário jesuíta que tornou famoso o escritor, mas o escritor Antônio Vieira que eternizou o personagem Padre Antônio Vieira, missionário personificado pelo autor.

Embora essa questão da autoria fosse discutível na época de Vieira, a partir do século XVII, conforme Brunn, o autor começa a ser definido como *criador*. Não se trata somente de alguém a quem se concede a paternidade simbólica da obra. O autor, através de seus comentários, produz um enunciado portador de inovação, e confere garantia, credibilidade ao texto: “Auteur, par son étymologie, se rattache au latin *auctor*, dérivé du verbe *augeo* (augmenter, garantir). L’auteur est vu comme quelqu’un qui apporte quelque chose de plus dans la culture et comme une valeur sûre” (BRUNN, 2002, p. 33). Além disso, hoje em dia, o autor tem um *status* jurídico que não exisitia no tempo de Vieira.

Contudo, o adjetivo mais pertinente em relação a Vieira parece-nos ser o de escritor[78], de um grande escritor: “Vieira era, entre outras coisas, um grande escritor, o que equivale a dizer que era um criador de ficções”, como declara Mendes (1997, p. 114). Esgrimista das palavras, sua técnica retórica de argumentação persuasiva, presente em toda sua obra, não foi menos eficaz no texto de suas cartas. Em Vieira, o homem de ação triunfou pelo uso da veemência da palavra. A palavra é a ação: “Homem de ação por imperativo da própria natureza e por orientação educativa, como orador ou epistológrafo, havia necessariamente de utilizar a palavra falada ou escrita como instrumento de ação”, afiança Cidade (1953, p. 223). E Vieira, através de sua pena, convocou todos à ação:

[78] A partir do século XVII, século em que Vieira escreveu, o termo **escritor** designa autor de uma obra literária reconhecida, homem da arte verbal: “Le terme (du latin scribanus: celui qui écrit) […] À l’époque moderne (à partir du XVIIe S). , en une acception spécifique, il désigne l’auteur d’une oeuvre littéraire reconnue […] la littérature est progressivement reconnue comme une activité spécifique, et donc reconnue aussi la qualité sociale de l’écrivain comme homme de l’art verbal” (PONTON, 2002, p. 172-173).

> Escrevi a El-rei pela Junta, pelo Conselho de Estado, e pelo Ultramarino, mandando em papéis particulares todas as informações necessárias, e ainda as possíveis; escrevi ao Bispo Capelão-mor e ao Padre Nuno da Cunha;escrevi ao dr. Pedro Fernandes Monteiro, e ao Padre Manuel Monteiro, e escrevi ao Conde de Odemira; escrevi a Pedro Vieira da Silva; escrevi ao Padre Geral, Assistente, Secretário e Procurador de Roma;escrevi ao Padre Provincial de Alentejo, e ao da Beira;escrevi mais na Beira ao padre Mateus de Figueiredo, e em Alentejo ao padre Francisco Soares;informando, rogando, protestando e importunando a todos sobre este negócio, que é o único que tenho e hei-de ter em minha vida, e sobretudo cansando a V. S.[a,] não com cartas senão com resmas de papel escritas;e que, chegando todos estes papéis às mãos das pessoas, para quem iam, e tais pessoas, e sendo tão estrema a necessidade que neles se representa, e tantos os milhares de almas, que se estão perdendo por falta de quem lhes aplique o remédio, que este remédio tarde tantos anos, e falte totalmente, e que não haja padres da Companhia que venham, e quem os solicite e mande! **Ao Padre André Fernandes – s. d., 1657** (AZEVEDO**,** 1925, T.I., p. 472-473)

O jesuíta Vieira debatia-se pela causa da escritura, não se conformava com o fato de, em Portugal, tão pouco escrever-se, de os escritores portugueses não registrarem os feitos da nação:

> Ainda ontem se fez a última pregação em ação de graças, em que houve muito que dizer de novo; mas eu sempre creio que as línguas estrangeiras saberão melhor avaliar as circunstâncias de tamanho sucesso, porque as nossas sempre são curtas em louvar, podendo mais a inveja dos particulares que o amor comum da pátria. Queira Deus que a tardança desta tão desejada relação seja para maior prefeição dela, e que ao menos igualemos a verdade, quando todos os escritores em crédito da sua nação a costumama exceder. **A D. Rodrigo de Meneses – 13 de julho de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 198)

Vieira nunca foi uma “eminência parda”; como todo bom pensador, como homem de letras, seus textos sempre incomodaram e desencadearam polêmicas. Criticava o desserviço que os escritores portugueses prestavam a sua pátria, ao passo que os escritores estrangeiros não negligenciavam seu papel, nem mesmo longe dos seus respectivos territórios:

> Aqui chegaram agora dois padres de Sicília que, com serem moradores na cidade de Palermo, afirmam que nunca lá ouviram que D. João de Austria fora vencido em Portugal. E que fácil fora ter um escritor em Itália, outro em França e outro em Alemanha, que com mui leve salário divulgassem em todas aquelas nações e línguas o que nem na nossa queremos dizer! Daqui se segue o que eu vi em autor alemão, que escreveu as histórias de nossos tempos, e, tirando o que ele chama sublevação do Duque de Bragança, não fala mais palavra de Portugal, como se não houvera no mundo. **A D. Rodrigo de Meneses – 10 de agosto de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 216-217)

E prossegue, num tom ainda mais veemente:

> Quando mais estamos no fim dele, tanto mais havíamos de introduzir nas outras nações este comércio, porque das relações, que agora se imprimem, se compõem depois as histórias; e quem mais e melhor escreveu de si foi o que mais parte teve nos anais da fama. Sem sair de Lisboa se pudera achar italiano, francês e alemão, que escrevesse e mandasse imprimir a suas terras. Perdoe-me V. S.ª estas loucuras, que amo muito a nossa pátria, e não tenho paciência para a ver desluzida, quando Deus e os homens a têm ilustrado tanto. **A D. Rodrigo de Meneses – 10 de agosto de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 217)

Depreendemos daí a grande tarefa a que os homens de letras estavão fadados: escrever a nação. Esta só poderia existir pelo gesto inalgural da escritura, e ao escritor cabia conduzir essas mudanças, não economizar palavras, não deixar que os feitos da nação caíssem no esquecimento. Quando se tratava de cantar as glórias de seu povo, os portugueses, na concepção do autor, eram "avarentos de palavras":

> Senhor. – Com o que leio, nesta carta de V. S.ª de 21, qualifico e confirmo mais o nome que dou de loucuras aos desejos do meu zelo; e mui bem convece V. S.ª a indiscrição dele, em desejar que as notícias de nossas vitórias se estendam pelo mundo em todas as línguas, quando o nosso descuido as ditada tanto na própria, e até os mesmos vencidos e inimigos reprovam a desigualdade do pouco que se escreve ao muito que se obra. Grande bem será que saiam outras relações conformes com a verdade, ainda que tarde, para que desfaça, e não perpetue, o esquecimento, o que calou a negligência ou a desgraça. De todo o gênero de palavras somos avarentos, e nenhum há de ingratidão, em que a nossa se não qualifique com Deus e com os homens. **A. D. Rodrigo de Menezes – 31 de agosto de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 228)

Ativo e militante, Vieira pegava na pena para interferir no mundo, para alavancar mudanças, para abrir novos horizontes. De sua pena fez uma arma: fulminou, argumentou, lisonjeou, ateou fogo no comodismo: "Queixam-se de que têm a pena na mão, como eu agora; e seríamos tão infelizes como somos, pois o não podemos ser mais, se pudessem mais as penas que os ceptros. V. S.ª já tem de mim entendido o foro em que sempre falo, e assim não é necessário repetir esta protestação". **A Duarte Ribeiro de Macedo – 5 de setembro de**

1673 (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 638). Assim, das suas cartas fez um prolongamento do púlpito:

> Nas cartas também podem ser pensadas como um prolongamento do púlpito: arguir, queixar, acusar, advogar, causas, se desculpar, também são palco de teatralização do pregador, lugar onde circulam variados discursos, pleitos, ora pedindo, comunicando, palco para se exercer os jogos de linguagem (asserções, negações, refutações, interrogações, exposição de idéias, comentário), circulam outros textos-apologia, defesas, dentro do mesmo texto. O texto epistolar transbordou para outros gêneros, a carta segue uma programação discursiva. A carta deve ser vista dentro de um plano micro e macro textual, delimita e excede limites. (MENDES, 1989, p. 408)

Vieira foi homem de "dupla voz", por ter dividido a vida e a obra entre dois países, duas historiografias: a portuguesa e a brasileira, que reivindicam a sua herança:

> En vérité, M. João Lúcio de Azevedo a bien raison d'écrire que sa vie appartient au Brésil; et M. M. Afrânio Peixoto et Constancio Alves ont bien raison aussi de le ranger parmi les classiques brésiliens, et de publier dans l'Antologia Brasileira, qu'ils dirigent avec tant d'intelligence et de goût, deux excellents volumes d'extraits de Vieira relatifs au Brésil. Ce sont deux volumes d'une lecture singulièrement attachant; d'abord, parce que Vieira est un grand écrivain et un grand orateur, dont le génie, bien que très diférent, égale celui de notre Bossuet; mais surtout parce que l'on trouve épars dans ses sermons et dans ses lettres un tableau très vivant et pittoresque de la vie brésilienne au XVII. (PICARD, 1923, p. 126)

Duas Pátrias que lhe reconhecem o trabalho com a palavra. Portador de talento, imaginação, utilizou a língua com pleno domínio, de tal forma que soube amoldá-la às sutilezas do seu raciocínio:

> Com o decorrer do tempo, ele se imporá sobretudo como modelo clássico da língua, projetando sua influência até escritores como Rui Barbosa e Coelho Neto. Tendo repartido a sua vida e a sua obra entre Brasil e Portugal, é ao mesmo tempo, pelo interesse vivo e contínuo que representa para nós, um escritor que se situa nas duas literaturas, não só no tempo restrito da sua quanto posteriormente através da evolução e progressiva caracterização da literatura brasileira […] E, o que é mais importante, soube impor-se como escritor imperecível, permanentemente vivo e atuante. (CASTELLO, 1960, p. 90)

Dentre os historiadores literários, Maussaud Moisés e Antônio José Saraiva se destacam por reconherem a importância da epistolografia[79] enquanto gênero literário, e por distinguirem o mérito de Vieira enquanto epistológrafo, aspecto que geralmente é pouco focado[80]:

> A época do Barroco inicia-se em 1580, quando Camões morre e Portugal perde sua autonomia para a Coroa Espanhola, e termina em 1756, quando se funda a Arcádia Lusitana. Constituindo-se o Barroco numa tentativa de fusão harmônica entre duas linhas de força que orientavam a cultura renascentista (a medieval e a clássica, respectivamente teocêntrica e antropocêntrica), durante a sua vigência cultivaram-se a oratória, a prosa doutrinária, a poesia, a historiografia, a epistolografia e o teatro. A maior figura dessa época foi o Padre Antônio Vieira, quer por sua ação pesssoal, quer pelos méritos de sua oratória e de sua obra epistolográfica. (MOISÉS, 1981, p. 147)

Antônio José Saraiva vai mais longe, arrisca apontar, em seu estudo, as características que fixaram a sua obra, que a tornaram uma obra de arte perdurável, demonstrando, ainda, uma espécie de "alquimia", na qual o escritor combina todos os "ingredientes" que fizeram de sua prosa um modelo de referência para outros escritores:

> A obra de Vieira ficou durante muito tempo como um dos paradigmas da prosa portuguesa, e ainda hoje é um dos seus bons modelos. A propriedade vocabular, a economia dos adjetivos, a precisão, a clareza, o ritmo nervoso e contido, uma certa força máscula de sedução, uma constante elegância e simplicidade de perfil tornam esta prosa inconfundível. Nela se aliam a educação escolástica e retórica das escolas jesuítas; uma longa experiência da arte de convencer; uma grande intuição psicológica que essa experiência apurou; o gosto do jogo a que já aludimos; uma certa grandeza de visão que impede o orador de cair no nível do corriqueiro; e uma premente urgência prática nos efeitos a conseguir. (SARAIVA, 1956, p. 570)

---

[79]João Adolfo Hansen também consagrará um estudo ao Vieira epistológrafo, em **Cartas do Brasil**: Antônio Vieira. São Paulo: Hedra, 2003.

[80] Na Historiografia Literária Brasileira parece haver um certo consenso de que Vieira tem o domínio da palavra, de que é um grande prosador. Antônio Candido (1959, p. 24) afirma que, mesmo o período colonial teve "homens do porte de Antônio Vieira". Afranio Coutinho (1968, p. 218) diz que os "sermões e as cartas subsistem como expressões da arte de um grande prosador". E Alfredo Bossi (1976, p. 49), um dos grandes estudiosos de Vieira, o classifica como o "estupendo artista da palavra". Voz um tanto dissonante entre os historiadores literários é a de Flávio Kothe, que considera Vieira um retórico manipulador de palavras cuja herança teria influenciado, negativamente, escritores da literatura brasileira: "Machado de Assis pertence à linhagem dos retóricos, que vem de Vieira, passa por Castro Alves e redunda em Guimarães Rosa: hábeis manipuladores de palavras, a esconder atrás delas a sua opinião e sem compromisso com a busca radical do verdadeiro, a exuberância da forma a escamotear a limitação e a pequenez do conteúdo, tanto mais exaltado como sublime e grandioso pela exegese canonizante quanto menos isso se sustenta a um olhar mais esperto e desperto" (KOTHE, 2000, p. 189-190).

E Saraiva (1956, loc. cit.) arremata:

> Daqui resulta uma prosa eminentemente funcional, sem deixar de se manter ao nível formal de universalidade necessário a toda a obra de arte perdurável. Não é apenas nos sermões que encontramos tais qualidades, mas também nas cartas e relatórios sobre matérias variadas como narrativas de viagens, temas políticos, alegações jurídicas.

Em sendo assim, Antônio Vieira é um dos precursores da Literatura Brasileira, abriu alas para que outros escritores pudessem passar; com talento e maestria, passou o bastão da tradição para as novas gerações. De fato, já dizia o saudoso Mário de Andrade (1972, p. 51), em carta ao poeta Carlos Drummond de Andrade: "Os gênios nacionais não são de geração espontânea. Eles nascem porque um amontoado de sacrifícios humanos anteriores lhes preparou a atitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação" .

Historiadores literários, como José Veríssimo, afirmam que Antônio Vieira ainda tem leitores em função do tratamento que concedeu à linguagem e não por ter sido um professor de religião ou moral. É bastante nítido, para quem passa os olhos pelos textos vieirianos, que é o escritor Vieira quem sobreviveu, que a excelência de seus textos lhe garantiram a sua sobrevida: "Na Língua Portuguesa, o único orador sagrado que porventura ainda tem leitores é o padre Antônio Vieira. Tem-nos aliás antes como clássico muito apreciado da língua, como exemplar de escrita vernácula e numerosa, que como professor de religião ou moral" (VERÍSSIMO, 1963, p. 52).

Foi a vivência literária desses e de outros escritores que fez com que Vieira se tornasse um autor clássico, que figurasse entre os autores canônicos. Sua obra é inegavelmente uma fonte de referência, pela sua qualidade estética, pelo seu peso crítico, pelo seu trabalho com a linguagem. O conjunto de sua obra atesta que a literatura de Vieira é fruto da história de sua experiência com a linguagem.

E a experiência dos escritores que o sucederam valoriza e ilumina sua obra. Nas palavras de Piglia (1996, p. 156), "No son las opiniones abstractas de las autoridades o de las instituciones, sino *la experiencia de los escritores* la que ilumina y valora las obras del pasado. La esencia de la noción de canon es el hecho de que la escritura del presente *transforma y modifica* la lectura del pasado y de la tradición.". E prossegue, afirmando com precisão o escritor e crítico argentino: "Es la experiencia literaria la que decide que algunos

textos, algunos libros, sean rescatados del mar de las palabras escritas y puestos a funcionar como ‘literatura’. (Y también la que decide por qué algunos libros que en algún momento fueron considerados gran literatura con el paso del tiempo se pierden y son olvidados)” (PIGLIA, 1996, loc. cit.).

Como homem letrado, Vieira cumpriu o seu papel de abrir caminhos novos, de propor novas formas do social, e convidou a todos a lutar na “arena intelectual” por seus ideais, a enfrentar obstáculos e perseguições pela divulgação de suas idéias. Na escrita vieiriana, está presente uma dupla postulação – trata-se de uma redação segunda, que carrega compromisso, que está engajada em um projeto lusoliterário, mas em que se verifica o movimento de uma ruptura e de um advento:

> É sob a pressão da História e da Tradição que se estabelecem as escritas possíveis de dado escritor: há uma História da Escrita; mas essa História é dúplice: no mesmo momento em que a História geral propõe-se ou impõe-uma nova problemática da linguagem literária, a escrita permanece ainda cheia de lembrança de seus usos anteriores, pois a linguagem nunca é inocente: as palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente no meio das significações novas. A escrita é precisamente esse compromisso entre uma liberdade e uma lembrança, é essa liberdade recordante que não é liberdade senão no gesto da escolha, mas não mais na duração. (BARTHES, 1988, p. 15-16)

Neste terceiro capítulo, propomos-nos a explorar uma outra paisagem, a paisagem textual vieiriana, a mapear o território textual do autor através de suas cartas. As cartas nos servem como elucidação da criação literária e artística de Vieira, esclarecendo-nos sua conduta criadora. Adentrando nesse território, demonstraremos como Vieira trabalha as “dobras críticas” do seu texto, isto é, um texto sempre mascara outro texto, o texto epistolar em suas dobras encobre outro texto, a princípio oculto, que emerge quando se desfaz a dobra. A carta, como vimos anteriormente, é vista como documento, revelando-nos o discurso de Vieira sobre o Brasil e suas andanças pelo mundo. Entretanto, o texto epistolar vieiriano se deixa ler, da mesma forma, como discurso sobre o literário, como objeto estético, como obra de arte. A leitura da dobra possibilita remarcar a carta, nega a prescrição de pensá-la apenas como documento, e nos autoriza, pela abertura de sentido, a pensá-la como monumento literário, permitindo-nos reivindicar o seu estatuto de texto literário.

Antônio Vieira conduz o leitor ao debate do literário, convida a passar de uma margem a outra do texto, a opor paisagens e sentidos. O trânsito crítico e questionador do autor, nessa direção, oferece-nos ocasião de seguir o curso da sua teoria, se entendermos que

teorizar é compreender, aproximar e glosar textos. Seguiremos a gênese de sua obra, o processo de construção de sua poética, o seu trabalho intertextual como resultado de suas leituras e a discussão sobre o inacabamento da sua obra, considerando a carta também como uma obra aberta, espaço de recriação, de reinvenção. Desta forma, a carta vieiriana é definida dentro de sua dimensão subjetiva como uma multiplicidade de espaços discursivos, axiológicos e interpretativos, espaços que se interseccionam para formar novos espaços literários.

Ainda que toda a glória deste mundo seja transitória, a de Vieira parece ter vencido a morte. Se, em vida, teve fama, a morte lhe outorgou a coroa da glória, da imortalidade, concedendo-lhe lugar no panteão dos homens célebres.

3. 1 A Poética Epistolar Vieiriana: A Gênese de Uma Obra

A poética representa a composição de certo imaginário, demonstra o seu processo de construção, sua projeção, seu efeito. Conforme Mark Angenot (2002, p. 179), "a poética designa o conjunto dos princípios estéticos, conscientemente expostos ou implícitos, que guiam o escritor na sua obra". Quando comprendemos o *poiein*, isto é, o fazer, o fabricar, temos acesso à teoria da obra de arte que antes deve procurar ser explicada pelo ato de sua produção do que descrita como "produto acabado". O artista Vieira expõe o seu programa de criação[81], a sua poética é exaustivamente discutida com seus pares, é uma prática, um exercício mental e literário.

Portanto, as cartas de Vieira permitem inventariar a sua arqueologia poética, incorporada ao gênero, e a imagem do fazer transtextual, que tece relações entre campos simbólicos e não simbólicos, em face da cultura vista como um todo. Do texto epistolar vieiriano, podemos dizer o mesmo que Flora Sussekind (2001, p. 14) declara sobre o de João Cabral de Melo Neto:

---

[81] Alargando um pouco mais o conceito de poética, nos servimos da definição de Umberto Eco: "Nous donnerons quant à nous au mot 'poétique' un sens plus proche de son acception classique: ce n'est pas un système de règles rigoureuses (l'Ars Poetica en tant que loi absolue) mais le programme opératoire que l'artiste chaque fois se propose; l'oeuvre à faire, telle que l'artiste, explicitement ou implicitement, la conçoit […] Par suite, toute poétique explicite est déjà, comme projet opératoire, projet de communication, elle est projet sur un objet et sur ses effets" (ECO, 1965, p. 11).

> Mas não é apenas a forma epistolar, com seu processo cumulativo, sua matéria múltipla, sua perspectiva constrastada – por vezes via desdobramentos internos e interrupções, por vezes via oposições entre uma carta e outra-, que parece prefigurar o movimento e as tensões […] uma leitura inventariando, à maneira de uma arqueologia poética, os motivos e procedimentos que teriam desdobramentos particularmente conseqüentes ao longo da trajetória de Cabral.

De Vieira, estamos acostumados a ler o texto impresso na página, sem sequer imaginar todo o processo, todos os textos que antecederam suas criações, textos estes que convergiram no texto a que temos acesso. Em outras palavras, o seu projeto crítico é delineado em linhas gerais, as cartas são o seu laboratório da escrita, são o *intertexto* de suas obras, e ajudam a refletir sobre a gênese de sua construção artística[82].

Nesse sentido, as cartas desmascaram o mito da espontaneidade e da inocência do escritor, explicitam suas escolhas e angústias, conduzindo-nos a direções inesperadas. A figura do artífice é revelada por aquele que conhece a sua técnica, que procura dar o melhor acabamento possível ao seu texto. Agora, a paisagem que se anuncia, é outra: não se trata de uma paisagem geográfica como vislumbramos no segundo capítulo, mas uma paisagem textual, que é mapeada em suas cartas (textos), as quais nos deixaram "pistas" de como o escritor Antônio Vieira atuava.

Certamente que Vieira viveu num clima intelectual propício, além do seu pendor natural para a literatura – não esqueçamos que Vieira, aos dezesseis anos, foi chamado a escrever a Carta Ânua, tarefa de extrema relevância dentro da Companhia de Jesus. A educação jesuíta foi fundamental para desenvolver e aperfeiçoar os seus talentos. Contudo, Vieira foi escritor porque vivenciou a escritura[83] no seu cotidiano, escreveu muito e sobre

---

[82] Nas últimas décadas, os críticos literários e as editoras têm tido a preocupação de reunir o *corpus* epistolar dos escritores, imprescíndivel não apenas para a edição das obras completas, mas para "visualizar" os meandros da Teoria Literária e aclarar as poéticas de cada escritor. Esclarece Silviano Santiago (1992, p. 10), organizador da correspondência de Mário e Drummond: "A leitura de cartas escritas aos companheiros de letras e familiares, bem como a de diários íntimos e entrevistas, tem pelo menos dois objetivos no campo duma nova teoria literária. Visa a enriquecer, pelo estabelecimento de jogos intertextuais, a compreensão da obra artística (poema, conto, romance), ajudando a melhor decodificar certos temas que ali estão dramatizados, ou expostos de maneira relativamente hermética […] A altitude alcançada pelo artista e pela obra é que assegura aos contemporâneos e pósteros a certeza de que estão agindo corretamente ao violarem, postumamente, o lacre de todo e qualquer documento que traga as assinaturas privilegiadas, seja ele de caráter profissional, pessoal, familiar ou íntima".

[83] Ler a esse respeito: PIGLIA, Ricardo. **O laboratório do escritor**. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994. Diz Pligia (1994, p. 81): "Eu escrevia para tentar saber o que era escrever: nisso (só nisso), já era um escritor. Esses cadernos se transformam no laboratório da escrita: escrevia continuamente e sobre qualquer coisa, e desse modo aprendia a escrever ou pelo menos aprendia a reconhecer como pode ser árduo escrever".

muita coisa e, desse modo, aprendeu a escrever – e a reconhecer como é árduo escrever –, através de um constante exercício literário. As cartas testemunham a vontade de fazer, da sua obra escrita, uma obra literariamente "acabada e perfeita". Para isso, acompanha todas as etapas de gestação de sua obra, discute os mínimos detalhes:

> Não pude falar com o impressor Manuel Dias, mas busquei pessoa de autoridade que lhe falasse. Sobre tudo dificulta a brevidade, e mal vem em prometer que poderá dar a obra acabada para Setembro, dando-se lhe os originais por todo este mês. Não tem papel, e diz que o há-de mandar V. S.ª; nem se pode fazer o preço sem se saber a qualidade da letra e o número dos volumes e se hão-de ter margem ou não, e se hão-de ser em quarto ou noutra forma. O que eu mais receio é a perfeição, para que, quando me parecia que poderia imprimir alguma cousa, só a de Évora me contentava, ou descontentava menos. **A João Nunes da Cunha – 13 de maio de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 169)

Vieira, em constante diálogo com seus destinatários, revela os estágios de desenvolvimento de seu trabalho de escritura, demonstra seus esquemas de trabalho, suas preocupações de ordem literária e prática, os entraves que o impediam de escrever, sendo a revisão a sua palavra de ordem. Vieira não se limita a reescrever seus textos, tem ainda a preocupação de reatualizá-los. Escreve, igualmente, pareceres sobre a obra de outros autores, atuando como crítico e como censor, além de emitir pareceres sobre a sua própria obra e de nem sempre concordar com as críticas que terceiros faziam sobre sua produção.

Em sua versatilidade enquanto escritor, participou, ativamente, das questões relativas à edição e à impressão, bem como de polêmicas em torno da autoria de sua obra. Desdobrava-se em atender às encomendas de outros textos que lhe eram solicitados, sem contar as discussões acerca das traduções de seus textos, o que o coloca na vanguarda dos estudos da tradução, como um dos primeiros a se preocupar com os procedimentos tradutórios de um texto. Revelou-nos, por fim, ter consciência crítica e emancipatória em relação ao que chamaríamos mais tarde de Teoria Literária – suas cartas expressam, aliás, a sua própria Teoria Literária.

A arquitetura da obra vieiriana é esboçada em suas cartas, seus projetos literários, seu comprometimento com o fazer literário, com o trabalho da escritura, um trabalho a que, como sabemos, ele só podia dedicar-se às horas vagas, no intervalo de suas tarefas religiosas, as quais, muitas vezes, impediam o desenvolvimento do seu trabalho:

> Depois de receber a útima de V. S.ª chegaram aqui uns padres, que partiram dessa corte à terça-feira, e nos deram mui boas novas da melhoria de S. A., com que considero a V. S.ª, com que considero a V. S.ª mui aliviado daquele grande cuidado. Ouça Deus nossas orações e aceite nossos sacrifícios, e nos sustente e conserve esta coluna de Portugal como há mister. Se não fora o impedimento acima referido, que há muitos tempos começou, não era necessária segunda lembrança de V. S.ª para ir o sermão. Quererá Deus que me veja desembraçado dele, e não só o sermão do Maranhão, mas todos se porão logo em ordem de ir as mãos de V. S.ª. **A. D Rodrigo de Meneses – 28 de setembro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 263)

Debruçemos-nos, pois, sobre seu processo de criação. Comecemos por esclarecer que Vieira não esconde o que há de menos nobre na gênese de seus textos: o rascunho. Os traços de sua primeira escritura, como estado preparatório de um texto, constituindo o primeiro "jato de idéias" pode nascer desordenado, rasurado, rascunhado – essa primeira escritura é sempre explicitada em suas cartas. A página manuscrita, ao contrário da impressa, em seu ritmo de criação intenso, vive da "cumplicidade despreocupada" entre o escritor e a página em branco que se apresenta à sua frente. Não há, nesse estágio, preocupação com a lisibilidade do texto. Esse processo é bastante evidenciado nas cartas de Vieira, que está sempre às voltas com o que costumava chamar "meus borrões". O escritor Vieira denunciava o estado embrionário de sua obra; justificava-se, dizendo que nem ele mesmo entendia seus rascunhose anotações. Dizia que seu trabalho não se encontrava ainda concluído e assumia a necessidade imperativa de "alimpá-los"[84]:

> Dos meus sermões trazia alguns comigo com atenção de cá os ler a V. Ex.ª, assim por desempenhar a palavra da senhora condessa, como por receberem eles de V. Ex.ª mercê que V. Ex.ª lhes costuma fazer; mas, como a saúde me não deu nunca lugar a os tirar do primeiro borrão em que foram lançados, estão em tal estado que nem eu senão adivinhando me atrevo a os ler: e esta é a razão porque os não envio a V. Ex.ª. Se por cá tiver algumas horas ociosas (que as dilações dos despachos não prometem poucas, determino – los alimpando e enviando a V. Ex.ª, já que noutra coisa não presto para servir a V. Ex.ª como muito desejo. **Ao Marquês de Niza – 11 de março de 1646** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 88)

"Alimpar" significa mais do que o simplesmente passar a limpo, mas, muita vezes, reescrevê-los, corrigindo-os. Sem a revisão textual, não era possível lhes dar estampa. A

[84] No entanto, o seu legado artístico não corresponde plenamente à identidade estética de Vieira: a de um orador. Essa permanecerá para sempre irrecuperável, dada a efemeridade do ato de dizer. A voz, a figura, o movimento do corpo, a expressão, o público, a situação histórica, a iluminação, os sentimentos e tudo o mais difere, falta e faltará, sem hipótese de restauro (MENDES, 1989, p. 24).

saúde frágil, e as poucas horas ociosas, impediam Vieira de levar a termo a sua obra, obrigando-o a faltar com o tributo, isto é, com a entrega dos sermões:

> Também este ano me molestou a mesma enfermidade com três pertinacíssimas repetições. Cá lhe chamam nestes mesmos meses a bicha, e é Deus servido que só me morda dos joelhos abaixo, com inflamação, febre ardentíssima, delírios e nome de erisipela. Por esta definição pode parecer somente grilhão dos pés, mas é também algema das mãos, e por isso escrevo esta de mão alheia. V. M.cê, pela mercê que faz aos meus borrões, me insta a que os dê à estampa; o que não pode ser sem os alimpar primeiro; e, com a joeira não ser muito fina, tudo se me vai em alimpaduras. O de que mais me corro é que este ano falto ao prelo com o costumado tributo, mas nem por isso estive ocioso. **A Sebastião de Matos e Sousa – 11 de julho de 1689** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 576).

Nem sempre as palavras proferidas em seus sermões seriam aquelas que iriam à estampa[85]. Vieira era obrigado a restituí-las de memória. O motivo da restituição é bastante simples: Vieira não escrevia de antemão tudo aquilo que iria dizer no púlpito:

> Vai o sermão, entendo que bastantemente restituído à forma em que foi pregado, que será bem diferente da cópia que se tomou de memória, e que V. S.ª leu os dias passados. Estimarei que não passe da mão de V. S.ª, nem saiba pessoas alguma que eu remeti sermão, porque se me pediu nesta mesma ocasião para uma pessoa muito grande, e sentirei que possa cuidar que não tenho muita vontade de o servir. **A D. Rodrigo de Meneses – 6 de outubro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 92)

Uma nova situação comunicativa é gerada e se sobrepõe à antiga situação da pronunciação: a do texto do sermão, enquanto palavra impressa e publicada em um outro contexto histórico ou em contexto internacional, através de suas traduções. Relatou a D. Duarte o andamento das publicações de seus sermões, a sua projeção para as próximas publicações, que já antevê como sendo composta de mais de doze tomos, mas o que nos chama a atenção é a necessidade expressa por Vieira de atualizá-los antes de publicá-los, uma vez que alguns sermões foram escritos no tempo da guerra, perderam a sua atualidade, o seu

---

[85] João Lúcio de Azevedo, seu grande biógrafo, afirma que as palavras que eram proferidas nos sermões nem sempre eram as que iam à estampa: "Há extensos trechos de composição completos; outros curtos para introduzir em lugar próprio; assuntos notados para desenvolver segundo a inspiração do momento; cláusulas avulsas; apontados de citações e referências. A obra, deste modo em fragmentos, entrava depois no cadinho, e saía a peça fundida em um todo, ligadas as partes, os contornos polidos, e, onde convinha, aguçado o estrepe, ou limada a aresta viva" (AZEVEDO, 1918, p. 271).

"frescor", deixando de interessar ao atual panorama em que estavam vivendo e demonstrando, assim, sólida preocupação com a recepção de sua obra:

> Pergunta-me V. S.ª em que estado vai a estampa dos meus sermões, e digo que caminha com pressa, e com a oficina, que é de João da Costa, o Francês, posta neste colégio; e não há dúvida que sairá mui correcta. O segundo tomo já está acabado, entro pelo terceiro; mas não poderão sair na mesma forma, porque alguns dos sermões são do tempo da guerra, e não quero que se ofendam esses senhores da que já escreveram lhes faziam as minhas exortações. Se Deus der vida, matéria tenho deste gênero para mais doze tomos, e todos trocara por um só sermão de S. Simão e Judas, para poder oferecer a devoção da senhora D. Maria, e lograr a honra que S. Ex.ª me faz. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 20 de dezembro de 1678** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 336)

Vieira não mandou o seu tributo, ou seja, os seus sermões. A publicação e o envio de seus textos estavam condicionados a essa revisão. As obrigações da religião lhe tiravam o tempo para aprofundamento em seus textos e, como exemplifica o trecho a seguir, às vezes, precisava de um revisor para ajudá-lo, o que nem sempre conseguia. Mas, no caso aqui mencionado, Vieira tinha como revisor o Marquês de Gouveia, que havia falecido, daí a razão de não ter enviado, de não ter concluído a obra. O Marquês de Gouveia foi um dos revisores com quem trabalhou Vieira, com quem estabeleceu uma parceria. Pelo que já se pode atestar, Vieira trabalhava com uma espécie de "equipe", tinha seus parceiros preferidos, parceiros fiéis em suas empreitadas:

> Meu Senhor. – Se os corações se puderam traduzir como as línguas, teria V. M.cê Ouveria neste papel a vera efígie do mais humilde agradecimento, que em outra Consideração pudera ser o mais soberbo, o qual o meu coração deve aos extremos do afeto de V. M.cê, e deverá sempre, pois se não podem pagar. Enquanto viveu o amigo N, pelas suas cartas tinha eu sempre novas de V. M.cê, a que respondia pelas minhas; e, como as de V. M.cê raramente me chegavam às mãos, a que nunca faltei com resposta, entendi que V. M.cê gostava mais de me ler em letra redonda, ou na que havia de ir à estampa, sendo com o Marquês, que Deus tem, o primeiro revisor dos livros, que eram a carregação anual de todas as frotas, ou direitos que eu pagava nelas. Este ano não terá V. M.cê este divertimento, não por eu haver estado ocioso, mas por obrigação precisas da religião, que não me deixaram chegar ao fim com que estava já perto. **Ao Cônego Francisco Barreto – 16 de julhode 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 649)

Em carta de 23 de junho de 1683, ao Cônego Francisco Barreto, faz uma espécie de inventário de seus sermões. Falando sobre a temática, aponta os seus preferidos e menciona o trabalho de revisão executado no Brasil e em Portugal:

> O sermão do Convite, se tem alguma cousa particular, é a volta de que, sendo da Glória naturalmente viesse a ser do Sacramento. Mas o meu mimoso neste tomo é do Bom Ladrão, em que a matéria está prosseguida, sem lhe faltar nada, com tudo o que na sólida teologia é necessário para que os reis levem consigo os ladrões ao paraíso, e não os ladrões os reis ao inferno. Vendo este sermão meu irmão, me pediu que o lesse ao Sr. Roque da Costa; mas não houve tempo para isso. E verdadeiramente que só para o governo de S. S.ª pode ele ser panegírico, como para outros invectiva e para o presente profecia. Agora vai o quarto tomo, e nele o evangelho do mesmo Banquete, comentado pelas cirscunstâncias do ano em que se pregou, com tão própria aplicação que tudo o que se estava vendo na corte e no reino se ouviu no púlpito. Note V. M.cê que para agora só a penúltima sentença me podia servir. O primeiro sermão deste livro é o que eu quisera, como peço, lessem todos com a atenção que a matéria merece. Dos demais também me agrada o de Todos os Santos, ao menos por ser de todos. Nem agradou pouco em Roma o de S. Pedro *ad vincula*. Dos dois do Mandato, em dia da Encarnação, aprovou mais o nosso juiz do ofício D. Lucas o da manhã que o da tarde. O certo é que eu preguei na capela o que tive por melhor, e assim os remeto por apelação a V. M.cê. O das Minas vem agora a propósito do sucesso, e o do Amor dos inimigos dos reis em todo o tempo terá propósito. No das Mentiras, no dia da Transfiguração não acharam que notar os revisores da Bahia; não sei se serão mais escrupulosos de Lisboa. Muito sinto dizer-me V. M.cê que, tendo vindo o Sr. Roque da Costa à Bahia e tornando a Lisboa, esteja agora em Lisboa como se não Vieira à Bahia. E pode V. M.cê acrescentar que por isso está a Bahia como se Lisboa a não quisera já, sendo o Brasil o que só tem Portugal. Deus o tenha da sua mão; porque onde o merecimento não tem prêmio, e às culpas tarda tanto o castigo, bem se lhe pode temer o do céu. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 470-472)

Para sustentar a missão, seus superiores solicitaram que Vieira contribuísse com a publicação de seus sermões[86]. Além de "alimpar" seus papéis e organizá-los, longe das comodidades da Europa, ou seja, das casas de impressão e livrarias, e sem ter quem o ajudasse, foi obrigado a desempenhar a tarefa de impressão sozinho – e no Maranhão, onde faltava tudo isso. Esse trecho é mais um exemplo do pioneirismo de Vieira, mostrando que no Brasil colonial era preciso, por falta de quem o fizesse ou soubesse, tudo saber fazer:

[86] Esse pedido da Companhia de Jesus para que Vieira imprimisse os seus sermões, e que, a princípio, Vieira atendeu com uma certa má vontade, foi de importância capital para consagrá-lo como escritor canônico. Se não tivesse publicado os sermões, sua obra teria se perdido e talvez tivesse caído no esquecimento.

> Ordenou-me o padre provincial e o padre visitador que alimpasse os meus papéis em ordem à impressão, para com os rendimentos dela ajudar a sustentar a missão; e para isto estou desocupado do ministério dos índios, que era o que eu cá vinha buscar. Quando estava em Lisboa, em França e em Holanda, com as comodidades das impressões, das livrarias, e de quem me escrevesse e ajudasse, nunca ninguém pôde acabar comigo que me aplicasse a imprimir; e mais oferecendo – me El Rei os gastos, e rogando-me que o fizesse. E que agora no Maranhão, onde falta tudo isto, e na idade em que estou me ocupe em emendar borrões e fazer tabuadas! Veja V. Rev[a] quanto pode a obediência; e pode tanto que não só o faço, mas chega a me parecer bem que me mandem fazer. **Ao Padre Francisco de Avelar – 28 de fevereiro de 1658** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 717-718)

No processo de impressão de sua obra, discutia os detalhes. Exigente e cioso de seu trabalho, referia-se desde a qualidade do papel até as erratas a incluir, adotando medidas para a comodidade do leitor, para o que podemos chamar de lisibilidade do texto:

> Nas conveniências do impressor nenhum reparo faço. Seja como ele quiser, com tanto que a impressão seja ajustada e correta. O papel, em que se fez primeira e segunda parte, estampada por este mesmo impressor, é a cousa mais indigna que jamais se viu. As erratas que cá se não puderam evitar irão no correio seguinte, com o último sermão que ainda está no prelo. E baste de cansar mais a V. S[a]com estas impertinências. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 20 de junho de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 402)

Ao Marquês de Gouveia, expressou sua insatisfação com a edição feita por José Fernandes Buendia, em Madri, em 1664. Duas partes de sua obra – sermões[87] – foram publicadas em um só volume, o que desagradou ao autor:

> Já dei conta a V. Ex.[a] que se estavam traduzindo e pondo em ordem de impressão alguns dos meus sermões, sendo uma das línguas a castelhana: tenho notícia que se tratam de reestampar os que nesses reinos andam divulgados, e será erro pior que o primeiro e sem utilidade de quem tomar este empenho. Se fosse fácil a um criado de V. Ex.[a] tirar-me um privilégio, para que em nenhum reino de Espanha se possam imprimir obras minhas, na forma em que se costuma conceder aos autores, por espaço de dez anos que estão em uso, seria mercê mui particular que V. Ex.[a] me mandaria fazer, e, porque sei que peço esta a V. Ex.[a], a não encareço mais. **Ao Marquês de Gouveia – 7 denovembro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 379)

---

[87] Ler João Adolfo Hansen : Muito além dos sermões.Padre Antônio Vieira,o religioso que marcou as letras e a fé de Brasil e Portugal.**Nossa História**,Rio de Janeiro,p.74-79,15 jan.2007.

Tinha por hábito acompanhar o despacho das suas obras, desde o processo de entrega dos volumes que deveriam ser remetidos até o trabalho de encadernação, a organização dos índices e das folhas de rosto; em resumo, com o formato do livro: "Dou a V. S.ª as graças pelos cinco sermões que ainda não chegaram; quem os traz poderá levar dos que já cá estão despachados e tenho mandando encadernar. Ao Padre Mendo remeto os índices, e não vão as folhas do rosto do livro porque se está estampamdo a que dependia das últimas licenças." **A Duarte Ribeiro de Macedo-25 de setembro de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 425).

Vieira trabalhava atentamente na montagem da sua obra, tinha plena consciência da função que cada parte ocupa no conjunto da obra. Com o Cônego Francisco Barreto, discutia o léxico, as correções que deveriam ser feitas, a adequação de palavras, a necessidade de serem feitas erratas ao final do livro, bem como sobre o índex que deveria ser acrescentado – com maior clareza e brevidade, o que não só se resumiria à substância de tudo, mas que daria luz e abriria o caminho a outros pensamentos e discursos:

> Lembrando estou que no primeiro sermão do último tomo, necessariamente por obrigação do assunto, houve de repetir as duas palavras "admirável" e "admirativo", mas não com a mesma sentença ou cláusula do sermão das turbas; o que de nenhum modo fizera, se então me não parecem mui diferentes:, mas, pois V. M ce julgou o contrário, muito grande mercê me fez em as haver riscado, porque não pode haver encontro para mim que tenha mais de azar que encontrar-me comigo. A primeira foi forçosa, porque o original castelhano estava errado na impressão, não se advertindo (como não adverte ao princípio) as erratas no fim do livro, como são cometidos "vário" em vez de "vários"; "pertinácia" em vez de "paciência"; e muitos outros igualmente intoleráveis que totalmente mudam a verdade e propriedade do germano sentido. Supondo também que no fim do livro se há de acrescentar o índex que foi o mais exato que se fez, nele com maior clareza e brevidade não só se resume a substância de tudo, mas se dá luz e abre o caminho a outros pensamentos e discursos, como me confessou no Colégio de Santo Antão um mestre de grande talento; e que por isso tinha sido o mesmo índex a que o padre Mendo chamou inimitável. **Ao Cônego Francisco Barreto – 16 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 649).

Em suas transações, Vieira acumulava funções: discutia o orçamento da impressão dos seus sermões, a diferença de valor na troca de câmbio: "Beijo a V. Ex.ª a mão pela mercê do privilégio, sem o qual me não acomodarei a fazer a impressão, porque não se atravesse outra e se impida o gasto dos livros, principalmente em Roma, onde a diferença da nossa moeda o faz mui considerável." **Ao Marquês de Gouveia – 30 de janeiro de 1672**

(AZEVEDO, 1926, T.II., p. 412). Ocupava-se, também, da distribuição dos volumes e do preço da taxa a ser fixada para venda dos volumes. Portanto, da distribuição e do preço dos livros:

> Conforme o conhecimento incluso, entregará à ordem de V. Rev.cia dois pacotes, em que vão cm livros em papel, e um envoltório em que vão cinco encadernados, um para V. Rev.cia e os outros quatro para se distribuirem ao Padre (Reitor), a Luis Cardeira, ao mestre João Batista e ao doutor Antônio Mendes. Os livros me fará V. Rev.cia favor entregar ao livreiro que V. Rev.cia julgar mais conveniente para se venderem. O preço da taxa consta do príncipio do livro, mas nós damo-los aqui a sete tostões em papel, e, segundo este preço e a despesa de condução, ordenará V. Rev.cia o que lhe parecer, dispondo de tudo como de cousa própria. **Ao Padre Gaspar Ribeiro – 11 de novembro de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 426)

Via-se, da mesma forma, envolvido com questões autorais. Fora obrigado a escrever cartas à Inquisição denunciando a impressão de livros, cuja autoria era falsamente atribuída à sua pessoa[88]:

> Avisam-me que ai se mandaram recolher pela Inquisição os livros que se tinham estampado de sermões com nome de meus. E porque esta novidade causou algum susto a quem me fez o aviso, para que V. S.a esteja sem cuidado, tenho por sem dúvida que é favor que me fazem, por haver muitos dias que procuro isto mesmo, e, aconselhando do meio com que o podia conseguir, fiz memorial ao Conselho Supremo desse Santo Oficio, em que representava que muitos dos ditos sermões eram totalmente alheios e supostos, e os demais mui corruptos e viciados, delatando os mesmos erros par aque se pudesse tomar conhecimento da causa. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 24 de maio de 1678** (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 278)

Não bastasse essa afronta, outras vezes publicavam os seus textos sem o seu consentimento ou sem sua revisão, alterando a ordem, trocando os discursos, levando Vieira a recorrer ao Conselho, para que se proibisse a publicação ou para que seu nome fosse retirado, já que essas obras depunham contra a sua reputação de bom orador, de teólogo respeitado:

> Meu Senhor. – Muitos dias há tenho notícia que se bolia dessa banda, por parte de alguns religiosos émulos da Companhia, contra os dois livros que lá se imprimiram em meu nome, sendo grande parte dos sermões totalmente alheios e supostos, e os

[88] Vieira escreveu a famosa **Carta Apologética**, citada no capítulo II deste trabalho, ao jesuíta Padre Jácome Iquazafigo, falando sobre uma carta cuja suposta autoria teria sido a ele atribuída.

> que na substância eram meus cheios de infinitos erros, e com os discursos ou trocados ou diminuidos ou acrescentados, e finalmente corruptíssimos. E como havia quatorze anos que os ditos livros, sem consentimento meu, antes muito a meu despeito, corriam sem reparo nem objeção, e este zelo se levantou contra eles depois que eu tive o recurso e privilégio de Roma muito mal aceito a estes ministros, também entendo que as delações, se as houve, foram motivadas desta banda, e que tudo se ordenava a alguma demostração deprecada, que lá se executasse pois cá não podia ser: e esta notícia me excitou a que no mesmo tempo procurasse, o que muito havia desejava, isto é, o remédio da dita impressão, e que os livros ou totalmente se proibissem, ou se tirasse o meu nome dos que o não são, e em qualquer dos casos ou modos se declarasse ser eu o autor desta reforma;e para o dito fim, com conselho de quem em o podia dar como prático desses estilos, fiz o memorial de que dei conta a V. S.ª e agora em asseguram que tudo se comporá com o crédito que se pretendia. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 21 de junho de 1678** (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 284-285).

Ora convidado, ora solicitado, Antônio Vieira escrevia epitáfios – inscrições tumulares –, geralmente de reis ou pessoas ilustres da corte. No trecho que segue, Vieira se alegra com a aprovação de D. Duarte, mas explica as dificuldades da gravação em pedra da inscrição e adverte sobre a impressão de um dos tomos dos sermões, queixando da pressa na execução, provavelmente porque o impedia de trabalhar melhor o texto:

> Muito estimo que V. S.ª aprovasse o epitáfio, que eu cuidei se devia fazer naquela forma e naquela brevidade, suposta a estreiteza da pedra, mas não pareceu bem aos juízes de palácio, que de tudo entendem melhor. Tiveram impulsos de que a pedra não estivesse muda no dia das exéquias, mas muda ficou e estará. Não deve querer Deus que ali se escreva epitáfio, mas também houve curioso que já tinha considerado como se haviam de mudar os caracteres, no caso em que Deus fizesse o que pode. O tomo já está no prelo, e o segundo quase prevenido, mas sem gosto; o que mais se aperta na prensa é o coração. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 5 de dezembro de 1678** (AZEVEDO, 1928, T.III., P. 334)

A arte dos epitáfios se torna mais difícil ao final da vida. Pela idade avançada perde a sua inspiração em compor esse tipo de inscrição, que, no período Barroco, tinha um significado tal que já hoje não existe: a morte deveria ser celebrada com pompas e circunstâncias:

> O ponto principal dos epitáfios é o mais dificultoso, e para mim quase impossível; porque, ainda que o juízo não está totalmente perdido, a vivacidade antiga do entendimento está totalmente perdida e quase morta; e, se de qualquer outra idade, muito menos, lhe se diz com verdade, *Omnia fert aetas, animum quoque*, quanto mais da minha, que só lhe faltem seis meses para entrar nos noventa anos. **Ao Padre Manuel Pires – 30 de junho de 1696**. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 682).

Podemos dizer que Vieira também foi um crítico. A sua crítica diz respeito à sua própria obra, e a de outros autores. Suas idéias são claras, precisas, observa regras, julga e interpreta obras. Sendo o ato crítico um ato intertextual, demonstrou Vieira ter habilidade em escrever um texto sobre outros textos. Seu texto, como veremos, dialoga com outros textos. Impedido de escrever sua obra profética, que mais lhe interessava e que, no seu entender, seria a sua grande obra, queixa-se por ter de ocupar-se com os textos dos sermões, que, na sua visão, tratavam-se de textos vulgares, de qualidade estética inferior[89]:

> Contudo, lembrando das instancias de V. M.^{cê,} muito mais do que posso me aplico àquela fábrica que V. M.^{cê}compara aos palácios da nossa corte. Lá não sei onde demonstrei eu que o querer se devia medir com o poder, sobre a sentença tão limpa daquele leproso: *Si vis potes*. E, estando eu em Lisboa todo aplicado à obra, a força de Castela e Portugal me a tiraram das mãos, querendo que em lugar de palácios altíssimos me ocupasse em fazer choupanas, que são os discursos vulgares que até agora se imprimiram. **A Sebastião de Matos e Sousa – 27 de junho de 1696** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 606-607)

No trecho abaixo, questiona o manuscrito **Desenganos para fugir à culpa e solicitar a graça, e progressos da sua vida**, escrito pela Freira Maria de Jesus, professora da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, que faleceu em 1642. Impressiona-se quanto ao estilo, mas não quanto às revelações nele contidas:

> Estes dias me chegaram à mão os livros da Madre Maria de Jesus, que li com admiração, posto que não tenho passado mais que a vida, e a primeira parte. Se é certo que é mulher a que aquilo escreveu, também tenho por certo que não foi por ciência natural. E se acaso foi homem, nenhum conheço dos que tenho lido, em que se achem juntas todas as disposições que aquela escritura requere, assim pelas matérias que trata e envolve, como pelo estilo com que se explica. Isto é o que me admira, e não as revelações, que ainda se podem fingir mais admiráveis e mais críveis. Contudo me não asseguro que o espírito que as ditou seja conhecidamente divino, pela grande diferença que faz não só das Escrituras Sagradas, mas ao de todos os santos e santas que falaram naquele gênero. Enfim a matéria é gravíssima, e que, sem embargo das objeções anotadas e doutamente respondidas, se lhe podem pôr outras que porventura não tenham fácil resposta. Está-se revendo por ordem do Santo Ofício, e há muitos senhores e senhoras que fazem grandes instâncias pela impressão; cuido contudo que se não imprimirá. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 9 de janeiro de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 340)

---

[89] Enganou-se Vieira nessa análise. Como vimos, anteriormente, o que lhe garantiu a sobrevivência canônica foram os sermões, cuja recepção crítica é até hoje favorável.

Em 7 de janeiro de 1648, a pedido de seu amigo, o Marquês de Niza, Vieira fez um comentário sobre os versos de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo: "Dos dois papéis do reverendo Padre Frei Francisco pude até agora ler só o dos versos, que eram merecedores de se imprimirem em bronze, como as imagens que descrevem. Não vi nem creio que é possível cousa melhor, e bem sabe V. Ex.ª que não sei lisonjear." (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 153).

Os elogios de Vieira enquanto crítico eram raros: o Vieira crítico era bastante rigoroso em suas avaliações. O Frei Francisco de Santo Agostinho, tanto em verso quanto em prosa, é considerado um dos melhores autores no parecer de Vieira. Em carta de 3 de fevereiro de 1648, falando ainda sobre o mesmo autor, confidencia: "Na passada falei dos versos; nesta só digo que a prosa é ainda melhor, não porque o possa ser, mas porque a li depois; o que importa é que El-rei premeie ao Padre frei Francisco como merece; que ele honre o reino como pode." (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 153).

Homens importantes, como o diplomata e estadista Duarte Ribeiro de Macedo, submetiam seus escritos, melhor dizendo, seus discursos ao parecer de Vieira: "Senhor meu. – Não tem V. S.ª razão de me agradecer o simples conhecimento com que venero os seus escritos e admiro os seus discursos, porque fora ser muito falto de razão e de juízo, se assim o não conhecera; e no pouco que digo a V. S.ª deixa bem ver a sinceridade com que falo, livre de todo o encarecimento e adulação". **A Duarte Ribeiro de Macedo – 7 de marçode 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 575).

Em seguida, tece comentários sobre a sua leitura do **Compendium Ideae et totius operis elaborati ab A. R. P. Fr. Gundisalvo Tenorio Peruano, Ordinis S. Francisci, et filio conventus Limae, dignioreque P. Provinciae duodecem Apostolorum**. O livro, apesar de tratar de matérias diversas, estas não são concernentes umas com as outras e, no seu entender, o livro carece de fundamentação[90], não pode ser aprovado por pessoa douta nem publicado, "desqualificando", assim, o livro e o autor da obra:

---

[90] Por essa pequena amostragem, fica já configurado que o contrato literário do escritor Vieira não é o mesmo do crítico Vieira, a diferença entre o que Leyla Perrone Moisés (1978, p. 58) chama de intertextualidade crítica e intertextualidade poética: "A primeira evidência é que a intertextualidade crítica é declarada, ou seja, submetida a uma lei, enquanto a intertextualidade poética pode ser tácita (e a maior parte das vezes o é). O crítico declara (confessa) que escreve sobre uma ou várias obras; o nome do autor – tutor e o da obra – assunto figuram freqüentemente no próprio título do livro ou do artigo crítico; senão, há-de aparecer como referências explícitas desde o começo do texto crítico, no seu discurso ou em notas. Ora o escritor passeia pelos territórios da literatura com uma desenvoltura que não é permitida ao crítico: nada declara, pode dialogar com outros escritores sem os

> Os dias passados chegou as minhas mãos um papel impresso, sem nome nem lugar onde se imprimisse, cujo título é: Compendium Ideae et totius operis elaborati ab A. R. P. Fr. Gundisalvo Tenorio Peruano, Ordinis S. Francisci, et filio conventus Limae, dignioreque P. Provinciae duodecem Apostolorum. O assunto simboliza em parte com o da minha Clavis Prophetarum, se bem os textos que alega não são os mais forçosos; e vem a concluir que a conversão universal do mundo será quando se definir o ministério da Imaculada Conceição. E neste ponto, que é o seu principal intento, lhe não acho fundamento algum, posto que acarreta para ele algumas alegorias da Escritura, que não têm mais eficácia que a que a devoção de seu autor lhe quer imaginar. E nesta parte me parece não poderá ter aprovação, não só do tribunal, mas nem de pessoa douta. Distribue toda a obra em dezesseis tomos, e posto que as matérias sejam muito diversas, e pouco concernentes muitas delas ao assunto, em nenhuma toca o ponto da segunda vinda de Cristo. Também me disseram que, estando estes livros reprovados pela Inquisição de Espanha, o autor fora a Roma e de la trouxera licença para os estampar, o que de nenhum modo me parece verossímel, porque sem dúvida o dissera o mesmo autor, e a impressão desta idea não seria ao que parece furtiva. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 6 de março de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 360)

Contudo, não parece nada satisfeito com as criticas que sofreu. A sua atuação enquanto emissário do reino é criticada no livro **Portugal Restaurado** (1679), de autoria do Conde de Ericeira e publicado naquele mesmo ano:

> Exmo Sr. – Como religioso, e também sem este respeito, antes quero padecer com silêncio, que defender-me com apologias;contudo, como na carta que V. Ex.ª me fez mercê escrever em 3 de abril de 1678, entre as outras excelentes virtudes que nela venero, com aquela que V. Ex.ª chama sinceridade me ordena V. Ex.ª diga o de que poderia estar queixoso na História de Portugal Restaurado, respondendo com a mesma sinceridade, digo que não pude deixar de estranhar na dita História, a folhas 633, as palavras seguintes: "E para que os negócios pudessem tomar melhor forma, depois de várias conferências aue houve entre os maiores ministros, mandou S. M. a França o Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, sujeito em quem concorriam todas as partes necessárias para ser contado pelo maior pregador do seu tempo: porém, como o seu juízo era superior, e não igual, aos negócios, muitas vezes se lhe desvaneceram, por querer tratá-los mais subtilmente do que os compreendiam os príncipes e ministros com quem comunicou muitos de grande importância". Primeiramente admirei nesta sentença não ter matéria alguma sobre que caísse; porque, se precedera a narração de algum negócio proposto por mim, que El-rei e os seus ministros não precebessem, ou quando menos se tivesse desvanecido (ainda que não bastava ser um para se dizer muitas vezes e para que a proposição fosse universal) , deste caso se poderia tomar ocasião para se estender a muitos o que se afirma., mas é certo que V. S.^{a} nele foi informado por quem não sabia, nem soube, nem podia saber o motivo por que El-rei me mandou naquela ocasião a França, e daí a Holanda. O fundamento e fim, por que S. M. me mandou a estas duas cortes, foi porque não estava satisfeito dos avisos pouco coerentes, que lhe faziam os dois embaixadores de França e Holanda, e quis que eu, em uma e outra parte, me informasse do estado de nossas cousas com toda a certeza, sinceridade e desengano,

---

chamar pelo nome, utiliza os bens alheios como se fossem seus". A intertextualidade poética, em Vieira, será evidenciada na seqüência deste trabalho.

> o que os embaixadores não faziam, querendo, com bom zelo, antes agradar que entristecer, que era a moeda que estão corria, tão falsa como perigosa. **Ao Conde da Ericeira – 23 de maio de 1682** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 556-557).

Fala Vieira do sermão que escreveu para celebrar o aniversário da Rainha, em 22 de junho de 1668, em que justificava o casamento de D. Pedro e a disposição do Rei. Tal sermão foi impresso, mas não pronunciado pelo autor, por não ter sido bem recebido pela Rainha:

> Saberá V. S.ª, a quem nunca tive nada encoberto, que a senhora Rainha de Inglaterra está de fogo e sangue contra mim; e falo por estes termos, porque ainda são muito moderados para o que me consta nesta parte. A causa é cuidar que tive eu parte nas mudanças de Portugal e ler que segui tão descobertamente no sermão do ano impresso o que dele se conhece. **A D. Rodrigo de Meneses – 10 de maio de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p 302)

Nem tudo o que se dispunha a escrever agradava aos membros da corte. Sobre essa "rejeição", desculpava-se dizendo que sua obra, herança do passado, serviria aos futuros, estava sendo preparada para os pósteros, que a receberiam de outra forma – o que, de fato, veio a confirmar-se, haja vista a fortuna crítica consagrada a Antônio Vieira. O jesuíta encarna a ambição de todos os escritores – servir as gerações vindouras:

> Senhor. – V. S.ª me dá o pêsame dos achaques com que vivo, e juntamente o parabéns da enfermidade com que hei-de morrer: isto é, por outras palavras, da minha pouca saúde e do meu muito amor, que se ele não fora muito e mais que muito, não me obrigara a escrever tanto como naquela ocasião escrevi; e não há pouco que agradecer tanto a V. S.ª, quanto V. S.ª me significa, sendo V. S.ª um membro tão principal daquela casa, onde a mesma escritura, tocando-lhe tão de perto, agradou tão pouco, que não mereceu a aceitação de uma só palavra; circunstância por certo de grande providência para o crédito do que não dirão que adulo. Servir aos futuros, pagar aos passados e não dever nada aos presentes é a maior felicidade de quem fugiu dos homens, para só procurar de Deus o que eles lhe não podem dar nem tirar. **Ao Conde da Castaneira – 14 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 589-590)

O discurso crítico de Vieira era vigiado pelas Instituições que ele representava, na medida em que trabalhava pela lógica de manutenção e ampliação dessas Instituições. Isto é bastante revelador, quanto tratamos da censura. Vieira não foi apenas censurado, mas também recomendou a censura de livros. Mais do que isso, afirma que é melhor queimá-los do que tê-

los na livraria de sua alteza. A carta não esclarece quais livros nem quem os escreveu, nem exatamente a razão de sua proibição. O fato é que, dentre todas as suas múltiplas atividades, Vieira também foi censor. Essa censura punitiva expressa na forma de proibição total, certamente ameaçava as Instituições às quais ele representava, uma vez que a censura é uma invenção do poder que não se quer ver questionado – e que sequer admite tal hipótese:

> Do Cabo Verde escrevi muito largo a V. Rev.ª, e de aqui o fiz em chegando; agora repetirei os mesmos pontos em suma, servindo esta como de terceira via. E será muito breve, porque todos os instantes que aqui se perdem se furtam às almas, e são matéria de grave escrúpulo, cá pela nossa teologia o digo, que a dos confessores dos príncipios sempre é mais larga. E, já que falamos em escrúpulos, seja o primeiro aquele caixão de livros proibidos, que está na livraria de S. A., os quais foram trazidos do Norte com os intentos da apologia que a V. Rev.ª disse, e posto que já não tem lugar fora melhor que aqueles livros o tiveram no fogo que em casa tão sagrada. Enfim eu descarrego minha consciência; V. Rev.ª faça e faça fazer a S. A., o que lhe ditar a sua. **Ao Padre André Fernandes – 21de maio de 1652** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 699-700)

Antônio Vieira não nomeia a obra censurada, contudo a alegação se dá em função de heresia:

> O que V. Ex.ª me diz, de lá se impedir a publicação dos motivos daquela em que V. Ex.ª foi de contrário parecer, não entendi senão depois que li em uma carta que se proibira pelo Santo Ofício certo papel estampado em língua castelhana, em que a execução se persuadia com razões políticas, as quais se diz também foram censuradas na dita proibição, por ímpias e escandalosas e próximas a heresia. **Ao Marquês de Gouveia – 13 de fevereiro de 1672** (AZEVEDO, 1928, T.II., p. 416)

Vieira não concordou com censura incriminando a obra **Societas Jesus Tractatus Apologeticus Doctrinae Moralis Ejusdesm Societas**, publicada em 1670, pelo jesuíta Padre Honorato Fabri, pois manifestou seu descontentamento com a censura imposta ao colega de Ordem:

> Aqui prenderam agora em um convento ou hospital de *Sancti Spiritus* ao Padre Fabri, Penitenciário do Papa, bem conhecido por seus escritos, sem outra causa que certa apologia que fez em defesa de alguns autores da Companhia. Espera-se que se dêem por satisfeitos com tão grande demonstração os émulos, que dizem do mal não querem ouvir. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 26 de janeiro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 410-411)

Aquele que viria a ser o seu famoso livro – **História do futuro** – enviou em pedaços, o livro ainda não estava concluído, a D. Rodrigo de Meneses. Diz ter eleito alguns capítulos, cortado outros, e não quer fazer a impressão sem submeter o livro ao parecer de D. Rodrigo de Meneses, pois temia retalhações por parte da corte:

> Acerca do papel que V. S.ª viu naquela mão, tenho já dado a V. S.ª as notícias, mas nunca poderei explicar o sentimento que tenho desta violência, que tem sido a mais porfiada que se pode imaginar; e, como se pediu para um fim que sei V. S.ª muito deseja, supuz que V. S.ª haveria por bem que eu cortasse este pequeno retalho da peça, para que o principal comprador julgasse se lhe servia ou o servia. Por esta causa fiz eleição daqueles capítulos mais capazes, por sua matéria, de aceitação de S. M., ainda que a obra toda vem a ser sua; mas as outras partes dela necessitam de fé, e para esta bastam os olhos. Se por este meio se conseguir que a impressão se vá fazer onde V. S.ª emende as erratas, excusar-me-á o trabalho de mandar em pedaços todo o livro, em que não quero que haja palavra que V. S.ª não aprove primeiro, dando-me esta confiança a mercê que V. S.ª me faz; mas se não bastar este obséquio para que se conceda (posto que não se pede) a mudança de lugar, tenho por certo que morrerão os trabalhos e se sepultarão antes de nascidos, porque para sairem à luz têm a dificuldade que já representei a V. S.ª, que só se poderá vencer com a presença, e ainda com a autoridade real, que é também um dos fins por onde me pareceu aceitável a abertura deste caminho. **A D. Rodrigo de Meneses – 23 de março de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 143)

Antônio Vieira foi obrigado a refazer, reescrever seus sermões, ou as partes deles que não tivessem sido aprovadas pelos pareceristas, ainda que estivessem em estado embrionário, mesmo que a obra estivesse em processo de gestão. Isso acabou por atrasar o seu desenvolvimento:

> Eu aqui pudera não estar ocioso, segundo me instam estes Padres, e muito mais o Padre Geral, a que dê a estampa os meus borrões; mas como a melhor parte deles foi condenada antes de nascida, e levada a juízo antes de animada (cousa que só sucedeu aos meus embriões antes de serem capazes de pecado original) será necessária toda a força de obediência para vencer tão justificada repugnância. Agora veremos se achamos na regra da fé aquela retitude que, debaixo do mesmo nome, julgou por menos consoante a ela, o que entendia de outra maneira quem tantos anos tem gastado com as Escrituras Sagradas e seus melhores intérpretes; mas espero em Deus que me há de ajudar, e tanto mais quanto desassistido de todo o outro patrimônio, ainda daquele que, não me merecendo os desterros, nem me os paga nem me os quer dever. **A D. Duarte Ribeiro de Macedo – 16 de junho de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 303-304)

O autor também encontrará dificuldades para aprovar a publicação da **A palavra de Deus empenhada**. O texto abaixo mencionado refere-se à licença para a impressão desses sermões, que parece haver-se pretendido impedir por parte da corte[91]:

> Não temi que o me pretendido segredo se rompesse pela Mesa do Paço, senão pelo paço que está acima da Mesa, a quem mais de perto tocava. Não creio que seria por desestimação do nascimento tão venturosamente prognosticado, nem por desprezo do império prometido, mas por medo dele. Se num governo de um reino tão pequeno se cansa tanto o cuidado dos ministros superiores, que nos queixamos das suas desatenções; que seria deles e de nós em um império tão imenso? Tal é a fraqueza dos nossos ânimos, que nem a desejar nos atrevemos as felicidades. Isto nos consola nos testemunhos, que também cá me chegaram, dos que igualmente reprovam o que V. M.[cê,] como creio sem lisonja, tanto aprovou. Nem pode haver maior encarecimento da emulação e do ódio, que ser este maior nos meus patrícios, que o amor que devem ter à mesma pátria. Não é ela a ingrata, senão eles e os que mais perto estão das fontes do agradecimento. Tudo vem a ser maior glória do meu sempre fiel e desinteressado amor, o qual se prezará de aqui por diant de servir aos futuros, pagar aos passados e não dever nada aos presentes. A tanto se estendeu a prolixidade dos meus largos e cansados anos, conhecendo em ametade deles os avôs, pais e os netos. **A Diogo Marchão Temudo – 15 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 600)

Outro aspecto bastante interessante registrado pelas cartas, e desconhecido do grande público, é o papel de Vieira enquanto tradutor[92]. A visão vieiriana acerca da tradução, seus procedimentos tradutórios são de uma extrema contemporaneidade, um aspecto que passa, praticamente, despercebido aos olhos da crítica literária e que vem acrescentar aos Estudos de Tradução.

Atestamos, pelas leituras das cartas vieirianas, traços identificadores de uma Teoria da Tradução, isto é, o autor antecipa questões hoje discutidas pela Tradutologia: "O que se

---

[91] A censura foi o entrave para o desenvolvimento da cultura no período colonial: "Acrescentam-se outras circunstâncias, como a proibição da atividade editorial e de periódicos, a inexistência de centros ou instituições culturais como bibliotecas, arquivos, museus, a precariedade do ensino. Quanto à introdução da imprensa no Brasil-Colônia, se houve uma tentativa malograda no século XVIII, não resta dúvida de que ela nos foi oficialmente proibida. O que viemos a escrever neste momento, do século XVI ao XVIII e mesmo princípios do XIX, só podia ser editado em Portugal e assim mesmo sujeito a severo regime de censura que recaía também sobre a atividade intelectual da própria Metrópole. Entre nós muita coisa ficou inédita, muita coisa se perdeu, outra tanta circulou em manuscritos que, conforme Capistrano de Abreu, devem ter servido de textos nas classes. E a situação se agrava, se lembrarmos que a severidade da censura recaía igualmente sobre a aquisição ou o comércio do livro, dificultando enormemente a formação de bibliotecas particulares que só tivemos, e pouquíssimas, já no século XVIII, sem mencionar as inofensivas coleções dos conventos. Porque, biblioteca pública, e assim mesmo inicialmente de acesso controlado, data entre nós da época de D. João VI, e é quase certo que não tivemos até então a venda regular do livro (CASTELLO, 1960, p. 27-28).

[92] Trabalhamos, inicialmente, sobre essa questão da tradução em BETTIOL, Maria Regina Barcelos. As Múltiplas embarcações tradutórias na obra de Antônio Vieira. In: CARVALHAL, Tania Franco *et alii* (Orgs.). **Transcriações**: teoria e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

pode traduzir?", "O que não se pode traduzir?", "O que deve ser mudado ou deixado na língua original?", "A pontuação é um fator que altera o sentido do texto?". Cuidadoso, Vieira procurava preservar a sonoridade, o ritmo de cada língua, punha-se a discutir suas traduções com outros tradutores, tentando "naturalizar" o texto traduzido à cultura de chegada. Dito de outra forma, era preciso adaptá-lo à cultura-alvo, procurando manter o estilo do autor, preservando o sentido original. Vieira sabia que o sacrifício da graça e do sentido aparece como resultado inevitável de uma tradução literal. Essas questões são apenas lançadas em suas cartas, são discutidas, mas não concluídas. Para Vieira, cada texto era um caso específico, e procurava adotar determinados procedimentos tradutórios que julgava apropriado ao texto que estava traduzindo no momento, e fazia, como todo tradutor, escolhas.

A reflexão vieiriana sobre o ato tradutório repensa o papel da tradução como elemento de intermediação cultural, estabelecendo inter-relações entre universos sócio-culturais distintos, e o do tradutor como agente da história intelectual.[93]: "Quer o Padre Geral que estampe os meus sermões em diversas línguas, e nisto trabalho sem emulação e com merecimento, porque o faço por obediência, que é a melhor disposição para a outra vida, de que só quisera tratar." **A D Rodrigo de Meneses – 11 de maio de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 344)

Mesmo falando outros idiomas[94], Vieira não gostava de pregar em língua estrangeira, e protestou quando o Padre Geral o fez aprender a Língua Italiana para pregar um dos seus sermões:

> Sei a língua do Maranhão e a portuguesa, e é grande desgraça que, podendo servir qualquer delas à minha pátria e ao meu príncipe haja nesta idade de estudar uma língua estrangeira, para servir, e sem fruto, a gostos também estrangeiros. Acrescenta-se que, com qualquer destas ocupações, não poderei acabar nem imprimir os meus livros, assim latinos como portugueses, em que tanto tenho trabalhado, e dos que os viram e não viram são muito desejados. **A D. Rodrigo de Meneses – 22 de outubro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 515)

---

[93] A tese do tradutor como agente da história intelectual é desenvolvida por Valery Larbaud, em seu famoso livro **L'invocation de Saint-Jérome**. Paris: PUF, 1946.

[94]Antônio Vieira, homem de cultura, falava outros idiomas, além dos línguas nativas que aprendeu como missionário no Brasil: "Também não se lhe pode negar um vasto domínio de línguas; servia-se do latim com tanta facilidade, se não mais, como do português, falava e escrevia o italiano com fluência, e provavelmente dominava também o francês. No seu tempo, o domínio do espanhol era, provavelmente, óbvio para todo aquele que se tivesse beneficiado de formação superior. E, por último, para poder realizar com êxito o seu trabalho como missionário no Brasil, Vieira deve ter aprendido várias línguas nativas daquele país" (SMULDERS, 1997, p. 175).

Apesar de poliglota, tinha o hábito de ler livros traduzidos, como o **Recueil des Instructions**, que, mesmo Vieira não informando o nome do autor, diz ser um livro traduzido do francês: "Aqui vi os dias passados um livro traduzido do francês, em que o seu autor declarava, debaixo do pretexto da fé e zelo da propagação dela e das missões, quanto El-rei Cristianíssimo as queria adiantar naquelas partes." **A Duarte Ribeiro de Macedo – 22 de novembro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 527). Em suas cartas, costumava citar traduções feitas por amigos seus. No trecho a seguir, Vieira refere-se à obra **Uomo di lettere**, do amigo e padre jesuíta Daniel Bartoli, obra que houvera sido traduzida em latim, francês, alemão, castelhano e português:

> Para mim tem mais força meia regra de V. S.ª, que todo o *Uomo di lettere* de meu amigo Padre Bartoli. Todo o tempo que posso poupar emprego em reduzir e por em alguma ordem a confusão dos meus borrões, com que nem eu me entendo, por muitos e espedaçados, como de quem não fazia deles mais caso que o que merecem, e nunca teve pensamento de que saissem à luz. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 20 de dezembro de 1678** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 339)

Devemos ter em mente que a atuação do tradutor é a de um leitor crítico, que contempla, na tarefa da tradução, um procedimento hermenêutico: "Traduire signifie à la fois comprendre et interpréter, y compris en transférant un texte d'une langue naturelle dans une autre" (FOLKART, 2002, p. 621). Nesse sentido, o texto traduzido pode ser visto como material literário, na medida em que se constitui também num esforço criativo.

A pedido do Marquês de Niza, seu grande amigo, Vieira fez um comentário sobre a tradução de **Os lusíadas**, em versos latinos, que Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo então fazia por ordem do Marquês: "Estimei de ver a última oitava de Camões, a brevidade foi incrível, a obra será rara, nem poderá V. Ex.ª pagar de outra maneira a Camões o que os Gamas lhe deviam". **Ao Marquês de Niza – 6 de julho de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 227-228)

Em carta a D. Duarte Ribeiro de Macedo, relatou ter pedido que seus sermões fossem recolhidos, pois foram "transfigurados e desfigurados", mal traduzidos, queixando-se do que chamou de erros intoleráveis. Os sermões portugueses de Vieira foram traduzidos em castelhano – por não ser sua língua materna, pediu, na ocasião, ao Padre Andrez Mendo que o fizesse. Entretanto, ficou insatisfeito com o resultado dessa tradução. A pedido do livreiro Gabriel de Leon, a impressão acabou sendo feita em Madri, e Vieira recomenda que a

tradução seja “fiel e própria quanto o sofresse a diferença do idioma”, solicitando ainda que fosse realizada por um outro tradutor, cujo trabalho lhe agradava, D. Estevam de Aguillar y Zuninga, em uma escolha que, no seu entender, que melhor convinha à sua obra:

> Presente é a V. S. ª o apetite que têm os impressores dessa corte de estampar os meus sermões, e também a grande injúria que me têm feito nos dois tomos que antigamente imprimiram em meu nome, e no terceiro com que ultimamente sairam sendo os mais dos sermões supostos e alheios, e os outros por originais tão corruptos e tão mal traduzidos que apenas têm cousa a propósito, como se verá facilmente na combinação deles com os legítimos e verdadeiros. Para evitar de algum modo este descredito, tratarei que os dois primeiros tomos se recolhessem, fazendo petição ao Inquisidor Geral, e delatando alguns erros intoleráveis, para que o tribunal, que de outro modo o não costuma fazer, tomasse conhecimento deles, como com efeito se conseguiu ;mas não bastou para que se não continuasse a mesma injustiça no terceiro tomo, em que só reconheço quatro sermões meus, e esses totalmente não só transfigurados, mas desfigurados. Muito antes desta última experiência, e antes de começar aqui a estampa deste primeiro tomo, desejei que os sermões portugueses se traduzissem em castelhano; e com efeito remeti alguns ao Padre Andrez Mendo, os quais porém tornaram de lá tão mal traduzidos que me resolvi a que tradução se fizesse cá; e, porque eu nem tenho tempo nem sou tão senhor da língua que o possa fazer exactamente, e havendo-se-me inculcado um religioso nosso, o fiz vir a Lisboa, onde tem traduzido alguma parte, mas com pouca satisfação minha. Com este desengano, e por não ofender a muita graça que me faz o dito Padre Mendo, tendo-se empenhado muito neste negócio, ajuntando as minhas instâncias às suas tornei a procurar que lá se traduzissem por pessoa hábil, para que cá ou lá se imprimissem, e que, havendo de ser lá, visse o partido a que se acomodavam os livreiros, porquanto tinha eu aqui pessoa que se obrigava a fazer todos os gastos, e partir com o autor a ganância meio por meio. A esta proposta me respondeu com o escrito incluso de Gabriel de Leon, em que aponta as conveniências de se fazer a impressão antes em Madri que em Lisboa, com as quais e com o partido que oferece eu me conformei, encomendando somente que a tradução fosse fiel e própria quanto o sofresse a diferença do idioma, e apontando para isso ao mesmo D. Estevam de Aguillar y Zuninga, que foi o tradutor dos livros que lá se estamparam, e creio que, tendo os originais legítimos, como professor da arte a fará exactamente. Tendo chegado aqui com esta, recebi nova carta do Padre Mendo, com um largo papel do mesmo impressor, cheio de novos reparos e inconvenientes, sobre os quais escrevo ao dito Padre a inclusa, que V. S. ª me fará mercê ver, porque não tenho tempo para repetir nesta o que nela digo, e fechada a levará ou mandará D. Manuel Rodrigues, amigo do dito Padre, com o maço que vai para ele. Não tenho que encarecer a grande mercê, que V. S.ª me fará, em se servir de tomar o trabalho de rever as traduções e as emendas no caso apontado; e para que V. S.ª o possa fazer, não só nas traduções senão nos mesmos originais, vão com esta parte deles, como irão aos demais nos correios seguintes, supondo que não passarão da mão de V. S.ª, porque se não possa impedir o intento. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 23 de maio de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 388-389)

Ainda que Vieira afirme, no trecho acima citado, que a tradução deve ser “fiel e própria quanto o sofresse a diferença do idioma”, o *fiel*, aqui, está relacionado às idéias de Vieira – e, de preferência, ao seu estilo. Hoje, sabemos que uma tradução literal, palavra por

palavra, é praticamente impossível, pois compromete o que é essencial traduzir: o sentido[95]. O que se propõe, nos dias atuais, é uma "tradução relevante", conceito desenvolvido por Jacques Derrida, que advoga uma tradução pertinente ao assunto, às idéias, ao contexto:

> Une traduction relevante serait donc, tout simplement, une "bonne" traduction, une traduction qui fait ce qu'on attend d'elle, en somme, une version qui s'acquitte de sa mission, honore sa dette et fait son travail ou son devoir en inscrivant dans la langue d'arrivée l'équivalent le plus juste, approprié, pertinent, adéquant, opportun, aigu, univoque, idiomatique, etc. (DERRIDA, 2005, p. 16)

Os comentários de Vieira, em carta a A Diogo Marchão Temudo, de 29 de junho de 1691, apontam que sempre algo se perde na transposição de uma língua para outra:

> Em lugar deste tributo à mortalidade não me esqueci do que V. M.^{cê} chama anual, e assim vai na frota o tomo nono, no qual quisera dedicar a V. M.^{cê} um sermão, e diz o copiador que seja o dos Escrúpulos ou da arte de nunca estar triste; mas o meu mimoso, como o mais pequenino, era o da Rainha da Suécia, que revestido de português perdeu muito na graça e energia italiana. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 612)

Sobre seu sermão intitulado **Discours de reconnaissance sur la naissance de l'infante de Portugal**, traduzido para o francês, parece igualmente não ter ficado satisfeito:

> Fico riquíssimo com os favores de V. S.^{a}, de que faço a estimação que merecem por todas as circunstâncias de que se esmaltam. O Reverendo Padre Verjus me não mandou o sermão, nem eu tinha notícia desta tradução, posto que depois a vi em mãos do Sr. Bispo de Laon. E sinto que sendo o discurso tão alheio da seriedade francesa se dê por amostra do pano. Fico meu em vésperas de imprimir alguma cousa de diferente suposição e fundamentos, com que se repare este discrédito, se não bastar a ocasião em que aquelas cousas se disseram para lhe alcançarem perdão. **A Duarte Ribeiro de Macedo-20 de outubro de 1671 (**AZEVEDO, 1926, T.II., p. 695)

---

[95] Em estudos de Tradutologia, devemos levar em conta que em cada língua há sempre algo de secreto, escondido, indizível, incomunicável, logo algo de intraduzível. Numa tradução, há sempre algo que se preserva (un travail de souvenir) e algo que se perde (un travail de deuil): "Je le résumerai d'un mot: renoncer à l'idéal de la traduction parfaite. Ce renoncement seul permet de vivre, comme une défience acceptée, l'impossibilité énoncée tout à l'heure, de servir deux maîtres: l'auteur et le lecteur. Ce deuil permet aussi d'assumer les deux tâches réputées discordantes d'amener l'auteur au lecteur, et d'amener le lecteur à l'auteur" (RICOEUR, 2004, p. 16).

A prioridade é traduzir o sentido, e isso é possível através de um procedimento nomeado por Ricoeur (2004, p. 66) de *trahison créatrice* (traição criadora) do texto original, que nada mais é do que uma apropriação criadora feita pela língua de chegada, que constrói não o mesmo texto, mas um texto similar, compatível ao original: "Grandeur de la traduction, risque de la traduction: trahison créatrice de l'original, appropriation également créatrice par la langue d'accueil; construction du comparable."

Discutindo o seu processo tradutório com Duarte Ribeiro, Vieira envia-lhe uma lista de lugares que "se não podem traduzir, devem ser mudados ou deixados na língua original". Trata, ainda, na mencionada carta, da pontuação, que provoca alteração no sentido do texto. Enfim, fala das escolhas que um tradutor deve fazer ao longo do processo tradutório:

> Com esta remeto a V. S.ª outros três sermões, e me remeto também no demais ao que tenho escrito na última. Nela prometia remeter a lista de alguns lugares que senão podem traduzir, e se devem mudar ou deixar […] O principal lugar que me ocorre é no sermão do Diabo, sobre os pontos e vírgulas, as quais totalmente se devem deixar, por não chamarem assim em castelhano, e falar só de pontos e pontuação, calam a segunda parte daquela versão, que também é menos comum. E na miudeza destas impertinências verá V. S.ª quais são as confianças que V. S.ª me tem dado. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 5 de junho de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 396)

Em outra carta dirigida a D. Duarte Ribeiro de Macedo, elogia a tradução deste que, pelo estilo do tradutor, pelo seu trabalho de reescritura, engrandece a obra de Vieira, conferindo "novo brilho" ao seu texto:

> Eu estava escrupuloso do demasiado atrevimento com que tinha pedido a V. S.ª, no meio de tão superiores ocupações, me fizesse mercê de passar pelos olhos a tradução dos sermões; mas, quando vejo a V. S.ª tão cioso e tão rigoroso tradutor, fica dobradamente animado, se bem com novo escrúpulo de que nenhuma a tradução agradará a V. S.ª, segundo o altíssimo estilo com que V. S.ª levanta a baixeza do meu, e lhe dá a alma e vida que ele tem. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 13 de junho de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 400)

Notamos, pelas cartas de Vieira, que era muito exigente no tocante às suas traduções, que gostava de escolher os tradutores com quem iria trabalhar, pois não era com todos os tradutores que se afinava. O Cônego Francisco Barreto, por exemplo, era um dos seus

preferidos: os elogios às traduções do amigo, cujo estilo qualifica sempre de impecável, são freqüentes:

> Entretanto as *Pedras de David*, traduzidas por meu grande amigo o Cónego Francisco Barreto, poderão suprir com a sua elegância esta falta na língua portuguesa; e também na castelhana a Palavra do pregador defendida, que se traduziu e estampou em Madri, sendo a corte que mais se podia ofender das nossas esperanças. **A Diogo Marchão Temudo – 21 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 653)

A partir dos comentários feitos por Vieira, embora o termo não existisse na época[96], podemos dizer que o jesuíta entende a tradução como um processo – hoje chamamos assim – de transcriação. Mais uma vez, é a voz do escritor que prevalece, que aponta o tradutor como co-autor do texto traduzido e a tradução como reescritura, recriação do texto original. A sua finalidade é a disseminação de suas idéias, a propaganda católica/absolutista da qual sempre foi porta-voz[97].

No trecho a seguir, Vieira discute a tradução de **As cinco pedras de Davi**, discursos sacros proferidos em italiano, na oratória da Rainha Cristina da Suécia, em Roma, e que o autor tinha vertido para o castelhano. O jesuíta é enfático: "esta segunda e melhor vida que da pena de V. M.^{cê} receberem não seja como de intérprete, senão de autor, que tudo se pode atribuir à diferença da frase castelhana". Percebe-se que, para Vieira, o tradutor não é um mero intérprete, mas um autor – essa "segunda vida" significa não o mesmo texto. A passagem para outro idioma significa passagem para um novo texto:

> Pelo que, vindo aos dois pontos últimos da de V. M.^{cê,} eu, por um aviso que tive do Padre Baltasar Duarte, tinha começado a traduzir as Cinco Pedras; e, tanto que li esta honra que V. M.^{cê} lhe queria fazer e a mim, logo levantei a pena do papel e a lancei da mão, e me parece que David, para maior glória do seu triunfo, fez alguma oração no céu, e quis ajuntar ao primeiro tiro os quatro que não tiveram lugar na sua

[96]As cartas deixam transparecer a sua preocupação teórica em relação ao ato tradutório. Em outras palavras, para traduzir é preciso ter em mente a definição de tradução: interlingüística, intralingüística, intersemiótica, transcriativa: "Il faut savoir ce qu'est l'essence de la traduction, sa mission, sa finalité, sa vocation" (DERRIDA, 2005, p. 29).

[97] Devemos registrar que a tradução-prática comum entre os jesuítas – tanto das cartas que prestavam conta à Ordem das atividades quanto dos textos sagrados – foi um dos fatores responsáveis pela disseminação da Companhia de Jesus no mundo. A tradução, na concepção jesuíta, tinha uma dupla finalidade: transmitir a ideologia católica e a pedagogia jesuíta, tinha, em suma, uma função didática. Ver LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas**: os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

> funda, para que com a harpa mais bem temperada sejam cantados na língua portuguesa; e, porque V. M.^{cê} não tenha isto por encarecimento ou lisonja, digo e pudera jurar que, lendo esta carta e V. M.^{cê,} reconheci nela tal soberania de estilo e tal superioridade ao meu, que, se não amara tanto a V. M.^{cê,} me passara muito de a ter lido. Torno a dizer que esta é a sincera e pura verdade; e fora eu mui ingnorado, se assim o não entendera e confessara. Finalmente, pelo bem que quero às *Cinco Pedras de David*, peço a V. M.^{cê,} pelo que elas significam, que esta segunda e melhor vida que da pena de V. M.^{cê} receberem não seja como de intérprete, senão de autor, que tudo se pode atribuir à diferença da frase castelhana. **Ao Cónego Francisco Barreto – 15 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 596-597)

Ainda em outra carta ao Cônego Francisco Barreto, datada de 16 de julho de 1692, chama-nos particularmente a atenção o procedimento tradutório de Vieira, no qual privilegia a adaptação do texto traduzido à cultura de chegada[98]:

> Vindo a tradução de *As Pedras de David:* depois que li a de V. M.^{cê} fiquei livre de um grande receio que tinha, não consentido por isso que se traduzissem, e era que na língua portuguesa perdessem a graça e energia da castelhana;, mas a elegância do estilo de V. M.^{cê} lhe deu tão novos espíritos, e as passou de tal sorte a melhor vida, que já parecem mais lisas e mais limpas em português que em castelhano, devendo este novo ser ao heróico do tradutor. Digo do tradutor, posto que V. M.^{cê} me diga que o foi só do primeiro discurso, e dos quatro seguintes os senhores N. e N, a quem beijo muitas vezes as mãos por esta honra. Os estilos são tão irmãos e conformes, que mais parecem de uma só que de três penas; o que só crê e confessa a nossa fé nas obras divinas. Na forma em que agora tornam as mesmas *Pedras*, que Deus seja servido levar a salvamento, verá V. M.^{cê} algumas palavras mudadas, de que darei a razão ou razões. A primeira foi forçosa, porque o original castelhano estava errado na impressão, não se advertindo (como não adverte ao princípio) as erratas no fim do livro, como são: cometidos vários em vez de vários; pertinácia em vez de paciência; e muitos outros igualmente intoleráveis, que totalmente mudam a verdade e propriedade do germano sentido. A segunda razão é porque nas palavras da tradução portuguesa me ocorreram algumas que pareciam mais naturais da nossa língua, e de maior expressão ou consonância, as quais me atrevi também a escrever, mas não a preferir, sujeitando todas à vista e correção de V. M.^{cê,} para que V. M.^{cê} faça eleição das que julgar mais acomodadas, ao pé das quais eu me assino, aprovando-as já daqui e tendo – as por mais acertadas. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 650-651)

Vieira prossegue, na mesma carta ao Cônego, com os comentários de cuidados quanto à própria obra:

---

[98] Interessante a preocupação de Vieira: "nas palavras da tradução portuguesa me ocorreram algumas que pareciam mais naturais da nossa língua". Podemos presumir que, para Vieira, a tradução é sempre uma tentativa que procura transportar para uma língua o sentido mais adequado ao original. O tradutor opera no entre-lugar entre duas línguas, duas culturas, duas memórias culturais com os saberes sociohistóricos que elas incorporam, tentando procurar manter os efeitos do texto original, assegurar, digamos assim, a sobrevida do corpo original, guardar a memória de um texto, fazê-lo ressuscitar em outro contexto.

> Supondo também que no fim do livro se há-de acrescentar o Índex, que foi o mais exacto que se fez, nele com maior clareza e brevidade não só se resume a substância de tudo, mas se dá luz e abre o caminho a outros pensamentos e discursos, como me confessou no colégio de Santo Antão um mestre de grande talento; e que por isso tinha sido o mesmo Índex o a que o Padre Mendo chamou inimitável. Enfim, senhor meu, esta tradução de V. M.^{cê} será o meu maior crédito, e o mais agradável e nobre suplemento do tomo com que faltei este ano; não bastando todos os meus, sendo tantos, ainda que divididos em instantes, para dar a V. M.^{cê} as infinitas graças que devo pelo sempre fiel e constante afecto, com que V. M.^{cê} ensina à fraqueza dos corações humanos que nenhuma força têm, contra as do verdadeiro amor, nem os longes da distância nem as friezas de ausência. **Ao Cônego Francisco Barreto – 16 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 651)

Esse princípio tradutório adotado por Vieira já houvera sido referendado por São Jerônimo, em seu prólogo da tradução latina da **Crônica**, de Eusébio. Susan Sontag faz referência, em seus estudos, ao pensamento de Jerônimo acerca da tradução:

> Cómo explicar la temeraria insistencia del propio San Jerónimo (circa 331-420), el primer intelectual (que y conozca) del mundo antiguo que reflexiona ampliamente, en prólogos y correspondencia, sobre la tarea de la traducción, de que el sacrificio del sentido y de la gracia es el resultado inevitable del intento de reproducir con fidelidad las palavras e imágenes del autor? (SONTAG, 2003, p. 39)

Jerônimo defendia a tese de que a tradução literal de uma língua para outra encobria o sentido. Além disso, procurava "naturalizar" o texto estrangeiro através de suas adaptações. (SONTAG, 2003, p. 40). Esse processo de naturalização, ou, se preferirmos, de aclimatação, procurava apagar a distância entre o passado e o presente e as marcas da alteridade do texto estrangeiro, tornando o estranho familiar e o alheio, próprio. Para Jerônimo, falar outro idioma não significava ser diferente. Em sua epístola datada de 396, em que cita Cícero, privilegia a essência literária em detrimento à fidelidade à palavra[99]: "En una epístola a

[99] Ler DÉPRÉ, Inês Oseki. **De Walter Benjamin à nous jours**: essais de traductologie. Paris: Champion, 2007. A autora chama atenção para o fato de São Jerônimo propor uma bipartição, isto é, traduzir o sentido dos textos profanos, fazer uma tradução equivalente e dos textos religiosos, uma tradução literal, palavra por palavra: "Quelques siècles plus tard, Jérôme, auteur latin de la chrétienté, se trouve confronté au dilemme entre traduction *orientée vers la source* et traduction *orientée vers la cible* – termes contemporains – qui ne pouvaient se concevoir tels quels à l'époque cicéronienne. En effet, aux grands orateurs et poètes latins de la période classique la question de la *fidelité* à la lettre grecque ne se posait pas alors que la traduction religieuse médiévale se devait d'être 'fidèle' (c'est-à-dire, littérale). Jérôme propose une bipartition: traduire le texte profane, à l'instar de Cicéron, Horace, Plaute, Térence, selon le sens, l'essentiel étant de produire quelque chose d'équivalent à la grandeur du texte hellénique, *sensum exprimere de senso* 'et traduire' mot à mot 'le texte religieux où même l'ordre des mots est un mystère'. C'est dire qu' au moment où il soulève le problème de la dualité de la traduction, il est à même – sur le plan théorique – d'y apporter une réponse. En gros, on pourrait dire que si les

Panmaquio, redactada en 396, cita Cicerón y concuerda en que la única manera apropiada de traducir es 'con las mismas ideas, con sus formas y figuras, pero con palabras acomodadas a nuestro uso'. No me pareció tener que traducir palabra por palabra sino conservar la propiedad y la fuerza." (SONTAG, 2003, p. 40).

Mas, retornando a Antônio Vieira, certamente este deveria estar a par dos preceitos de São Jerônimo, pois elege alternativas, procura encontrar soluções, faz da tradução um exercício ético valorativo. Sensível às línguas, Vieira expõe os seus procedimentos tradutórios, está ciente de que a tradução é uma atividade que sujeita às tradições nacionais, que é preciso aclimatá-la às culturas locais. Hoje, sabemos que o *locus* de enunciação tem implicações no ato de traduzir, que no ato tradutório estão instituídas as práticas discursivas da cultura do tradutor, que a tradução como mediação é um lugar de produção de valores.

Respaldados pelos constantes comentários que Vieira tece, em suas cartas, sobre a prática tradutória, podemos afirmar que o tradutor, dentro da Teoria Literária vieiriana, ocupa uma posição de destaque: ele possui, antes de tudo, uma vocação literária, é um dos arquitetos que ajuda a erigir este grande monumento artístico que é a literatura. Vieira, homem de Letras mui bem fundadas, soube encarnar aquilo que Sontag considera a principal qualidade de um tradutor, aquilo que o distingue dos demais – o tradutor é alguém capaz de imaginar soluções:

> El nuevo criterio es que traducir es hallar equivalentes: o, para dar un giro al símil, una traducción es un problema para el que pueden imaginarse soluciones. En contraste, la antigua pauta es que la traducción consiste en elegir, elegir de modo consciente, no sólo entre las meras dicotomías absolutas de buena o mala, correcta o incorrecta, sino entre una dispersión, más compleja de alternativas […] Para que semejantes opciones fueran buenas-o mejores – se suponía que implicaban un conocimiento, tan amplio como profundo, por parte del traductor. La traducción, vista aquí como una actividad electiva en el sentido más amplio, era una profesión de individuos portadores de una determinada cultura interior. Traducir meditada, trabajosa, ingeniosa, y respetuosamente es la justa medida de la lealtad del traductor a la empresa de la propia literatura. (SONTAG, 2003, p. 39)

Para concluir, citaremos um trecho da carta que Vieira escreve ao Cônego Francisco Barreto, em 16 de julho de 1692, na qual profetiza a sua sobrevivência literária como escritor, através das traduções de suas obras: "Meu Senhor – Se os corações se puderam traduzir como

---

propos de l'auteur latin ont prévalu jusqu'à nos jours, c'est Jérôme qui a permis à l'époque actuelle de se poser le problème de la traduction autrement qu'en termes d'orientation vers la réception exclusive du public et sa satisfaction. La littérarité exigée pour la traduction des écritures saintes, si elle représentait un moindre mal pour l'auteur qui traduit, pouvait avoir l'avantage de préserver une certaine obscurité relevant du sacré" (DÉPRÉ, 2007, p. 16).

as línguas – teria V. M.^{cê} ou veria neste papel a vera efígie do mais humilde agradecimento […] Enfim, senhor meu, esta tradução de V. M.^{cê} será o meu maior crédito" (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 650-651).

A profecia se cumpriu: as traduções de sua obra lhe deram o crédito da posteridade. O êxito da recepção dos textos vieirianos no exterior se deve, em parte, às traduções de sua obra. A tradução, enquanto "sistema circulatório" das literaturas do mundo, pôs em trânsito os textos vieirianos, fez com que se inserissem em outros sistemas literários, fez com que se tornassem uma referência mundial. Fez bem Vieira em apostar na tradução de seus textos, pois a tradução levou sua obra e suas idéias para além do sistema nacional, garantiu-lhe outros públicos, foi um dos fatores responsáveis pela sua sobrevivência canônica.

3. 2 Mão Própria, Mão Alheia: O Trabalho da Intertextualidade

A mão traz as digitais de vidas singulares, que ela anima e encarna. Instrumento dos instrumentos, a mão é marca da identidade funcional ou física de uma pessoa[100]. Em poucas palavras, a mão diz muito sobre aquele ser que a carrega, conserva seus traços, suas impressões, a mão reflete, na página em branco, os caminhos da alma humana. Agente da memória, a mão parece recolher a totalidade dos acontecimentos de uma vida e as incorporar e traduzir em um sistema de linhas. Quando não impedido por alguma atribulação, Vieira dizia escrever por mão própria:

> Senhor meu. – Porque devo crer do afeto de V. S.^{a} não estará sem cuidado do desastre de que dei conta a V. S.^{a} no correio passado, quero certificar a V. S ^{a} com estas poucas regras que já estou em estado de as fazer por mão própria, posto que ainda não livre totalmente de algumas repetições de febre, e sem poder assentar no chão o pé ofendido. Alguma vez me levanto por esta cela, mas sobre duas muletas, sendo necessário este exercício para não entorpecer de todo. Todas as minhas quedas são assim; mas desta quisera eu convalescer, mais do que das outras sarar. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 18 de abril de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 590-591)

[100] Ver o verbete **mão**, escrito por BAILLY, Jean-Christophe. **Le propre du langage**: voyages du pays des noms communs. Paris: Seuil, 1997. p. 123-124.

A metáfora da mão, própria ou alheia, é a metáfora do escritor, que remete a toda uma operação intertextual realizada por quem escreve, por quem se serve do alheio e o transforma em algo próprio – ou, melhor dizendo, em sua própria linguagem. Quando impedido de escrever, Vieira se utilizava daquilo o que costumava chamar de "mão alheia": utilizava-se das mãos de outrem para escrever. Com elegância, ditava suas cartas, de modo que a mão do outro é um "suplemento", uma continuação de sua própria mão:

> Senhor meu. – Escrevo a V. S.ª de mão alheia, dando muitas graças a Deus de o poder fazer ainda por este modo. Foi o caso que, haverá seis dias, descendo uma escada de pedra, caí de rosto por ela abaixo com todo o peso do corpo, e ali fiquei por bom espaço por ser de noite a dez horas, até que em braços me trouxeram a esta cama, com uma ferida na testa e sem poder reger a perna direita; sobreveio febre, de que fico com alguma melhoria: a ferida se cura, e dizem os médicos que não há perigo, posto que a perna, ainda que se não tirou nenhum osso do seus lugar, dizem se não solidará tão brevemente. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 11 de abril de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 588)

Demonstrando constante preocupação em responder às cartas recebidas, mesmo acamado, enfermo, tenta escrever, ainda que em linhas mal traçadas, por mão própria, sendo o pensamento uma espécie de linha errante, que Vieira tenta seguir, fixar pelo gesto da escrita:

> Ex.mo Sr. – Bem creio da falta de carta minha no correio passado interferia V. Ex.ª ficar eu em estado que não podia escrever;e assim foi, porque ainda hoje faço estas regras na cama, para onde me trouxeram em braços há dezoito dias, ferido na cabeça e estropeado de uma perna, por haver caído de noite por uma escada de pedra, com grande perigo da vida, por ser descendo e de rosto, com todo o peso do corpo e dos meus anos. **Ao Marquês de Gouveira – 22 de abril de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 592)

Privado da voz, servia-se da pena; privado da mão, recorria à mão alheia. Mais ditou do que escreveu: continua ditando, escrevendo mentalmente, divagando em suas conjecturas, num constante exercício criativo, ainda que se utilizando de outros instrumentos:

> Havendo porém muitos dias que a extrema velhice me tem privado dos instrumentos da voz, e achando – me nesta ocasião, como Zacarias no nascimento do maior dos nascimentos, mudo; para obedecer, contudo, aos acenos do nome de V. M., apelei, com ele, para a pena, com que se pode suprir a falta da língua. Mais ditei do que

> escrevi, porque me falta também a mão duas vezes quebrando. **À Rainha D. Maria Sofia – 16 de junho de 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 664)

A subjetividade de Vieira (a marca da sua mão) deixa-se compreender como papel dominante, imprime marca ao texto – "ditado por mim porque se o fosse por outrem não era minha" –, juntamente a um *corpus* de outras subjetividades, de outras mãos impressas no seu texto. Protagonista do discurso, reivindica a sua instância subjetiva, a sua força enunciativa individual:

> Sobre o que faria, achando-me com aquelas cartas, e mais impossibilitado que nunca a lhes fazer resposta, ainda de mão alheia, ditada por mim (porque se o fosse por outrem não era minha), resolvi-me a fazer uma carta que fosse muitas cartas, com que, sem gravar a nenhum, respondesse a todos, e de todos por fim alcançasse a graça de me não continuarem a mesma daqui por diante. **Ao Padre Baltasar Duarte-1 de agosto de 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 663)

Entre o mesmo e o outro, identidade, alteridade, a intertextualidade é condição da carta, como de todo texto, dado que o texto é um mosaico de citações: "Toute texte se construit comme mosaique de citations, tout texte est absorption et trasnformation d'autre texte" (KRISTEVA, 1969, p. 85). Pensado dessa forma, o texto vieiriano é escrito sobre um palimpsesto, pois guarda o resíduo de outras mãos. Essas marcas são denunciadas pelas leituras e citações feitas pelo autor.

Antes de ser escritor, o jesuíta foi um leitor voraz. Suas cartas permitem rastrear suas leituras e apontam um leitor que não lê e estuda apenas por puro diletantismo – mas que procura documentar-se bem –, que não lê apenas por erudição – mas que faz pesquisas sobre o que escreve –, e que procura outras vozes para dar sustentação à sua argumentação:

> Aquele papel se vai fazendo quanto o permite a frieza do tempo e a fraqueza da saúde, mas não o verá o mundo sem que V. S.ª o veja e o emende primeiro. Aqueles documentos em que falei na carta passada não dêem cuidado a V. S.ª, porque ainda depois do entrudo virão a tempo. A Obra há-de ser larga, e já o começa a ser e ainda não é obra. **A D. Rodrigo de Meneses – 28 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 33)

Exigente em suas pesquisas, Vieira solicitou a colaboração de amigos, como o Frei Isidoro da Luz e D. Rodrigo de Meneses, para encontrar o livro de Serafino de Razis. No rastro do livro, não poupou esforços, pediu que viesse, inclusive, da França:

> Mas, tornando aos sermões, ainda que não posso mandar a V. S.ª o de Cinza, que não houve, poderei remeter outros e todos, e assim o prometo, tanto que a isso der lugar a obra com que estou entre mãos, a qual é necessário que se apresse, porque não venha depois do tempo: trabalho nela quanto posso e mais do que posso. As profecias de S. Frei Gill estimei muito. O livro de Serafino de Razis procurei por terceira pessoa, como avisei a V. S.ª; a resposta depois de muitos dias foi que no colégio do Carmo não havia tal livro, nem ainda notícia dele. O Padre Frei Isidoro da Luz, que é grande meu amigo, e tomou por sua conta esta diligência, entende que o dono do livro o não quis emprestar e tomou este desvio; e, como dizem que compõe sobre o Apocalipse, terá razão para o fazer; mas ainda haverá tempo para nos ajudarmos do que V. S.ª tem mandando vir da França. **A D. Rodrigo de Meneses – 31 de março de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 44)

Bibliófilo apaixonado, Vieira freqüentava com regularidade as bibliotecas. Em tal espaço de conhecimento por excelência, criou os seus antepassados, os seus precursores, fez suas escolhas literárias. Nesse mister, "vasculha" bibliotecas, pede livros emprestados, faz encomendas, enfim, intenta a busca de livros perdidos. Pede, por exemplo, a D. Rodrigo de Meneses, que ajude a conseguir certo livro de um monge cisterciense, que viveu no século XII e que, segundo os sebastianistas, foi celebrado por milagres e venerado como santo:

> O roteiro do abade Joaquim ainda nos não faz falta na altura em que imos. Ele fez outro livro dos Pontífices, em que se vêem as suas imagens estampadas, com uma inscrição breve em que se descobrem os mistérios de cada uma; e, porque a do Papa presente tem cousas mui notáveis, e que grandemente conduzem ao intento, estimara eu muito vê-lo, posto que já o li em Roma. Aqui teve um livro destes o Reitor Saldanha, que não posso descobrir; no reino deve haver outros. **A D. Rodrigo de Meneses – 2 de junho de 1663** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 59-60)

No ano seguinte, continua a busca pela obra desse mesmo autor, como demonstra carta escrita a A D. Rodrigo de Meneses, datada de 14 de abril de 1664: "Na livraria de El-rei há um comento do Abade Joaquim sobre o Apocalipse, que há muitos anos se me emprestou, e agora me importava muito torná-lo a ver, podendo ser; V. S.ª me fará mercê mandá-lo entregar ao Padre Reitor para que mo remeta." (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 46). Nos dias que

se seguiram, Vieira continuava sua busca pelo livro perdido, dando prosseguimento a tal diligência:

> Não me mandou V. S.ª o escrito de Frei João da Silveira, e só me disse V. S.ª que o livro estava no colégio desta Universidade, mas sem nomear o religioso que o tinha. A diligência em comum fez o mestre Frei Isidoro da Luz, meu grande amigo, mas responderam-lhe, como avisei a V. S.ª, que não havia no Colégio tal livro nem notícia de tal autor. **A. D. Rodrigo de Meneses – 28 de abril de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 50)

Não esqueçamos que Vieira foi não apenas bibliófilo, mas também bibliotecário. Em uma determinada época, esteve encarregado de organizar a Biblioteca do Colégio Jesuíta, o que lhe oportunizou o contato com diversos livros:

> Na biblioteca do colégio dos jesuítas, de cuja reorganização ficou encarregado, encontrava muitos tesouros de que um entendido em assuntos apocalípticos podia tirar grande proveito. Não se contentando com os tesouros existentes nessa biblioteca, pedia aos seus confidentes que lhe enviassem de outros lugares textos não encontrados em Coimbra, sobretudo textos proféticos. Assim passava Vieira os dias, ou no colégio da cidade ou na chácara Vila Franca, "só consigo e com os livros". (BESSELAAR, 1981, p. 47)

Para escrever, era preciso, antes de tudo, ler. Com esse objetivo, Vieira organizou as estantes de livros do colégio, colocou em ordem a livraria e descobriu livros que se encontravam perdidos: "Como para ela me eram necessários os livros, tomei por minha conta a disposição de toda esta livraria, que está hoje mui melhorada na ordem e concerto que não tinha, e se descobriram nela muitos autores, principalmente antigos, que não só estavam encobertos, mas perdidos em tanta confusão." **A. D. Rodrigo de Meneses – 3 de março de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 39)

Neste período, em que pode dedicar-se ao tempo-leitura, Vieira demonstrou ter feito leituras rentáveis. Em sua estante, atestamos pelas suas cartas, figuravam autores clássicos e contemporâneos – alguns descobertos por acaso, outros recomendados –, autores portugueses e estrangeiros, capazes de fornecer-lhe um amplo cabedal de conhecimento, o qual foi "devolvido" em forma de produtividade textual: "Folguei de ver a epístola consolatória, sem o estilo de Mercúrio; mas não é de Sêneca: devem andar mais correntes na nossa secretária de

Estado os decretos de pesares que as cartas de pêsames.” **Ao Marquês de Gouveia – 19 de março de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 42)

A biblioteca imaginária[101] de Vieira é uma seleção de textos críticos, que supõe uma larga experiência com autores e livros diversos, criando, assim, sua biblioteca pessoal e expondo o trabalho do leitor Vieira com a literatura. Mais do que nos esclarecer sobre autores que freqüentou, em outras palavras, sobre suas filiações doutrinárias, a biblioteca vieiriana é reflexo de valores sociais e psicológicos, e diz muito sobre sua personalidade e sobre o perfil de sua sociedade:

> Compulsara toda a Bíblia, particularmente os livros proféticos, os Salmos e o Cântico dos Cânticos, onde fora recolhendo elementos para arquitetar esse grandioso edifício, com que pensava encerrar, qual fecho de abóbada, a sua visão do mundo e da História, a sua reflexão sobre o sentido da ação missionária da Igreja. Servira-lhe de apoio à interpretação do discurso bíblico um vastíssimo conhecimento dos textos patrísticos e uma leitura não menos extensa dos teólogos e exegetas do seu tempo. Lia tudo, mesmo os livros heréticos e proibidos. A sua curiosidade não tinha limites (SANTO, 1997, p. 157)

Não se trata de fazer um exaustivo inventário sobre as fontes e influências na obra de Vieira, ou de constatar a relação de seu texto em relação a outros[102], mas de demonstrar a transformação, as apropriações por ele feitas em relação a esses textos. Para fundamentar sua tese da ressurreição do rei português, por exemplo, serviu-se das profecias de Santo Isidoro: “Santo Isidoro diz em suas profecias que o varão, para o qual está reservada a mesma conquista, será um Rei duas vezes dado por piedade de Deus: *Erit Rex bis píè datus*.” **Carta Apologética ao Padre Jácome Iquazafigo –** 30 de abril de 1686 (AZEVEDO?1928, T.III., p. 746).

E, de fato, Vieira viveu longo tempo com os livros; viveu sempre cercado de livros por todos os lados. Sobretudo, no período em que ficou encarcerado, quando precisou

---

[101] Este termo “Biblioteca Imaginária” remete ao trabalho do leitor com a literatura, foco do estudo desenvolvido por João Alexandre Barbosa, em seu livro **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

[102] A poética vieiriana deve ser entendida como um trabalho de intertextualidade, como deslocamento hermenêutico operado pelo autor, modificando, renovando os textos herdados da tradição: “Mais dans ce cas, ce n’est pas le texte premier qui détermine le texte second mais bien le texte second qui (re) donne accès au texte premier, comme pourrait le faire un commentaire. En ce sens une écriture intertextuelle influence sur le sens et le statut du passé, le transforme. Sur un plan axiologique, l’auteur du texte second renégocie l’autorité et la valeur du texte premier, soit qu’il lui donne le statut du texte fondateur, soit qu’il le rétrogade au rang de simple précurseur d’un chef-d’œuvre, soit encore qu’il rende risible le texte sacré ou renforce l’autorité d’un texte qui n’avait pas grande valeur culturelle” (RABAUD, 2002, p. 37).

consultar mais do que nunca os seus livros para dar sustentação à sua defesa: "Passo estes dias em Villa Franca só comigo e com os livros, e se Deus for servido que continuem os alentos com que me acho, aquela obra se porá em estado que possa ir tempo às mãos de V. S.ª." **A D. Rodrigo de Meneses – 17 de novembro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 99).

Para Vieira, a biblioteca foi mais que um mero depósito de livros: foi uma "adega do saber humano"[103], em que se serviu das idéias e as usou como desejou. Tinha consciência de que, mesmo fechado, o significado dos livros continuava "trabalhando":

> Vindo pois ao nosso caso; como naquele tempo era livre a interpretação de Bandarra, reconheciam os curiosos em seu livrinho mais de quarenta coisas cumpridas desde o ano de 1640. As quais todas eram contingentes e dependentes da liberdade humana, e de tantas liberdades quantos eram os homens, repúblicas, governadores, cidades e Estados de todo o Reino e suas conquistas; não sendo nascidos os que as obraram, nem ainda seus pais e avós, quando as ditas coisas se escreveram. **Carta Apologética ao Padre Jácomo Iguazafigo – 30 de abril de 1686** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 739)

Através das cartas, temos acesso ao mapa de leitura vieiriano, ou, melhor dizendo, da sua desleitura criativa ou desapropriação dos textos. Essa desleitura criativa, segundo Harold Bloom (1995, p. 16), abre os textos através de um revisionismo, um redirecionamento que nos conduz a uma reavaliação dos textos. As relações entre os textos dependem de um ato crítico: de uma desleitura ou desapropriação. Verificamos que, em leitura ao livro **Prognóstico e lunário do ano de 1673**, escrito por Manuel Gomes Galhano e Lourosa, médico lusitano, Vieira estabelece relações com outras leituras, dando outro significado ao texto de Galhano:

> O correio da nossa terra não é ainda chegado; só tive por outra via uma carta mais antiga de Pedro Fernandes Monteiro, em que me faz menção das esperanças dos trinta e dois anos e meio, que também segundo o seu computo se fecham este ano, e me refere três regras de um prognóstico de Antônio Pais Ferraz, que eu não conheço, as quais citava o famoso Galhano no seu Almanaque deste ano, e são as seguintes, aludindo à conjunção de Marte e Júpiter, que foi a mesma do ano de 40. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 4 de abril de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 586-587)

---

[103] "Si les bibliothèques sont littéralmente les caves du savoir humain (dans l'obscurité des livres fermés les sens travaille continûment), les livres présentent toutefois sur les bouteilles l'avantage de pouvoir être bus (lus) à tout moment et de se conserver sans limitation, ainsi que celui d'être inépuisables: même bue d'un trait, la bouteille reste pleine […] Chaque livre est composé de lignes et se ferme sur elles comme une boîte. Dans l'empilement infini des boîtes à lignes, la bibliothèque écrit et suspend le rêve d'une ligne continue qui est comme un murmure: non le bruit des pages tournées par les lecteurs, assez semblable à celui du pas avançant sur un lit de feuilles, mais venant se poser sur lui comme une matière diffuse, la poudre ou le pollen de toutes les voix qui se sont tues et qui parlent de toutes les boîtes qui se sont refermés et qui s'ouvrent" (BAILY, 1997, p. 23-25).

Ainda na esteira dos paralelismos, compara as profecias de Frei Gil com as de Nostradamus, fazendo uma leitura comparatista, cruzando textos: "O papel francês folguei de ver pelos versos de Nostradamus, que são notáveis em confirmação das nossas chamadas profecias. Em tudo concorda com elas a exposição do intérprete. E só na acomadação da história, desenterrada de tão longe, se mostra pouco prático das nossas." **A Duarte Ribeiro de Macedo – 26 de fevereiro de 1678** (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 240)

Nesta viagem do escritor Vieira ao mundo dos livros, na sua "peregrinação textual", surgem acontecimentos imprevistos, descobertas as quais, no decorrer da leitura, obrigaram-no a reformular suas expectativas e reinterpretar o que havia lido. Influenciado pela leitura de um determinado livro, Vieira renunciou à crença na ressurreição de D. João IV e atribuiu, na **História do futuro** – livro que escrevia naquele momento –, o Quinto Império do mundo a um dos filhos de D. João, D. Pedro. No caminho das suas leituras, sempre a descoberta do que chamava de "novos fundamentos":

> O Padre Reitor me avisou do livro do Abade Joaquim que virá na primeira ocasião; o outro papel folguei muito ver, pelo que tem de curioso, e não se lhe pode negar, ao menos nas primeiras advertências, que são notáveis os mistérios que nelas se descobrem e que, supostos os outros fundamentos desta esperança, têm grande semelhança de verdade. O que Roque Monteiro disse (que suponho devia ser a seu pai) foi a resposta, que eu lhe dei de palavra, algumas cousas que me mandou dizer e perguntar sobre notícias antigas, que já em Lisboa tínhamos praticando, muito diferentes, na esperança e nos fundamentos, de tudo o que depois se foi descobrindo com o estudo e com o tempo, que é a obra que está reservado para V. S.ª somente, e para com a aprovação e censura de V. S.ª, ou se sepultar para sempre ou sair à, luz a seu tempo, se Nosso Senhor der saúde e o espaço que para ela é necessário. **A D. Rodrigo de Meneses – 25 de agosto de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 80-81)

Vieira não é o que se pode chamar de "leitor ingênuo"[104]. Buscava livros consoantes a seus próprios valores e expectativas, que endossassem o seus discurso. No episódio abaixo relatado, não conseguia terminar de escrever sua defesa, por lhe faltarem livros que deveriam

[104] Nessa sua busca obsessiva pelo encoberto, Vieira adquiriu o hábito de pôr sob suspeita tudo aquilo que lia, podemos dizer que se tornou adepto do que Humberto Eco denomina de *l'interprétation soupçonneuse*: "Pour lire de manière soupçonne le monde et les textes, il faut avoir élaboré une quelconque méthode obsessionnelle. En soi, soupçonner par principe que certais prhénomènes, évidents mais apparement insignifiants, peuvent être l'indice de quelque chose de non évident-et ils élaborent à partir de cela une hypothèse inédite qu'ensuite ils testent" (ECO, 1992, p. 106).

ser buscados fora do reino. Certamente, os referidos autores defendiam as mesmas idéias, as mesmas crenças do jesuíta:

> Lembrado está V. S.ª daqueles intentos acerca do papel escrito ao bispo do Japão, que foram impedidos pelo Sr. Marquês, interpondo – se a autoridade da Rainha nossa senhora. A estes pontos me mandaram responder os ministros desta Universidade, apontando neles tudo quanto disse ou escrevi, e tudo quanto imaginei dizer ou escrever em minha vida, que de tudo se pediu conta, e de tudo se me fez cargo. A tudo prometi responder e satisfazer, e sobre matérias (que são infinitas e não tratadas até agora pelos doutores) tenho escrito muito, mas falta muito mais por escrever, e tudo por concluir, porque as pedras deste edifício estão lavradas a pedaços e sem nenhuma ordem, como acontece em todas, e muito mais nas deste gênero, de que V. S.ª pode bem ser testemunha, pela mercê, que me tem feito, de descobrir e me mandar buscar fora do Reino os que não têm chegado. E é de direito natural que ninguém possa ser julgado sem se lhe dar defesa e o tempo necessário para ela. Sobre ser muito desproporcionado o tempo que se me tem dado para a minha, a despeito da multidão das matérias e qualidades delas, é tal o rigor da minha desgraça que me não querem levar em conta o tempo das minhas enfermidades, sendo tão graves e tão perigosas, por serem mui dilatadas, e que me não valha o axioma tão recebido e ditado pela mesma natureza, que *legitime impedito non currit tempus*: represento e requeiro que, ou se me dê tempo suficiente para responder por escrito, ou que me permitem responder verbalmente, ao que me permitem responder verbalmente, ao que me ofereço desde logo. **A D. Rodrigo de Meneses – 14 de setembro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 248-249)

Leitor sem fronteiras, Vieira buscou, em outros sistemas literários, autores com cujas idéias se identificava, as quais serviam às suas projeções, adaptavam-se a suas preocupações e que procurou aplicar à sua própria situação, dando significação aos seus projetos pessoais. Portanto, livros que respondiam aos seus propósitos[105]:

> Em Lisboa me mostrou Feliciano Dourado um livro francês intitulado Corona Mystica, cujo autor tomei em lembrança, mas não acho a memória. Entendo que foi dedicado a Pio V; é juntamente teólogo e jurista, e de língua mais antiga que moderna. Não o acho em Roma pelo título, mas tenho por sem dúvida que pelo nome se achará. Estimarei que, se V. S.ª fazer diligência por ele, e me faça V. S.ª mercê avisar do nome e ano em que foi estampado. **D. Duarte Ribeiro de Macedo – 16 de setembro de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 320)

[105] Vieira refletiu na sua obra as características de um homem viajado, exposto às influências de outras culturas, as soube integrar no seu próprio pensamento: “Essas idéias caracterizam-no, de uma forma geral, como uma pessoa letrada em vários domínios e que se inseriu na longa tradição da cultura ocidental” (SMULDERS, 1997, p. 174).

Porém, não guardava a impressão das obras para si. Em suas constantes trocas epistolares, fazia comentários sobre as obras que lia. Às que apreciava, tomava como modelo a ser imitado e recomendava a leitura a seus amigos, como foi o caso dos livros: **Panegírico histórico e genealógico da Sereníssima Casa de Nemours** e **Nascimento e genealogia do Conde D. Henrique**, pai de D. Afonso I, ambos impressos em Paris, respectivamente em 1669 e 1670. Afirma ter aprendido muito com a leitura desses livros: ler, para Vieira, também significa ilustrar-se.

> Ontem busquei ao Sr. Marquês Embaixador para lhe apresentar o livro de V. S.ª, mas não estava em casa, onde lhe o deixei a bom recado para que pudesse responder neste correio. Ao Abade Francisco de Azevedo dei o que lhe tocava, e o seu ao padre Bento Pereira, que muito estimaram. Eu li os meus de dois fôlegos, que a douçura do estilo não me consentiu fazê-lo com menos sofreguidão. Aprendi muito, e o maior encarecimento que posso dizer do meu gosto é que não invejei nada, sendo que conheci que não sei falar português. Não sei se faz bem aos princípios saberem que têm tão altas descendências! **A Duarte Ribeiro de Macedo – 30 de junho de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 352)

Prestigiava a leitura de autores jesuítas, mostrando ter conhecimento do que era produzido pela Companhia de Jesus, evidenciando estar em dia com as leituras dos textos da sua Ordem: "Em nau que partiu de Liorne remeto a V. S.ª, por via do padre João Pimenta, dois tomos grandes, em que se continua a história de Famicino, escrita por outro padre da Companhia, a quem dão palma na pureza da língua latina." **A. D Rodrigo de Meneses – 24 de outubro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 378). Mas o leitor Vieira gostava igualmente de poesia. Apreciava os versos de Sá Miranda: "Meu Senhor, e verdadeiramente meu; pois do senhor Francisco Barreto se não verifica o que dos outros senhores disse aquele discreto desenganado, que tão bem os conhecia: Quando te hão mister, és seu; Quando os hás mister, és teu; Que não tens donos então". **Ao Cónego Francisco Barreto – 15 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 594).

Entre os autores seculares, estava o mestre Bandarra – o sapateiro de Trancoso –, cujas famosas trovas sempre estiveram presentes em sua produção textual. Leitor obsessivo, Vieira se punha a decifrar os enigmas lançados pelas palavras de Bandarra, como se o texto de Vieira existisse, em potencial, no de Bandarra, como se as marcas do passado trouxessem a possibilidade do futuro. As trovas de Bandarra seriam, durante toda a vida do jesuíta, um livro fantasma a assombrá-lo:

> Com eles me consolo, e os examino e pondero muitas vezes, e aquele conto cheio, que se há – de cumprir ou começar nos trinta e dois anos e meio, me parece que se enche pontualmente de aqui a um ano, contando desde o ano de quarenta, que é o ponto fixo e precedente sobre que se vão continuando as outras contas. Se é sonho eu durmo, e se é loucura eu sou louco, e, em qualquer destas suposições, quando não haja de ser felicidade verdadeiramente para todos, basta que seja alívio e consolação para mim. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 31 de maio de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 452)

Anteriormente, tratamos de autores desconhecidos nossos, ou contemporâneos de Vieira; fixemo-nos, agora, nas obras clássicas que serviram de modelo de criação, que são as leituras de formação de Antônio Vieira. No desejo de escrever grandiosamente, toma emprestadas as velhas obras clássicas, transformado-as em fonte de inspiração presente, imprimindo a marca da sua leitura a textos que já trazem consigo as marcas de leituras outras, pois clássicos "são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes" (CALVINO, 1993, p. 11). A autoridade subjetiva de Vieira, de seu discurso, é construída a partir da autoridade, do discurso objetivo desses autores. Sua leitura é realizada sempre nesse intervalo.

O ato da leitura é sempre um ato de desterritorialização. Vieira, fazendo referência explícita ao texto de um autor clássico[106], o desterritorializa para recontextualizá-lo no Portugal do século XVII: compara a criação do Príncipe com a de Aquiles, personagem de Homero, que vivia sempre entre as damas. No texto homérico, foi buscar não algo que desconhecesse, mas que conhecia: o comportamento de Aquiles. Assim, o texto foi-lhe pertinente ao que aspirava dizer:

> A vida está só na mão de Deus, e esta é a ocasião em que servem as filosofias, que tantas vezes ouvi a V. A., do desprezo dela. Da mesma criação de V. A. saiu Aquiles a ser terror de Tróia e fama da Grécia; e esta mesma desconfiança (a qual inculco a V. A.). o fez mais Aquiles. Eia, meu príncipe, despida-se V. A. dos livros, que é chegado o tempo de ensinar aos portugueses e ao mundo o que V. A neles tem estudado. Armas, guerras, vitórias, por bandeiras inimigas e coroas aos pés, são de hoje por diante as obrigações de V. A, e estas as minhas esperanças. **Ao Príncipe D. Teodósio – 23 de maio de 1650** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 266)

---

[106] Geralmente, Vieira cita, em suas cartas, as autoridades da grande poesia latina: "Genericamente, são autoridades a grande poesia latina de Ovídio, Horácio, Virgílio e Lucano; os textos filosóficos, éticos e retóricos de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Plínio, Tácito e Sêneca, bem como as apropriações e a interpretação deles pelos comentadores da Patrística e da Escolástica" (HANSEN, 1997, p. 12).

Ao referir-se ao Padre Sebastião Barrados, famoso escritor jesuíta, autor de **Commentaria in concordiam et historiam evangelicam**, Vieira refere-se também a Plínio e a Cícero:

> Estas, senhor, são as palavras com que Plínio refere a história, de que coligem os que assim o interpretam que a imagem dedicada no templo era da mesma deidade, que nele se honrara. Nem parece que se houvesse de dedicar a Juno a memória da sua maior injúria na formosura de Helena, prêmio da sentença de Páris; e assim como Cícero diz que sucedeu o caso entre os crotómatas, e Plínio entre os agrigentinos, assim podiam variar na aplicação do retrato; mas, de qualquer modo que haja sido ou não sido, a semelhança é a mesma, cuja decência está qualificada com a modéstia do grande Padre Barradas, que no liv: VII, cap. X não duvidou de comparar as virtudes da Virgem Senhora Nossa com os dotes naturais das donzelas de Zeuxis, para que os cristãos o imitem. **A D. Teodósio de Melo – -s. d., 1669** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 272)

Em sua lista de livros, consta os do gênero dos de Madre Teresa ou de "semelhantes leituras", apontando sempre para o seu sistema de filiações doutrinárias ou, simplesmente, para leituras de sua preferência, resgatando a individualidade da escolha, que é assinalada pela imaginação do leitor:

> Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra mais pardo que preto; como farinha de páu; durmo pouco; trabalho pela manhã até à noite, gasto parte dela em me encomendar a Deus; não trato com mínima criatura; não saio fora senão a remédio de alguma alma, choro meus pecados;faço que outros chorem os seus;e o tempo, que sobeja desta ocupações, levam-nos os livros de Madre Teresa e outros de semelhante leitura. **Ao Padre Francisco de Morais – 6 de maio de 1653** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 304-305)

Sendo Vieira teólogo de profissão, era procedimento comum solicitar as obras de autores consagrados pela Igreja Católica. No caso a seguir, agradece o recebimento das profecias atribuídas a Santo Isidoro, bispo de Sevilha no século VII, cuja obra o tinha interessado:

> Beijo a mão a V. S.ª pelos fragmentos de Santo Isidoro: também me chegou quase no mesmo tempo o livro do Abade Joaquim, que estimei quanto não sei encarecer a V. S.ª, porque vêm no mesmo volume obras várias de outros autores daquele tempo, que eu tinha curiosidade de ver, e, por não me parecer que se podiam achar, deixava de fazer diligência por elas. **A D. Rodrigo de Meneses – 15 de fevereiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 121-122)

A Manuel da Silva (Marquês de Alegrete), grande cultivador das línguas latinas, Vieira indicava, como referências bibliográficas, as leituras de Santo Agostinho e a epístola de São Jerônimo, referências constantes em toda a obra de Vieira: "Ex.mo Sr. – Indo de Portugal o nosso historiador Paulo Orósio consultar a Santo Agostinho sobre questões de grande importância, ele o remeteu a S. Jerônimo com as palavras seguintes, que são da epístola 28." **Ao Marquês de Alegrete – 15 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 598)

A Bíblia, texto canônico por excelência, e seus personagens não foi evidentemente uma escolha arbitrária. Vieira a escolheu pela força da sua natureza representativa, pelo seu poder de disseminação, pela multiplicidade de discursos críticos que provoca sobre si, texto rico em metáforas, alegorias, que lhe serve de intertexto, de material para compor os seus próprios textos, mas, mais do que isso, de exemplos que se adaptam ao seu discurso:

> De sorte que Abrão, indo sacrificar a Isaac, em quem Deus lhe tinha prometido a sucessão de sua casa e outras felicidades ainda não cumpridas, fez este discurso: "Deus prometeu-me que Isaac há-de ser o fundamento de minha descendência; Deus manda-me matar ao mesmo Isaac: segue-se logo que, se Deus não revogar o seu mandado, e se Isaac com efeito morrer, que Deus o há-de ressuscitar". **Ao Padre André Fernandes – 29 de abril de 1659** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 490)

Vieira, o exegeta[107], faz uma reatualização e uma readaptação dos textos sagrados ao contexto histórico em que vivia. Ele recontextualiza o passado – um passado que, no seu entender, estava em constante movimento, adaptável às circunstâncias do presente:

---

[107] Como se sabe, a enunciação dos sermões de Vieira glosa a autoridade da Identidade Divina revelada nas Escrituras e reatualizadas nos textos doutrinais de Doutores e Padres da Igreja. Sua enunciação é, no caso, um ato de leitura hermenêutica que, ao repetir as autoridades canônicas, inclui-se nelas como um de seus comentários (HANSEN, 1997, p. 7).

> Dos fins aos meios há muitas jornadas: as notícias da prevenção de Castela, e dos lugares assim da terra como do mar em que se fizerem, nos podem mais que tudo ensinar se devemos temer, e que, e por onde. O melhor que tudo me parece no papel é a arrogância em que parará tudo: toma por exemplo a David e fala como o gigante; pode ser que se encaminhe a funda mais à sua cabeça que a nossa. **Ao Marquês de Gouveia – 23 de março de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 146).

O texto escrito, para Vieira, em seu nomadismo, reinscreve-se de povo para povo, de terra em terra. Um diplomata inglês, Sir Robert Southwell, dizia que Vieira tinha a arte de fazer com que as Escrituras dissessem o que ele desejava: "The famous Jesuit Antônio Vieira, who, besides his natural eloquence has the art of making the scriptures say what he pleases." (HOLANDA, 1991, p. 440).

A readaptação das passagens bíblicas, consideradas verdades absolutas, são relativizadas, ressemantizadas na escritura vieiriana; a sua escritura é reação à autoridade, ele é uma tomada de posição do indivíduo que tenta negociar com a autoridade dos antigos, fazer uma "reatualização", digamos, das Escrituras Sagradas, estabelecer diálogo com outros textos, inclusive textos seculares: "Antes deles nos têm em grande suspensão os sucessos da guerra deste ano, para cuja operação ainda em Maio não estão eleitos os cabos, posto que há dias continuam as levas, mas todas por esta parte de meninos, que mais parecem vítimas de Herodes que defensores de Portugal." **A João Nunes da Cunha – 6 de maio de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 162-163).

Essa leitura recriativa que Vieira se propôs a fazer dos textos canônicos custou-lhe críticas e reprimendas. O "crime" de Vieira, parafraseando o célebre livro de Pedro Calmon (1930), foi um crime hermenêutico[108], sua ousadia foi reivindicar o direito interpretativo, o espaço da criatividade, a necessidade de ir além do culto do passado, pressuposto fundamental de toda hermenêutica. AntônioVieira, quando faz citações em suas cartas, extrai, desenraiza, destaca essas citações dos seus contextos originais, ele as "recorta" pelo ato da leitura e as "enxerta" no texto das cartas pelo ato da escrita, integrando-as ao seu texto:

---

[108] Bem nos adverte Hansen (1997, p. 9) sobre as citações bíblicas feitas por Vieira: "Amplia as citações, adaptando-lhes o sentido aos discursos dos negócios particulares do Império. Recicla os exemplos. O retorno do passado sobre o presente, não como mera repetição do mesmo, mas como uma repetição diferencial do Idêntico". Perguntamo-nos se os limites da interpretação vieiriana – sua arte de ler – não foi tanto questionada pela interpretação em si dos textos sagrados, em se tratando Vieira de um tipo autorizado a fazê-lo, mas, justamente, da utilização que fez dos textos sagrados, dos deslocamentos textuais que operou e que por conseqüência geram novos sentidos.

> O gigante Golias significa aqui o Anti-Cristo, e diz Bandarra, como tão grande intérprete das Escrituras, que há muitos, que se têm por sábios, que receiam a vinda das dez tribos e a conversão dos judeus, porque têm para si que quando isto for já é chegado o fim do mundo, e que já estamos no tempo do Anti-Cristo, sendo que entre uma e outra cousa se hão-de passar muitos centos de anos, como consta das mesmas Escrituras, nas quais diz Bandarra, e diz bem, que viu o seu sonho afigurado, e que achou muitas figuras ou pinturas dele. **Ao Padre André Fernandes – 29 de abril de 1659** (AZEVEDO, 1926, T.I., p. 517)

Nesse sentido, Vieira, ao tentar excusar-se pela audácia interpretativa, dirá uma frase que se tornará emblemática e fundamental para a compreensão de sua poética, frase de abertura de seu livro **História do futuro**: "Os doutores antigos não disseram tudo, não acertaram em tudo; não concordaram em tudo" (BUESCU, 1982, p. 127). O leitor/escritor pleiteia o direito de dar respostas individuais à literatura, as suas leituras: "Nesse caso, escritura e leitura coincidem: a leitura será uma escritura, da mesma forma que a escritura era uma leitura, já que em **O tempo redescoberto**, a escritura é descrita com a tradução num outro livro interior. O dever e a tarefa do escritor, concluía Proust, são os de um tradutor" (COMPAGNON, 2001, p. 144).

A sobrevivência estética de Vieira decorrerá da sua compreensão de que um escritor não repete a memória de sua tradição, mas a reescreve a partir de seu viés crítico. Alfredo Bosi cita em seu texto **De profecia e Inquisição** um trecho em que Vieira, defendendo-se da Inquisição, reclama o direito hermenêutico de reinterpretar a sua tradição, de manipular, através de sua memória individual, a memória coletiva:

> Saber só o que os Antigos souberam, não é saber, é lembrar-se. Os eruditos, como certos alemães (que têm a cabeça virada para as costas, no dizer sarcástico dos italianos), só se ocupam com o passado sem descobrir nem inventar cousa alguma. E neste século dezessete e ibérico de tesourizados, de adoradores ou aduladores da Antiguidade, não deixa de ser prova de inconformismo dizer que muitos doutores se restringem a "estudar" o já estudado, escrever o já escrito, tomando a água no regato por não se cansarem de a ir buscar à fonte. E estes mais são copiadores de livros que autores, acrescentando às opiniões número, mas não peso. Mas querer forçosamente que nos atemos em tudo ao passado, é querer atar os vivos aos mortos. (BOSI, 1998, p. 23)

Quando o assunto é profecias, Vieira argumenta que só faz repetir o que já estava escrito, evoca a voz da tradição, o que já faz parte do imaginário popular, o velho reciclado em novo:

> Eu não quisera crer em profecias, como tão escandalizado delas; mas também não posso negar o que tenho visto e vou vendo. Se fiara mais deste papel, mandara a V. S.ª um em que há duzentos anos está escrito tudo o que vimos nestes quatro últimos, e só falta o que já se começa a dizer. Mas, como tudo é para fins de grande glória de Deus, e daqueles a quem ele faz mercês acinte, não acabo de me desconsolar e desanimar de todo. **A. D. Duarte Ribeiro de Macedo – 16 de setembro de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 310)

Roma não via grande ameaça ou perigo à fé nessas relações estabelecidas por Vieira, opinião que divergia muito da Inquisição portuguesa, a qual condenava o procedimento de Vieira enquanto teólogo, intérprete das Escrituras Sagradas. Sobre essa questão, argumentava Vieira:

> Quanto aos medos da nossa Inquisição é cousa ridícula; e que pode ela pretender nem fazer contra o recurso do Sumo Pontífice? Enfim a nossa fé tem degenerado em loucura, como dizem com mofa, irrisão e desprezo todas as nações católicas do mundo, e todos os grandes homens eclesiásticos, religiosos e prelados da maior piedade, que concorrem neste supremo teatro da cristandade. O zelo materialmente é muito bom, mas tão indiscreto e tão cego que nenhuma ignorância o pode escusar de gravíssimo pecado contra a mesma fé, que por este caminho se destrói em muitas almas e se impede em infinitas: Mas a matéria em suas evidências e consequências não é para tratada de tão longe. Em conclusão, se S. A. quer fé, justiça e reino, recorra e recorra logo ao Vigário de Cristo, que é a regra da mesma fé, e descarregue nele a sua consciência e de seus ministros, para que os estilos e prática da Inquisição de Roma, que é a mais qualificada e aprovada por tantos. Sumos Pontífices, cuja autoridade só é canônica, cuja santidade está canonizada em tantos, e não queiramos ser melhores que eles, que é o mais evidente argumento de não sermos bons nem os que devemos. De aqui se seguirá que serão castigados os culpados; e que ficarão livres de temores e enredos os inocentes; e para que os enredos passados não sejam laço e embaraço da nova justiça futura, se pode co-honestar com um perdão geral, ou outro nome que tenha o mesmo efeito. **A D. Rodrigo de Meneses – 31 de dezembro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 550)

Nessa obsessiva missão de decifrar textos, percorria os labirínticos textos proféticos, procurando estabelecer relações entre esses e os acontecimentos presentes, dando, portanto, fundamentação à sua argumentação:

> No meio de tanto desgosto me consolam somente as esperanças que me dão as nossas profecias, pelas quais eu esperava até o meio deste ano, como há muitos meses escrevi a V. S.ª, sei que hoje se notam em Portugal, e se me referem por muitas vias, e alguma com que eu aqui as havia comunicado nas noites do inverno passado. O conto dos trinta e dois e meio se encheu no fim de junho; aos 5 de julho se firmou por S. A. a licença que deu ocasião aos primeiros pasquins; a pesquisa

> destes descobriu a conjuração; e o perigo em que estava o Príncipe e o reino, que ainda não está de todo vencido, é o maior em que jamais se viu Portugal, entrando nesta conta os tempos de El-rei D. João o primeiro. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 14 de novembro de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 677)

Mais um exemplo de familiaridade do leitor Vieira com a Bíblia, citando os nomes de Maria e Marta. Essa passagem tinha uma significação no seu contexto de origem. No texto vieiriano, essa passagem é reconstituída, na tentativa de restaurar a tradição, mas, no processo de transferência para seu contexto cultural, a passagem bíblica adquire uma outra significação quando acomodada à situação vivenciada pelo Conselho Ultramarino[109]:

> Exmo Sr. – Não quero dar a V. Ex.ª o parabéns do Conselho Ultramarino; mas dera-o de mui boa vontade a S. A., que Deus guarde, por esta eleição, e o dou ao mesmo Conselho, a India ao Brasil e a todas as nossas conquistas. Eu há muitos dias que as considero mortas de mais de quatro e, esperando a sua ressureição com mais fé que Marta, só lembro com Maria, e com as suas lágrimas, o amor e patrocínio hereditário, que a V. Ex.ª merece o Brasil, a quem pelo segundo nascimento devo as obrigações de pátria. **Ao Marquês das Minas – 9 de setembro de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 639)

A esse trabalho de acomodação, constantemente operado pelas mãos vieirianas, podemos chamar de trabalho da citação: "Toute écriture est collage et glose, citation et commentaire", nas palavras de Compagnon (1979, p. 32). A citação é um lugar de acomodação previamente situado no texto, é uma reescritura que o integra em um conjunto ou em uma rede de textos, em uma tipologia das competências requeridas para a leitura. Ela é reconhecida e não compreendida – ou reconhecida antes de ser compreendida. No meio da guerra contra os holandeses, Vieira cita os célebres Alexandre Magno e o rei Dario servindo-se dos conselhos desses como estratégia militar contra os holandeses:

> Mas não há que espantar serem vencidos os que viviam nesta abundância. Bem ensinava Alexandre Magno aos seus soldados que a pobreza era a única mestra da milícia, e por isso os Macedónios venciam tudo, porque nada tinham; que as cidades com ferro se defendem e não com ouro; com homens armados e não com casas ornadas, como depois de bem experimentado o confessou el-rei Dario**. Ao Geral da Companhia de Jesus – 30 de setembro de 1626** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 21-22)

---

[109] A Bíblia, como obra de referência canônica, é uma obra que podemos chamar de obra de valor: "A obra de valor é a obra que se continua a admirar, porque ela contém uma pluralidade de níveis capazes de satisfazer uma variedade de leitores" (COMPAGNON, 2001, p. 229).

A leitura e a escrita, porque dependem da citação e a fazem trabalhar, produzem texto – e, no caso específico de Vieira, volumes. A citação é sinal claro da co-presença do outro, do texto estrangeiro integrado, instalado no texto de Vieira. Citando o exemplo de Júlio César, comparou a atitude do Visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Mendonça, à atitude desse grande personagem da história ocidental:

> Li um dia destes um famoso exemplo de Júlio César quando lhe trouxeram a cabeça de Pompeu, em que se demonstra que o coração do príncipe se lê no rosto de seus criados. Aplicou Afonso Furtado ao Brasil, e a primeira cousa em que se empregou foi em tirar ao irmão de Antônio Vieira o assento que tinha nos conselhos; e não havia de fazer isto, se entendera que era irmão de um homem que tem na graça de S. A. o lugar que V. S.ª me assegura. **A D. Rodrigo de Meneses – 21 de novembro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 391)

Todo esse trabalho de estabelecer analogias, de acomodação de uma citação desenraizada de seu contexto original, torna-se possível em função dos livros estarem livres da demanda da cronotopia, pois cada livro, conforme Carlos Fuentes, é inesgotável simplesmente porque é constantemente lido. Dito de outra forma, é o leitor que dá sentido à obra pelo ato da sua leitura: "El tiempo de la escritura puede ser finito y crear, sin embargo, una obra total, absoluta: pero el tiempo de la lectura, siendo infinito, crea cada vez que es leída una obra parcial, relativa ". (FUENTES, 1990, p. 19)

Mas nem só de personagens históricas vive a citação vieiriana. Às vezes, costumava citar a si mesmo – trechos de suas obras: "Agora me lembraram aquelas palavras do meu sermão do Advento, com que V. Ex.ª rematou a última carta: Poderoso é Deus, para em todo o tempo e de todos os modos conseguir os fins de sua providência, e dar a El-rei e ao reino as felicidades que lhe desejamos." **Ao Marquês de Gouveia – 25 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 31). A memória textual do autor recupera uma citação do falecido rei D. João IV sobre os judeus e a enxerta em uma carta escrita ao Padre Manuel Fernandes:

> Finalmente ponho aqui a licença que El-rei que está no céu concedeu para este mesmo negócio, a qual, toda de sua letra e firmada por S. Majestade, está em Roma, e dela, muito bem reconhecida por mim, tiro a cópia, que é a seguinte: "Concedo aos homens da nação hebreia de meus reinos a licença que pedem, para recorrer ao Sumo Pontífice e sobre matérias que pertencem ao Santo Ofício da Inquisição, e o

> que S. Santidade determinar, ouvindo primeiro os Inquisidores". **Ao Padre Manuel Fernandes – 9 de setembro de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 652)

Tratamos, até o momento, de citações explícitas, diretas, identificáveis no texto. Existem, porém, citações implícitas, que exigem maior competência do leitor do texto epistolar ou de qualquer outro texto. Em comércio epistolar com o Padre André Fernandes, de 4 de dezembro de 1660, dirá Vieira: "Queira Deus que lá o saibam conhecer aos que só têm os olhos nas Fronteiras de Alentejo e não consideram que o reino de Portugal não foi fundado para se estender por Castela, senão para dilatar a fé de Cristo e o reino de Deus pelo mundo" (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 574).

Essa frase "dilatar a fé de Cristo", que implica não só disseminar a fé católica, mas aumentar os domínios portugueses, é uma idéia difundida n'**Os lusíadas**[110]. Logo, o intertexto é a epopéia camoniana – referência implícita para o leitor contemporâneo desfamiliarizado com a obra de Camões, mas, para os leitores contemporâneos de Vieira, uma citação bastante corriqueira:

> As armas e os barões assinalados,
> Que, da ocidental praia lusitana,
> Por mares nunca de antes navegados,
> Passaram ainda além da Taprobana,
> Em perigos e guerras esforçados
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo Reino, que tanto sublimaram;
> E também as memórias gloriosas
> Daqueles reis que foram dilatando
> A Fé, o Império, e as terras viciosas
> De África e de Ásia andaram devastando,
> E aqueles que por obras valerosas:
> Se vão da lei da morte libertando:
> Cantando espalharei por toda parte,
> Se a tanto me ajudar o engenho e arte. (CAMÕES, 1980, p. 75)

Em seguida, em conversa com o Marquês de Gouveia, faz o seguinte comentário:

[110] Ver CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

> Aqui não há novidade. Por toda a semana que vem, me disse ontem o nosso Embaixador, irão os bispados com as letras abertas ou cerradas, sobre que se fizeram duas congregações, e ainda não está resoluto; melhor fora não intentar que não conseguir;nem desejar os fins se não hão-de aplicar os meios. **Ao Marquês de Gouveia – 31 de janeiro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 321)

O epistológrafo Vieira não era uma viajante sem bagagens, as suas cartas comprovam que levava consigo uma ampla bagagem cultural, fruto de suas inúmeras leituras. A citação para Vieira é, nesse sentido, uma parte significativa do material literário, uma operação intertextual. Aos que desconhecem a obra de Vieira, a citação passa despercebida. Em "nem desejar os fins se não hão-de aplicar os meios", o intertexto é Nicolau Maquiavel: Vieira escreveu um livro intitulado **Anti-Maquiavel**[111].

A citação, seja ela explícita ou implícita, não é apenas ornamento do discurso, mas fonte de sua autoridade: dominar as citações significa dominar o discurso. Vieira estabelece, prolonga ou interrompe comunicação com as sua citações, teoriza as transformações dessa herança e define as condições de uma estética mais pessoal. Tanto as cartas quanto os sermões e a obra profética exprimem a sua memória textual, nascem desses pequenos roubos dos textos alheios[112], da ilusão de transformar esses textos em linguagem privada, de converter a linguagem em um bem pessoal. Podemos dizer que o texto vieiriano é composto por um conjunto de citações, de vozes digeridas e transformadas em seus textos:

> Finalmente, a praxe Eclesiástica, fundada na mesma Escritura, e Santos Padres acabam de confirmar o dito; porque de 1686 todos os escritores, assim antigos como modernos, de nenhum outro argumento usam para provar o espírito profético dos Santos, cujas vidas escrevem, senão com o efeito das coisas profetizadas. Este é o uso da mesma Igreja Romana nas legendas dos Santos, como se vê na de S. Pedro Alexandrino, quando profetizou que Aquilas e Alexandre Presbiteros haviam de

---

[111] PÉCORA, Alcir. Política do Céu (Anti-Maquiavel), op. cit, p. 114.

[112] "Para un escritor la memoria est la tradición. Una memoria impersonal, hecha de citas, donde se hablan todas las lenguas. Los fragmentos y los tonos de otras escrituras vuelven como recuerdos […] Escribir es un intento inútil de olvidar lo que está escrito (En esto nunca seremos suficientemente borgeanos). Por eso en literatura los robos son como los recuerdos: nunca del todo deliberados, nunca demasiado inocentes. Las relaciones de propiedad están excluida del lenguaje: podemos usar todas las palabras como si fueran nuestras, hacerles decir lo que queremos decir, a condición de saber que otros en ese mismo momento la están usando quizá del mismo modo. Condición que encierra un núcleo utópico, en el lenguaje no existe la propiedad privada. A nadie, salvo en un caso muy específico y muy inocente de paranoia, se le ocurre pensar que las palabras pasan a ser suyas después de haberlas usado. Los escritores padecemos, en un sentido, de esta forma de paranoia. La esencia de la literatura consiste en la ilusión de convertir el lenguaje en un bien personal. La relación entre memoria y tradición puede ser vista como un pasaje a la propiedad y como un modo de tratar a la literatura ya escrita con la misma lógica con la que tratamos el lenguaje. Todo es de todos, la palabra es colectiva y es anónima" (PIGLIA, 1990, p. 60).

> sucedê-lo no Bispado. **Carta Apologética ao Padre Jácome Iquazafigo – 30 de abril de 1686** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 740)

Dessa prática em se "nutrir" dos textos alheios e em transformá-los em seus, o olhar, sempre atento, extrai citações e as enxerta no seu texto, construindo um terceiro espaço textual, fruto do cruzamento de suas leituras e de suas percepções, da experiência que adquiriu nos livros e a mesma, experiência direta enquanto sujeito. A articulação dos textos vieirianos é feita pelo cruzamento dos textos canônicos e não canônicos – desse cruzamento nasce a matéria-prima da sua escritura. Toda a operação empreendida pelo escritor consistiu em "recuperar" os textos clássicos e os populares – a literatura culta, que é cosmopolita, e a popular, localizada –, e reescrevê-los, enxertando elementos do seu imaginário

Em carta escrita a D. Duarte, atestamos essa "intromissão", esse choque intertextual, mostrando a possibilidade de outros gêneros[113] virem a se depositar na carta, relativizando, desse modo, a identidade do gênero epistolar, pela combinação de novas formas e discursos, e incorporando o novo no conhecido. Isso é perceptível no trecho abaixo, no qual Vieira faz a inserção de um outro gênero literário, a trova:

> Se tal cousa se vê, tudo o que se promete deste ano será menos inimaginável. Os que tudo querem achar nos vaticínios aplicam a esta suposição a célebre trova:
> Porque de partir a vir
> Ao que a minha conta soma,
> O texto se há-de cumprir
> Primeiro, senhor, em Roma. **A. Duarte Ribeiro de Macedo – 5 de junho de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 395)

[113] Examinando a correspondência de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, é possível constatar que a experiência epistolar desses autores se inscreve sob o signo da transgressão do gênero, isto é, o texto da carta é atravessado por outros gêneros. Esses autores produzem, dentro da tipologia das cartas, uma carta que podemos chamar de ensaística, em que se misturam poesia, crítica, contos, notas explicativas, desenhos ou caricaturas, em que crítica e criação, vida e arte entrelaçam-se. A epistolografia brasileira, mais precisamente a do século XX, tem como característica a ousadia da experimentação, a imprevisibilidade da forma, e transita entre a norma e a espontaneidade. Ver SUSSEKIND, Flora. **Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa Rui Barbosa, 2001. Ver também MORAES, Marcos Antônio de (Org). **Correspondência Mário de Andrade &Manuel Bandeira**. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Brasileiros, v. 1, 2000. [Col. Correspondência de Mário de Andrade.] Em Vieira, é mais difícil encontrarmos esse tipo de experimentação. Entretanto, em algumas de suas cartas, há intromissão de outros gêneros: epitáfios, trovas, quartetos, gêneros estes que vêm se agregar ao epistolar.

Quando tratamos, no primeiro capítulo, sobre o hibridismo do gênero epistolar, demonstramos que tal gênero permite múltiplas variações de forma e de utilização, sejam elas literárias ou não literárias. A diferença está no uso que é feito da carta. Mais uma vez, atestamos, em carta escrita a Duarte Ribeiro Macedo, que Vieira recita quartetos, inserindo outro gênero na página de suas cartas:

> Nestes dias amanheceram na esquina da Inquisição e na porta da capela estes quartetos:
> Com cristão zelo e piedade
> Quer a santa casa que
> A vozes de viva fé!
> Não seja ouvida a verdade.
> Vive absoluta e sem lei
> Sendo de virtude a capa:
> Quando o Rei manda, é do Papa,
> E quando o Papa, é do Rei. **A. Duarte Ribeiro de Macedo – 13 de junho de 1679**
> (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 399)

A carta para Vieira é uma arte cotidianamente exercida. Ao mesmo tempo em que segue uma norma epistolar, abre um espaço de expressão em que é permitido escrever "a maneira de si". Vieira encontra uma fenda para deixar correr a sua imaginação, para exercer sua criatividade. Essas cartas, marcadas pela intromissão de outros gêneros, demonstram a impossibilidade de uma literatura, de um gênero como o epistolar, manter sua identidade essencialista, pura, sem contaminação de outros gêneros:

> Vai a décima acusada; o certo é que os nossos cabos nem prosa em prosa nem em verso se ajustam bem etc. Décima obre a batalha de Montes Claros:
> Passou da marca o Marquês
> No valor na bizarria;
> S. João teve o seu dia
> A dezassete do mês;
> O meu César desta vez
> Soube vir, ver e vencer;
> Com Jaques não há perder;
> Meneses todo é Luís;
> O Denis fez quanto quis;
> Não há mais Flandres que Scomber. **A D. Teodósio de Melo-11 de julho de 1665**
> (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 195)

Enquanto objeto estético, a carta mostra-se rica em sugestões, trata-se de uma forma esteticamente válida, uma vez que pode ser compreendida segundo perspectivas múltiplas, por manifestar uma grande variedade de aspectos e de ressonâncias, sem jamais cessar de ser ela mesma. Em matéria epistolar, as opções estéticas não são jamais inteiramente unívocas, a carta não é uma forma virgem, guarda memória de estados anteriores:

> Mais il faut se garder de cette mythologie tenace qui fait de l'épistolier un écrivain naif. S'il lui arrive d'être veritablement naif et inexpert en l'art épistolaire, la lettre, elle, n'est jamais, littérairement parlant, une forme vierge, tant elle garde en mémoire le souvenir de ses états antérieurs, selon un effet mémoriel qui affecte plus ou moins consciemment l'épistolier. (DIAZ, 2002, p. 15-16)

No que tange a Vieira, não podemos ler as cartas como uma experiência estética autônoma; a estética está subordinada a um discurso: "Há uma unidade teológico-político-retórica própria das práticas do Estado ibérico absolutista. As cartas, assim como os sermões, são discursos autorizados, que reciclam e comentam a autoridade", diz Pécora (1994, p. 26)[114]. Logicamente, a intertextualidade vieiriana é uma retórica[115], é um efeito de leitura desejado pelo autor, que exige competência do leitor do intertexto, que supõe um leitor portador de um conhecimento mínimo acerca do texto citado.

A noção de intertextualidade, no exame das cartas de Vieira, não tem por única função transgredir o fechamento do texto, ela supõe um deslocamento da concepção do literário, isto é, a interpretação do texto epistolar vieiriano não pode ser fundada unicamente sobre o autor e o mundo, mas deve ser explicada pela interação entre os textos. O trabalho intertextual é o retorno do mesmo sobre a pluma do outro. Em outras palavras, o trabalho

---

[114] Adolfo Hansen reforça a tese de Alcir Pécora. Em outras palavras, as cartas de Antônio Vieira obedecem aos preceitos disciplinares e epistolares fixados no século XVI por Inácio de Loyola; dito de outra forma, tudo aquilo que lhe sai da pena é reescrito, corrigido, reavaliado. Vieira se caracteriza por estar sempre vigilante sobre aquilo que escreve, pois sabe que suas palavras poderão causar efeito no ânimo dos leitores. Embora observe a estrutura da carta prescrita pela *art dictaminis*, não hesita em adaptar as cartas às necessidades da matéria e ao propósito da carta. Suas cartas são modeladas por categorias retórico-poéticas: "As cartas de Vieira não são informais e não se podem ler como depósitos neutros de informação positiva sobre acontecimentos do século XVII. Seu eventual leitor as lerá mal ou parcialmente, se não observar que sua forma é modelada por categorias retórico-poéticas da perceptiva epistolar e teológico-políticas da doutrina católica da monarquia absolutista" (HANSEN, 2003, p. 14-15).

[115] Daí vem a dificuldade do leitor contemporâneo em relação ao conjunto da obra de Vieira. O leitor contemporâneo, "em desvantagem" de quatro séculos em relação aos leitores do século de Vieira, desconhece a grande maioria dos textos citados pelo autor. A "reconstituição" é possível somente através de um árduo trabalho de pesquisa, em que o pesquisador se põe a refazer o percurso intertextual do autor. Ler a esse respeito BESSIÈRE, Jean. L'intertextualité est une rhétorique. **Dire le Littéraire.** Points de vue théoriques. Bruxelles: Mardaga, 1990. p. 232-234.

epistolar é o resultado de um texto a duas mãos, é a resposta de um texto anterior. Vieira responde, em trocadinhos, ao Vice-Reitor da Universidade que havia lhe enviado, junto com uma carta, três sonetos, cada um em uma língua: latim, castelhano e português. Neste jogo de xadrez epistolar, Vieira dá continuação ao texto do amigo:

> Rev.mo Padre Mestre. – As honras que V. Rev.ma faz a Vila Franca são só iguais às saudades que lhes deixou, as quais nem o Mondego pode escrever com todas suas águas, nem contá-la ainda hoje com todas suas areias. Ele, sempre alegre na quinta de V. Rev.ma, corre e discorre lá três línguas; mas nesta nossa emudeceu totalmente, depois que nela se leram os versos com que V. Rev.ma quis coroar o assunto da sua cruz. Esta devia ser sem dúvida a causa das que V. Rev.ma chama grosserias do Mondego, para que depois as vissemos tão delicada e copiosamente desculpadas. As outras cruzes têm um só título de três línguas, mas esta nossa de aqui por diante terá dois, pois merece este estar pendente do mesmo braço direito dela, não só como satisfação, mas como troféu daquela injúria. Emudecido o Mondego, remete o seu silêncio às penas, posto que mal aparadas com o ócio das férias, e rústicas com o agreste do sítio. V. Rev.ma receba o afeto com que esses versos foram escritos, e perdoe a pressa com que não puderam ser limados. Desejava toda a escola responder não só ao cônguo, mas ao condigno; mas o superior da matéria lhe desenganou este pensamento, e oferece Vila Franca só essas folhas, pela desconfiança em que V. Rev.ma a deixou de não querer tocar o sabor de seus frutos. **A Frei Luís de Sá – 15 de agosto de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 76-77)

A condição do pacto epistolográfico, da manutenção desse pacto, é o diálogo entre emissor e destinatário, o processo intertextual em que um texto é resposta a outro texto, em que a reescritura do leitor modifica o texto anterior. O Padre Baltasar Duarte reclama a falta de carta individualizada e se recusa a romper o pacto epistolográfico estabelecido com Vieira; este, por sua vez, alega impossibilidade:

> Pedi a V. Rev.ma o ano passado me desculpasse com todos os nomeados na minha lista de não responder às suas cartas, por não ter mão com que escrever, sendo também este um modo de me despedir de não ter cartas suas, e tratar somente da correspondência com a outra pátria e melhor corte, para onde há tanto tempo que os anos e ultimamente os achaques me dizem que estou de caminho. E, como se V. Rev.ma tivesse pedido certidões de haver feito aquela diligência, de quase todos tive cartas, excepto de quem só podia esperar me não aceitasse a despedida. E quem seria? Já V. Rev.ma por esta mesma os amigos, o Sr. Diogo Marchão Temudo, de quem V. Rev.ma também me não fala; e não sei atinar com a razão desta singularidade. Se é por castigo de eu o não haver exceptuado do número dos demais, aceito a sentença, e não quero apelar para o meu coração, porque julgo da piedade e também da justiça do seu que bem entenderia que a mais justificada prova, que podia ter com todos, da minha impossibilidade e de não ser ingratidão, era achar-se entre eles igualmente aquele nome, ao qual, assim como devo as maiores obrigações, venero com os maiores afectos. **Ao Padre BaltasarDuarte – 1 de agosto de 1694** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 663)

Todavia, a noção de dialogismo, de outras vozes circulando no espaço imaginário da página dos seus textos, nunca abandonou Vieira. Numa brincadeira, seu irmão Bernardo Ravasco lhe envia um soneto, ao qual Vieira responde bem humorado:

Soneto
Se queres ver do mundo um novo mapa,
Oitenta anos atenta desta cepa,
Por onde em ramos a cobiça trepa,
E emaranhado faz do tronco lapa.
Morde com dente, por não ter mais papa;
Com língua fere, com as mãos decepa;
Soldado e povo livra da carepa,
Que na tarde e manhã raivoso rapa.
Olhos de água, as faces de tulipa;
E cada pé de pau uma garlopa;
Com um só remo corpo de chalupa.
O bofe muito, e muito pouca a tripa,
E a minha musa, porque nela topa.
Em apa, epa, ipa, opa, upa

Resposta
Vê Bernardo, da eternidade o mapa,
Deixa do velho Adão a geral cepa.
Pelo lenho da Cruz ao Empírio trepa,
Começando em Belém da pobre lapa.
Mais que rei pode ser, e mais que papa,
Quem de seu coração vícios decepa;
Que a grenha de Sansão toda é carepa,
E a gadanha de morte tudo rapa.
A flor da vida, se é na cor tulipa,
De seus naos também se faz garlopa,
Que os corta, como ao mar corta a chalupa.
Não há mister que o ferro corte a tripa,
Se na parte vital o fado topa.
Em apa, epa, ipa, opa, upa. (CIDADE, 1953, p. 220-221)

Seja por mão própria ou alheia, Vieira jamais deixou seus correspondentes sem resposta. Para o escritor, a vida e a arte exigem respostas, cobram posição do destinatário, responder é um ato de humanidade em relação ao semelhante. Vieira fez um eterno responder de sua vida e de sua arte, cujos ecos ainda escutamos nos textos que lemos.

3. 3 A Obra Inacabada ou "A Carta Aberta"

A carta é um objeto estético que recebe conteúdos e conotações variáveis que a faz, dentro do domínio do literário, um objeto de incessantes derivações. A carta, enquanto texto[116], tecida por palavras, é, antes de tudo, o lugar de manifestação da linguagem e do sentido. Sendo assim, a carta deve ser lida na perspectiva de uma "obra aberta":

> Il convient d'observer, sous peine d'équivoque terminologique, que si nous allons parler d'oeuvres "ouvertes", c'est en vertu d'une convention: nous faisons abstraction des autres acceptions du mot pour en faire l'expression d'une dialectique nouvelle entre l'oeuvre et son intrerprète […] En ce premier sens, toute oeuvre d'art, alors même qu'elle est forme achevée et "chose" dans sa perfection d'organisme exactement calibré, est "ouverte "au moins en ce qu'elle peut être interpretée de différentes façons sans que son irréductible singularité en soit altérée. Jour d'une oeuvre d'art revient à en donner une interprétation une exécution, à la fois faire revivre dans une perspective originale. (ECO, 1995, p. 17)

O autor Vieira orienta a nossa leitura em determinada direção; contudo, o leitor constrói o texto lido com suas normas e valores, suas experiências pessoais e literárias. O que está fixado por escrito destacou-se da contingência de sua origem e de seu autor e liberou-se para contrair novas reações. As obras de arte, no caso, aqui, as cartas, são consideradas hoje como objeto estético, transcendem a intenção primeira de seus autores e de seu contexto (histórico, cultural, social) , adquirindo novos significados:

> O sentido é singular; a significação que coloca o sentido em relação a uma situação, é variável, plural, aberta e, talvez, infinita. Quando lemos um texto, seja ele contemporâneo ou antigo, ligamos seu sentido à nossa experiência, damos-lhe um valor fora de seu contexto de origem. O sentido é o objeto da interpretação do texto; a significação é o objeto da aplicação do texto ao contexto de sua recepção (primeira ou ulterior) e, portanto, de sua avaliação. (COMPAGNON, 2001, p. 86)

---

[116] "Apellons texte tout discours fixé par l'écriture. Selon cette définition, la fixation par l'écriture est constitutive du texte lui-même., mas qu'est-ce qui est ainsi fixé par l'écriture? Nous avons dit: tout discours". (RICOEUR, 1986, p. 154). Sendo a carta lugar de manifestação da linguagem, por ela passam diferentes campos discursivos: literário, histórico, geográfico, político, teológico, apenas para citarmos alguns deles.

Largo leque de possibilidades interpretativas, a poética da obra aberta demonstra que a carta, pela ambigüidade da sua forma e pela indeterminação de sentido gerada pela linguagem, permite o crescimento e a multiplicação de sentidos possíveis, uma pluralidade de significados que coexistem num só significante. Em estética, fala-se, por vezes, do "acabamento" e da "abertura" da obra de arte. Quanto a Vieira, seja em relação ao texto da carta, seja em relação ao conjunto de sua obra, desconstrói-se a ilusão do "acabamento" do texto: este, por imprecisão da linguagem, é inacabado.

Sobre essa questão do inacabamento, a leitura das cartas nos aponta duas direções, parece reivindicar um duplo estatuto ou uma dupla identidade – documento e monumento, a carta tem legitimidade para reivindicar diferentes espaços de representação:

> On peut tout autant dire que cet objet littéraire peut répondre à la fois des diverses identités prêtées à la littérature et des diverses réalisations discursives, étrangères à la littérature, et, en conséquence, des points de vue attachés aux catégorisations usuelles de la création et des études littéraires, d'une part, et, d'autre part, des points de vue attachés aux approches transgénériques, discursives. Quels que soient les points de vue descriptifs, critiques, mis en œuvre, l'objet littéraire est, de fait, défini comme biface. Cela se traduit exemplairement dans la critique contemporaine par les interrogations sur littérature et quotidien, sur discours littéraire et discours ordinaire, sur caractérisation formelle de l'œuvre littéraire, sur le lieu de l'esthétique les traits qui peuvent être reconnus pour esthétiques sont-ils des appartenances de l'œuvre? (BESSIÈRE, 2001, p. 7)

Enquanto documento, a carta relata a insatisfação do escritor Vieira ao constar o inacabamento de suas obras. As cartas aqui servem uma espécie de registro, elas são um esboço da arquitetura textual vieiriana. Esse panorama nos fornece indicações precisas sobre o estado em que Vieira "deixou" seus textos, como os planeou. As cartas procuram projetar a realização da obra ou, ainda, demonstram o conflito entre a sua presença e a sua realização sempre problemática, os diversos momentos de sua formação e da extrema solidão na arte de compô-la.

Comecemos pelo inacabamento do conjunto da obra de Vieira. Os livros têm, muitas vezes, destinos bem diversos dos que lhes aguardavam os seus autores. Não foi diferente com

Antônio Vieira: ele tentou concluir a **História do futuro**, tentou inclusive a colaboração de uma outra pessoa, mas não encontrou ninguém de talento que o pudesse ajudar a concluí-la[117]:

> Se fora matéria capaz de se encomendar a terceiro, já o tivera feito; mas nem ela o é, nem desta banda tenho encontrado pessoa de cujo talento se possa fiar esta empresa, ainda dando-se-lhe a matéria junta e disposta; enfim, se Deus quiser que se faça, ele dará saúde, e se a der este ano, e nos princípios do que vem, ainda virá a tempo. **A. D. Rodrigo de Meneses-11 de agosto de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 75)

No entanto, durante alguns anos de sua vida, fundara na **História do futuro** todas as suas esperanças: o silêncio dos seus inimigos, sua reabilitação como teólogo ortodoxo perante o Tribunal do Santo Ofício, e sua glória na posteridade como pioneiro da exegese moderna. Durante o processo de escritura, enfrentou inúmeros impedimentos e procurou manter em segredo a produção dessa obra:

> A do favor que V. S.ª me refere é maior que a capacidade que eu tenho para o saber estimar, e assim como o creio por fé, o venero com o mais humilde e afetuoso silêncio; mas é tal a minha fortuna, que até para não ser ingrato me acho com as mãos atadas, sem poder levantar a pena da obra que tenho avisado a V. S.ª, na qual há maior segredo. **A D. Rodrigo de Meneses-26 de janeiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 113)

Estava sempre a anunciar a feitura do livro, a apressar o quanto podia a sua publicação: "Eu apresso o livro quanto posso, por sinal que, escarrando vermelho, como avisei a V. S.ª, o encubro, só porque os médicos me não tirem a pena da mão. Os frios e destemperanças destes ares não vão para menos." **Ao Marquês de Gouveia – 2 3 de fevereiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 124-125). Parece haver, desde então, na corte, curiosidade pela **História do futuro** em composição, há toda uma expectativa em torno da conclusão da obra:

> Desta restituição e deste negócio, pelo que a mim me toca, faço eu o caso que a V. S.ª é presente; mas nestes últimos dias se puxou muito, e por muitas vias, por aquele fio do ano passado; e, sendo obrigado por obediência a mandar uns cadernos,

[117] Vieira não teve a satisfação de ver impressa a **História do futuro**. Só em 1718, mais de vinte anos depois da morte do autor, publicou-se, em Lisboa, um livro intitulado **História do futuro** (BESSELAAR, 1981, p. 1).

> resultou da vista deles mandar S. M., por um decreto do Secretário de Estado, que o Padre Provincial me assistisse com tudo o que me fosse necessário para a continuação e breve conclusão da obra; mas Deus, que me pôs nesta cama, parece que tem decretado outra cousa. **A D. Teodósio de Melo – 8 de maio de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 166)

Além de a obra de Vieira, de modo geral, ter sido publicada tardiamente, quando várias de suas teses já estavam ultrapassadas pelos acontecimentos, a obra nos chega desordenada e inacabada, como indica Besselaar (1981, p. 1):

> Triste fim de uma obra-prima […] A verdade é que a obra-prima, em grande parte, nunca existiu senão em estado embrionário: apontamentos, rascunhos, esboços. Embora não se exclua a hipótese de se terem perdido alguns capítulos mais ou menos elaborados, temos motivos para acreditar que um grande número, provavelmente muito maior, nunca chegou a ser redigido.

Em carta, verdadeiro exercício de retórica, de 19 de julho de 1689, ao Padre Leopoldo Fuess, explica o não cumprimento de tese lançada anteriormente em seu livro **Palavra de Deus empenhada e desempenhada**:

> Por via das Ilhas nos chegou a alegre nova em 10 de Dezembro, oitava do mesmo santo, e se animaram os meus anos a subir ao púlpito no dia da acção de graças, que se seguiu aos 15. O assunto foi desempenhar a palavra de Deus, que eu tinha empenhado no sermão das éxequias da Raínha D. Maria de Sabóia, que Deus levou, afirmando fora necessária aquela perda para o mesmo Deus no-la restaurar com príncipe varão herdeiro da coroa de Portugal, e das outras maiores felicidades que ao primeiro rei prometeu Cristo na sua descendência. Esta é a razão porque as duas primeiras partes do papel que envio a V. Rev.^{ma} têm por título: Palavra de Deus empenhada e desempenhada: empenhada no primeiro sermão, e desempenhada no segundo. Fervia a Bahia em preparações de grandiosas festas, quando pela via as enlutou a segunda nova, com a notícia da repentina fatalidade com que já nos havia deixado o Príncipe D. João, que então lhe soubemos o nome. Em todos foi geral o sentimento, e em mim muito maior a confusão, pois as esperanças de quanto tinha pregado as desfazia a mesma morte, não se conformando por outra parte com ela as Escrituras, que eu tão largamente tinha alegado em seu próprio e natural sentido. No meio desta perplexidade recorri outra vez ao arquivo, onde a Providência Divina tem depositado os seus segredos, que são as mesmas escrituras Sagradas. E, como as não achasse contrárias, senão concordes (posto que por modo, mas que maravilhoso) vim a entender que a mesma esperança, que todos tinham passado à pena boa parte deste pensamento, quando em fim, aos 20 de Fevereiro, recebi por via do Porto a carta de V. Rev.^{ma}. De todas as notícias que a acompanhavam me aproveitei, reduzindo cada uma ao lugar que lhe pertencia, e formando o discurso apologético, em que tornei a defender e confirmar quanto tinha prègrado. Preguei que o mesmo príncipe primogênito de El-rei D. Pedro nosso senhor não só havia de ser imperador, senão imperador de todo o mundo. E agora digo tão fora esteve a sua morte de

> desfazer o cumprimento desta promessa, que antes serviu de o apressar. Não lhe tirou a vida para lhe tirar o império; levou-o tão apressadamente para que fosse logo tomar a posse dele. Isto é o que eu prèguei que havia de ser; e isto contém a terceira parte do presente papel. Nem é meu intento que saia a público esta segunda esperança, mas, como fé da primeira, a ofereço em segredo aos olhos unicamente da Raínha nossa senhora, para alívio de suas saudades. (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 582-584)

O inacabamento da obra de Vieira se deve à vida tumultuada do autor: missões inadiáveis, viagens, perseguições, doenças, enfim, os empecilhos foram tantos e lhe tiraram o tempo e o amadurecimento necessários para a elaboração de sua obra. Consideremos também que sua obra não passou por um processo de reestruturação metodológica, isto é, observamos em seus textos a disseminação de idéias oriundas do sebastianismo, do messianismo, do milenarismo, da escatologia, da parenética[118], da Bíblia Sagrada, de textos canônicos e não canônicos – idéias que se interseccionam num emaranhado de fios que compõem o texto vieiriano. Naturalmente, essas teses encontraram dificuldade em se justificar ou comprovar cientificamente, ainda mais que não se concretizaram no plano histórico. Em outras palavras, as profecias anunciadas por Vieira não se cumpriram, o que invalidou as suas teses:

> A verdadeira prova do espírito profético nos homens é o sucesso das coisas profetizadas. Assim o prova a Igreja nas canonizações dos santos, e os mesmos profetas canônicos, que são parte da Escritura Sagrada, fora dos princípios da fé, não têm outra prova da verdade de suas revelações ou profecias, senão a demonstração de ter sucedido o que eles tantos anos antes profetizaram. **Ao Padre André Fernandes – 29 de abril de 1659** (AZEVEDO, 1926, T.I., p. 517)

Para alguns autores, o inacabamento da obra de Vieira vem do seu caráter quixotesco, da sua teimosia em transformar o que estava escrito nos livros proféticos em realidade, no engano de querer viver o que estava escrito nos livros, em querer fazer da ficção uma realidade, não a sua representação:

> Assim Vieira vivia sonhando e observando, devaneando e analisando, construindo castelos no ar, mas sem negligenciar o humilde trabalho de cultivar o solo firme

[118] A parenética diz respeito à eloqüência sagrada e se caracteriza por ser uma coleção de discursos morais.

> onde pisava. Sem malícia podemos dizer que o pregador, que tanto gostava de "desenganar" os seus ouvintes, vivia ele próprio num tremendo engano: o de se julgar capaz de furtar a Deus, que é o Senhor da História, os segredos impenetráveis do futuro. Ao passo que D. Quixote, pouco antes de morrer, abjurou-e paradoxalmente, com espanto de Sancho Pança – a sua loucura de cavaleiro andante, nada sabemos de tal renúncia solene por parte de Vieira. Até ao fim da sua vida continuou a perder-se em especulações dinásticas e cálculos astrológicos para profetizar o ano em que se daria a grande transfiguração e o nome do Imperador do Mundo. (BESSELAAR, 1981, p. 85)

Vieira, para outros autores, não tinha uma concepção prévia de sua obra, ou seja, o autor elaborou teses complexas de caráter profético que não tiveram o tempo de maturação necessário para o seu desenvolvimento. A criação tem seu próprio tempo, segue seu próprio ritmo, um tempo que Vieira jamais usufruiu inteiramente:

> Aliás, acerca da geração dos seus textos, Vieira expressa com nitidez a ausência de uma concepção prévia que seja definitiva. Falando destes mesmos manuscritos que a Inquisição lhe tomara, diz que "não afirmava, nem ainda sabia o que nos ditos papéis estava escrito, porque não tivera tempo para os ler, e quando os escrevia, ainda não estava resoluto no que havia de dizer, ou de seguir, sendo somente lançados a pedaços naqueles cadernos […] assim como fazem todos os escritores de livros, os quais depois de toda esta matéria estudada e junta, e depois de mui ponderadas e examinadas as dificuldades, se resolvem no que absolutamente hão-de-dizer, e conforme a dita resolução, ou moderam, ou ampliam, ou mudam, prosseguem, ou tiram, ou acrescentam, e muitos vezes riscam, e retratam. (MUHANA, 1994, p. 24)

Contudo, aquele que escreve sabe que a literatura é uma navegação imaginária rumo ao desconhecido, que "uma concepção prévia" da obra, às vezes, torna-se difícil porque o texto obedece a um outro movimento, toma uma outra direção, demonstrando existir uma grande diferença na relação entre o autor e o texto (projeto) e, mais tarde, entre o leitor e o texto (utilidade). A indeterminação de sentido é uma característica da linguagem:

> Chez l'écrivain la pensée ne dirige pas le langage du dehors: l'écrivain est lui-même comme un nouvel idiome qui se construit…"Mes paroles me surprennent moi-même et m'enseignent ma pensée." C'est parce qu'elle est inaugurale, au sens jeune de ce mot, que l'écriture est dangereuse et angoissante. Elle ne sait pas où elle va, aucune sagesse ne la garde de cette précipitation essentielle vers le sens qu'elle constitue et qui est d'abord son avenir. Elle n'est pourtant capricieuse que par lâcheté. Il n'y a donc pas d'assurance contre ce risque. L'écriture est pour l'écrivain, même s'il n' est pas athée, mais s'il est écrivain, une navigation première et sans grâce. (DERRIDA, 1967, p. 22)

Fenômeno análogo observamos em relação aos sermões. Em estado de apontamentos, dizia estar o sermão do Sacramento. Temia que os acontecimentos previstos, nas profecias, se antecipassem à publicação. Em todo caso, o dito sermão ficaria pronto a tempo, antes de 1666, ano em que os acontecimentos esperados haveriam de efetuar-se:

> Se o sermão de Santa Engrácia estivera em estado de se poder ler, fora com esta; mas como a maior parte foi por apontamentos, é necessário informá-lo de novo, para que seja o que era. O princípio, que por lá anda copiado, vi eu antes de vir, mas tem mui poucas palavras que concordem com o original, e tais cendam a maior parte dos meus, de mistura com outros que o não são; e tudo se pode remediar somente com a estampa. Se Deus quiser que assim seja, ele dará saúde. Por agora quisera ver se posso levar a cabo esta obra que, para que seja obra, é necessário saia a tempo ou antes do tempo. Agora me retirei a Vila Franca por ordem dos médicos, e espero ter mais horas, de que prometo a V. S.ª que não perderei nenhuma das que puder aproveitar sem risco. A D. Rodrigo de Meneses – 28 de abril de 1664 (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 49)

Os sermões em apontamentos precisam ser reescritos: “Os dois sermões, como quase todos os outros, estão em apontamentos, e é necessário reduzi-los de novo a estilo: nisso fica o trabalho, pois V. S.ª assim o ordena, e descansará entretanto a outra tão cansada obra; farei muito por que um deles possa ir no correio que vem.” **A D. Rodrigo de Meneses – 22 de setembro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 88).

Ainda sobre os sermões, cuja publicação ordenara o Geral da Companhia, Padre João Paulo Oliva, não conseguiu terminar, porque estava doente. A doença, sobretudo nos últimos anos de vida, foi um fator que retardou deveras o ritmo da sua produção:

> Parece que o falar com V. S.ª alvia, mas a cabeça e os dentes, que não se governam pelo racional, me obrigam a não ir por diante. Julgue V. S.ª como poderá prevenir papéis para a estampa quem não pode continuar tão poucas regras. Só por milagre da obediência poderei fazer alguma coisa, de que darei conta a V. S.ª. **A D. Duarte Ribeiro de Macedo – 16 de setembro de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 311)

No final de sua vida, Vieira isolou-se no seu retiro, na Quinta do Tanque, para tentar concluir a **Clavis prophetarum**[119], obra trabalhosa, cuja matéria exigiria aplicação e dedicação por parte de quem a escrevesse:

> Com estes avisos do Céu me resolvi a estreitar mais o retiro do meu deserto, empregando os poucos dias que restam na conta de tão larga vida, como a de 88 anos., mas nesta falta de forças de mim mesmo […] me vejo de novo obrigado com duas obediências, uma real e outra de religião, a prosseguir e acabar a *Clavis Prophetarum*, a que depois de partida a frota me aplicarei de modo que for possível, entendendo que é vontade de Deus que a morte me ache com esta obra de tanto serviço seu, ao menos no pensamento e na voz, já que não pode ser nas mãos. **Ao Padre Baltazar Duarte – 22 de julho de 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 670)

Temendo morrer antes do término da **Clavis prophetarum**, Vieira pediu ao Padre Estancel, membro de sua Ordem, que o ajudasse a concluir o livro. O Padre Estancel não conseguiu atender ao pedido de Vieira e seu temor veio a confirmar-se: faleceu antes de concluí-la:

> Eu, meu Rev.^{mo} há muito tempo que tenho começado o livro intitulado *Clavis Prophetarum*, que está meio feito, além de muita outra matéria junta, não sendo menor a que está em mente e em idéas, como também as escrituras e razões com que tudo se prova. De todas as partes se deseja esta obra, e ultimamente me ordenou o nosso Rev.^{mo} Padre Geral me aplicasse a lhe dar fim, o que eu desconfio de poder fazer, pelos muitos anos e achaques, com que me acho mui debilitado, e com poucas esperanças da vida necessária. Ocorreu-me que, se V. Rev.^{ma} ficar inteiramente informado das sobreditas idéias, para as prosseguir depois da minha morte, e acabar de por em perfeição o que faltar ao assunto, e V. Rev.^{ma} o estampar em seu nome. Porque o meu intento não é outro que não ficar totalmente perdido, entendendo os que têm notícia dele que será de grande serviço de Deus e utilidade da Igreja; e muito mais com a vida e energia, que o estilo e maduro juízo de V. Rev.^{ma} lhe pode acrescentar. No caso em que V. Rev.^{ma} queira oferecer a Deus esta mortificação, e trocar o estudo da língua da terra por este, e o zelo do bem de poucos índios pelo que pode ser universal de toda a cristandade, com aviso de V. Rev.^{ma,} suposta a vontade do Padre Provindencial, virá V. Rev.^{ma} para esta Bahia. **Ao Padre Valentim Estancel – s. d., 1695** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 678-679)

O destino das grandes obras que Vieira planeou – não conseguiu terminar nem a **História do futuro** nem a **Clavis prophetarum** – foi o inacabamento. Os freqüentes

---

[119] Na Clavis prophetarum aparecem sistematizadas idéias que se encontram disseminadas um pouco por toda a obra de Vieira, Esperanças de Portugal, Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, Defesa do livro intitulado Quinto Império, a história do futuro. A juntar aos argumentos que se extraem da história do texto traçada no início deste artigo, tal permanência e identidade de pontos de vista com os da Clavis, como chegou até nós, são uma garantia de que ela veicula com fidelidade o pensamento do seu autor (SANTO, 1997, p. 172).

achaques da velhice e a quase cegueira dos últimos anos da sua vida explicam, em parte, o estado inacabado em que deixou a **Clavis**. Também respondem por isso, sempre em parte, outras ocupações a que o padre se dedicava:

> A principal explicação está na índole do próprio autor. A verdade é que Vieira necessitava de uma forte pressão externa para se dar com assiduidade a um trabalho de largo fôlego […] E, finalmente, o que o estorvar na elaboração e redação de um livro grosso com teses variadas e complexas era o seu espírito irrequieto: homem altamente activo, Vieira não suportava por muito tempo a atmosfera bolorenta de uma biblioteca ou escritório: a vida lá fora era tão interessante e cativante. Por seu natural, tinha mais de um curioso que de um devorador de antigos calhamaços. Vieira não deixava de seguir com atenção a vida fora da biblioteca, não se restringindo ao papel de observador sereno e imperturbável, mas muitas vezes participando e envolvendo-se em diversas questões. (BESSELAAR, 1981, p. 61)

Não seria o caso de nos perguntarmos se Vieira, durante toda a sua vida, não escreveu um só livro? Um livro único feito de vários volumes, um livro premeditado, arquitetural, delimitado e hierarquizado, um livro que, conforme Blanchot (1959, p. 305), "se multiplica dele mesmo e das relações que estabelece", a obra como multiplicadora de espaços? A obra profética de Vieira é um único livro – *le livre à venir* – que vai se confirmando através de um discurso plural que envereda por inúmeros campos: literário, histórico, geográfico, político, teológico, e que se apropria tanto de textos canônicos, como os textos bíblicos, os dos grandes teólogos da Igreja, os dos pensadores de sua época, quanto de não canônicos, como a literatura popular (as trovas de Bandarra). Amplia a recepção de seus textos, na medida em que alarga o número de seus destinatários: na **Apologia** e na **Defesa**, dirige-se aos inquisidores; nas **Esperanças de Portugal**, pretende falar à rainha; na **História do futuro**, volta-se para Portugal; e na **Clavis prophetarum**, a toda a cristandade[120].

---

[120] O termo público hoje pressupõe um "conjunto coeso e preexistente de individualidades teoricamente livres, generalizadas ou unificadas como 'opinião pública' que recebe as obras, apropriando-se delas para lhes imprimir a transformação de um sentido 'crítico' […] No tempo de Vieira, o termo significava as partes subordinadas da *res pública* estruturadas pela representação e como representação" (HANSEN, 1997, p. 20-25). Subentende-se, portanto, que no tempo em que Vieira viveu se ignorava a distinção entre público e privado, sendo o público testemunha da autoridade dada em representação no discurso.

Como suas cartas atestam, a **História do futuro**[121] deu uma feição mais elaborada às proposições expostas nas **Esperanças**, o que se seria o primeiro passo para a implementação do *Quinto Império* no Mundo, lugar de harmonia e paz, onde todas as religiões e heresias se sujeitariam à fé católica. *A* **Clavis prophetarum**[122] apareceria como a consumação da trilogia milenarista e messiânica, iniciada com o texto que deu origem a seu processo. A variedade de títulos que Vieira deu às obras que escreveu sobre o mesmo tema é, na verdade, a evolução de um mesmo livro que contou com três partes. Em toda a sua obra, isso inclui as cartas. Há uma clareza de propósito, uma sintonia de projeto, cujo fio condutor é o discurso lusocêntrico:

> Sem negar as grandes variações, já apontadas superficialmente, no que diz respeito a temas, circunstâncias de pregação e propósito imediato dos sermões. E, mesmo quando confrontados esses sermões com as cartas e as obras ditas proféticas, conquanto tal confronto não vá de maneira alguma ser tentado aqui, pareceu-me sempre que lá estava um mesmo autor, com convicções fortemente enraizadas e objetivos relativamente coesos entre si. E isso ao longo de uma produção intelectual de mais de sessenta anos! (PÉCORA, 1994, p. 61)

Agora, passemos a um segundo plano de reflexão: consideremos a carta enquanto monumento. A carta, como pudemos constatar, revela uma outra face: a de texto literário que reclama a sua autonomia:

> L'autonomie, parce qu'elle implique de présenter, de thématiser, de manières plus ou moins manifestes, la différence et l'identité de l'oeuvre et de ses environnements, du lieu de l'oeuvre et du lieu comum impliqué, fait du statut de l'oeuvre un statut paradoxal. Parce que l'oeuvre figure l'impossibilité et la restauration du lieu commun selon la question de la pertinence, elle est privée d'une intention signifiante. Parce qu'elle est l'implication d'un lieu commun, elle est sa propre incertitude (BESSIÈRE, 1990, p. 243-244)

---

[121] O assunto da **História do futuro** é o Reino consumado de Cristo na Terra – um reino anunciado pelos profetas canônicos e não canônicos, uma mudança no processo histórico em que os portugueses, segundo desígnios divinos, deveriam desempenhar o papel de protagonistas: "Esta Apologia das Coisas Profetizadas abrange, em linhas, gerais, dois grandes Temas. O de que Bandarra, sapateiro de Trancoso, foi verdadeiro profeta, inspirado por Deus; e o de que em suas profecias estão reveladas a destruição do império otomano, a conversão de toda a humanidade à religião cristã e a subseqüente instauração do Quinto Império sob a égide de Portugal" (MUHANA, 1994, p. 13).

[122] A **Clavis prophetarum** foi escrita em latim, grande parte de seus originais se perderam depois da morte de Vieira, em 1697. Contudo, a **Clavis** se afastou um pouco do bandarrismo e do lusocentrismo, dirigindo-se aos exegetas do mundo inteiro, com vista a fundamentar seu sistema profético.

O domínio da prosa sublinhado pelos historiadores literários e pelos críticos e leitores de Vieira, de uma maneira geral, é uma evidência de que Vieira é um "artista da arte verbal", que soube manipular a linguagem como poucos. Esse "polir as palavras" definiu-lhe a fisionomia de escritor. Desde a sua primeira carta, em que descreve a batalha contra os holandeses, percebemos em sua prosa qualidades estéticas, sentimos os odores de mar e de pólvora, as cores da batalha impregnam o papel formando uma tela, sua prosa vem embalada por uma linguagem metaforizada:

> Prepararam-se com não menor cuidado as almas para a morte que os corpos para a guerra. Aqui tiveram fim ódios muito antigos, descobriram-se pecados encobertos com o silêncio de muitos anos, e, na verdade, foi tal a mudança presente, que, só por razão dela, pareceu a muitos conveniente dar Deus este castigo. Com a luz do dia seguinte apareceu a armada inimiga, que repartida em esquadras vinha entrando. Tocavam-se em todas as naus trombetas bastardas a som de guerra, que com o vermelho dos pavezes vinham ao longe publicado sangue. Divisaram-se as bandeiras holandesas, flâmulas e estandartes que, ondeando das antenas e, mastaréus mais altos, desciam até varrer o mar com tanta majestade e graça que, a quem se não temera, podiam fazer uma alegre e formosa vista. **Ao Geral da Companhia de Jesus – 30 de setembro de 1626** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 14)

Como um cultor da língua, Vieira é atento aos ditames da gramática, tem uma preocupação com a adequação das palavras:

> Lembrando estou que no primeiro sermão do último tomo necessariamente por obrigação do assunto, houve de repetir as duas palavras "admirável" e "admirativo", mas não com a mesma sentença ou cláusula do sermão das turbas; o que de nenhum modo fizera, se então me não parecem mui diferentes, mas, pois V. M.^{ce} julgou o contrário, muito grande mercê me fez em as haver riscado, porque não pode haver encontro para mim que tenha mais de azar que encontrar-me comigo. A primeira foi forçosa, porque o original castelhano estava errado na impressão, não se advertindo (como não adverte ao princípio) as erratas no fim do livro, como são: cometidos "vário" em vez de "vários"; "pertinácia" em vez de "paciência"; e muitos outros igualmente intoleráveis que totalmente mudam a verdade e propriedade do germano sentido […] . Supondo também que no fim do livro se há de acrescentar o índex que foi o mais exato que se fez, nele com maior clareza e brevidade não só se resume a substância de tudo, mas se dá luz e abre o caminho a outros pensamentos e discursos, como me confessou no Colégio de Santo Antão um mestre de grande talento;e que por isso tinha sido o mesmo índex a que o padre Mendo chamou inimitável. **Ao Cônego Francisco Barreto – 16 de julho de 1692** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 649)

Em suas cartas, tratou a linguagem com a mesma proficiência que manifestava em todas as suas obras. Não é sem razão que José Tavares declara que as cartas legadas por Vieira gozam do *status* de uma antologia de boa prosa, isto é, pelo tratamento que concedem à linguagem não podem ser consideras apenas textos informativos:

> Ora, com as informações que o fecundíssimo orador e epistológrafo nos deixou, poder-se-ia organizar uma formosa antologia de boa prosa, onde as lições respeitantes aos agitados tempos da sua operosa vida missionária (1651-1661) - catequese e defesa dos Índios contra a ambição e desumanidade dos governadores- correm parelhas com os primores de uma linguagem fluente e vivacíssima, capaz de prender, irresistivelmente, a atenção dos leitores. (TAVARES, 1950, p. 443)

Está ciente do grau conotativo da linguagem, isto é, da existência de uma linguagem segunda, estruturada sobre uma linguagem "denotativa", ou, ainda, quando a mensagem "perde" seu teor puramente referencial, alargando sua significação porque a coloca em outro contexto que não aquele do dicionário, implicando, assim, na mudança de sentido e, conseqüentemente, na falta de clareza do discurso, e gerando o que Vieira nomeia "equivocação das palavras":

> As cartas de que V. S.ª me fez mercê, encaminhadas pelo Padre Baltasar Teles, me foram dadas; e, se eu escrevi cousa em que parecesse dizer o contrário, foi equivocação das palavras, porque chamei última à carta do Pôrto, em respeito das que naquele lugar havia recebido, e não das que chegaram depois de estar em Coimbra; as quais, sobre me serem dadas a tempo que entendi seria a resposta delas a nova da minha morte, tive pois notícias averiguadas que daquela carta, a que chamei última, se tinham formado as culpas, porque fui condenado a este segundo destêrro, e por isso não atreverei à resposta. **A D. Rodrigo de Meneses-14 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 24-25)

Retomando a adequação das palavras, as proferidas pelo autor ajustam-se às contas de seu rosário, ele seleciona as palavras que parecem melhor de adequar ao seu discurso, às circunstâncias em que escreve. Dirigindo-se a seus correspondentes, diz falar com quem o entende, demonstrando, mais uma vez, que as palavras devem ser moldadas conforme a situação enunciativa do destinatário:

> Ora, senhor, eu deste mundo não quero nada, como nunca quis, ainda no tempo que estava menos desenganado e ofendido dele, mas as contas do meu rosário também se ajustam muito com as de V. S.ª, e, como nunca me mentiram até agora, cada vez as tenho por mais verdadeiras; e, posto que haja alguma razão para duvidar do primeiro objeto da fé (não me explico mais porque falo com quem me entende), não há nenhuma para vacilar na esperança, antes muitas de novo para estar mais firme e mais confirmado nela. O Sr. Marquês, a quem de novo beijo a mão, pode ser que encontre primeiro a paz que a guerra, e se for uma só guerra a que falta, quem fala nela também promete a vitória […] "Se Deus me emprestar a vida por mais alguns dias ". **A D. Rodrigo de Meneses – 24 de dezembro de 1663** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 18)

Não basta apenas dizer, mas saber dizer. Escolher os meios expressivos conforme a conveniência[123], falar conforme a necessidade e, às vezes, saber ser sucinto:

> Sobre esta matéria tomara eu poder gastar a V. S.ª algumas horas de feitoria, já que não podem ser as do soalheiro de Vila Franca: nela vou passando com menos queixa, experimentando já quanto pode a continuação e o costume, ainda contra os mesmos elementos. Trabalho as horas que posso, mas afirmo a V. S.ª me disse, em poucas regras, mais do que eu tenho sabido escrever em muito papel. **A. D. Rodrigo de Meneses – 8 de dezembro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 101)

Mais adiante, advertirá o destinatário sobre a questão da fundamentação do discurso, sobre o fato de tomar a verdade em sua fonte (saber a origem do discurso) e não em seus regatos, nos quais o discurso vem com as marcas da contaminação de outros discursos. Em outras palavras, verificar quem fala e de onde fala:

> Frei Lucas, cuja carta folguei muito de ver, o discorre quanto podemos desejar, e dirá belíssimas cousas sobre os efeitos que causou a nova do sucesso V. S. ª, como já pedi, me fará mui particular mercê na breve comunicação destas novas, como de todas as que V. S. ª tiver de Alentejo, cuja notícia não é só conveniente, senão mui necessária, para que se saiba a verdade, tomada em sua fonte e não nos rios e

---

[123] Herdeiro de um estilo que podemos denominar de "conveniente", Vieira, como os demais membros de sua Ordem, tinha como principal preocupação fazer-se entender. Em outras palavras, tinha uma preocupação com a "comunicabilidade das cartas". Lembremos que as cartas, para os jesuítas, exerciam uma função didático-pedagógica, com objetivos claros de persuasão e conversão dos fiéis. Vieira é um autor, um tipo autorizado, que, exercendo a epistolografia, atualiza em sua escritura mimética (de recriação) a *auctoritas*, a memória da ordem (HANSEN, 2003, p. 29). O jesuíta se serve dos modelos retórico-poéticos e da estrutura epistolar prescrita por Loyola, para desenvolver seu próprio estilo: suas cartas exprimem a tonalidade da sua escritura, do seu próprio trabalho de escritura. Nesse sentido, serve-se da tradição, mas a transgride, renovando os modelos através da linguagem e introduzindo novos elementos à poética epistolar. Ler do mesmo autor o texto :Vieira: Estilo do Céu, Xadrez de palavras.**Discurso,** São Paulo,v.9,1979.

> regatos, em que traz a côr, o sabor e as vezes o veneno dos lugares inficionados por onde passa. **A. D Rodrigo de Meneses – 6 de julho de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 193-194)

Nos discursos, há sempre uma fresta por onde passam as subjetividades: "Também não repito as novas do Norte, porque nessa corte se sabem igualmente, ou se ignoram como nesta, onde não só discursos são diversos como os desejos, mas também os fatos se dividem em opiniões". **Ao Marquês de Gouveia – 10 de setembro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 498-499). Contudo, ao invés de restringir o significado[124] das palavras, acaba por ampliá-lo. Em carta aos Judeus de Ruão, datada de 20 de abril de 1646, adverte que a "diferença das palavras não guarda diferença na obrigação":

> Senhores meus. – Escrevo a todos V. M.[cês] no mesmo papel, porque não é justo faça divisões a pena onde não reconhece diferença o coração. Foi tão igual o afeto que em todos experimentei que, quando particularmente o considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento e diversas cartas, porque a diferença das palavras não argúa desigualdade na obrigação. (AZEVEDO, 1926, T.I., p. 92)

Observamos, em toda a obra de Vieira, essa preocupação em escrever bem, em se fazer entender contagiando a língua de todo o dia com a linguagem poética. O escrever de Vieira afina-se à concepção de escrever bem desenvolvida por Tania Carvalhal (2003, p. 12):

> Sempre tive na escrita uma preocupação muito forte: escrever bem. Escrever bem é usar a Língua Portuguesa sem violentá-la. É reconhecer que há uma certa musicalidade, um ritmo inerente à própria língua e acompanhar essa musicalidade. É usar as palavras com adequação, com propriedade. É empregar metáforas, fazer com que a língua de todo dia se contagie um pouco com a linguagem poética. É isso que julgo que seja escrever bem. Não é apenas escrever correto. Não é apenas o gramatical. É conseguir atingir o leitor. E conseguir transmitir aquilo que se quer dizer com clareza e, se possível, com graça.

---

[124] José Antônio Saraiva classifica de engenhoso um gênero de discurso lexicológico. Vieira revelou um poderoso temperamento artístico, mas reconhecemos também o saber de alguém muito atento ao valor das palavras: o saber de um lexicólogo. E quando vemos Vieira preocupado com o sentido das palavras, aplicado a distinguir sutilezas, a procurar etimologias, só podemos considerar que é levado pela preocupação de estabelecer para cada palavra o sentido que lhe corresponde exatamente, evitando a ambigüidade e a polivalência que, mais ou menos ironicamente, desafiam, na linguagem real, os esforços dos espíritos amantes da lógica e da clareza. E, no entanto, é justamente o contrário que sucede. As pesquisas lexicológicas de Vieira não têm por finalidade estreitar o vínculo que une o significante ao significado, restringir o sistema biunívoco que constitui a palavra, mas, pelo contrário, rompê-la pela destruição da unidade significante (SARAIVA, 1996, p. 11-12).

Colocando sua imaginação produtiva a funcionar, estabelece uma analogia entre Lisboa e um barco, sujeitos ambos aos humores do mar – na verdade, aos acontecimentos políticos –; um barco a ser pilotado pela Rainha: metáfora do comando do reino, do qual dependeria o sucesso da "navegação", ou seja, da condução da política portuguesa: "Antes de amanhecerem as bonanças se levantará tempestade tão grande e tão temerosa, que bem será necessário ao reino e a Lisboa ter o valor e a prudência de V. M. ao leme." **À Rainha D. Luisa – 28 de novembro de 1659** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 724).

A metáfora tem uma função retórica e poética : a transferência de sentido de uma certa ordem lógica, conceitual das palavras[125], como refere Ricoeur (1975, p. 10): "La métaphore se présente alors comme une stratégie de discours qui, en préservant et développant la puissance créatrice du langage, préserve et développe le pouvoir heuristique déployé par la fiction".

No trecho a seguir, observamos que o "vermelho" característico do sangue, confundido com a tinta, e o "acostumado a navegar em grandes tormentas", associado às dificuldades em que costumava viver, instauram uma nova pertinência semântica, têm o poder de redescrever a realidade:

> Eu passo como permite o rigor do tempo, escarrando vermelho, que não é boa tinta para quem está com a pena na mão; mas a tudo obriga não só o gosto, senão também a necessidade. Isto é o que signifique a V. S.ª, de cujo favor e do Sr. Marquês, que Deus guarde, me valerei, quando a verdade se não possa defender por si mesma, mas a matéria, sendo para muito papel, não é para este. Até a esperança se nos tolhe, que é o último alívio que ninguém tirou na mais triste fortuna aos mais desafortunados. V. S.ª, pela mercê que me faz, não tome pena pelo que digo, que o meu coração é muito grande e muito acostumado a navegar com grandes tormentas, e só me falta nesta o alívio da comunicação de V. S.ª, que de tudo o mais me rio e verdadeiramente é para rir. Bem a propósito da tormenta vinha agora o Sr. Santelmo. Dizia o nosso Príncipe que não havia pior gente que os semidoutos e ainda são piores sem boa vontade. Deus sabe o que faz e porquê e para quê. Se eu pudera tomar as lições que V. S. ª me dá com o seu exemplo da conformidade com a vontade divina, nenhuma cousa me faltava; mas, ainda que não chego a padecer com alegria, sofro com paciência, e é tal o costume, que pode parecer constância. **A. D. Rodrigo de Meneses – 23 de fevereiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 127)

[125] Não se trata aqui de fazer um estudo estilístico prolongado, mas de demonstrar como Vieira se serve da linguagem para persuadir. Fazemos alusão à metáfora, embora, evidentemente, Vieira sirva-se de outras figuras de linguagem para "forjar" o seu próprio léxico, para elaborar a sua estratégia estilística.

Saindo do caminho da linguagem ordinária, e cosendo desgostos e discursos, no tecido das suas frases, os fios de sua escritura se tecem na oposição entre o próprio e o figurado, abrindo outros caminhos possíveis para a linguagem:

> Senhor. – Quando V. S.ª me faz mercê dizer que desejara falar comigo, e com tanto encarecimento, que posso dizer eu, cujo coração há mais de três anos esta cozendo desgostos e discursos, sem poder romper o silêncio? Esta é a enfermidade de que adoeço, e a falta deste remédio a que me há-de matar, se Deus não abrir algum extraordinário caminho, com que me veja aos pés de V. S.ª, pois todos os ordinários estão tão fechados. **A. D. Rodrigo de Meneses – 24 de agosto de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 226)

Referindo-se ao descontentamento do ministério espanhol em relação ao governo português e fazendo menção à sua velhice e morte iminente – último quartel da vida –, Vieira escreve ao amigo D. Rodrigo de forma figurada: "Há muito que conheço o mundo, e assim não estranho nada do que nele vejo, antes dou muitas graças a Deus por me reservar os desenganos para este último quartel da vida, em que, ao menos, o mesmo mundo se não gabará de me deixar antes de eu o haver deixado." **A D. Rodrigo de Meneses – 2 de agosto de 1670** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 305-306).

O texto em Vieira não é mera representação do contexto, mas o lugar onde se experimentam novas formas de dizer[126]. Nele percebemos a semelhança na dessemelhança – semelhança esta que deve ser compreendida como tensão entre a identidade e a diferença, posta em movimento pela inovação semântica:

> Ex.mo Sr. – Como V. Ex.ª me dá boas novas de sua saúde ou melhoria, tenho todas as que desejo e hei mister. Todo o meu cuidado está em Madri, porque os silêncios de Lisboa não merecem nem querem merecer cuidados. Parece que a nossa terra se passou a outro mundo, porque neste nem ela se ouve nem há quem fale nela. Os italianos nos perguntam as causas deste silêncio no meio de tantos rumores, e não temos outra resposta mais que meter-nos no escuro de algum grande mistério, cujos arcanos, como não chegam a V. Ex.ª ao menos por aquela antiga regateira, não só

[126] No parecer de Kaufmann, a prática epistolar é independente de seu valor estético, uma passagem obrigatória, um meio privilegiado de aceder a uma obra. O equívoco consiste em estabelecer fronteiras, a carta funciona como texto, de experimentação da escrita. A carta é lugar onde se postulam identidades, é comércio em permanente negociação de sentido: "Pour certains écrivains, la pratique epistolaire est, indépendamment de son éventuelle valeur esthétique, un passage obligé, un moyen privilégié d'accéder à une œuvre. Et plus généralement, lorsqu'elle ne joue pas ce rôle initiateur, elle fonctionne comme un laboratoire. Elle accompagne le travail de l'écrivain, elle lui permet d'éprouver, dans sa relation à un autre déjà absent, une forme particulière de parole avec laquelle il se tient au plus près de l'écriture proprement dite" (KAUFMANN, 1990, p. 8).

> suspeito, mas conheço com grande dor, quais possam ser ou não ser. **Ao Marquês de Gouveia – 13 de agosto de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 480-481)

Com sua força persuasiva, Vieira, mestre da retórica, a arte do discurso, sabia a maneira de manipular a linguagem e não meramente seguir normas gramaticais: ele seduz e induz o leitor a fazer parte dos seus jogos de linguagem:

> Já disse a V. S.ª o ruído que fez nesta corte, e o cuidado que nos tem posto, aquele aviso de Madri, que os franceses negam e os espanhóis publicam, uns para acrescentar a inveja, outros por defender a honra. E eu me ponho sempre da parte destes, pois não devemos condenar os amigos pela informação dos inimigos, mas bom é acautelar dos que o são, e temer os que o podem ser, e fazer que o sejam uns e outros, o que só se pode conseguir pondo-nos em estado que nos hajam mister. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 13 de setembro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 500)

A escolha das palavras é de extrema importância na arte da persuasão – e persuadir, para Vieira, não é "adoçar vontades", significa "convencê-las ou mudá-las", reverter situações difíceis a seu favor, ou a favor de alguma causa que defendesse:

> A permissão que S. M. me tinha dado, de pode tornar para Portugal, se me revogou pelas últimas cartas, querendo S. M. que eu me detivesse aqui, para assistir, segundo entendo, a D. Luís de Portugal, em caso que os negócios desta paz ficassem à sua disposição, o que entendo não será, porque desta vez devem ficar ou desesperados ou concluídos, salvo em alguns acidentes, que melhor se podem negociar do Reino, enviando com que adoçar vontades, do que trabalhando aqui pelas persuadir. **Ao Marquês de Niza – 4 de maio de 1648** (AZEVEDO, 1925, T.I., p. 189-190).

E Vieira gastou cartas e velas, criando seus enigmas, armando o seu "tabuleiro de palavras", desafiando àqueles que as lêem, capturando os que se propõem a interpretá-lo:

> Dou a V. S.ª mil parabéns do valimento, lembrando que é máxima da casa de V. Ex.ª ser melhor o valimento dos validos que o dos reis. Se V. Ex.ª não tirar outros baratos do garito, bem se poderá sofrer o gasto das cartas e das velas, nos tentos não falo, porque sei com quantos V. Ex.ª ou joga de dentro ou vê de fora; o não falhar nenhum dia pode ser mais ou menos bom, conforme estiver armado o tabuleiro. **Ao Marquês de Gouveia – 23 de fevereiro de 1665** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 124)

As cartas do jesuíta são um vai e vêm de descobrimentos e encobrimentos, o texto esconde ao mesmo tempo em que revela, confessando o inconfesso:

> Livrou-me esta carta do cuidado e receio que avisei a V. S.ª, e muito mais porque nas costas vinha notada em francês a razão de não ter vindo no outro correio, que parece foi por haver dado as horas em que já estava entregue o maço. Já que temos tantas causas de desconsolação, deixe-nos ao menos o alívio de sabermos que se não sabem as nossas queixas: eu o faço assim, disfarçando as causas quanto posso entre esta gente, que está sempre com os olhos abertos, e com a balança na mão pesando as ações, movimentos e pensamentos dos princípios. Mas nós somos tão bons homens que publicamente confessamos as nossas misérias. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 2 de junho de 1672 (**AZEVEDO, 1926, T.II., p. 467)

Vieira dissimula o sentido do texto, disfarçando-o e envolvendo-o, ao mesmo tempo em que permite o seu desvendamento, a partir do instante no qual começamos a destecê-lo:

> Os vizinhos de V. Ex.ª andam por esta banda muito cabiscaídos, posto que fazem quanto podem pelo dissimular; antevêem e temem o rompimento, e neste teatro do mundo lhes dá mais cuidado a reputação. Ainda que eu o não sabia entender nem dizer tão bem, vejo que luta a necessidade com a soberba, e que esta costuma cair e aquela não pode vencer. Sermos nós as rémoras dos seus impulsos também o experimentamos, porque sempre se doem desta parte, e ainda que lhe queremos segurar o contrário não nos dão crédito. **Ao Marquês de Gouveira – 11 de fevereiro de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 569)

Se o texto se apresenta como enigma, o desfazer da sua trama, isto é, a interpretação, será constituída de movimentos de leitura sucessivos, e o deciframento do texto se efetiverá por um sistema interpretativo próprio: "A maior fúria da tempestade é o mais certo sinal que os marinheiros têm de se querer mudar o vento. Consinta-me V. M.cê esta esperança, ou nos preparemos ambos para o infalível naufrágio." **A Sebastião de Matos e Sousa – 14 de julho de 1690** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 588).

A arte literária é reveladora, rastreia o sentido das coisas, apresentando-as como se fossem novas, porque nova é a forma de combinar as palavras: "Mas da nossa terra vêm tais novas que parece se têm envenenado os ares, segundo os grandes estragos que me todos os correios se escrevem." **A Duarte Ribeiro de Macedo – 31 de outubro de 1674** (AZEVEDO, 1927, T.III., p. 114). Vieira serve-se das metáforas em toda a sua obra, inclusive em suas

cartas. Contagia a língua do dia-a-dia com sua poeticidade e graça, causando forte impressão no leitor: “A novidade do açúcar, sendo o de Pernambuco muito florescente, foi aqui notavelmente menor que em outros anos para que em tudo se manifestasse o castigo do Céu; e assim dizem que vai esta frota mais carregada de queixas do que de caixas”. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 23 de maio de 1679** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 468).

O escritor “recebe” cartas de esperanças e desesperação, põe-se a entender silêncios como às palavras. Alterando as palavras e as coisas, o mundo da linguagem é o mundo dos “possíveis”:

> Da nossa terra recebi neste último correio cartas, de esperanças umas e de desesperação outras, sobre aquele negócio e creio mais as segundas. V. S.ª tenha a saúde e gosto que lhe desejo; e não me falte V. S.ª com novas suas, ainda que me as não dê do mundo, porque eu me animarei a entender tanto os silêncios de V. S.ª como as palavras. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 11 de julho de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 624)

Em seu exercício com a linguagem, Vieira procura criar efeitos com as palavras, efeitos que chegam como ecos ao ouvido do leitor, através dos deslocamentos de sentido operados pelo autor:

> Lembra-me um dito de El-Rei D. João ao Capelão mor Manuel da Cunha, mas não quero fazer memória dos mortos, porque me não causem as saudades que me não merecem os vivos. Estes são bispados da a primeira plana, sobre que será muito para ouvir o Arcebispo de Évora, posto que sem razão ;mas, como fala tão alto, também cá chegam as suas queixas, como chegam os seus votos. **Ao Marquês de Gouveia – 21 de fevereiro de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 326)

A carta recebe de Vieira um “tratamento literário”, não é desprovida de literariedade, o que nos impossibilita de lê-la apenas como documento. No trecho a seguir, há todo um jogo de palavras – “me louvava com descrédito ou me desacreditava com louvores” – que confere ritmo e uma certa musicalidade ao seu texto:

> Exmo. Sr. – Tão desobrigados estão os doentes de escrever, como os mortos de falar; e este foi o impedimento por que na frota passada faltei com resposta à carta de que V. Ex.ª me fez mercê, a qual, quando eu estivera ou me dera por muito

> ofendido, não só bastava, mas excedia a satisfação dos maiores agravos. Por relações alheias ouvi que a história de V. Ex.ª me louvava com descrédito ou me desacreditava com louvores; e, porque eu, depois que fugi do mundo, tão – pouco estimo uns como sinto outros, contentei-me com que estas notícias me entrassem por um só sentido, e este foi o motivo do que o Sr. Marquês das Minas e o Sr. Conde de Alvor referiram a V. Ex.ª. Não me apliquei a ler a dita história, porque a parte a parte dela que pertence ao Brasil vi-a com os olhos, e a outra parte das embaixadas passou-me pelas mãos., mas depois que, com segundo e repetido favor, me chegou a elas, mandando por V. Ex.ª**,** o pequeno volume e grande livro de Castrioto, ressuscitado gloriosamente na pena de V. Ex.ª, pôde ela fazer que ainda depois de morto continuassem as suas vitórias, vencendo-me a mim no pressuposto em que estava de não ler o Portugal Restaurado. **Ao Conde da Ericeira – 18 de agosto de 1688** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 552)

De fato, Vieira tinha bons ouvidos, e seduz-nos pelos ouvidos, pelo ritmo da sua prosa:

> Ex. mo Sr. – Duplicadamente me chegaram as novas, primeiro da conhecida melhoria e depois da inteira saúde com que, a Deus graças, tem V. Ex.ª entrado nos meses que mais no-la asseguram. Estas novas, sim, que podem sarar os ouvidos, sem temor de que nenhumas outras os façam adoecer. **Ao Marquês de Gouveia – 12 de maio de 1671** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 345)

Ao "destilar a magia do dizer", Vieira procurou dominar a metáfora do mundo que "forjou para viver". Toda obra literária comporta uma parte importante de significações implícitas, o leitor passa de significações centrais a marginais, que podem ser definidas independentemente, o poder de criar significações novas parece ilimitado, não se esgota jamais o recurso conotativo das palavras. Vejamos a significação – "carta viva, carta morta, defunto estado que poderá ressuscitar" – que Vieira confere às palavras:

> Meu Senhor. – Nesta frota recebi carta de V. S.ª, não havendo eu escrito na passada, e a este dobrado favor respondo com duas cartas, uma viva e outra quase morta. A quase morta é a que escrevo da cama, em que três vezes me derribou a bicha, que quer Deus me morda só dos joelhos abaixo, posto que com uma terrível erisipela, acompanhada de tão ardente febre que totalmente me priva do juízo. Assim o fez já o ano passado neste mesmo junho e julho, em que depois de mês e meio de cama me deixou ainda nela a partida da frota que foi a razão ou força de não poder então escrever a V. S.ª. A carta viva, e não esperada, mas muito agradável a V. S.ª, é o Padre Baltasar Duarte, que vai a essa corte para residir nela com o cargo de Procurador-Geral desta Província, eleição em que não espero a aprovação de V. S.ª nos faz, sempre julgou ser o que mais convinha. Ele dará as novas deste miserável e quase defunto Estado, o qual só V. S.ª pode ressuscitar. **A Roque da Costa Barreto – 12 de julho de 1689** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 577-578).

A carta aponta para uma indeterminação da linguagem, todo o trabalho de metaforização feito no texto epistolar vieiriano permite lê-lo como texto literário, como espaço aberto para a criação:

> Haver V. S.ª de assistir aos tratados é só o que me tem ressuscitado as esperanças, que totalmente estavam caídas e quase mortas. De aqui trabalho o que posso, aplicando ou dirigindo os remédios mais por infusão que em substância; e, segundo vejo, parece que aproveitem mais assim em estômagos tão estragados. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 23 de agosto de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 487)

Francisco Alexandre Lobo (1823, p. 70), em **O discurso histórico e crítico acerca do Padre Antônio Vieira e das suas obras**, já na primeira metade do século XIX, sublinhava o fato do domínio da linguagem em Antônio Vieira, destacando ainda o seu estilo:

> Se o uso da nossa língua se perder, e com ele por acaso acabarem todos os nossos escritos, que não são *Os Lusiadas* e as *Obras* de Vieira, o português, quer no estilo de prosa, quer no poético, ainda vivera na sua perfeita índole nativa, na sua riquíssima copia e louçania. Será talvez opinião temeraria, mas a minha é, que nenhum povo possuiu jamais. Obras de um só homem tão rico e tão escolhido tesoiro da língua própria, como nos possuímos nas deste notável jesuíta. Ele empregou a linguagem culta e pública; e também a familiar e doméstica; falou a dos negócios, a da cortesia, a das artes, a dos provérbios; e como tratou tantos e tão diversos assunto, pode afirmar-se, fora da hipérbole, que em suas composições a resumiu toda inteira com felicidade singular.

Reconhecemos a escritura vieirina por certo "tom" enfático, taxativo, um "certo humor"[127]. O epistológrafo Vieira "escreve a maneira de si"[128]: "Segundo os sucessos do mundo e o que eles prometem, melhor é ver os touros, ainda que seja de mau palanque, que ter parte nos riscos deles. A mim me coube havê-los de ver das escadas do hospital, e ainda

---

[127] Ver a esse respeito BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Para Barthes, o estilo revela o humor daquele que escreve.

[128] Essa expressão "a invenção do epistolar a maneira de si" é de BEUGNOT, Bernard. "De l'invention épistolaire: à la manière de soi", dans **L'Epistolarité à travers les siècles. Geste de communication et/ou d'écriture, actes du colloque de Cerisy.** BOSSIS, Mireille e PORTER, Charles A. (Orgs.). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1990, p. 36.

assim não tenho invejas aos que se têm por melhores livrados.” **Ao Marquês de Gouveira – 16 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 27).

Das lições herdadas dos mortos e devidas aos vivos, certamente está a de tudo poder dizer, mas não dizer tudo: insinuar-se apenas. Embora empregue freqüentemente metáforas e desvie o uso corrente da língua, não encontramos excessos de metáforas em Vieira – qualquer excesso, ele bem o sabia, tornaria seu texto enfadonho:

> Senhor. – Vão estas regras, pois V. S.ª lho consente, acompanhar a V. S.ª na peregrinação de Salvaterra, e testificar o maior gosto com que o fizera, se lhe fora permitido, quem as escreve; e bem pode V. S.ª dar-me crédito, que é este o termo mais encarecido, com que o meu coração pudera declarar o extremo, com que ama e se reconhece obrigado a pessoa V. S.ª, pois não haveria outra força nem respeito humano, que obrigasse a tornar a ver o mundo, depois de estar tão desenganado e aborrecido dele., mas, como em V. S.ª se quebraram todas as leis do mesmo mundo, razão era que se quebrassem também todas, para de mais perto servir, venerar e lograr a presença de V. S.ª. Bem sei que pelo bordo de V. S.ª não faz a nau água, e este conhecimento só água, e este conhecimento só me basta, ainda que tudo mais se perdera, para que a minha satisfação e gosto não possa jamais fazer naufrágio. Tudo o mais pertence ao exterior, e eu só quisera viver dos bens da alma, em que não tem poder o tempo nem jurisdição a fortuna. A de S. M., que Deus guarde, ainda é maior do que provarem os sucessos do ano passado, e em mim, posto que seja particular instituto o conhecê-la, não é merecimento o desejá-la; porque, sobre as obrigações de vassalo, tenho as que herdei dos mortos e as que devo aos vivos, e as que espero dever à pessoa de S. M. **A D. Rodrigo de Meneses – 28 de janeiro de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 31-32)

As “penadas” de Vieira revelam o seu estilo[129], ou seja, a sua visão de mundo enquanto indivíduo, a marca que deixou no espírito coletivo, os traços da sua cultura: “Fico esperando aquele papel, e ainda sem alento para poder dar penada no outro, com que algum dia, se Deus for servido, poderei dar a V. S.ª alguma hora de entretenimento, como agora dou tantas de enfado.” **A. D. Rodrigo de Meneses – 3 de agosto de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 74). Para Vieira, a pena sempre foi uma “arma”, quem escreve tem poder de resolução, de mudar as pessoas, as situações, tem o poder de decisão, escrever é um ato de comprometimento:

> Senhor meu – Quanta consolação recebo com as cartas de V. S.ª, tanto me desconsolam as cláusulas de outras que V. S.ª me refere. Bem pudera nosso amo mudar e trocar a pena com que escreve, e acabar de tomar esta importante resolução;

[129] Essa noção de estilo é desenvolvida em Compagnon, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Mourão *et alii*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

> mas também a mesma esperança dela me tem em temor, porque receio que não seja a que convém, ao menos porque se não conheça a diferença Deus se lembre de nós. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 9 de fevereiro de 1672** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 413)

Essa questão do inacabamento da obra de Vieira também é sintoma do seu projeto de sociedade: era um homem de crenças e convicções fortes, abraçava causas com que se identificava. Costumava expressar insatisfação, indignação sobre aquilo com o que não estava de acordo. A escritura vieiriana demonstra a maneira de Vieira exprimir seu pensamento, de proceder, de combater com palavras.

> Esta Vila Franca está feita a casa da saúde, e todos os convalescentes que se passam a ela experimentam melhoria;eu vou continuando na minha mediocridade, sem perder as horas que Deus me dá de maior alento, entendendo que o mesmo Senhor as haverá por bem empregadas, e que só para lhe poder fazer este serviço me conservou a vida. Tão unida está em tudo a sua glória com as nossas felicidades!E verdadeiramente, senhor, que quando considero no mesmo que vou escrevendo, que até agora são escrituras e promessas divinas, assim como por uma parte me assombra o que Deus quer fazer em nós, assim por outra me admira igualmente o pouco que os portugueses fazemos por merecer estas misericórdias. **A D. Rodrigo de Meneses – 19 de maio de 1664** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 53)

O escritor Vieira interveio nos grandes debates do seu tempo, colocando sua notoriedade à favor das causas coletivas que acreditava serem justas, não se punha a defender, ou seja, a escrever sobre o que não tinha convicção, sobre o que não acreditava "funcionar" na vida prática, sobre aquilo que a experiência mostrava não ter efeito: "Senhor meu. – Com grande consolação e gosto me vi restituído este correio da falta que tinha experimentado nos dos passados. Viva V. S.ª, que é o que importa, e não tome tanta pena pelo que mostra a experiência não tem remédio." **A Duarte Ribeiro de Macedo – 24 de julho de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 625).

E, por fim, o inacabamento também passa pela ontologia do ser, isto é, não poderia escrever sempre da mesma forma, em função dos golpes que sofreu. Esse estado de espírito, fruto da atmosfera mental em que vivia, teve conseqüências no seu estilo de escrever. As experiências interiores, assim como os processos emocionais, alteram a nossa forma de escrever:

> V. Ex.ª me perdoe tanta ignorância, que se em outro tempo houve em mim algum juízo, nesta ocasião se perdeu todo; e se o não perdi é porque o não tinha. Os golpes que chegam à alma, como ela é imortal, fazem o efeito nas potências; e das minhas

> só ficou a memória, para nunca a perder do que a V. Ex.ª devo. Assim que não escreve a V. Ex.ª o Antônio Vieira que foi, senão o que é ou o que deixou de ser, para que V. Ex.ª se não admire da diferença do seu estilo, e dê V. Ex.ª por bem empregada toda a piedade que tem dele. **Ao Duque de Cadaval – 16 de janeiro de 1668** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 269)

A obra é acabada por acidente e inacabada por essência. Já que é portadora de lacunas, o inacabamento não é uma perda, mas um apelo ao leitor: a este cabe "acabá-la". O leitor é também escritor, crítico produtor do texto. Dessa forma, o inacabamento é essencial à obra, pois permite portanto pensar a intertextualidade a partir de possibilidades, em decorrência das lacunas do texto primeiro, visto que a obra inacabada está no aguardo de outros textos possíveis:

> Mais il n'est nullement indispensable que l'écrivain ait reconnu son oeuvre comme inachavée pour que l'imagination critique puisse et doive la compléter. Il faudrait d'ailleurs n'avoir jamais écrit soi-même pour croire qu'il peut exister un achèvement absolu. L'auteur, au bout d'un certain temps, abandonne tel ouvrage, parce qu'il ne peut plus travailler sur lui, parce qu'il ne voit plus pour l'instant d'autre moyen de l'améliorer que de le reprendre de fond en comble, en fait parce qu'un autre attend déjà;il ne l'achève qu'autant qu'il le peut, et le livre aux autres pour qu'ils le continuent, il le propose à une critique profonde qui poursuivre l'invention commencée, entretienne l'éclaircissement;car même les oeuvres les plus directs, au bout de quelques années, ont besoin d'explications. (BUTOR, 1968, p. 111)

Em 1693, em razão da idade e de seu estado de saúde, Vieira pretendera cessar as relações epistolares, deixando de responder às cartas vindas pela frota, mas os correspondentes não aceitaram ou não perceberam a causa do silêncio, e continuaram a escrever. Assim, tornou o valetudinário com uma circular à nobreza de Portugal – uma única carta dirigida a várias pessoas –, em cujo propósito, aliás, não persistiu totalmente, mas que, de certa forma, rompe com o pacto epistolográfico. Essa carta é dos mais belos exemplares da prosa vieiriana:

> Meu Senhor. – É cousa tão natural o responder, que até os penhascos duros respondem, e para as vozes têm ecos. Pelo contrário é tão grande violência não responder, que aos que nasceram mudos fez a natureza também surdos, porque se ouvissem, e não pudessem responder, rebentariam de dor. Esta é a obrigação e a pena, em que a carta que recebi nesta frota de V. Ex.ª me tem posto, devendo eu só esperar reciprocamente que a resposta do meu silêncio fosse tão muda como ele; mas quis a benignidade de V. Ex.ª que, neste excesso de favor, se verificasse o pensamento dos que dizem que, para se conhecerem os amigos, deviam os homens

> morrer primeiro, e de aí a algum tempo, sem ser necessário muito, ressuscitar. E porque eu em não escrever fui mudo, como morto, agora com o espaço de um ano e meio é força que fale como ressuscitado. O que só posso dizer V. Ex.ª é que ainda vivo, crendo com fé muito firme não será desagradável a V. Ex.ª esta certidão. Não posso contudo calar que, no mesmo dia 6 de Fevereiro, em que entrei nos oitenta e sete anos, foi tão crítico para a minha pouca saúde este sereno, que apenas por mão alheia me permite ditar estas regras, podem satisfazer a tantas obrigações quantas devo à Pátria na sua mais ilustre nobreza. Sendo porém tão singular e não usada esta indulgência, ainda reconheço por maior a que de novo peço a todos, e é que a pena de não responder às cartas se me comute na graça de as não receber de aqui por diante, assim como é graça e piedade da natureza não ouvir quem não pode falar. E para que o despacho deste forçado memorial não pareça gênero de ingratidão da minha parte, senão contrato útil de ambas, e muito digno de aceitação, sirva-se V. Ex. ª de considerar que, se me falta uma mão para escrever, me ficam duas mais livres para as levantar ao céu, e encomendar a Deus os mesmos a quem não escrevo, com muito maior correspondência do meu agradecimento, porque uma carta em cada frota é memória de uma vez cada ano, e as da oração de todas as horas são lembranças de muitas vezes de cada dia.Esta oefereço a V.Ex.ª sem nome de despedida,e,posto que em carta-circular e comum,nem por isso esquecido das obrigações tão particulares que a V.Ex.ª devo,e me ficam impressas no coração.. **Circular à Nobreza de Portugal – 31 de julho de 1694** (AZEVEDO, 1928, T.III., p. 661-662)

A carta vieiriana, enquanto literatura, é página em branco[130] a ser escrita, porque se realiza como possibilidade de instauração do que ficou por dizer. A página epistolar é passagem para outros textos. O maior legado de Vieira foi o de nos ter deixado a história do futuro da imaginação, cabendo-nos encontrar os caminhos para termos acesso a essa história, descobrir as portas prováveis para adentrá-la:

> De todos estes alvoroços estamos livres os portugueses, porque de nós não se fala, como se não estiveramos no mundo; eu tenho o peito feito para tudo o que vier, porque de qualquer sucesso vejo caminhos por onde a Providência divina, se nos soubermos aproveitar, nos pode abrir a porta a alguma não vulgar felicidade. **A Duarte Ribeiro de Macedo – 4 de julho de 1673** (AZEVEDO, 1926, T.II., p. 620)

Presumimos, portanto, que as obras permitem um trabalho de intertextualidade; pedem para ser prosseguidas. O inacabamento, pensado como princípio, permite a reinvenção, permitem prolongar o texto de um autor: “Mais, précisément, l’essence de la littérature, c’est d’échapper à toute détermination essentielle, à toute affirmation qui la stabilise ou même la réalise: elle n’est jamais déjà là, elle est toujours à retrouver ou à reinventer”, nas palavras de

[130] “Page Blanche mais écrite depuis toujours, blanche par oubli de ce qui a été écrit, par effacemente du texte sur le fond duquel tout ce qui s’écrit est écrit. Et pourtant rien n’est vraiment écrit, cela peut changer à chaque instant, et c’est encore et interminablement la première fois” (DERRIDA, 1972, p. 376).

Blanchot (1959, p. 273). Em especial, a indeterminação da carta é a mesma da literatura, ela escapa a qualquer tentativa de estabilizá-la, está sempre pronta a ser reencontrada ou reinventada, o que nos permite ler as cartas de Vieira pelo signo da transgressão, como “carta aberta”, que pede sempre “o eterno retorno” do mesmo pela pena do outro, a sua continuação pelo ato solitário da leitura.

E a obra de Vieira vem sendo prosseguida por seus sucessores, entre eles, Miguel Torga e Fernando Pessoa, que dedicaram-lhe versos, deram continuidade ao “Quinto Império” vieiriano. Antônio Vieira, este filho peninsular e tropical de Inácio de Loyola, aluno de Bandarra, mestre de Fernando Pessoa, misto de gênio, mago e aventureiro, no imenso espaço seu de meditar, sonhou o homem lusitano que a pena do escritor Vieira transformou em um dos maiores impérios que o mundo conheceu: o Império Cultural Português, que ainda brilha, com todo o seu esplendor, às margens do Tejo. Nas margens do rio, ainda ouvimos a voz desse outro Antônio, o Fernando Antônio Pessoa (1980,p.7)a celebrar os feitos de Antônio Vieira, daquele a quem chamou de “Imperador”. A escritura de Vieira é uma escritura que se abre para o imprevisto, para o futuro:

> O céu ‘strela o azul e tem grandeza.
> Este, que teve fama e a glória tem.
> Imperador da língua portuguesa.

CONCLUSÃO

As cartas de Antônio Vieira traçaram o contorno de vozes que silenciaram no silêncio das páginas da literatura lusófona. Das ausências prolongadas em terras longínquas, nasceram as cartas de Vieira. Pretensa substituta da presença corpórea, a carta procura substituir a vontade de ver, falar, tocar; busca aproximar os homens. Na grafia das cartas, descortinaram-se novas paisagens, novas gentes, novos saberes. Escritura do intervalo, das horas vagas, o lugar da escritura epistolar de Vieira é o entre-lugar, é no terceiro espaço que compõe as suas cartas, é desse cruzar de mundos que se configura a página epistolar vieiriana.

Constatamos, ao longo do nosso percurso, que o retrato da carta não é definitivo, a carta não se contenta em "dar notícias", é pretexto, derivado de texto, e como texto o perfil da carta é sempre provisório: faz-se e desfaz-se com o tempo, no seu eterno nomadismo pelas diferentes sociedades e épocas. Este "desejo de informar", tão bem expresso nas cartas de Vieira, passa por um filtro, a informação é recortada, o texto mostra apenas o dizível e o visível – os jesuítas e suas "cartas mostráveis" traziam a público só aquilo que era de interesse da Ordem. A maior função das cartas dentro da perspectiva jesuíta não era "informar", mas persuadir: as cartas funcionaram como um exercício de retórica, de convencimento, de "propaganda" do Novo Mundo.

Vieira, como pudemos atestar, seguiu o "modelo de escritura" prescrito pela *ars dictaminis* – a arte de escrever cartas – adaptado ao discurso missionário da Companhia de Jesus. Suas cartas seguiram um mapa retórico, que tinha por objetivo causar impacto afetivo, cooptar adeptos para a causa missionária no Novo Mundo e para o projeto de expansão do Império Português. Cada época está em relação com a ideologia dominante e, como qualquer instituição, o gênero epistolar evidenciou os aspectos constitutivos da sociedade a que pertenceu Vieira. Este epistológrafo paga tributo a uma tradição letrada, a um passado epistolográfico.

O texto epistolar vieiriano foi fundado pelo pacto epistolar, o qual acabou sendo quebrado pela nossa atual situação enunciativa. Em outros termos, a função primordial de

comunicação, o pacto epistolográfico entre remetente e destinatário, foi rompido; uma nova situação performativa surgiu, a carta passou a ser objeto de contemplação, por assim dizer, "teórica" de um terceiro, o leitor, transformado numa espécie de *voyeur*. As cartas de Vieira, foram reavaliadas, em nossa análise, dentro de uma outra situação performativa, nosso protocolo de leitura não poderia ser o mesmo dos leitores do século de Vieira, mais de quatrocentos anos se passaram; além disso, lemos suas cartas em um outro suporte, isto é, as cartas foram reunidas em livro. Hoje, temos acesso ao conjunto de sua correspondência, ou pelo menos ao que restou dela, que lemos como uma espécie de romance epistolar, do qual Antônio Vieira é o protagonista.

Foi demonstrado, em nossa pesquisa, que o texto literário exige um trabalho de decodificação e de deciframento, o que também é válido para o texto epistolar. Contudo, a obra literária não visa a uma pessoa em específico, ela é, a princípio, destinada a um público de desconhecidos, enquanto a carta é dirigida a uma determinada pessoa, com quem se divide conhecimentos muito particulares. Daí a noção de João Lúcio de Azevedo de que um carta isolada, seja da série à qual faz parte, seja do contexto em que foi produzida, torna-se, muitas vezes, incompreensível a terceiros. Desse modo, alguns diálogos entre Vieira e seus destinatários foram definitivamente perdidos, dificilmente teremos como resgatá-los.

A análise das cartas de Vieira, sob o enfoque comparatista, demonstrou que um gênero é sempre transformação de outros gêneros. A leitura do corpus epistolar vieiriano evidenciou a noção de gênero híbrido, demonstrou que seguir uma convenção não pressupõe que não haja criação. A literatura não se submete à distinção dos gêneros e quer romper os limites. Cada obra é uma interrogação sobre o próprio ser da literatura. Não descrevemos o gênero apenas com resultados "antigos", que só poderiam descrever "resultados mortos"; apresentamos o gênero epistolar como princípio dinâmico de produção. Sendo assim, a palavra avança, traz em si uma emancipação discursiva, o protocolo substitui o monumento de um texto. Assim, a carta é lida sob o duplo signo da convenção e da transgressão, no seu duplo estatuto de texto literário e não literário, documento, monumento, dentro de um plano micro e macrotextual, que delimita e excede limites, característica da hibridez do gênero que permite lê-lo dessa forma.

O texto epistolar vieiriano não pode ser reduzido a seus efeitos de sentido, de conteúdo, de tese ou de tema. O texto epistolar, como qualquer outro texto, faz o seu próprio caminho, isto é, a disseminação provoca resistência à escritura epistolar, não fixa apenas uma representação: aglutina outras. A correspondência de Vieira emancipou-se dos laços referências enquanto texto, em proveito de uma pluralidade de significados. Em nossa

pesquisa, a carta foi considerada um texto à parte, um texto que apresenta a sua especificidade. Ato de comunicação ancorada numa cronologia discursiva, a carta é, da mesma forma, escritura que, com seus códigos, recria a realidade. Procuramos mostrar o epistolar como um gênero resistente a classificações genéricas, que luta por encontrar seu espaço na geografia literária.

As cartas de Vieira não foram pensadas como fazendo parte da Literatura Brasileira apenas por se tratarem de textos fundacionais da nossa literatura; nós as apontamos como "cartas vivas" porque nelas reconhecemos propriedades estéticas: são textos que obedecem a convenções letradas, a categorias retórico-poéticas, ricos em imagens, e que, embora tenham como origem o cânone colonial, não podem deixar de ser considerados textos literários. A abertura desses arquivos literários – as cartas de Vieira – por críticos nacionais e internacionais, arquivos estes de natureza translingüística, transdisciplinar e transnacional, renova a historiografia literária brasileira, ampliando o círculo de leitura da obra do autor. Dessa forma, qualquer leitura que ignore a dimensão subjetiva desses arquivos é redutora.

Revelamos que as cartas de Vieira, como prolongamento do púlpito, seguem uma programação discursiva, pressupõem uma Nova Ordem, que se "torna possível" por uma reestruturação conceitual de valores. Nesse sentido, a utopia vieiriana encontrou um novo lugar de enunciação: o discurso nascente do Novo Mundo. A utopia não se restringiu apenas ao literário, como em Thomas Morus; representou a reivindicação maior de uma realização de todos os sonhos que a imaginação acumulou. Vieira observou a ausência de um projeto global, de uma imagem de si mesmo que faltava ao povo português e que ele, através de sua obra, tentou construir, pois um grupo social sem ideologia e sem utopia seria um grupo sem projeto, sem representação de si mesmo.

Analisando o conjunto da obra vieiriana, em especial as cartas, não há dúvida sobre a sua "política de intenções". O autor sempre se declarou português, súdito do rei de Portugal e jesuíta (soldado de Cristo) , sempre se bateu por essas duas causas. O utopismo é denunciado pela ideologização católica portuguesa, legitimado pelas profecias. A expansão da fé está associada à do império. Dito de outra forma, as suas imagens estão em conformidade com um esquema, um sistema de valores preexistente na sua cultura de origem: a portuguesa. Todavia, não se trata de uma utopia fantasista, mas militante, isto é, para agregar os "diferentes" ao corpo místico do império, era preciso seguir à risca o absolutismo do evangelho – a evangelização foi um dos vetores para a concretização dessa utopia, funcionou como uma tentativa de homogeneização cultural, como uma "tolerância" que tinha como regra de "aceitação" a sujeição ao rei de Portugal e a conversão ao catolicismo.

Assim, pois, o Brasil foi, ao mesmo tempo, um terreno propício para a instalação da lusotopia vieiriana e o local a demonstrar a fragilidade teórica do Quinto Império preconizado pelo autor. O tão sonhado Quinto-Império só poderia realizar-se misturando as águas de duas fontes: o sistema nacional-mercantil, de um lado, e as propostas contidas no Evangelho, de outro. Os interesses temporais, evidentemente, não coincidiram com os espirituais, primeiro "equívoco" de Vieira. O segundo erro foi pensar que todas as nações iriam adotar o catolicismo como prática religiosa e sujeitar-se à liderança, à autoridade portuguesa, baseados em textos proféticos. Desde o início, há um descompasso entre o projeto de Vieira e a morosidade da cristianização na terra, de sua implementação e a política adotada por Portugal. Uma realidade nova emerge independentemente dos modelos de base, ou seja, a utopia da "identidade única" idealizada por Vieira entrou em confronto com uma identidade plural e híbrida, que começava a se formar no Brasil.

O mapa da América Portuguesa demonstrou ser a herança de conflitos distantes, não esqueçamos que o Brasil se fez dentro e fora dele. A difícil convivência com outra gente comprometeu, desde o início, a tal sonhada unidade preconizada por Vieira, e engendrou exigências imprevistas frente a situações novas, foi preciso posicionar-se diferentemente no novo espaço. As crises do centro sempre repercutiram diretamente na periferia e as da periferia também afetaram o centro. Do resultado do sangrento duelo centro/periferia, encontramos o esfacelamento da utopia vieiriana.

Da mesma forma, a questão do exílio, amplamente debatida ao longo do trabalho, assim como a da desterritorialização, ambas evidenciadas nas cartas de Vieira, são fenômenos bastante complexos. Essa experiência do *outsider* e do *insider* vivenciada por Vieira, essa vida interior em duas culturas e duas sociedades é fenômeno recorrente em nossa historiografia literária. Ao percorrê-la, tomamos conhecimento que, do período colonial até o final da ditadura militar brasileira, grande parte dos nossos escritores viveram no exterior e vivenciaram as mais variadas formas de exílio (voluntário ou involuntário), produzindo seus textos fora do Brasil, praticando uma Literatura Brasileira desterritorializada. Uma nova História Literária deverá levar em consideração esse fenômeno, que põe em questão mais do que a verdadeira cidadania do autor, mas a do texto.

Quanto ao processo de conquista do Novo Mundo, pomo de discórdia entre Vieira e o Império, e principal razão dos seus múltiplos exílios, o escritor posicionou-se contra o uso da violência, a violência sempre como último recurso. Defendeu como programa de conquista a infiltração cultural, uma ocupação pelo viés cultural, que embora se constituísse de forma mais demorada, era, no seu entender, o processo mais eficiente e seguro de dominação.

Explicitamos, ao longo do trabalho, que o conceito de cultura toma outras dimensões na obra vieiriana. Para o jesuíta, a cultura não era uma propriedade inata, transmitida pelos genes, nem se restringia à educação livresca, às normas de refinamento, era tratada de forma,digamos,utilitária: a cultura era aprendizado, algo que se aprendia num ambiente social, num programa coletivo. Em suma, para Vieira, a cultura era uma construção mental. Todas as suas tentativas junto às culturas locais convergem nesse sentido: procuraram mudar a programação mental desses povos, fazê-los assimilar outras formas de representação, lidar de forma diferente com sentimentos que lhe eram inatos: raiva, medo, amor, desejo, cobiça que fazem parte da natureza humana e que os jesuítas procuraram "domesticar", "frear", inculcando-lhes a doutrina católica, recalcando-lhes as tradições locais através da retórica do comportamento, da qual eram os porta-vozes.

Sublinhamos que a diferente instância temporal em que Vieira se encontrava, com demandas cronotópicas diferentes, num espaço heterôgeneo de produção, redimensionou as questões teórico-críticas do poder, da subjetividade em suas cartas. O deslocamento textual mudou o "querer dizer", Vieira fala do Brasil, não descreve o país apenas como viajante, mas como habitante. A atuação de Vieira enquanto mediador cultural, uma atuação que difere dos demais colonizadores, pois Vieira cobrou, exigiu mudanças do Centro, faz com que muitos críticos afirmem, pela consciência que o autor demonstrou ter das "cousas do Brasil", pela sua familiaridade com a "gente do Brasil", e pelas soluções que apontou para os grandes debates de sua época, que o pensamento brasileiro começa em Vieira. O colonizador Vieira testou um repertório de alternativas e um leque de possibilidades, sonhou com a autonomia brasileira sem romper os laços com a comunidade lusa: as cartas do jesuíta demonstram os caminhos pelo quais o país se expandiu e nos permitem pensar a nossa alteridade, mostrando o Brasil como lugar de passagens identitárias.

Em sendo assim, o Brasil era um espaço em branco, um espaço que não existia culturalmente, geograficamente. Vieira tratou de diversos temas culturais dentro de sua obra epistolar, uma obra que foi construída por um paradoxo, ou seja, tentou fazer da obra o lugar de síntese individual do plural, representar múltiplas identidades singulares e, ao mesmo tempo, universais. O texto epistolar vieiriano, nesse sentido, contribuiu para a formação do imaginário nacional, para a imagem que temos do índio, do negro, do colono português, dos missionários, da administração pública, para criação de uma certa mentalidade que herdamos e reproduzimos nos textos que escrevemos, que se faz visível em nosso espaço de representação.

Não podemos “explicar” a Literatura e a Cultura Brasileiras por um única teoria, um único viés crítico. As cartas de Vieira são textos exemplares nesse sentido, pois nos ajudam a pensar os elementos transferíveis de uma cultura à outra, de uma literatura a outra, mostrando como as literaturas participam de uma interdependência, demonstrando a distância que existe entre a teoria e a cultura. Cada literatura, cada cultura tem como origem várias teorias e críticas. O intertexto das cartas vieirianas foi eco de outras correspondências, foi traço de uma retórica, fruto de transferências literárias e culturais que se reinseriram em sua escritura.

No último quartel da sua vida, período em que retorna ao Brasil e em que se dedica ao seu “testamento intelectual”, Vieira já havia atingido a plenitude literária, tinha plena consciência do seu fazer literário, do dizer, do como dizer, exercendo com maestria o seu trabalho de escritor, criando suas ficções, o que o aponta como um artista da “arte verbal”. Vieira, como todo escritor, em sua relação problemática com a linguagem, ajudou-nos a refletir sobre o que é literatura, através do seu fazer textual, das relações intertextuais que seu texto estabelece com outros textos.

Percorrendo a trilha das cartas de Vieira, seguindo a musicalidade da sua prosa poética, não pretendíamos fazer retornar o já canonizado Vieira, um trabalho de recanonização, mas apenas demonstrar que com todas as ressalvas que se façam sobre o jesuíta, a sua obra é um clássico pela sua qualidade estética e pelos” discursos críticos” que dela emergem, o que faz das suas cartas uma obra aberta, uma obra a ser continuada pela posteridade.

A obra de Vieira traz a assinatura do século XVII, sua teoria estética procurou estar à altura das promessas de sua ordem, de seu reino, de sua utópica, estar à altura desse Novo Mundo. As cartas, aqui cotejadas enquanto objeto histórico e literário, não cessam de se modificar pelo presente do conhecimento, seu texto, enquanto passagem, é um texto ambíguo que resultou da ambigüidade do espaço em que escreveu, é uma passagem que abre lugares escondidos em suas dobras críticas, como, por exemplo, a questão da fundação da Literatura Brasileira, que esconde encobrimentos e futuros descobrimentos de que nem sequer suspeitamos, aberturas que seu texto oferece à investigação teórico-crítica.

Vieira não foi mais um colonizador europeu a residir na América Portuguesa, mais um jesuíta a catequizar nossos índios; nem à sua obra cabe a classificação simplista de obra “religiosa” ou de “devoção”; foi um dos nossos melhores pensadores. Sua obra ultrapassou fronteiras geográficas e disciplinares, e sobreviveu quatrocentos anos. Padres existiram muitos; Vieiras, muito poucos. Se o Padre Antônio Vieira é lembrado, isso se deve ao talento e à perspicácia do escritor Antônio Vieira, que o consagrou nas páginas da literatura, que

imortalizou a si mesmo como personagem de seus textos, criando um daqueles personagens memoráveis que sobrevivem ao criador.

Muito têm as novas gerações a aprender com Vieira. Homem de múltiplos perfis, Vieira foi um obstinado, um apaixonado pelas causas que defendeu, um homem de convicções fortes que lutou bravamente nas arenas do mundo pelos seus ideais. Vieira jamais defendeu o que não acreditava, combatia com veemência o que considerava injusto, não se curvou às ameaças dos seus inimigos. Se ser insatisfeito é ser homem, Vieira o foi totalmente. Insatisfeito mostrou-se em suas atitudes, em seus textos, fez-se ouvir sempre que necessário, foi uma voz a pregar nas florestas desse Novo e tão sofrido mundo. Tal insatisfação também o caracterizou como escritor, se pensarmos que os felizes apenas vivem; os insatisfeitos escrevem – e Vieira escreveu muito e sobre muitos assuntos.

Naquele "conformado século XVII", Vieira não se restringiu a saber o que os antigos sabiam, para o autor saber simplesmente o que antigos sabiam não era saber, era apenas lembrar-se. Não se restringiu, como os demais doutores, a dizer o já dito, a estudar o já estudado, a escrever o já escrito, a ser copiador de livros, não se deixou "atacar ao passado". Na perspectiva do jesuíta, os antigos não sabiam tudo, não disseram tudo; por essa razão, o escritor não renunciou ao seu direito hermenêutico e de privilegiar o tempo da arte em detrimento do tempo da história. Vieira sabia que os séculos e as obras dialogam, que as obras não trazem respostas definitivas, apenas formulam novas perguntas.

No espaço colonial em que viveu, foi disseminador de uma certa ética, talvez sua maior herança ao Brasil: Vieira foi um arauto da moralidade pública. Esse português por nascimento, brasileiro por circunstância, foi, pela grandeza de seu pensamento e pela grandeza de sua arte, cidadão do mundo. Foi, debaixo de sua batina, um grande escritor, cujas idéias causam, até os dias atuais, impacto no pensamento brasileiro. Esse homem, que incorporou tantos perfis, encarnou a suprema ambição de todo escritor: sonhou reinventar o mundo, transformá-lo pelo uso da sua pena. Se não conseguiu fundar o império temporal/ espiritual que ousou sonhar, fundou um império ficcional que reivindicamos, em nosso estudo, como herança.

Terminamos este trabalho com um episódio verídico sobre a vida de Vieira. Certa vez, quando um navio partiu da Bahia em direção a Portugal, Vieira, atrasado, sai atrás da frota, remando em sua canoa. Ao alcançá-la, deposita uma carta no correio que seguia com aquele navio para Lisboa. A imagem de Vieira que guardamos na memória é a desse homem remando em sua canoa nos mares do Novo Mundo, tentando depositar uma carta na nau portuguesa que partia. Mal sabia o célebre jesuíta que estava depositando uma carta

endereçada à posteridade, uma carta que seguiria pelos mares da tradição e que chegaria até destinatários desconhecidos, leitores do mundo contemporâneo. A voz da tradição continua a proclamar com orgulho: "*Antônio Vieira, Imperador da Língua Portuguesa*"!

BIBLIOGRAFIA

AGROBOM, Gil de. **As contradições do Padre Antônio Vieira e outros escritos**. Rio de Janeiro, 1943.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Mário de.**O empalhador de passarinho**. 3. ed. São Paulo; Brasília: Martins; Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972.

_____. **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

ANDRES, Bernard; DESJARDINS, Nancy. **Utopies en Canada (1545-1845). Figura, textes et imaginaires**. Montreal : Département d'Études Littéraires/UQAM, n. 3, 2001.

ANGENOT, Marc. **Glossário da crítica contemporânea**. Trad. Miguel Tamen. Lisboa: Editorial Comunicação, 1984.

ARROU-VIGNOD, Jean-Philippe. **Le discours des absents**. Paris: Gallimard, 1993.

_____. **L'écriture intime**. Montreal: Arcade, octobre 1986.

AUGÉ, Paul. **Larousse du XX siècle en dix volumes**. Paris: Librarie Larousse, 1930. T.III.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. T.I. [Biblioteca de Autores Portugueses]

_____. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. T.II. [Biblioteca de Autores Portugueses]

_____. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. T.III. [Biblioteca de Autores Portugueses]

_____. **História de Antônio Vieira**. Lisboa: Livraria Clássico, 1918. v.1.

_____. **História de Antônio Vieira**. Lisboa: Livraria Clássico, 1921. v.2.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio da Nesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACZKO, B. Utopie. In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF,2004.p.663.

BAILLY, Jean-Christophe. **Le propre du langage**: **voyages du pays des noms communs**. Paris: Seuil, 1997.

BARBOSA, João Alexandre. **A leitura do intervalo**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

_____. **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

BARROS, Andre. **A vida do apostólico Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, chamado por antomásia o Grande**. Lisboa: Nova Oficina Sylviana, 1746.

BARTHES, Roland . **Sade, Fourier, Loyola**. Paris: Seuil, 1973. T.II.

_____.**Fragmentos de um discurso amoroso**. 13. ed. Trad. Mario Laranjeira . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

_____.**O rumor da língua**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____.**O grau zero da escrita**. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BENEDETTI, Mario. **El desexilio y otras conjeturas**. Buenos Aires: Nueva Imagen, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Je déballe ma bibliothèque**. Trad. Philippe Ivernel. Paris: Payot et Rivages, 1972.

BERNIER, Marc André. Correspondance.In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.122-123.

_____.Épistolaire. In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.195-196.

BESSELAAR, José Van Den. **Antônio Vieira:** o homem, a obra, as idéias. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 1981.

BESSIÈRE, Jean. **Dire le littéraire. Points de vue théoriques**. Bruxeles: Margada, 1990

_____. **Principes de la théorie littéraire**. Paris: PUF, 2005.

_____. **Quel statut pour la littérature?** Paris: PUF, 2001.

_____. Théorie et critique littéraires contemporaines: cultures nationales et thèses transnationales: paradoxes de la pensée de l'universel et du culturel. In: COUTINHO,Eduardo F. **Fronteiras imaginadas**: cultura nacional/teoria internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.p.13-47.

_____. Transfers critiques, théoriques incommensurabilité et appropriation des discours critiques et théoriques au-delà du transnationalisme. In: CARVALHAL, Tânia (Org.). **Culturas, contextos e discursos**: **limiares críticos no Comparatismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.p.13-41.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos As múltiplas embarcações tradutórias na obra de Antônio Vieira. In: CARVALHAL, Tania Franco *et alii* (Orgs.). **Transcriações**: teoria e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2004. p.241-248.

_____. O jogo das Cartas ou a Estratégia Civilizatória de Antônio Vieira. **Revista Riscos**, São Miguel do Oeste/SC, p. 46-50, mar. 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BÍBLIA Sagrada. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

BLANCHOT, Maurice. **L'espace littéraire**. Paris: Gallimard, 1955.

_____. **Le livre à venir**. Paris: Gallimard, 1959.

BLOOM, Harold. **Um mapa da desleitura**. Trad. Thelma Nóbrega. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. **De profecia e Inquisição/Antônio Vieira**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BOSSIS, Mireille. **La lettre à la croisée de l'individuel et du social**. Paris: Kimé, 1994.

BOUZINAC, Haroche Geneviève. **L'épistolaire**. Paris: Hachete, 1995.

BOXER, P. Quatro cartas inéditas do Padre Antônio Vieira. **Brotéria**, Lisboa, v.45, p. 455-476, 1976.

BRUNEL, Pierre; CHEVREL, Yves. **Précis de littérature comparée**. Paris: PUF, 1989.

BRUNN,A. Auteur.In: : ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF,2004.p.33-34.

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: **a verdadeira história da expedição de Cabral.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. v.1.

_____. **Brasil, uma história: a incrível saga de um país**. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 1996.

BUESCU, Maria Leonor. A história do futuro e o pensamento utópico In: VIEIRA,Antônio.**A história do futuro**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

BUTOR, Michel. La critique et l'invention.In : **Répertoire III**, Paris, Minuit, p. 111-113, 1968.

CALMON, Pedro. **O crime de Antônio Vieira**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMÕES, Luís de. **Os lusíadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CAMPOS, Flávio de. Encobertos e desejados: a figura messiânica nas obras do Padre Antônio Vieira. **Voz Lusíada Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes**, São Paulo, n.7/8, p.9-31jan./jul. 1997.

CAMPOS, Haroldo de. **O seqüestro do barroco na formação da literatura brasileira**: o caso Gregório de Mattos. Salvador: FCJA, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: **estratégias para entrar y salir de la modernidad.** México: Grijalbo, 1889.

CANDIDO, Antônio. **A formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1959. v.1.

CANTEL, Raymond. **Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre d'Antônio Vieira**. Paris: Hispano-Américanas, 1960.

CANTIN, Annie. Autobiographie. In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.35-36.

_____.Mémoires.In : ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.385-386.

_____.Personelle[Littérature]. In : ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.452-453..

CARVALHAL, Tania Franco. O exílio das origens ou um olhar estrutural aos estudos comparativistas. In: III CONGRESSO ABRALIC, 1992. **Anais.** Rio de Janeiro: ABRALIC, 1992. p.704-706.

_____. **O próprio e o allheio**: ensaios de Literatura Comparada. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2004.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808/1836)**. São Paulo: Cultrix, 1960.

CASTRO, Aníbal Pinto de. O Padre Antônio Vieira e Cosme III de Médicis: com quatro cartas inéditas. **Revista de História Literária de Portugal**, Coimbra, v.1, p. 5-37, 1962.

_____. **Antônio Vieira. Uma Síntese do Barroco Luso-Brasileiro.**Lisboa:Edição do Clube do coleccionador dos correios,1997.

CHANCÉ, Dominique. Altérité. In: BENIAMINO, Michel; GAUVIN, Lise(Orgs.) **Vocabulaire des études francophones**: **les concepts de base.** Limoges: PULIM, 2005.p.17-19.

CHEVRIER, Jacques.Stéréotype. In: BENIAMINO, Michel; GAUVIN, Lise(Orgs.) **Vocabulaire des études francophones**: **les concepts de base.** Limoges: PULIM, 2005.p.166-167.

CIDADE, Hernani; SÉRGIO, Antônio. **P^e^ Antônio Vieira Obras escolhidas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1953. v.1.

_____. **P^e^ Antônio Vieira Obras escolhidas**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1964. v.7.

COMPAGNON, Antoine. **La seconde main ou le travail de la citation**. Paris: Seuil, 1979.

_____. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Mourão *et alii*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

COUTINHO, Afranio. **A Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968. v.1.

_____. **Introdução à Literatura no Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974.

COUTINHO, Eduardo F. **Fronteiras imaginadas**: cultura nacional/teoria internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária**: uma introdução. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Maria Glória da Giabbal. **El exilio, realidad y ficción**. Montevideo: Arca, 1992.

DÉPRÉ, Inês Oseki. **De Walter Benjamin à nous jours**: essais de traductologie. Paris: Champion, 2007.

DERRIDA, Jacques. **L'écriture et la différance**. Paris: Seuil, 1967.

_____. **La dissémination**. Paris: Seuil, 1972.

_____. **La Carte Postale (dont spéculer-sur Freud)**. Paris: Aubier-Flammarion, 1980.

_____. **Le monolinguisme de l'autre**. Paris: Galilée, 1996.

_____. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Claudia Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Qu'est-ce qu'une traduction "relevante"?** Paris: Herne, 2005.

DIAZ, Brigitte. **L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de lacorrespondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe**. Paris: PUF, 2002.

DOMINGUES, Mario. **O drama e a glória do Padre Antônio Vieira**. Lisboa: Romano Torres, 1961.

ECO, Humberto. **L'oeuvre ouverte**. Paris: Seuil, 1965.

_____. **Les limites de l'interprétation**. Paris: Grasset & Fasquette, 1992.

FERLAND, Rémi. **Les Relations de Jésuites**: **un art de la persuasion: procédés de rhétorique et fonction conative dans les Relations du Père Paul Lejeune.** Québec: Les Éditions de la Huit, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971.

_____.**Aurélio século XXI**: **o dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Fidelino de. O Padre Antônio Vieira. Contradições e aplausos. **Revista de História**, Lisboa, Livraria Clássica Editora, v.11,p.81-93,1922.

FOUCAULT, Michel. **L'arquéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FUENTES, Carlos. **Valiente Mundo Nuevo**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1990.

GAUTIER, Louise. **La mémoire sans frontières**. Québec: Les Presses de l'Université de Laval, 1997.

GENETTE, Gerard.. **Figuras**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Fiction et diction**. Paris: Le Seuil, 1991.

GLISSANT, Édouard. **Poétique de la Relation**. Paris: Gallimard, 1990

_____. **Introduction à une Poétique du Divers**. Paris: Gallimard, 1996.

GOMES, Luisa Costa. **Clamor (sobre textos de Vieira)**. Lisboa: Cotovia, 1994.

GONZAGA, Sergius. **Manual de Literatura Brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

GRASSI, Marie-Claire. **Lire l'épistolaire**. Paris: Dunod, 1998.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario**: **sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI-XVIII.** México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.

HANSEN,João Adolfo.Vieira: Estilo do Céu, Xadrez de palavras.**Discurso,** São Paulo,v.9,1979.

_____. Razão de Estado.In : NOVAES,Adauto (ORG).**A crise da razão**. São Paulo: MINC-FUNART/Companhia das Letras,1996,p.35-56.

_____.Vieira:Tempo,alegoria ,História.In:**Brotéria**,Braga,v.145,n.45,p.541-556,1997.

_____.*forma mentis* como categoria histórica. In: **Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes**, São Paulo, v.2, p.7-29,1998.

_____.A servidão Natural do Selvagem e a guerra justa contra o Bárbaro.In:NOVAES,Adauto (ORG).**A Descoberta do homem e do mundo.** São Paulo: MINC-FUNART/Companhia das Letras,1998,p.347-373.

_____.Vieira e o Brasil.In:**Universidade Católica Portuguesa da Cia. De Jesus (Org).Terceiro Centenário da Morte do Padre Antônio Vieira.Congresso Internacional** .Braga:Província da Companhia de Jesus,1999,v.l,p.199-211.

_____. **Cartas do Brasil**: Antônio Vieira. São Paulo: Hedra, 2003.V.I

_____. Muito além dos sermões.Padre Antônio Vieira,o religioso que marcou as letras e a fé de Brasil e Portugal.**Nossa História**,Rio de Janeiro,p.74-79,15 jan.2007.

_____. O profeta do Quinto Império.**BrHistória**,São Paulo,p.80-85,16mar.2007.

HAY, Louis. A literatura sai dos arquivos. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello de (Orgs.). **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.p.65-82.

HOISEL, Evelina. Sobre cartografias literárias e culturais. In: BITTENCOURT, Gilda Neves (Org.). **Geografias literárias e culturais**: **espaços/temporalidades**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.149-156.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ILIE, Paul. **Literature and inner exile**. Londres: John Hopkins University Pres, 1980.

JACKSON, W. M.. **Enciclopédia e dicionário internacional**. Rio de Janeiro: JACKSON, s.d.

KAUFMANN, Vincent. **L'équivoque épistolaire**. Paris, Minuit, 1990.

KOTHE, Flávio. **O cânone colonial**. Brasília: UnB, 1997.

KRISTEVA, Julia. **Étrangers à nous-mêmes**. Paris: Arthème Fayard, 1988.

_____. **Sémiotikè, recherches pour une sémanalyse**. Paris: Seuil, 1969.

KRYSINSKY, Wladimir. **Dialéticas da transgressão**: o novo e o moderno na literatura do século XX. Trad. Ignacio Neis *et alii*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas**: os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LARBAUD, Valery. **L' invocation de Saint-Jérome**. Paris: PUF, 1946.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Civilização Brasileira, 1938.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**.Paris :Seuil,1975.

_____. **Je est un autre**: l'autobiographie de la littérature aux médias. Paris: Seuil, 1980.

_____. LIMA, Luis Costa. **O controle do imaginário**: razão e imaginário no ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LINS, Ivan. **Aspectos da vida do Padre Antônio Vieira**. Rio de Janeiro: São José, 1956.

LOBO, D. Francisco Alexandre. **Discurso histórico e crítico acerca do Padre Antônio Vieira e das suas obras**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1823.

LOPES, João Francisco Sinotti. A tragédia do exílio. **Cerrados**, Brasília, UnB,p.43-72,2002.

LOYOLA, Inácio de. **Obras completas de San Ignacio de Loyola**. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1952. v.15.

LUCKEN, Christopher.Chronique. In: Aron, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.94-95.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. A questão da alteridade e a restauração portuguesa na obra do Padre Antônio Vieira. **Boletim do Centro de Estudos Portugueses**, Belo Horizonte, FALE/UFMG, v.20, n.27, p.321-336,jul/dez.2000.

MAGGETTI, Daniel.Voyage. In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.644-646.

MELO, Gládstone Chaves de. Vieira, os textos e os ladrões. **Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 191-195, 2001.

MENDES, Margarida. **A oratória barroca de Vieira**. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

_____. **Estética e memória no Padre Antônio Vieira**. Colóquio/Letras, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p.24-33,1989.

_____. Vieira *et alii*. **Colóquio Internacional Vieira escritor**. Lisboa: Cosmos, 1997.

MIGNOLO, Walter. Cartas, crônicas y relaciones del descubrimiento y la conquista. In: PIZARRO, Ana. **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial, 1995. v.1. p.26-29.

MOISÉS, Leyla Perrone. **Flores da escrivaninha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Texto, crítica, escritura**. São Paulo: Ática, 1978.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1981.

MORAES, Marcos Antônio de (Org.). **Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira**. São Paulo: USP; Instituto de Estudos Brasileiros, 2000. v.1. [Col. Correspondência de Mário de Andrade.]

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. A visão astronômica do Padre Antônio Vieira. **Brasilis**, São Paulo, n.1, p.38-46,jun./ago., 2003.

MUHANA, Adma Fadul. **Apologia das coisas profetizadas**. Lisboa: Cotovia, 1994.

_____. **Os autos do processo de Vieira na Inquisição**. São Paulo; Salvador: UEP, Fundação do Estado da Bahia, 1995.

MURPHY, James J. **La retórica en la edad media. Historia de la teoria de la retórica desde San Augustin hasta el renacimiento.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

NIES, Fr. Un genre féminin. **Revue d'Histoire Littéraire de la France**, Paris, n.6, 1978.

PAES, José Paulo (Org.). **Grandes cartas da história**. São Paulo: Cultrix, 1968.

PAGEAUX, Daniel-Henry. De l'imagerie culturelle à l'imaginaire. In: BRUNEL, Pierre; CHEVREL, Yves.**Précis de Littérature Comparée**. Paris: PUF, 1989. p.133-160.

PÉCORA, Antônio Alcir Bernárdez. O demônio mudo In: NOVAIS, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.301-316.

_____. O Desejado. In: Adauto Novaes. (Org.). **O desejo** . São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 399-414.

_____. Política do Céu (Anti-Maquiavel). In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 .p.127-148.

_____. **Teatro do sacramento:** a unidade teológica-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: USP, 1994.

_____. Vieira e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p 423-462.

_____. Tópicas políticas dos escritos de Antônio Vieira. **Voz Lusíada**, São Paulo, n. 9, p. 30-42, 1997.

_____.**Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.

PESSOA, Fernando. **Obras em prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974.

_____. **O Eu profundo e os outros eus: seleção poética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Livro do desassossego**. Lisboa: Presença, 1990. v.1.

_____. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

PICARD, Robert. Le Père Antônio Vieira et le Brésil au XVIIe siècle. **Revue de l'Amérique Latine**, Paris, v.6, n. 23, p. 213-221, 1923.

PIGLIA, Ricardo. Memoria y tradición.In: II CONGRESSO ABRALIC LITERATURA E MEMÓRIA CULTURAL. Belo Horizonte, 1990. Belo Horizonte: UFMG, FALE, 1990. v.1. p. 60-66.

_____.**O laboratório do escritor**. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1994.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. A epistolografia de Vieira. Perspectivas e leitura. In: MENDES, Margarida *et alii*. **Colóquio Internacional Vieira escritor**. Lisboa: Cosmos, 1997. p.23-31.

PONTON, Rémy. Écrivain.In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.172-173.

QUADROS, Antônio (Org.). **Obra poética em prosa**. Porto: Lello & Irmãos, 1986.

QUEIROZ, Maria José de. **Os males da ausência**: a literatura do exílio. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

RABAU, Sophie. **L'intertextualité**. Paris: Flammarion, 2002.

REIS, Liana Maria (Org.). **Dicionário histórico do Brasil colônia**. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

REVEL, Judith. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Ellipses, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **La métaphore vive**. Paris: Seuil, 1975.

_____.**Du texte à l'action**. Essais d'herméneutique II. Paris: Seuil, 1986.

_____. **La mémoire, l'histoire, l' oubli**. Paris: Seuil, 2000.

_____. **Sur la traduction**. Paris: Bayard, 2004.

ROBERT, Paul (Org.). **Dictionnaire Robert**. Paris: Hachete, 1984.

ROCHA, André Crabé. **A epistolografia em Portugal**. Coimbra: Almedina, 1965.

SAID, Edward. **The world, the text, and the critic**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

_____.**Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottaman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Fora de lugar**: **memórias**. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAMPAIO, Luís. Para uma futura edição das cartas do Padre Antônio Vieira. **Ocidente Revista Portuguesa e Mensal**, Lisboa, v. XXV, p. 9-16, 1945.

SANTIAGO, Silviano (Org.). **Carlos & Mário**: **correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 1992.

SANTO, Arnaldo Espírito. Apresentação da Clavis Prophetarum. Transmissão manuscrita, estrutura e aspectos do pensamento do Padre Antônio Vieira. **Oceanos. Diáspora e xpansão: os judeus e os descobrimentos portugueses**, Lisboa, n.29, p. 156-172, jan/mar. 1997.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1956.

_____.**O discurso engenhoso.Ensaios sobre Vieira**.Lisboa : Gradativa,1996.

SCHÜLER, Donaldo. O homem dicotômico. In: BERND, Zila; GRANDIS, Rita de. **Imprevisíveis Américas**: questões de hibridação cultural nas Américas. **Porto Alegre**: Sagra-Luzzatto, 1995. p.11-18.

_____. Desconstruir a memória. **Revista Sul/Sur**, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, n.7,p.1-3,1998.

_____. Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as da Holanda: a retórica do dominador dominado. In: PETERSON, Michel (Org.). **As armas do texto**: a literatura e a resistência da literatura. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000.p.27-38.

_____. **Na conquista do Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

SCHUSTER, M. Lincon. **As grandes cartas da história**: desde a antiguidade até os nossos dias. Trad. Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1942.

SEGALEN, Victor. **Essai sur l' exotisme**: une esthétique du divers et textes sur Gauguin et l'océanie. Paris: Fata Morgana, 1978.

SEMUJANGA, Josias.Transculturalité. In: BENIAMINO, Michel; GAUVIN, Lise(Orgs.) **Vocabulaire des études francophones**: les concepts de base. Limoges: PULIM, 2005.p.179-180.

SÉRGIO, Antônio. **Perante a inexistência de uma civilização cristã**: depoimentos de Antero de Quental e Antônio Vieira. Lisboa: Inquérito, 1954.

SILVA, Lúcio Craveiro da. A saudade em Antônio Vieira. In: **Colóquio. Revista de Artes e Letras**, Lisboa, n.9, p. 60-62, jun. 1960.

SILVA, Maria Luiza Berwanger da. A paisagem do desejo e a poética do outro. In: **Organon**, Porto Alegre, n.24, v.10, p. 87-99, 1996.

_____. Poesia e alteridade: Mário de Andrade, Augusto Meyer e a paisagem das "múltiplas moradas". In: **Culturas, contextos e discursos**: **limiares críticos no comparativismo**. CARVALHAL, Tania Franco (Org.). Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.68-74.

_____. Presença de Paul Valéry na poesia de João Cabral de Mello Neto. In: I COLÓQUIO SUL DE LITERATURA COMPARADA /TRANSVERSÕES COMPARATISTAS/ENCONTRO DO GT DE LITERATURA COMPARADA DA ANPOLL, out. 2001. **Anais.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.56-65.

SMULDERS, Fritz. Palavras antigas e modernas; universalismo intelectual de Antônio Vieira **Oceanos. Diáspora e expansão:** os judeus e os descobrimentos portugueses, Lisboa, n. 29, p.174-184,jan/mar. 1997.

SONTAG, Susan. El mundo com la Índia. **Letras Libres**, Madri, n.26, p.40-41,nov. 2003.

STEINER, George. **Extraterritorial**: a literatura e a revolução da linguagem. Trad. Julio Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STRAUSS, Claude Lévy. **Saudades do Brasil**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Tristes trópicos**. Trad. Rosa d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Papéis colados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

_____.**Correspondência de Cabral com Bandeira e Drummond**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa Rui Barbosa, 2001.

TAVARES, José. O Brasil nas cartas do Padre Antônio Vieira. **Brasilia**, Coimbra, v.5, p. 443-451, 1950.

TIN, Emerson. **“Familiar del universo” Arte Epistolar e lugar-comum nas cartas familiares (1664) de D. Francisco Manuel de Melo**. Campinas: Unicamp, 2003. Dissertação de Mestrado ,IEL, Unicamp, 2003.

TODOROV, Tzevtan. **Os gêneros do discurso**. Trad. Christina Cabo. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade cultural humana. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ediotra, 1993.

_____. **O homem desenraizado**. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TORGA, Miguel. **Poemas ibéricos**. Coimbra: Coimbra Editora, 1965.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira a Machado de Assis. Brasília: UnB, 1963.

VIALA, Alain. Littérature.In: ARON, Paul. **Le dictionnaire du littéraire**. Paris: PUF, 2004. p.349-351.

VIEIRA, Antônio. **Clavis prophetarum.** [Chave dos profetas]. Trad. Arnaldo do Espírito Santo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **O berço do cânone**: textos fundadores da história da Literatura Brasileira. Porto Alegre: Mercardo Aberto, 1988.

ZOHAR, I. E. Polysystems theory. **Poetics Today**, v.11, n.1, p.9-94,1990.

ANEXOS

ANEXO I

Carta Negocial

Ao Marquês de Niza-3 de fevereiro de 1648

Ex.mo Sr. – A carta de V. Ex.a , de 24 de janeiro, recebi com grande alvoroço e li com grandíssimo susto até chegar à última regra, em que recobrei o ânimo que me costumam dar todas as de V. Ex.a.

Cá nos tinham chegado as relações de Munster, e, ainda que elas davam a paz por concluída, nós o entendemos tanto pelo contrário que, desde aquela hora, démos por segura a guerra entre Castela e França, fundando-nos na mesma liberalidade com que os franceses concediam quanto lhes pedia, entendendo que o intento do Cardial é continuar a guerra, e justificar com França e com o mundo que não ficou por sua parte. E quando Castela viesse no de Lorena, estava de reserva Nápoles e, se fosse necessário, Portugal, para desfazer tudo. Finalmente, França aqui e em todas as partes está levantando grandes exércitos, e estas prevenções só as faz quem quer guerra ou melhorar de partido; e, pois os franceses cediam de todos, sinal era que estavam seguros de não haver concerto, ou já por sua vontade ou pela dos castelhanos.

Enfim, senhor, ontem às nove horas de noite chegou aqui extraordinário de estar em Munster firmada a paz entre Castela e estes Estados, por todas as províncias deles, menos a de Utrecht, que não quis firmar. Assinaram-se dois meses para vir de Espanha a ratificação, no qual tempo não cessarão as hostilidades. Mr. de la Tulherie nos disse que entende se desfará o congresso, e que se dizia que Castela mandava logo a estas províncias dois embaixadores: extraordinário o conde de Penharanda, e ordinário o Brum.

Na noite de sábado tinha chegado de Amsterdam Mr. de la Tulherie, e logo no domingo veio ver o senhor Embaixador; e ainda que estão tão amigos que não guardam correspondências nas visitas, a de ontem tocava mais ao senhor Embaixador, e assim nos pareceu misteriosa. As primeiras palavras com que entrou foram que tínhamos guerra e mais guerra [não sendo ainda chegado o extraordinário], e depois, falando-se nas matérias do Brasil, vimos nele diferente linguagem da dos tempos passados, assentindo nos discursos àquelas proposições que soavam mais a rompimento que a composição. Por ser depois de sábado, e antes de segunda feira, julgámos que esta visita foi mandada de lá, e que foi ou querer-nos segurar da guerra de Castela, pelas dúvidas que lá houve, ou vir-nos inclinado à de

Holanda, ou, o que é mais certo, uma e outra cousa. Bom é que comecemos a lhes dar cuidado, e melhor será se nos aproveitarmos do tempo e da ocasião, como eles fazem.

Teve o senhor Embaixador conferência, não pedida, em que experimentou menos rigores que nas passadas, e vieram todas as Providências, mas não se concluiu nada. Se esperavam pela assinatura da paz com Castela, nos mostrarão agora os efeitos. O que eu tenho por sem dúvida é que, de aqui por diante, teremos dois novos competidores que solicitem a guerra e procurem estorvar-nos a paz, que serão, publicamente, o embaixador de Castela, e em secreto o de França: o primeiro para que Holanda nos enfraqueça a nós, o segundo para que nós enfraqueçamos a Holanda.

Já avisei a V. Ex.ª que André Henriques não quis fazer contrato com o flamengo, por se não obrigar à paga. Como V. Ex.ª o aprova tanto, verei se quere Jerónimo Nunes tomar à sua conta este negócio. Para o da fragata "Fortuna" não temos aqui a André Henriques, e assim determino eu ir a Amsterdam, para com Jerónimo Nunes nos pôrmos em preço e a comprarmos, ou só ela com o dinheiro na mão, ou ela e outra do mesmo porte, a metade paga aqui, e a outra metade em Portugal, que vem a ser o mesmo dinheiro.

Mas não sei se irá nesta ocasião o embaixador Francisco de Andrada, porque na carta, que hoje recebeu o senhor Embaixador, se inclina a ficar mais ali dois meses para ver o fundo a estes negócios. E o mesmo aconselha a Cristóvam Soares, e condena a pressa com que se quer ir para essa corte, e só lhe aprova o desejo de melhorar tanto de companhia, no que também eu lhe acho muita razão. Sobre o demais se podem tirar várias consequências, em que me não meto.

As novas de Nápoles são muito boas; desgraça foi que os nossos navios não tivessem parte no bom sucesso. Do cadafalso de Lisboa não temos mais notícia que a geral, nem sabemos de outra prisão que a de Duarte da Silva. Hontem escreveu Lopo Ramires ao senhor Embaixador que, a causa disto, se não achava em Amsterdam quem quisesse passar um vintém para Lisboa. E em Hamburgo, estando embarçadas muitas munições, que iam para S. M. por conta de Duarte da Silva, tanto que se soube da sua prisão as desembarcaram logo, estando algumas já no fim da Ribeira, com que fica menos de estranhar o que fez Bento Osório. Duas cousas me admiram a mim mais que todas: a primeira que se fizesse em Portugal o que se fez; a segunda que, depois de feito, se não pusesse remédio aos assentos e mais negócios de El-rei, para que não faltassem; mas pode ser que um e outro efeito nasça da mesma causa.

Folguei de ver as cartas que desta terra se mandaram a Roma: sobre a pessoa a quem foram mandada, tenho que dizer a V. Ex.ª uma cousa bem rara que cá soube. A Vila Real

escrevo como passou a história, em que lhe escreveram que houvera adaga. Não sei com que tenção levantariam isto. O certo é que os mais destes são grandes inimigos de Portugal, e bem o mostra o autor das duas cartas, posto que em muitas cousas diz verdade. De saírem no cadafalso os três judeus do Recife se queixaram muito os Estados nesta última conferência, em que declaravam que eles tinham aqueles homens por seus vassalos, e que o castigá-los era contra o capítulo 21 da trégua.

E neste mesmo tempo chegou uma carta de S. M., em que diz que aqueles homens são da jurisdição eclesiástica, em que ele não tem poder, e que se lhe não torne a falar naquela matéria. Bemdito seja Deus, que só para estas valentias temos resolução. Dessa corte esperamos a de que principalmente dependem nossos negócios, a que não ajudará pouco estar esta paz já firmada. Deus nos traga boas novas, e guarde a V. Ex.ª muitos anos, para que por meio de V. Ex.ª as tenhamos. – Haia, 3 de fevereiro de 1648. Criado de V. Ex.ª

Antônio Vieira

ANEXO II

Carta Familiar

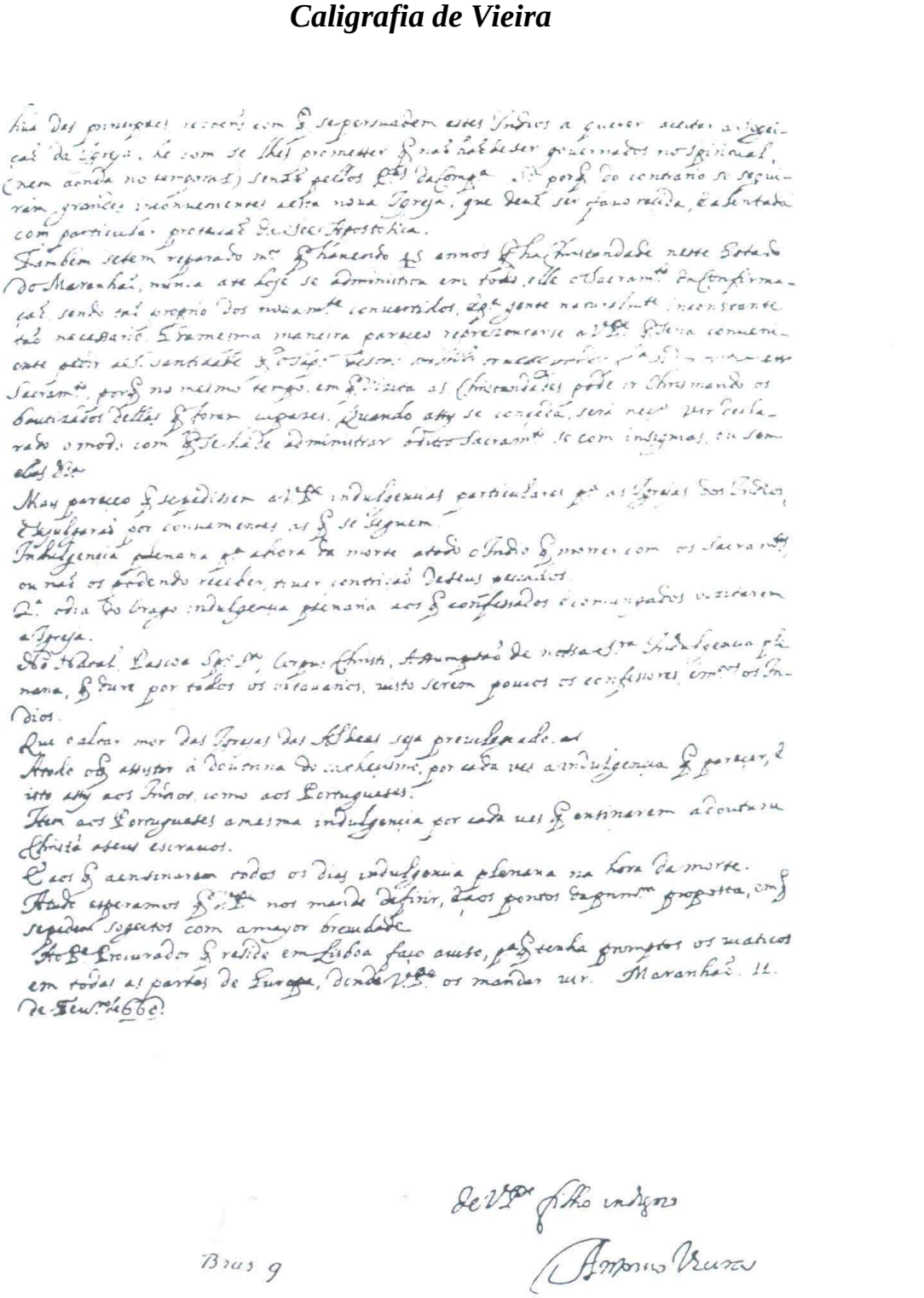
Ao Índio Guaquaíba ou Lopo de Souza-21 de janeiro de 1661

Principal Guaquaíba. – Recebi a vossa carta, e; segundo o que nela me dizeis, dei crédito a ser vossa pela entregar Domingos Jacumá a quem me a deu. Sinto estejais tão falto de saúde, mas são achaques da velhice, e lembrança que Deus vos dá, para que disponhais vossa alma como quem sabe que há outra vida; isto é o que desejei sempre de vós, e isto só o que deveis crer sempre de mim, sem dar crédito a outras marandubas, que são cousas que me passam pelo pensamento. A causa de me não deter mais tempo na aldeia foi por me importar chegar à cidade com muita brevidade, e suposto que, por não saberdes ler nem escrever, se fingem cartas em vosso nome, parece-me muito bem que nos ajustemos como desejais; e, suposto que não tendes canoa, podeis vir na do vosso padre Francisco Veloso, a quem peço vos queira trazer nela, e seja antes de eu me partir para o Gurupá, para que também me digais as pretensões que tendes daquela banda, porque em tudo o que for mister vos ajudarei como puder. Deus vos guarde e vos dê sua graça como desejo. Mortigura, 21 de janeiro de 1661. Nhedenceba.

Antônio Vieira

ANEXO III

Caligrafia de Vieira



hũa das principaes rezoens com q̃ se persuadem estes Indios a querer aceitar a sogeiçaõ da Igreja, he com se lhes prometter q̃ naõ haõ de ser gouernados no spiritual, (nem aonda no temporal) senaõ pellos P.es da Comp.a S.r porq̃ do contrario se seguiram grandes inconuenientes a esta noua Igreja, que deue ser fauorecida, e alentada com particular protecçaõ da Sede Apostolica.

Tambem se tem reparado m.to q̃ hauendo 45 annos q̃ ha Christandade neste Estado do Maranhaõ, nunca ate hoje se administrou em todo elle o Sacram.to da Confirmaçaõ, sendo taõ proprio dos nouam.te conuertidos, e q.e gente naturalm.te inconstante taõ necessario. E da mesma maneira pareceo representarse a V.P.e q̃ seria conueniente pedir a S. Santidade q̃ o Sap.o [illegible] Sacram.to, porq̃ no mesmo tempo, em q̃ vizita as Christandades pode ir Chrismando os bautizados dellas q̃ foram capazes. Quando assy se conceda, será nec.o vir declarado o modo com q̃ se ha de administrar o dito Sacram.to se com insignias, ou sem ellas &c.a

Mais pareceo q̃ se pedissem a V.P.e indulgencias particulares p.a as Igrejas dos Indios, e se julgaraõ por conuenientes as q̃ se seguem.

Indulgencia plenaria p.a ahora da morte a todo o Indio q̃ morrer com os Sacram.tos, ou naõ os podendo receber, tiuer contriçaõ de seus pecados.

2.a o dia do Orago indulgencia plenaria aos q̃ confessados e comungados vizitarem a Igreja.

No Natal, Pascoa Sp.o S.to, Corpus Christi, Assumptaõ de nossa S.ra Indulgencia plenaria, q̃ dure por todos os vitauarios, visto serem poucos os confessores, em.tos os Indios.

Que o altar mor das Igrejas das Aldeas seja preuilegiado.

A todo o q̃ assistir à doutrina do catheçismo, por cada ves a indulgencia q̃ pareçer, e isto assy aos Indios, como aos Portugueses.

Item aos Portugueses a mesma indulgencia por cada ves q̃ ensinarem a doutrina Christã a seus escrauos.

E aos q̃ a ensinarem todos os dias indulgencia plenaria na hora da morte.

A tudo esperamos q̃ V.P.e nos mande definir, e aos pontos da prim.ra proposta, em q̃ se pedem sogeitos com a mayor breuidade.

Ao P.e Procurador q̃ reside em Lisboa faço auiso, p.a q̃ tenha promptos os viaticos em todas as partes de Europa, donde V.P.e os mandar vir. Maranhaõ 11. de Fev.ro de 660.

de V.P.e filho indigno

Antonio Vieira

Brus 9

ANEXO IV

Relação dos Jesuítas – Carta Ânua de 1626

Ao Geral da Companhia de Jesus – 30 de setembro de 1626

Pax Christi.

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou Ânua a Vossa Paternidade, desde o ano de 1624 para cá; e também porque não vieram relações dos outros colégios e casas e algumas vieram tarde por falta de embarcações e pelas dificuldades das navegações que neste tempo tão trabalhoso, foram maiores que nunca. Pelo que, sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que sucedeu nos dois anos de 1624 e 1625, e ainda não de tudo; porque em todas as partes do Brasil houve tais sobresaltos que impediram o notar e não deram lugar a escrever.

Sustenta esta província do Brasil, pouco mais ou menos, 120 padres da Companhia: 90 sacerdotes, dos quais 31 são professos de quatro votos, de três solenes 2, coadjutores espirituais formados 20; 62 estudantes; coadjutores 50, e destes, 30 formados. Estes todos divididos em três colégios, seis casas, e treze aldeias anexas às mesmas casas e colégios. No colégio da Bahia residem comummente 80; no de Pernambuco 40; 35 no do Rio de Janeiro; na residência do Espírito Santo 12; na de Santos 5; na de S. Paulo 7; na casa dos Ilhéus 4; em Pôrto Seguro 4; e 4 no Maranhão. Todos eles se ocupam em procurar de alcançar a salvação e perfeição própria e das almas, que é o fim da nossa Companhia.

[…]

Colégio da Bahia

Com o grande trabalho e má vida destes tempos caíram enfermos quase todos os deste Colégio: mas, de tal maneira os repartiu a Divina Providência que nunca faltaram sãos que servissem aos doentes no corporal e no espiritual, e acudissem aos próximos. Destes enfermos passou a melhor vida o padre Fernão Cardim, natural de Viana de Alvito, arcebispado de

Évora, professo de quatros votos, varão verdadeiramente religioso e de vida inculpável; mui afável e benigno, e em especial para com seus súbditos. A todos parece que queria meter na alma, de todos se compadecia e a todos amava. Prova estas suas grandes entranhas o que poucos dias antes da sua morte, por ocasião de repreender um súdito, disse: que nunca depois que entrara na Companhia, tivera má vontade a pessoa alguma, nem escrúpulo de tratar seus súditos com paixão. O que, bem considerado, tanto mais é quantos foram os anos que viveu na Companhia, em os quais ordinariamente governou; e só os anos em que foi Providencial e reitor passaram de vinte. Estendia-se esta sua caridade também os de fora, como o experimentaram, e mais particularmente, os presos da cadeia e os pobres do hospital; porque a estes visitava a miúdo, remediando suas necessidades com esmolas; por aqueles intercedia, solicitando suas causas como próprias; e a todos finalmente ajudara com grande amor.

[…]

Determinadas as coisas nesta fora, dia de S. Felipe e S. Tiago, que foi o primeiro de maio de 1625, e, entraram os nossos a tomar posse da cidade, e, abatida a bandeira holandesa, se arvorou a de Portugal e Castela. Gratificou-se a Deus Nosso senhor o bom sucesso de tão importante empresa, desencerrando-se na Sé e no Nosso Colégio o Santíssimo Sacramento, com pregações em ambas as igrejas, e sessão solene, a que se acharam presentes todos os generais, capitães, senhores, fidalgos e mais gente da armada. Na nossa igreja se concertou logo o sacrário, e nele se pôs o Santíssimo Sacramento primeiro que nas outras igrejas, um ano depois de o tirarmos do mesmo lugar, quando, saindo da cidade, o levamos conosco.

Depois de chegada a nossa armada, e sitiada por ela a cidade e porto da Bahia, como era muita gente, eram necessários muitos padres, e assim se vieram, das aldeias do Espírito Santo e S. João, o padre reitor com onze sacerdotes de nossa Companhia, a uma quinta deste Colégio, meia légua da cidade, donde se dividiram e andaram no cerco os padres, repartidos pelas estâncias, exercitando muitas obras de piedade, administrando os Sacramentos de confessar, dizer missa e comungar, para ganharem o jubileu que Sua Santidade concedeu a todos os que se achassem neste cerco; a tudo acudiam com grande fervor e trabalho, e não menor perigo de vida, por serem as balas muitas e os reparos poucos. Muitas vezes escaparam milagrosamente dos pelouros grandes e pequenos que ora, zenindo-lhe pelas orelhas, ora caindo-lhe aos pés e nos lugares onde havia pouco tinham estado, mostrando bem a particular proteção com que Deus os guardava.

Os que ficaram nas aldeias não deixaram também de ajudar, trabalhando por terem o céu propício, com orações diante do Santíssimo Sacramento, que nesta ocasião tiveram lá desencerrado.

[…]

Também os nossos capitães e oficiais da Fazenda Real, que no Colégio se achavam depois dos holandeses, nos deram bem enfadamento, por nos tomarem a metade do Colégio e nos meterem, aonde nós morávamos, guardas, com grande tumulto e inquietação.

Mas fez-nos Deus mercê que, por bom modo, os fomos arrumando todos para uma parte do Colégio e, com paus de madeira postos nos corredores, nos separámos, de maneira que ficámos com quietação e clausura religiosa acomodada no tempo.

Aliviava-nos tudo a alegria, que tínhamos, de estar de posse da cidade e do Colégio, senão quando, a vinte e seis de Maio, chegaram trinta e três ou trinta e quatro velas holandeses, em socorro dos que já se tinham entregues. Demos graças a Deus pelas desviar e deter, de maneira que, se chegassem antes da nossa armada então custara muito mais sangue a restauração da cidade, e nos alegrámos muito, cuidando que nos acrescentasse Deus a mercê passada com nos dar segunda vitória no mar, depois da primeira que se houvera na terra; mas não mereceram nossos pecados tanto bem, porque, vindo entrando as naus inimigas, cuidando que a terra estava pelos seus, lhe sairam os mais dos galeões da nossa armada, à vista dos quais elas voltaram logo as costas e, indo-lhe já no alcance alguns dos nossos para os abalroarem, por receios que houve de darem em uns baixos, se deu sinal com uma peça a recolher, e, na verdade, um galeão nosso deu em um baixo e esteve a risco de se perder;desgraça foi esta que muito sentimos e chorámos, assim por razão do sucesso, como por haver de ficar ainda a costa infestada dos inimigos.

[…]

Colégio do Rio de Janeiro

Ainda que a tempestade da Bahia nela mesma quebrou toda a sua fúria, contudo, em tempo que a cabeça padecia tanto, não podiam os mais membros estar folgados.

Fortificaram todos os lugares deste Estado, esperando pelo inimigo, o qual estava já senhor do principal, segundo as novas certas que corriam. Particularmente na cidade do Rio

de Janeiro se pôs todo o cuidado, para não perder agora o bom nome e reputação que antigamente, e que há poucos anos, em outras ocasiões de guerra, alcançaram. A este fim determinou o senhor Governador Martim de Sá fortificar em primeiro lugar o recebimento da praia, e para isso pediu aos nossos padres ajuda de índios. Foram chamados com toda a brevidade, e com a mesma chegaram e se distribuiram pelos moradores, para que cada um com eles trabalhasse na parte que lhes coube.

Mandou o padre Reitor em particular entrincheirar a testada do nosso Colégio, e ajuntar grande número de arcos e flechas, para no conflito acudir e prover os que estivessem faltos de armas. O mesmo cuidado houve da nossa parte em fazer ajuntar os índiso, para o edifício de uma fortaleza que, no mesmo tempo, se levantou na barra. Gastaram-se nela alguns meses, e do Colégio se dava a maior parte dos mantimentos para os trabalhadores, até que de todo se acabo, e dizem que é a melhor ou das melhores de todo este Estado. Foi tal a obra que todos estimaram e estimam muito, e os da Câmara, com os mais principais da terra, o agradeceram muitas vezes aos padres; e com razão, porque na verdade ou se não houvera de fazer, ou ao menos não sairá tão boa e forte, se eles, além de trazer e sustentar os índios, não estiveram presentes, nem assistiram com suas pessoas em todo tempo que nela se trabalhou.

[…]

Missão dos Patos

Para a parte do sul, entre o Rio de Janeiro e S. Vicente, corre um famoso rio, chamado vulgarmente Laguna dos Patos. É cercado, de uma e outra ribeira, com terras tão férteis de trigo que ainda as arcas dela não têm inveja às melhores da Europa, e por suas praias e sertões tem espalhado muito gentio, dividido em aldeotas de duzentos até trezentos índios.

Para acudir ao desamparo destas pobres almas, partiram do Colégio do Rio dois padres, os quais em certos sítios, distante das principais povoações trinta ou quarenta léguas, fizeram uma pequena casa, onde pudessem dizer missa, e dali mais comodamente tratar com esta gente, a fim de os reduzir e ajuntar a todos em um lugar, onde recebendo o Sagrado batismo vivessem cristãmente, porque é impossível fazerem-no estando tão divididos.

No ano depois de 1624 se partiram desta sua estância para a Laguna, com determinação de os abalarem e trazerem consigo para aquela igreja, e, chegados à primeira daquelas aldeias, ainda que ao princípio se mostraram os índios mais duros e menos tratáveis,

contudo, em um dia solene, lhe fez um dos padres uma prática sobre a importância so santo batismo e do que para ele se requer, e monstrando-lhe também de uma parte as penas do inferno, da outra os bens da glória, e como depois de sua partida ficavam arriscados a, morrendo, por este e ser condenados àquelas, pois não teriam ordem nem ocasião de ser batizados, ainda que muito o quisessem.

[…]

Capitania do Espírito Santo

Também esta capitania do Espírito Santo sentiu o poder das armas holandesas, ainda que com melhor fortuna. Saíram da Bahia oito naus inimigas para o reino de Angola, com o intento de entrarem a cidade de Loanda, como tão importante para o comércio do Brasil, cuja cabeça estava já rendida. Mas não respondeu o sucesso ao desenho, porque, ainda que um mês inteiro trabalharam na empresa, como ânimo dos moradores portugueses era grande e a vigilância igual, nunca lhes foi possível pôr pé em terra.

Voltando pois para a Bahia, antes de chegar a ela cem léguas para o sul, entraram no pôrto do Espírito Santo a 12 de Maio de 1625, assás confiados que, por bom concerto ou ruim guerra, a vila se lhes entregaria , ou eles a renderiam, publicamente por uma parte a altas vozes paz, e por outra, com o disparar das bombardas, ameançado guerra. Não havia na povoação defensa de artilharia, pelo que, com mosquetes e frecha, se dividiu a gente pelas trincheiras, que fechavam as bocas das ruas nos passos mais necessários, esperando a determinação do inimigo, e foi esta que, por entre o fumo que, com mosquetes e frechas, se dividiu a gente pelas trincheiras, que fechavam as bocas das ruas nos passos mais necessários, esperando a determinação do inimigo, e foi esta que, por entre o fumo e perturbação do inimigo, e foi esta que, por entre o fumo e perturbação dos tiros, aparelharam sete lanchas, com o melhor dos soldados e ainda marinheiros, os quais, saindo das naus e saltando livremente em terra, começaram a marchar para a estância do capitão Francisco de Aguiar Coutinho, que também o era da vila e senhor dela. Estava aqui uma roqueira (que não havia outra na terra), e tanto que foi vista dos inimigos, para evitarem o perigo, desfizeram as fileiras e, arrimando-se todos às paredes, continuaram a entrada. Vendo isto o animoso capitão, manda pôr fogo à roqueira (o que não foi debalde), e logo sucessivamente salta fora das trincheiras, com alguns poucos, que o seguiram. Conjecturaram os holandeses que tanto ânimo vinha confiado em maior poder de gente, e, sem fazer rosto, deram as costas e largaram

as armas. Os nossos lhe foram dando até à praia, com tal valor e ventura que, além do grande número dos feridos, morreram muitos, uns em terra à espada, outros no mar afogados.

[…]

Missão dos Mares Verdes

Os índios Paranaubis, que em nosso vulgar é o mesmo que Mares Verdes, foram buscados por tantos anos, assim dos padres nossos como dos portugueses, sem serem achados senão neste tempo em que, chegada já a sua hora, desceram para a Igreja. São número perto de quatrocentas e cincoenta almas, gente belicosa, valente, bem disposta, bem assombrada e de bom entendimento. Viviam cento e trinta léguas metidos pelo sertão, e por isso de poucos conhecida. Achará os há pouco tempo um padre nosso, e tinha alcançado deles palavra que, vindo em sua busca, o acompanhariam.

Intentou-se a missão por várias vezes, mas sem efeito, até que finalmente o houve. Não faltaram para a impedir grandes dificuldades, não só antes da partida, mas também estando já pelo sertão dentro;porém com o favor de Deus, que queria a salvação daquelas pobres almas, todas, e algumas quase milagrosamente, se venceram. Foi a viagem parte por um rio parte por terra, de um mês, com mais trabalho e enfadamento do que alguém pode imaginar, por ser o caminho de terra igualmente trabalhoso que perigoso o do rio.

Chegaram os dois padres e foram de todos recebidos com grandes sinais de amor e alegria de espanto achar tal humanidade em gente selvagem e bárbara, cuja glória está posta em matar e comer seus inimigos, uns dos quais eram os índios companheiros dos mesmos padres, e isto acrescenta mais a maravilha e exalta mais a omnipotência.

[…]

Colégio de Pernambuco

Entre outros, que o Senhor visitou com doenças neste Colégio, levou para si ao padre Manuel de Sá, coadjutor espiritual formado, com 72 anos de idade, cincoenta e dois dos quais vivera na Companhia. Quão bem gastados esses fossem dá bom testemunho o grande exemplo

de suas virtudes. Entre todas resplandecia nele, com avantajado grau, a caridade, a qual não se estreitava dentro dos limites da religião, nem só se lembrava daqueles com quem tratava, mas entendia-se a todos, particularmente aos pobres, para socorro dos quais, movido de sua inclinação piedosa, ajuntava pela terra esmolas, dando com elas a uns o comer, o vestido a outros, e remediando a todos.

[…]

Pareceu conveniente vir de Pernambuco uma nau em socorro à Bahia, e por capitão dela Jeronimo Cavalcante de Albuquerque. O mesmo capitão em pessoa foi ao Colégio pedir com muita instância alguns padres, que fossem em sua companhia, com que iriam seus soldados e ele muito mais animados para qualquer encontro que sucedesse. Concederam-lhe um padre e um irmão, e achou uma nau holandesa de maior porte que a sua. Travaram-se ambas e pelejaram das seis da manhã até às cinco da tarde. No tempo da briga acudia o padre no espiritual a todos, confessando-os e animando-os com um crucifixo nas mãos, e o irmão, que entendia bem de cirurgia, se ocupava em curar os feridos e em lhe acudir com o comer necessário para se esforçarem.

Sucedeu aqui um caso milagroso, e foi que pôs o padre na câmara de popa uma relíquia do santo padre José de Anchieta; e, sendo assim que todos os pelouros, que deram nas outras partes da nau, passaram fazendo muito dano e matando alguns, quantos deram no lugar, onde estava a santa relíquia, resvalaram para fora, sem prejuízo da nau naquela parte, e das vidas dos que na mesma estavam, antes dando um de mosquete, no peito desarmado de um soldado, lhe caiu aos pés. Tudo se atribuiu, com muita razão, aos merecimentos do santo Padre José de Anchieta. Sua canonização se espera e deseja com grande alvoroço de toda esta Província, assim dos de casa como dos de fora, e não duvidamos de haver de ser um grande meio para uns se emendarem e outros se melhorarem.

A este fim ajudou também a beatificação do santo padre Francisco de Borja, a qual se celebrou neste Colégio de Pernambuco no ano de 1625, com a solenidade que pode ser, de vésperas, missa cantada e pregação, jubileu, muitas confissões e comunhões, e também houve algumas luminárias.

Nos outros dois Colégios, da Bahia e Rio de Janeiro, se fez quase o mesmo e, pelo menos, em ambos houve vésperas, missa cantada e pregação.

Isto é o que me pareceu referir a Vossa Paternidade destes dois anos, depois de se fazerem todas as diligências possíveis para tirar a limpo a verdade, que as guerras, de ordinário, não só pretendem esconder mas sopeiam e atropelam.

Peço a santa benção e santos sacrifícios de Vossa Paternidade. Bahia, 30 de setembro de 1626.

Por comissão do padre Vice-Providencial:

Filho indigníssimo em Cristo de Vossa Paternidade.

Antônio Vieira

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo